

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

27

Vol. 2

TEXTOS & DEBATES

ISSN 2317-1448



DOSSIÊ: SOCIEDADE E FRONTEIRAS



TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Nº 27



REVISTA VINCULADA AOS PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DO CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (CCH/UFRR)

ISSN on-line: 2317-1448
ISSN impressa: 1413-9987

Textos & Debates

Boa Vista

Nº 27, v.2, p, 247-488

2015

Ficha catalográfica

Textos & Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima n. 1 (1995) - . - Boa Vista: Editora UFRR, 1995-

Periodicidade: semestral.

ISSN on-line: 2317-1448

ISSN impressa: 1413-9987

1. Periódicos. 2.Ciências Sociais. 3.História - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada aos programas de estudos pós-graduados do centro de ciências humanas (ech/ufrr)

CDU:0 (05)

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografías de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Esta obra foi publicada com apoio da Coordenação de Apoio de Pessoal de Ensino Superior, (CAPES), por meio do Edital PAEP/CAPES.

Textos & Debates

Comitê editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes
Rodrigo Pereira Chagas

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Prof. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFRGS)
Prof. Dra. Maria Denise Guedes (UNESP)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramón Peña Castro (UFScar)
Prof. Dr. Stephen Grant Baines (UNB)

Conselho Executivo

Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Jr. (UFRR)
Prof. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Prof. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)
Prof. Dr. Edson Rufino Oyama (UFRR)
Prof. Dr. Felipe Kern Moreira (UFRR)
Prof. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Prof. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)
Prof. Dra. Maria das Graças S. D. Magalhães (UFRR)
Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dra. Olendina de Carvalho Cavalcante (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,
nº 2413. Bairro Aeroporto.
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR
Telefone: (55) (95) 3621-3111
E-mail: editora@ufrr.br
www.ufrr.br

Editora da UFRR

Direção
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

Editoração Eletrônica e Capa
Rodrigo Chagas

DOSSIÊ II V. II

SOCIEDADE E FRONTEIRAS
Fronteiras Contemporâneas: desenvolvimento,
conflitos e sociabilidades nas Amazôniaas

Francilene dos Santos Rodrigues

Márcia Maria de Oliveira

Maria Luíza Fernandes

Organizadoras

SUMÁRIO

Apresentação251

Artigos

Ciências em Sociedade: Diálogos Interculturais e Ecologias de Saberes
Perante Ameaças Neocoloniais.....257

João Paulo Dias

A Necessária Desconstrução da Colonialidade nas Amazônias e nas Américas ..279

Lino João de Oliveira Neves

Emancipação, Sul e Pós-Colonialismo291

Bruno Sena Martins

Território, Poder e Dinâmica Espacial: Diferenças e Complementaridades
entre Geografia Política e Geopolítica.....305

Jorge da Silva Macaísta Malheiros

Comunidades de Comunicação. Nação e Fronteiras do (Des) Encontro.....321

Ada Cristina Machado da Silveira e Edilson Santos Almeida

As Fronteiras do Norte do Brasil e o Acesso aos Direitos Sociais335

João Carlos Jarochinski Silva e Liliana Lyra Jubilut

Tráfico Humano e Contrabando de Migrantes em Regiões de Fronteiras349

Alessandra Rufino Santos

Imigração de Jovens Mulheres Brasileiras na Guiana Francesa: Entre
Categorizações Etno-Nacionais e Estratégias de Integração nos
“Espaços de Integrabilidade” da Sociedade de Recepção369

Brigida Ticiane Ferreira da Silva

Vozes da Migração: Relatos das Guianenses em Roraima.....395

Arieche Kítiane Silva Lima e Francilene dos Santos Rodrigues

Os Fios de Memória de Rose: Uma Imigrante Guianense em Boa Vista – RR....413

Maria Lúcia da Silva Brito e Carla Monteiro de Souza

Bonfim (BR) e Lethem (GY): Economia e Trocas Simbólicas de Espacialidades Marcadas pela Diversidade	425
<i>Mariana Cunha Pereira</i>	
A Imigração Estudantil em Regiões de Fronteira: as Experiências Contemporâneas de Foz do Iguaçu - PR e Boa Vista – RR	437
<i>Pedro Marcelo Staevie</i>	
Gênero e Raça: Dominação, Resistências e Pressupostos Teóricos.....	453
<i>Iana dos Santos Vasconcelos e Eliane Sílvia Costa</i>	
Ecos do Luso-Tropicalismo: a Presença do Pensamento de Gilberto Freyre no Discurso da Lusofonia	471
<i>Adriano de Freixo</i>	
Minicurriculo dos(as) autores(as):.....	485

APRESENTAÇÃO

Com objetivo de socializar parte da produção científica acadêmica apresentada e debatida por professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação no II Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras (SISOF), realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), estamos publicando o Volume 2 do ***Dossiê Sociedade e Fronteiras*** pela revista *Textos & Debates*. Assim como o Volume 1, os textos aqui reunidos foram apresentados no II Seminário, que nessa edição contou com a junção de outros eventos, o 4º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), e a II Semana de Humanidades (CCH/UFRR), transcorridos no período de 11 a 14 de novembro de 2014.

O evento, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), teve como tema: *Fronteiras Contemporâneas: desenvolvimento, conflitos e sociabilidades nas Amazônias*, incorporando ao debate importantes reflexões sobre questões chave que perpassam por tais conceitos e que ensejam, para sua melhor compreensão, um debate interdisciplinar.

Assim, os textos aqui reunidos foram apresentados em diversas mesas redondas, seminários temáticos, minicursos e grupos de trabalhos, sendo que os quatro primeiros desse Dossiê foram apresentados na mesa *Sociedades, saberes e colonialidades nas Américas*. O primeiro, *Ciências em Sociedade: diálogos interculturais e ecologias de saberes perante ameaças neocoloniais*, de João Paulo Dias, pesquisador da Universidade de Coimbra, nos traz uma relevante e apropriada discussão, com base em Boaventura de Souza Santos, sobre a “*descolonização*” da ciência, tendo em vista uma nova prática de “neocolonialismo científico”. Deste modo, o autor nos remete a uma reflexão sobre o papel da ciência na sociedade “num contexto onde as novas forças neocoloniais ligadas as pressões de mercado limitam o exercício de uma ciência pública e cidadã”. Frente a tantos desafios, desde o direcionamento de financiamentos a áreas mais de interesse do capital do que das sociedades, ao produtivismo atrelado à publicações em periódicos de determinadas bases e editoras, há um desvio da pesquisa da sua

função central em que a “ciência deve estar ao serviço dos interesses públicos e coletivos”.

Na sequência temos o texto do professor da Universidade Federal do Amazonas, Lino João de Oliveira Neves, *A necessária desconstrução da colonialidade nas Amazônias e nas Américas* que, em continuidade com a discussão sobre “saberes e colonialidades”, apresenta a necessidade “urgente de desconstruir as múltiplas situações de colonialismo que ainda hoje submentem o viver de grande parte da população nas Amazônias e nas Américas”, bem como “da necessidade de desconstruir a perspectiva colonial de produção do conhecimento, e, assim, questionar a colonialidade em todas as suas dimensões”, tendo em vista que estas questões perpassam a vida das pessoas que habitam esses espaços e também a produção de conhecimento gerado a partir desses espaços.

Dando continuidade a esse debate temos a contribuição de Bruno Sena Martins, da Universidade de Coimbra, com o tema, *Emancipação, Sul e Pós-colonialismo*. Partindo da premissa de que “as configurações do mundo contemporâneo estão indelevelmente marcadas pelas linhas de desigualdade que se sulcaram na relação colonial” o autor trata, em seu texto, sobre “as assimetrias que dividem o Norte do Sul”. Ao desenvolver uma discussão que percorre uma trajetória que vai do surgimento da Antropologia a descolonização dos saberes, o autor apresenta a “epistemologia do Sul” que, assim como a “epistemologia das ausências”, possa permitir “aceder a conhecimentos alternativos que não chegaram a ocorrer porque foram impedidos de surgir, e a alternativas que foram marginalizadas e desqualificadas”.

Por fim, sobre a temática que versou essa mesa, Jorge da Silva Macaísta Malheiros do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, brinda-nos com o texto *Território, poder e dinâmica espacial: diferenças e complementaridades entre geografia política e geopolítica*. Discorre sobre a Geografia Política, procurando estabelecer o quadro de elementos que diferenciam esta área disciplinar da Geopolítica. Apresenta uma análise crítica de fundamentos epistemológicos, objetivos, escalas e sujeitos de investigação que servem de base para uma leitura comparativa e dinâmica, bastante apoiada em autores portugueses, das características da Geografia Política e da Geopolítica que permite estabelecer um quadro final de diferenças e complementaridades. Esse primeiro bloco nos remete, então, a necessária reflexão sobre as assimetrias Norte/Sul, colonialismo/descolonização, saberes distintos, para que possamos ter uma efetiva e reconhecida produção de conhecimento sobre outros alicerces.

O segundo bloco de textos fornece elementos para o debate sobre as fronteiras e as migrações. Abrindo esse bloco o texto de autoria de Ada Cristina Machado da Silveira e Edileuson Santos Almeida utiliza-se do estudo comparado para debater a temática das *Comunidades de comunicação: nação e fronteiras do (des)encontro*. Apresenta uma aproximação inicial sobre a realidade comunicacional e midiática do denominado Arco Norte do Brasil apontando as condições de fronteira e sua exposição no cenário da globalização, a presença das matrizes de cultura autóctones e a “espaciotemporalidade” própria dessa região com suas dificuldades de atualização frente à midiatização.

João Carlos Jarochinski Silva e Liliana Lyra Jubilut dão continuidade ao debate com o texto *As fronteiras do Norte do Brasil e o acesso aos Direitos Sociais*. O artigo foi baseado na pesquisa de campo do projeto “Pensando o Direito: Desafios à efetividade dos direitos fundamentais”. Os autores apresentam um detalhado mapeamento institucional, normativo e estrutural e a análise dos obstáculos para efetivação do atendimento e acesso dos migrantes, apátridas e refugiados aos serviços públicos no Brasil. Destacam alguns subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas e enumeram diversas dificuldades de acesso aos Direitos Humanos, enfrentadas pelos migrantes em algumas áreas de fronteira da Região Norte do Brasil.

Ampliando as reflexões em torno da questão das migrações, Alessandra Rufino Santos nos apresenta a temática do *Tráfico humano e contrabando de migrantes em regiões de fronteiras*. Frente a atual conjuntura dos deslocamentos humanos, a autora nos convida a uma ampla reflexão sobre os mecanismos de condução dos deslocamentos, cada vez mais controversos e apropriados pelo mercado ou por redes especializadas no tráfico e contrabando de migrantes nas regiões de fronteiras. A autora alerta que a economia política das migrações ou a exploração comercial dos migrantes tornam-se elementos convergentes tanto no contrabando quanto no tráfico humano com destaque especial para as situações de exploração sexual comercial de homens e mulheres.

Com o título *Imigração de jovens mulheres brasileiras na Guiana Francesa: entre categorizações etno-nacionais e estratégias de integração nos “espaços de integrabilidade” da sociedade de recepção*, Brígida Ticiane Ferreira da Silva nos apresenta a trajetória de oito brasileiras instaladas na Guiana Francesa, em situação de miscigenação conjugal. Trata-se de um estudo instigante e complexo que busca identificar a maneira como as brasileiras se percebem no meio profissional e social através de representações construídas a partir das experiências de contato com diversos grupos presentes na Guiana Francesa.

Arieche Kitiane Silva Lima e Francilene dos Santos Rodrigues nos brindam com o texto *Vozes da migração: relatos das guianenses em Roraima*. Segundo as autoras, a migração internacional implica em transformações intensas nas relações, nas hierarquias sociais e étnicas. Nessa perspectiva abordam a temática do deslocamento internacional de populações de países pertencentes à Pan-Amazônia, em especial as implicações desse fenômeno nas relações familiares enfocando a perspectiva das mulheres guianenses. Identificam os arranjos familiares, as vivências transnacionais e demais estratégias que permeiam os vínculos familiares durante o processo migratório que demanda a construção de atitudes e comportamentos considerados adequados para lidar com as novas dinâmicas migratórias transfronteiriças que implicam na ruptura de modelos ideais, a ressignificação dos papéis familiares e o estabelecimento de novos arranjos na família.

Dando prosseguimento à temática das migrações de fronteiras, Maria Lúcia da Silva Brito e Carla Monteiro de Souza avançam com as reflexões sobre a relação entre memória, cultura e identidade de uma imigrante guianense residente há mais de vinte anos no município de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Com o título quase poético *Os fios de memória de Rose: uma imigrante guianense em Boa Vista –RR*, as autoras debatem as questões de memória e identidade com aporte teórico na Linguística Aplicada, nos Estudos Culturais, nas Ciências Sociais e nos estudos migratórios.

De acordo com Mariana Cunha Pereira “os desenhos espaciais das cidades fronteiriças de Bomfim e Lethem revelam que a espacialidade reflete como operam a economia e as trocas simbólicas nas fronteiras”. Com o texto intitulado *Bomfim (Br) e Lethem (Gy): economia e trocas simbólicas de espacialidades marcadas pela diversidade*, a autora afirma que economia, no sentido das relações comerciais, mas, também a economia política denuncia as relações identitárias e de poder entre os moradores das duas cidades. A autora registra as narrativas e documentações fotográficas sobre as duas cidades e seus moradores e observa as trocas simbólicas entendidas como saberes e valores que circulam nas espacialidades fronteiriças.

O texto *A migração estudantil em regiões de fronteira: as experiências contemporâneas de Foz do Iguaçu - PR e Boa Vista – RR*, de Pedro Marcelo Staevie apresenta o paradoxo das migrações estudantis observadas em dois extremos do Brasil: a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), em Foz do Iguaçu e a Universidade Federal de Roraima em Boa Vista. O artigo debate a importância do ensino superior no “chamamento” de imigrantes (estudantes) para estas duas cidades que experimentaram nas últimas décadas um intenso fluxo migratório.

O último bloco de textos é composto por dois artigos que discutem temáticas consideradas transversais nos estudos da fronteira Pan-Amazônica. O primeiro texto tece importantes considerações teóricas sobre as estratégias de dominação, mais especificamente sobre a ideologia racista e a sexista. *Gênero e raça: dominação, resistências e pressupostos teóricos*, foi o título escolhido pelas autoras Iana dos Santos Vasconcelos Eliane Silvia Costa para realizar uma breve revisão bibliográfica sobre a temática das ideologias racista, de gênero ou classe, que se diferenciam, hierarquizam e subjugam grupos sociais considerados ideologicamente inferiores e proporcionam privilégios para aqueles tidos como superiores.

O segundo e último texto desse bloco, de autoria de Adriano de Freixo, intitulado: *Ecos do luso-tropicalismo: a presença do pensamento de Gilberto Freyre no discurso da lusofonia*, nos convida a ampliar o conceito de fronteiras para o “além-mar” chegando em Portugal, onde, nas décadas de 1980 e 1990, procurou-se construir uma espécie de consenso nacional em torno da ideia da lusofonia, com uma releitura, em novos parâmetros, do discurso secular da originalidade da cultura portuguesa e das marcas que ela deixou no mundo, a partir das grandes navegações dos séculos XV e XVI. Para legitimar tal ideia, amplos setores das elites culturais e políticas lusitanas procuraram em experiências passadas ou em escritos de intelectuais e pensadores portugueses e estrangeiros as bases discursivas que lhe dessem sustentação. Dentre esses pensadores, destaca-se o brasileiro Gilberto Freyre, com as suas teses sobre o lusotropicalismo e sobre a especificidade do “modo português de estar no mundo”, que acabariam se tornando o principal arcabouço intelectual da lusofonia, ao serem ressignificadas em um contexto pós-colonial.

Esses breves recortes de cada um dos textos são um convite à leitura detalhada de cada um dos artigos que compõem esse segundo volume do *Dossiê Sociedade e Fronteiras*. Representam um esforço de síntese de temáticas amplas que podem ser aprofundadas com a leitura criteriosa de quem deseja conhecer mais as fronteiras da Pan-Amazônia e suas transversalidades.

Organizadoras
Marcia Maria de Oliveira
Maria Luíza Fernandes
Francilene dos Santos Rodrigues

ARTIGO

CIÊNCIAS EM SOCIEDADE: DIÁLOGOS INTERCULTURAIS
E ECOLOGIAS DE SABERES PERANTE AMEAÇAS
NEOCOLONIAIS

Resumo

O presente artigo visa contribuir para a reflexão em torno do papel e relevância das ciências em sociedade, avaliando as atuais tendências que orientam e condicionam o fazer ciência numa perspectiva de diálogo intercultural e de ecologias de saberes, num contexto onde as novas forças neocoloniais ligadas as pressões de mercado limitam o exercício de uma ciência pública e cidadã.

Palavras-chave:

Ciência pública e cidadã, ecologia de saberes, diálogo intercultural, “fazer/produzir” ciência, desafios sociais.

Abstract

This article aims to contribute to the reflection around the role and relevance of the sciences in society, assessing the current trends that guide and condition the “to do science” in an intercultural dialogue perspective and of ecologies of knowledges in a context where the new neo-colonial forces linked to the market pressures limit the exercise of a public and civic science.

Keywords:

Public and citizen science, ecology of knowledges, intercultural dialogue, “to do/ to produce” science, societal challenges.

Introdução

O conhecimento científico está desde sempre envolto em grandes discussões sobre a sua relevância, validade e interação com os demais conhecimentos produzidos em diversas dimensões da sociedade. As grandes turbulências sentidas, principalmente, nas sociedades europeias, como Portugal, ao nível do desenvolvimento económico e das condições de vida, têm transportado esta temática para um espaço central da arena pública e política. A visão instrumentalista de que a ciência deve estar, essencialmente, ao serviço do crescimento económico, gerador de mais-valias, promove políticas públicas, seja no âmbito da União Europeia ou no interior de cada Estado, focadas neste desiderato. Esta perspetiva económica da ciência que, segundo uma visão mais neoliberal, proporcionará a médio e longo prazo um aumento da qualidade de vida, não é consensual e muito menos tem contribuído para o atenuar das desigualdades e para um aumento da redistribuição da riqueza produzida, como foi apanágio dos Estados-Providência europeus desde o final da 2ª Grande Guerra Mundial.

A importância da ciência observa-se, não só nas transformações tecnológicas que providenciam melhorias na qualidade de vida e bem-estar (incluindo alimentação, energias alternativas, tratamentos na saúde, etc.), mas igualmente na melhoria e fiscalização dos sistemas democráticos, dos instrumentos progressistas de inclusão social e redistribuição do bem-estar, das práticas experimentais de inovação social no sentido de aprender com os “outros”, na perspetiva da assunção de uma ecologia dos saberes através da comparação e confronto de ideias, práticas e experiências, ou seja, num diálogo intercultural (SANTOS, 2014) – e não apenas no sentido do puro e simples empreendedorismo social, que parece ser o único sinónimo de “inovação social”, como se percebe nas políticas de ciência promovidas pela União Europeia (ECa, 2013; ECb, 2013)¹.

A ciência tem sido assim, simultaneamente, um fator de aceleração e turbulência transformadora, como também de criação de instrumentos de conforto e acomodação/superação das desigualdades sociais, com um relevante papel político, que não pode ser neutral, no respeito pelos direitos humanos e de luta contra as diferentes formas e práticas de exclusão social como a discriminação, racismo, xenofobia, pobreza, sexismo, entre outras (SANTOS, 1999).

¹ Segundo este documento da Comissão Europeia, a inovação social “rely on the inventiveness of citizens, civil society organisations, local communities, businesses and public servants and services. They are an opportunity both for the public sector and for the markets, so that the products and services better satisfy individual but also collective aspirations. Stimulating innovation, entrepreneurship and the knowledge-based society is at the core of the Europe 2020 Strategy.”(EC, 2013a: 6)

A colocação da ciência, e neste sentido do conhecimento científico, dentro da sociedade é um princípio fundamental para o seu próprio controle, fiscalização e avaliação da relevância social do que faz, de forma transparente, em diálogo constante e com uma responsabilidade transformadora e integradora. A ciência deve estar ao serviço dos interesses públicos e coletivos, reforçando-se a dimensão da livre circulação das ideias e a partilha das descobertas. As mais recentes transformações que catapultam as descobertas científicas para um patamar até há poucos anos inimaginável, por exemplo ao nível da genética ou mesmo da designada “Internet das Coisas” (Internet of Things – IoT), vieram colocar desafios de forma tão acelerada que demonstram a incapacidade de promover uma reflexão atempada e uma regulação apropriada capazes de integrar os benefícios e evitar os perigos subjacentes. Deste modo, ambos se desenvolvem de forma descontrolada, com potenciais efeitos perversos sobre o funcionamento da sociedade, muito por força da ávida apropriação pelos mecanismos capitalistas de promoção de lucro. Quando os principais impulsionadores destas transformações são empresas privadas, a reação ou regulação das entidades públicas competentes, nas mais variadas dimensões, é muito diminuta (WEBER e WEBER, 2011; JONSEN, 2003; ECKENWILER e COHN, 2007).

O presente artigo visa, assim, contribuir para a reflexão em torno do papel e relevância das ciências em sociedade, avaliando as atuais tendências que orientam e condicionam o fazer ciência numa perspetiva de diálogo intercultural e de ecologias de saberes, na linha preconizada por Boaventura de Sousa Santos (2014), num contexto onde as novas forças neocoloniais ligadas as pressões de mercado limitam o exercício de uma ciência pública e cidadã.

Desafios à produção de conhecimento científico: as limitações das transformações

As recentes transformações ocorridas na ciência moderna e pós-moderna (SANTOS, 1989, 2003) levaram a uma mudança de paradigma já muito revisitado e discutido, quer sobre os seus contornos quer sobre os seus impactos sobre a sociedade, incluindo no modo como esta se relaciona com os restantes conhecimentos (SANTOS, 2014). Importa agora, não desenvolver os contextos e consequências das transformações do conhecimento científico, mas elencar um conjunto de fatores que, por um lado, moldam a sua evolução, em termos de prioridades e, por outro, condicionam o seu exercício, em termos de modo de “fazer ciência”, forçando um novo processo de “refechamento” da ciência, numa tendência que podemos

designar de neopositivismo ou neoliberalismo científico cujos impactos se sentem em diversas áreas científicas (LATHER, 2010, 2012; DEMERITT, 2000), mas com particular incidência nas ciências da saúde (VINIEGRA-VELÁZQUEZ, 2014; COOPER, 2008).

As políticas científicas internacionais, em particular as desenvolvidas pela União Europeia, na procura de uma resposta às tendências hegemónicas provenientes dos Estados Unidos da América, têm influenciado a forma de “fazer ciência” e as próprias políticas de ciência nos diferentes países (CELIS e GAGO, 2014; VAN DYCK, 2002). A União Europeia, num dos seus últimos documentos publicados, na sequência de vários outros anteriores que têm fundamentado as diferentes políticas assumidas nas duas últimas décadas, assume que o futuro da Europa está na ciência (STAC, 2014), promovendo um conjunto de estratégias prioritárias. Este relatório, produzido pelo Science & Technology Advisory Council, órgão independente composto por cientistas, peritos em ciência tecnologia e empresários que aconselha o Presidente da Comissão Europeia, considera que estamos a caminhar para uma sociedade baseada no conhecimento produzido. O então Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, afirmou inclusivamente no prefácio que “não basta simplesmente gerar conhecimento; é necessário traduzir esta vantagem de produzir conhecimento em novos produtos e serviços para o benefício da Europa e dos seus cidadãos, para desenvolver uma sociedade guiada pelo conhecimento” (Cf. STAC, 2014: 3).

O deslumbramento sobre as potencialidades do conhecimento científico assume-se, assim, como fator determinante na abordagem que é feita, centrando-se, essencialmente, nos benefícios económicos que pode gerar, com muito pouco ênfase nos riscos sociais que pode, igualmente, implicar.

As scientists, we are, of course, aware of the tremendous limitations and pitfalls of such a process of producing new knowledge. But we are even more conscious of the inanity of science policy research trying to make sense of major events without direct experience of the social and political process at play, and without the conditions to understanding the motivations and the meaning of the main players’ actions (CELIS e GAGO, 2014: 457).

Esta afirmação de CELIS e GAGO expressa, em parte, o reconhecimento da encruzilhada em que, novamente, nos encontramos. Por um lado, uma pressão das instituições internacionais, com reflexo nas políticas nacionais, para que a ciência seja essencialmente utilitarista e geradora de mais-valias económicas. Por outro, a urgência em levar a ciência para a discussão social e política, para que haja uma verdadeira compreensão dos interesses protagonizados pelos diferentes atores

envolvidos. Contudo, algo parece estar fora desta equação simplista mais uma vez: a ausência de mecanismos de participação dos cidadãos na definição das prioridades e das políticas públicas de ciência. Já Boaventura de Sousa Santos em 1978 alertava para a necessidade de discutir politicamente a ciência, voltando mais recentemente a reforçar a importância de integrar o conhecimento científico no contexto dos diferentes conhecimentos existentes na sociedade como uma forma de “descolonizar” a força legitimadora do colonialismo ocidental no âmbito do que designa de ecologia de saberes (SANTOS, 2014).

Mas como se manifestam as novas práticas hegemônicas do conhecimento científico, alicerçadas nas políticas de ciência definidas pela União Europeia e, abaixo desta, pelos países que integram esta instância?

Em primeiro lugar, a miríade do financiamento da produção do conhecimento científico. Com o assumir de um papel preponderante no financiamento público da ciência, a União Europeia passou a investir uma maior percentagem do seu orçamento na produção de conhecimento “inovador”. Ao arrogar-se este protagonismo, que ocorreu num período de maior retração económica e de emergências de dificuldades financeiras por parte dos Estados-membros, veio permitir que os financiamentos nacionais canalizados para a ciência diminuíssem na maioria dos países, com a consequente perda de autonomia na definição das prioridades de investimento, bem como nos instrumentos que operacionalizam a política científica. Em Portugal, para além do orçamento público ter diminuído, uma forte percentagem passou a ser assegurada pelas transferências provenientes da União Europeia que teve, como reflexo, um certo mimetismo da política científica e dos instrumentos que lhe dão corpo. As prioridades científicas da União Europeia passaram a ser as prioridades de Portugal ao nível da ciência. Mesmo que os contextos e as necessidades estratégicas do país não coincidam com as da União Europeia no seu todo.

Em segundo lugar, a definição de políticas de financiamento à ciência direcionadas para a criação de inovações tecnológicas orientadas para o mercado, sujeitando os cientistas à realização de investigações com a exigência de produtos patenteáveis. As parcerias com empresas e o seu próprio financiamento, pelo menos parcialmente, são geradoras de uma estratégia que desvaloriza a realização de estudos que analisem, avaliem e proponham alterações aos problemas de coesão e desigualdades sociais, de transparência e participação dos cidadãos nos diferentes mecanismos de governação ou que aprofundem a melhoria das condições de vida em geral. A visão hegemónica de um modelo que faz depender a melhoria da qualidade de vida das inovações tecnológicas capazes de gerar valor económico, como panaceia para a resolução

subsequente dos problemas de desigualdade social, tem, em muito contribuído para uma harmonização da produção do conhecimento científico com a consequente redução da diversidade e criatividade, em particular na área das ciências sociais e humanas. Os documentos oficiais referidos atrás, bem como as áreas prioritárias promovidas para financiar a produção do conhecimento científico, por exemplo no atual programa europeu Horizon 2020², constitui um claro exemplo das limitações que são impostas aos cientistas atualmente. Para sobreviverem devem adaptar-se às fontes de financiamento que impõem, cada vez mais, restrições à liberdade científica e à capacidade de gerar um pensamento crítico que questione os próprios modelos de financiamento da ciência, à escala internacional ou nacional.

Em terceiro lugar, assiste-se a um progressivo e constante diluir da relevância das ciências sociais e humanas em termos de prioridades na definição da política de financiamento de ciência. Ao nível da União Europeia, por exemplo, as ciências sociais e humanas, ainda que possam transversalmente participar noutras linhas de financiamento em parceria com cientistas de outras áreas científicas, apenas tem disponível uma das sete temáticas previstas nos Desafios Societais, denominado de “Europe in a changing world - Inclusive, innovative and reflective societies”. Por seu lado, a criação do European Research Council³, que proporciona um financiamento direcionado essencialmente para a ciência fundamental “Excelência”, parece ser a única exceção que permite o surgimento de novas ideias desligadas diretamente das condicionantes do mercado, ainda que, posteriormente, os processos de avaliação limitem, em grande parte, o surgimento de propostas com um pensamento crítico diferente da cultura científica dominante. As ciências sociais e humanas não obtêm mais de 15-17% do total de financiamento disponível neste programa de financiamento da denominada Excelência (sendo ainda mais reduzido nos Desafios Societais). A nível nacional o panorama não é muito distinto, como é o caso de Portugal onde a Fundação para a Ciência e a Tecnologia assumiu o objetivo de que o financiamento nas áreas das ciências sociais e humanas não ultrapasse os 20% do total de financiamento que disponibiliza para o sistema científico nacional, independentemente das prioridades nacionais que possam exigir uma maior atenção em resultado dos problemas sociais existentes. Neste contexto, a área das humanidades é ainda mais atingida por este paradigma dominante de financiamento

2 Para melhor análise do programa da União Europeia Horizon 2020, bem como das estratégias e conceitos associados, ver, entre outros, OWEN, MACNAGHTEN e STILGOE, 2012; HORVAT, 2011; FELT, 2014, entre outros. O programa Horizon 2020 foi dividido em três grandes áreas: Excelência, Liderança Industrial e Desafios Societais – ver em: <http://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/h2020-sections>

3 Ver mais informações em: <http://erc.europa.eu/>

da ciência (SCHINDLER-DANIELS, 2014; FACH GÓMEZ, 2014)), remetendo a sua importância para as questões das “identidades culturais” e as “políticas de memória”, mas mesmo estas com reduzido espaço para um pensamento crítico que questione as políticas oficiais europeias ou nacionais.

Em quarto lugar, o estímulo às parcerias com entidade públicas e da sociedade civil tendentes à procura de soluções de “inovação social”, como definido atrás, para atalhar e resolver problemas sociais e económicos que afetam, com maior dureza, as populações europeias, em particular nos países mais vulneráveis a situações de crise económico-financeira, como é visível nos casos de Portugal, Grécia, Espanha ou Itália, entre outros, para não referir os diversos casos dos países do Leste da Europa. Muito do financiamento da União Europeia, dirigido aos países membros, é depois intermediado pelas agências públicas que moldam os apoios e os programas de financiamento em concordância com as opções políticas dos governos vigentes. Deste modo, as soluções preconizadas não podem afastar-se ou adotar uma perspetiva crítica, mesmo que construtiva à procura de propostas alternativas, que conteste ou contrarie as políticas governamentais. Deste modo, o espaço das ciências, em particular das ciências sociais e humanas, está bem delimitado no que é concebido oficialmente como “inovação social”, obrigando os cientistas a realizar investigações desde cedo dirigidas por soluções que se conformem às vontades políticas. É visível, com maior relevo, nas áreas de políticas de apoio/combate à vulnerabilidade social, imigração, criminalidade, racismo, igualdade de género ou discriminação sexual, entre outras.

Em quinto lugar, o “imperativo” institucional das políticas científicas que consideram que o “único” conhecimento válido e reconhecido é o que se publica nas revistas científicas internacionais com fator de impacto e revisão pelos pares, predominantemente em língua inglesa e, na maior parte das vezes, controladas pelas duas grandes editoras internacionais: Elsevier e Thomson Reuters. Estas editoras controlam, igualmente, múltiplas bases de dados de referências de publicações científicas, incluindo as duas principais a nível mundial, respetivamente a Scopus e a ISI – Web of Science (que, por sua vez, incluem no seu interior bases específicas de determinadas áreas científicas). Esta tendência, que partiu inicialmente das ciências da saúde, como forma de aferir o impacto que as revistas iam tendo em termos de visibilidade pública e utilização por outros cientistas, veio a tornar-se num forte mecanismo de mensurabilidade do impacto científico das publicações, através do número de citações que cada publicação acaba por ter noutras publicações (FREY e ROST, 2010; LI *et al.*, 2012; LEYDESDORFF *et al.*, 2010). Esta análise bibliométrica

da produção científica tem vindo a estreitar a diversidade de canais de disseminação e os mecanismos de validação e disseminação do conhecimento científico, assim como contribuir para uma diminuição da partilha com outros conhecimentos existentes nas sociedades, numa base horizontal e igualitária. Inclusivamente, o estabelecimento de avaliações a instituições universitárias e científicas, a nível coletivo ou ao nível dos seus professores e investigadores, têm potenciado a construção de *rankings* institucionais e individuais que, posteriormente, influenciam sobremaneira os financiamentos públicos e privados da ciência. Este estreitamento do papel da ciência e a redução da importância das diferentes áreas de intervenção (formação avançada e profissional, disseminação de conhecimento em diversas atividades, relação entre ciência e sociedade, interação com atividades culturais, etc.) gera um estrangulamento preocupante na produção de conhecimento científico e um retrocesso histórico sobre a responsabilidade de construir uma ciência pública em constante diálogo intercultural com a sociedade (SANTOS, 1978 e 2014). Esta visão redutora gera, igualmente, várias estratégias de publicação, por parte dos investigadores e editoras/revistas, na fronteira do limite ético, e muitas vezes para além de qualquer princípio ético, para se obterem bons resultados nas avaliações métricas que são consideradas com maior relevância nos processos de avaliações que, depois, permitem aceder a maiores e melhores financiamentos (FANG *et al.*, 2012; STEEN, 2011; DELGADO LOPEZ-COZAR, 2012; BOSCH *et al.*, 2012).

Em sexto e último lugar, a importância crescente do *open access*, ou acesso aberto ou livre, como forma de disseminação do conhecimento científico que, na sequência da análise anterior sobre as bases de dados internacionais, permite concluir rapidamente que as estratégias de *open access* são, na prática, mecanismos de *market access* devido ao necessário pagamento para publicar nas revistas e editoras com maior fator de impacto nas principais bases de dados indexadas. De referir que, na maior parte das vezes, o pagamento é proveniente de instituições públicas ou com financiamentos públicos estatais (ou mesmo europeu, no caso da União Europeia), que assim transferem para as grandes editoras internacionais os fundos financeiros para garantir que o conhecimento científico seja legitimado (BOMFÁ *et al.*, 2012; BJÖRK *et al.*, 2010; LAAKSO *et al.*, 2011). Naturalmente, existem igualmente grandes oportunidades de disseminação de muito conhecimento científico em portais e bases de dados de acesso gratuito *online* e que são, igualmente, importantes e reconhecidas com maior ou menor relevância consoante as áreas científicas. Esta é uma área em profunda e rápida transformação, cujos contornos das perspetivas de evolução são ainda

muito difusos⁴. Os movimentos que contestam a hegemonia das grandes editoras internacionais que controlam a maioria das publicações com maior fator de impacto, derivado, por sua vez, das suas próprias estratégias de concentração e legitimação, começam a emergir um pouco por todo o lado (BARROS, 2012; TORINO *et al.*, 2011). Os preços para publicar e de assinatura de publicações subiram tanto nos últimos anos, devido a este movimento de concentração empresarial, que as universidades e centros de investigação começaram a não conseguir, nos seus orçamentos, suportar estes custos, começando a questionar estes monopólios⁵.

Este contexto, parcialmente descrito acima e com muitas zonas de indefinição, permite, pelo menos, afirmar que estamos num processo de recentramento dos saberes que procura reestabelecer o regresso à hierarquia dos diferentes conhecimentos e saberes do paradigma da ciência moderna (SANTOS, 1989), onde o conhecimento científico, mas com a diferença de que apenas “algum” conhecimento científico, é mais credível, verdadeiro e infalível. Naturalmente, segundo esta nova estratégia, o conhecimento científico válido é o publicado em revistas ou editoras indexadas nas grandes bases de dados internacionais controladas pelos grandes grupos económicos. Mais preocupante é verificarmos que quer os países, nas suas políticas científicas internas, quer as instâncias internacionais, na definição das políticas supranacionais ou nas diretivas internacionais, na sua maioria, aprovam estas estratégias e financiam-nas através de dinheiros públicos de apoio à produção de conhecimento científico. Procurar alternativas e oferecer outras visões são estratégias que surgem, igualmente, mas com maior dispersão e ainda sem os resultados desejados que permitam construir uma ciência horizontal e um alargamento das áreas de participação da ciência na sociedade.

Perante este contexto, podemos mesmo referir que existe uma nova estratégia de neocolonialismo científico dominante que procura consolidar uma hegemonia sustentada em, pelo menos, seis características:

4 Por exemplo, as diferenças entre *green open access* e *gold open access*, são geradoras de estratégias múltiplas de influência e de pressão para garantir a ciência mais “legítima”. Sobre estas diferenças e os seus impactos, incluindo os negativos, ver, entre outros, RODRIGUES (2014), SANTILLÁN ALDANA (2014) ou BEALL (2013). A University of Newcastle, no Reino Unido, coloca no seu site esclarecimentos sobre as diferenças e indica mesmo o preço médio para a publicação em *gold open access* ver em: <http://www.ncl.ac.uk/openaccess/green-gold/>). As estratégias “predadoras” de novos operadores nesta área têm gerado muita confusão sobre ética e oportunismo, assim como a necessidade de garantir a idoneidade e responsabilidade de quem publica (HAUG, 2013; BUTLER, 2013);

5 Ver, por exemplo, a contestação da *University of Harvard* (<http://www.theguardian.com/science/2012/apr/24/harvard-university-journal-publishers-prices>), no Reino Unido, ou alguns movimentos organizados à escala global, como o *The Cost of Knowledge* (<http://thecostofknowledge.com/>) ou a DORA - San Francisco *Declaration on Research Assessment* (<http://www.ascb.org/dora/>).

1ª) Só é válido o conhecimento científico “indexado” nas bases de dados internacionais;

2ª) As políticas científicas são implementadas nacionalmente, pelos Governos, segundo padrões “harmonizados” que validam os interesses hegemônicos dos grandes grupos económicos editoriais na área da ciência;

3ª) uma grande parte da comunidade científicas, em particular em algumas áreas científicas, participa e colabora ativamente no reforço deste modelo reducionista da ciência, que impõe maiores desigualdades (pois, quem puder pagar, pode mais facilmente publicar);

4ª) Os financiamentos competitivos nacionais e internacionais são condicionados, cada vez mais, por este padrão hegemónico ao valorizar desproporcionadamente este tipo de publicações nas avaliações curriculares e institucionais;

5ª) a qualidade e o impacto da ciência passam a ser medidos pelas publicações indexadas, desvalorizando-se todas as demais dimensões onde exerce um papel primordial como sejam as atividades de formação, extensão ou disseminação em ligação com a sociedade;

6ª) A crescente medição bibliométrica da produtividade científica por via das publicações “indexadas” gera uma ciência mais distante e opaca dos seus deveres de cidadania e responsabilidade pública de contribuir para uma sociedade mais justa, menos desigual e com maior qualidade de vida para todos.

E este é um processo que tem vindo a ocorrer tanto nos países europeus, como da América Latina ou Ásia, em diferentes ritmos e/ou com ligeiras diferenças, ainda que, nos últimos anos, com maiores movimentos de contestação, crítica e de elaboração de políticas alternativas.

As dimensões intrínsecas de fazer ciência: estratégia integrada

Que estratégias se devem adotar perante o descrito nos pontos anteriores? Como fazer ciência? Como formar em ciência? Como divulgar ciência? Como participar na definição das políticas públicas? Como ser competitivo em ciência (no sentido de fazer ciência de qualidade)? A resposta a estas questões está na ordem do dia em qualquer instituição universitária ou científica, em qualquer parte do mundo. Vejamos algumas estratégias que qualquer centro de investigação, hoje em dia, deve seguir de forma a contrariar a tendência hegemónica e oferecer alternativas.

Desde logo, a elaboração de um Plano Estratégico de médio e longo prazo (5 a 10 anos) que defina as prioridades temáticas de investigação, em função da equipa

de investigação disponível e das áreas a privilegiar em contratações de recursos humanos futuras, as áreas de formação atuais e as que é necessário criar, a estrutura administrativa existente e as necessidades a acautelar de futuro e os recursos financeiros disponíveis (agora e numa perspetiva de futuro, com contratos de financiamento plurianuais com entidades públicas ou privadas). O Plano Estratégico a elaborar deve igualmente ter em consideração os grandes documentos de referência nacional e internacional, sob as prioridades científicas para as décadas seguintes, que importa acautelar para se aceder aos grandes financiamentos que daí advêm e que permitem, em consequência, que depois se tenham os fundos necessários para se fazer ciência não hegemónica.

A título exemplificativo, na Europa existe programa Horizon 2020 que define as áreas temáticas e as orientações para as comunidades científicas, resultantes dos financiamentos que vão ser disponibilizados entre 2014 e 2020. Em função disso, as comunidades científicas preparam-se igualmente para competir por financiamentos que determinam as temáticas e os resultados que se pretendem atingir. Os 70 mil milhões de euros que vão ser investidos nos próximos sete anos dividem-se em três grandes pilares, que inclui, em qualquer deles, o financiamento de universidades, associações, centros de investigação ou empresas dos países da União Europeia, mas também de todo o mundo, com adaptações consoante os concursos:

1ª) Ciência de Excelência, onde se inclui o financiamento do European Research Council (que financia investigação “pura”, privilegiando a atribuição de bolsas a investigadores de top), das bolsas de mobilidade inter-países Marie Curie, as infraestruturas científicas europeias e as tecnologias emergentes (35% do financiamento);

2ª) Liderança Industrial, no privilegiar da inovação tecnológica com fins empresariais procurando recolocar a Europa no topo da competitividade (25% do financiamento);

3ª) e Desafios Societais, que procura investigar e procurar soluções para problemas que perduram, e por vezes se agravam, em áreas temáticas tão diversas como saúde, bem-estar e envelhecimento, alimentação, agricultura e pescas sustentáveis e bioeconomia, energias seguras e limpas, transportes inteligentes e verdes, ambiente e gestão de recursos, segurança, inovação social e sociedades inclusivas (40% do financiamento).

Perante este panorama, elencam-se de seguida 6 dimensões essenciais sobre os quais se deve elaborar um Plano Estratégico de um centro de investigação, que devem integrar uma estratégia de médio prazo - 5 anos, e longo prazo - 10 anos:

1. *Interdisciplinaridade* temática e das equipas de investigação, que podem estar organizados em função dos seus interesses mais pessoais, mas, com um sentido de responsabilidade coletiva, que exige flexibilidade e capacidade de integração em equipas noutras temáticas;

2. *Investigação* sustentada em projetos financiados, que garantam permanentemente uma dinâmica de equipas, não só internamente com o cruzamento da equipa mais estável, mas igualmente com a constante integração de investigadores externos, sejam eles de outras instituições, em colaborações temporárias, ou de jovens investigadores numa fase inicial de carreira, numa estreita ligação com os pilares seguintes;

3. *Formação avançada* com uma oferta regular, com pós-graduações organizadas de forma interdisciplinar (em particular programas de doutoramento e integração de pós-doutorandos) ou cursos de formação avançada destinada a públicos específicos e com formatos adequados (incluindo plataformas de *e-learning*, para formação à distância), capazes de efetuar as ligações necessárias entre a investigação e formação, com mútuo benefício (para além da constante ligação a outras instituições públicas e/ou profissionais);

4. *Redes nacionais e internacionais*, quer através da criação ou da integração, garantindo uma atualização constante, espaços de discussão e troca de ideias e experiências e de construção de projetos conjuntos, incluindo instituições não científicas (sempre que integrados em redes de outra natureza), com quem se podem estabelecer acordos de parceria para objetivos específicos e/ou estruturais, como sejam projetos de longo prazo, ocupação e partilha de edifícios e equipamentos, consultoria/assessoria científica, etc.;

5. *Disseminação científica* através dos vários instrumentos de publicação e disponibilização de resultados científicos, por livros em editoras de referência e artigos em revistas indexadas em bases internacionais, mas sem descurar a disseminação em *green openaccess*, revistas profissionais, crónicas em jornais, entre outros formatos para públicos mais vastos, ou mesmo da elaboração de relatórios executivos, recomendações políticas e pareceres científicos que influam na elaboração de políticas públicas;

6. *Atividades públicas* e de extensão, de natureza diversa, em formatos diferenciados e em espaços não formais, através de atividades com escolas, exposições, ciclos de cinema ou debates em espaços públicos não académicos e com não académicos, relacionados com as temáticas de investigação, numa perspetiva cultural e cívica.

O equilíbrio virtuoso entre os diferentes pilares estruturais é algo muito difícil e raramente atingível, mas é o objetivo de conseguir que permite ir avançando pelos diferentes caminhos, por vezes com uns a irem temporariamente à frente dos demais,

mas sempre com a preocupação de manter uma estratégia diversificada e que garanta uma capacidade de resposta global da instituição, capaz de disputar um lugar credível dentro da ciência hegemónica e oferecendo espaços e meios diferenciados numa perspetiva de uma ciência cidadã e responsável publicamente.

Como fazer ciência: estruturas flexíveis, profissionais e participativas

A capacidade de um centro de investigação conseguir enfrentar as diferentes frentes, elencadas nas 6 dimensões enunciadas, exige uma estrutura científica e administrativa adequada, com uma natureza jurídica que garanta autonomia financeira e administrativa, que pode constituir, inicialmente, um “capital de risco”, ou seja, que necessite de 3 a 5 anos para começar a dar resultados. Eis sete características que é necessário assegurar e acautelar:

1ª - Construção de uma *equipa de investigação equilibrada, diversificada, competente e flexível* composta por docentes universitários, profissionais de diferentes áreas e investigadores a tempo-inteiro, com entrada progressiva e gradual para que haja sempre um tempo necessário de integração na cultura científica da instituição. Atualmente, o patamar mínimo para entrada como investigador deve ser o doutoramento, salvo exceções justificadas (profissionais de reconhecido mérito), a que acresce um registo recente de um bom ritmo de publicações de qualidade, de participações em projetos de investigação e de um grau elevado de internacionalização, que inclui o domínio de outras línguas não nacionais;

2ª - Criação de uma *estrutura administrativa flexível e profissional* que garanta a cobertura e o apoio às 6 dimensões identificadas, de forma articulada e horizontal numa estrutura com responsabilidade piramidal, que garanta uma boa operacionalização, o que exige a captação de profissionais, preferencialmente com experiência em investigação, para os diferentes serviços necessários (financeiro, gestão de projetos, organização de eventos, divulgação/disseminação e imagem/identidade, formação avançada, publicações e informática/tecnológica);

3ª - Entre os serviços referidos no ponto anterior, sua importância estrutural na sustentabilidade financeira e científica dos centros de investigação, destaca-se a aposta numa *equipa de gestão de projetos* composta por profissionais com experiência de investigação, que garanta o acesso a uma diversidade de mecanismos de financiamento, o apoio crítico à elaboração de candidaturas de projetos de investigação e assegurem todos os procedimentos na execução dos projetos (financeiro, contratual, processual, controlo de indicadores, objetivos alcançados, etc.);

4ª - Criação de uma *estrutura organizacional* que contemple diversos órgãos de governação que assegurem, por um lado, a distinção entre gestão científica (Diretor, Conselho Científico, Núcleos de investigação, etc.) e, por outro, a gestão administrativa e financeira (Diretor, Direção, etc.), de modo a permitir mecanismos de controlo e negociação que ajudem a manter uma dinâmica institucional descentralizada, acessível à comunidade científica e participada;

5ª - Conceber uma *organização científica* que garanta o equilíbrio entre os interesses pessoais dos investigadores e os interesses definidos no Plano Estratégico, que se pode concretizar em Grupos de Investigação Temáticos e, simultaneamente, numa lógica mais transversal, estruturas com outros fins como sejam Observatórios, Centros Especializados, Áreas Temáticas, entre outras possibilidades, que exigem a integração de investigadores e/ou profissionais de distintas proveniências;

6ª - Assegurar a existência de *mecanismos/instrumentos de participação* global, de modo a garantir a auscultação e debate sobre o funcionamento e futuro da instituição (e das várias dimensões), dos grupos de investigação, dos investigadores, estudantes de doutoramento, investigadores juniores e/ou funcionários, das estruturas científicas internas e dos serviços ou de aspetos mais particulares, fomentando níveis de intervenção com resultados visíveis, mantendo um nível adequado de *stress* institucional que não permita acomodações cristalizadoras;

7ª - Fomentar uma *cultura de avaliação* e prestação de contas públicas dentro da instituição, de forma aberta e transparente, nos mais diversos níveis e serviços, nomeadamente:

- ✓ *Avaliação institucional* (e dos grupos de investigação temáticos e/ou outras estruturas científicas), com a criação de unidades interna e externa (internacional) de avaliação regular sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos nos diferentes pilares, definindo metas estratégicas anuais;
- ✓ *Avaliação dos investigadores*, após a definição de critérios de produtividade anuais mínimos, salvaguardando especificidades e contextos atenuantes, mas mantendo uma pressão saudável, de acordo com padrões de publicação e produtividade internacionais, com a definição dos grandes objetivos a atingir;
- ✓ *Avaliação dos serviços* pela prestação diária e em momentos de *stress* e aumento de solicitações de apoio, para avaliar a capacidade de resposta, de flexibilidade e de interajuda, privilegiando a resposta por serviço em relação à individual (embora sem descuidar esta última, que pode ter um efeito perturbador no equilíbrio do serviço);

- ✓ *Avaliação global do desempenho institucional*, através dos relatórios de atividades e financeiros anuais, que exige um sistema de recolha de informação abrangente, de forma discriminado e global, das diversas atividades e dos resultados obtidos (desde o nível de publicação e projetos de investigação, passando pelas atividades de formação e outros eventos científicos, número de estudantes, participação do público, participação em redes internacionais, entre outros indicadores, incluindo o impacto público nos meios de comunicação tradicionais e digitais), capaz de garantir um retrato global da instituição e consequente avaliação dos objetivos atingidos.

Fazer ciência não significa apenas ter uma excelente ideia, importante para a melhoria do conhecimento e da qualidade de vida da sociedade. Concretizar a ideia exige a que por detrás esteja uma instituição composta por um conjunto de características que permitam desenvolvê-la de forma coerente, de modo a se atingir os objetivos inerentes a uma ciência com que se pretende com um sentido de dever público.

“Produzir” ciência: enfrentando a “ditadura” da produtividade

A ciência, em termos genéricos, vem sendo confrontada, cada vez mais, com avaliações baseadas em indicadores de produtividade essencialmente relacionados com três grandes dimensões: publicações em revistas indexadas, patentes registadas (propriedade intelectual) e captação de financiamentos públicos e privados, mas sempre competitivos. Por conseguinte, a formatação da produção científica a estes indicadores de produtividade, também comumente designados de “excelência”, está a alterar a forma e a utilidade de se “fazer ciência”, desviando-a do benefício do interesse coletivo para alimentar os interesses privados do mercado neoliberal. É, por isso, comum observar a descoberta de novas inovações tecnológicas baseadas em universidades públicas, e com financiamento público, que rapidamente se transformam numa *spin off* privada, com registo de propriedade intelectual, em que os benefícios ficam confinados a um conjunto reduzido de pessoas que, por vezes, são logo absorvidos por empresas de maior dimensão, quando veem um bom capital de risco, que afinal já não tem risco algum, dado que já foi testado, desenvolvido e implementado por investigadores em centro ou universidades públicas.

A necessidade de cumprir estes indicadores internacionalmente estandardizados têm obrigado a ciência a voltar a fechar-se sobre si própria, reduzindo o seu investimento no envolvimento participado com as comunidades à sua volta, com

exceção das de natureza empresarial. O benefício público da ciência passa a ser assim filtrado pelo funcionamento do mercado das próprias inovações científicas, às quais apenas se têm acesso pagando um preço justo de mercado que inclua uma boa parcela de lucro.

Cumprir com os indicadores de produtividade não significa, contudo, descuidar as outras dimensões inventariadas atrás, mas antes pensar em formas de produção de ciência que incluam igualmente estas preocupações, para se *jogar igualmente no tabuleiro dos indicadores estandardizados*. Vejamos dois exemplos de produtividade que procuram conciliar a resposta a estes padrões internacionais e à exigência de cumprir o seu papel de ciência com relevância essencialmente pública:

a) *Publicar no âmbito de projetos de investigação financiados* - participar num congresso internacional implica preparar uma comunicação certamente em inglês, que deve ser preparada tendo o objetivo de: redigir um artigo para submeter a uma revista indexada em bases de dados internacionais; transformar-se num capítulo do relatório, que por sua vez deve obedecer a uma estrutura rígida para que este seja construído numa versão o mais próxima possível do livro final; adaptar-se para se tornar um capítulo de um livro (do livro a publicar a partir do relatório). Poder ser trabalhado de forma a facilmente se adaptar a uma linguagem mais acessível para ser publicada em revista profissional ou temática nacional, onde pode ter um impacto público positivo. Conter, por fim, uma reflexão que conduza à elaboração de recomendações políticas de natureza pública, de forma a poder ter a relevância social e política que se impõe em termos de responsabilidade pública da ciência.

b) *Divulgar e formar no âmbito de projetos de investigação financiados* – ao elaborar o conjunto de resultados (*outputs*) de um projeto de investigação é possível planear um conjunto de atividades para além das publicações, com resultados múltiplos e pensando em públicos diferenciados, procurando atingir um impacto público de alta densidade, através nomeadamente de: prever cursos de formação avançada (2 a 4 dias), para públicos científicos e profissionais, incluindo nos oradores/formadores *stakeholders* e *policy-makers*, como estratégia de envolvimento constante (ensinar-aprender dialogante); planear a realização de entrevistas com registo audiovisual de forma recolher elementos que contribuam para a produção de um documentário para difusão pública em televisão, internet ou uso para fins educativos; organizar um seminário internacional final convidando oradores académicos e responsáveis públicos, procurando que deste resulte num livro sobre a temática e se aprofundem as relações e interações institucionais facilitando a divulgação dos resultados finais;

produzir materiais de divulgação em diversos formatos, para interagir com escolas, jornalistas, responsáveis profissionais, entidades públicas e privadas, etc., que implica pensar em *kits* pedagógicos, módulos de formação profissional ou manuais profissionais, conclusões de natureza operativa e com grande grau de detalhe e recomendações para a elaboração de políticas públicas; aproveitar as diversas ferramentas de comunicação, desde as tradicionais conferências de imprensa, aos dossiers de imprensa, aos press releases até à utilização dos novos meios digitais como seja o youtube, facebook, twitter, plataformas de disponibilização de conteúdos científicas, profissionais ou temáticas, entre outras adequadas a cada projeto e respetivos objetivos.

Com estas duas estratégias produtivas, a ciência cumpre todos os seus desígnios sem deixar de jogar dentro dos padrões internacionais. Não deixa de ser importante contribuir para que estes padrões sejam alterados, de modo a que não se transforme a investigação científica num produto patenteado pelas grandes editoras internacionais. É, contudo, responsabilidade da ciência enfrentar o desafio de pensar em alternativas, não só para o benefício da sociedade, mas essencialmente para evitar cair na ratoeira em que se encontra e cujos resultados começam a emergir, um pouco por todo o lado, se transformar uma ciência pública num lucro privado.

Investir em ciência: um risco calculado/controlado

A análise efetuada aos riscos e desafios da ciência aplica-se aos diferentes contextos internacionais, independentemente do seu estado de evolução atual ou das variações das políticas científicas nacionais. A ciência é das áreas onde o conhecimento, neste mundo globalizado, mais circula. E assim circula igualmente a tendência harmonizadora do modo de se fazer ciência. Contrariar esta tendência é responsabilidade dos atores políticos mas também dos próprios cientistas. Resistir ao neocolonialismo científico, contribuindo para que não exista um desperdício dos conhecimentos e das experiências, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, é essencial para garantir que os saberes das sociedades se mantenham como património comum da humanidade (SANTOS, 2014).

E, neste contexto, o sucesso de um centro de investigação mede-se, principalmente, pelo cumprimento da sua missão pública e o contributo que tem para a sociedade global e, mais em concreto, para a sociedade nacional em que se insere. O sucesso mede-se, complementarmente, e para garantir a sua sustentabilidade, pela capacidade de obter recursos financeiros para além do financiamento-base que deve ser uma

obrigação de cada Estado, para que tenha uma estrutura científica forte, diversificada e competitiva no sentido de procurar sempre mais e melhores resultados. Se por cada euro investido, o centro de investigação conseguir ir buscar, através de outros financiamentos competitivos, incluindo a prestação de serviços, mais 2 ou 3 euros, podemos considerar que é um investimento ganho e gerador de uma dinâmica científica, social, cultural e económica de grande valia (naturalmente, existem áreas científicas onde isto é mais difícil de atingir, de igual importância e que cabe ao Estado assegurar o financiamento total). Por fim, o sucesso mede-se pela diversidade e impacto dos seus indicadores, que não se devem limitar à “ditadura” da bibliometria dos artigos em revistas indexadas em bases de dados de referência internacional, mas também, com igual ou maior relevância, pelo papel que desempenham na interação com as sociedades, na transmissão de conhecimento e na disseminação dos seus resultados, expondo-se, simultaneamente, ao crivo crítico dos diferentes públicos.

Nota conclusiva

Investir em ciência, é preciso repetir vezes sem fim, é um bom investimento para o país e um fator de reconhecimento internacional com impactos muito positivos localmente e nacionalmente. Investir em ciência é, em regra, um investimento com risco controlado cujos resultados geram a médio-longo prazo um retorno diversificado de grande relevância.

A relevância das ciências em sociedade necessita estar ancorada numa estratégia que promova o diálogo intercultural e uma ecologia de saberes capaz de resistir, como defende Boaventura de Sousa Santos (2014), ao avanço da ciência neocolonial que procura regressar a um passado onde a hierarquia de conhecimentos se estabeleceu de forma desigual. Combater a nova hegemonia de uma ciência neocolonial é um desiderato de todos os cientistas, em particular dos cientistas sociais, de forma a que o *open access* ao conhecimento científico não se conforme como um *knowledgemarket* que contribui, cada vez mais, para o acentuar das desigualdades sociais, económicas e culturais no mundo. Se assim for, é sinal de que as pressões de mercado acabaram por limitar o exercício de uma ciência pública e cidadã capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida coletiva em favor da qualidade de vida de apenas uma pequena parte.

Um Estado que não defina e financie uma estratégia científica está a condenar o seu país ao *brain drain*, com resultados negativos nas mais diversificadas áreas. Um

Estado que não invista fortemente no *braingain*⁶ está condenado a não garantir uma economia competitiva e uma sociedade mais inclusiva. Uma ciência sem Estado transforma-se num Estado vulnerável à voracidade alheia. Uma ciência cidadã gera uma sociedade mais inclusiva e participada. No fundo, mais democrática!

Referências

- BARROS, Moreno Albuquerque de. *A Primavera Acadêmica e o custo do conhecimento*. Liincem Revista, Vol. 8. n° 2, 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/486>.
- BEALL, Jeffrey. *Predatory publishing is just one of the consequences of gold open access*. Learned Publishing, vol. 26 n°2, 2013 (p. 79-84).
- BJÖRK, B. C. [et al.]. *Open access to the scientific journal literature: situation 2009*. University of East Piedmont, Italy: PLoS ONE, vol. 5(6), jun. 2010.
- BOMFÁ, C. R. Z. [et al.]. *Acesso livre à informação científica digital: dificuldades e tendências*. TransInformação, vol. 20(3), 2012.
- BOSCH, X. [et al.]. *Misconduct policies in high-impact biomedical journals*⁷. PLoS ONE, vol. 7(12), 2012.
- BUTLER, Declan. *The dark side of publishing*. Nature, Vol. 495 (7) 442, 2013 (p. 433-435).
- CELIS, Julio E.; GAGO, José Mariano. *Shaping science policy in Europe*. Molecular Oncology, Vol. 8, Issue 3, 2014 (p.447-457).
- COOPER, Melinda. *Life as surplus: Biotechnology and capitalism in the neoliberal era*. Washington: University of Washington Press, 2008.
- DELGADO LOPEZ-COZAR, Emilio; ROBINSON-GARCIA, Nicolas; TORRES SALINAS, Daniel. *Manipulating Google Scholar Citations and Google Scholar Metrics: simple, easy and tempting*. EC3 Working Papers, n° 6, 29 May, 2012.
- DEMERRIT, David. *The new social contract for science: accountability, relevance, and value in US and UK science and research policy*. Antipode, Vol. 32, Issue 3, 2000 (p. 308-329).
- European Commission. *Guide to Social Innovation. DG Regional and Urban Policy and DG Employment, Social Affairs and Inclusion*. Brussels: European Commission, 2013a.
- European Commission. *Social innovation researching the European Union -Approaches, findings and future directions. DG for Research and Innovation: Socio-economic Sciences and Humanities*. Brussels: European Commission, 2013b.
- ECKENWILER, Lisa A.; COHN, Felicia (eds.). *The Ethics of Bioethics: Mapping the Moral Landscape*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.
- FACH GÓMEZ, Katia. *La nueva política de investigación e innovación de la unión europea: horizonte 2020 y el tratamiento de las ciencias sociales y humanidades*. Revista General de Derecho Europeo, vol. 33, 2014 (p. 49-73).

6 Sobre o *braindrain* e o *braingain* (e igualmente o *braincirculation*), relacionado com a capacidade de atrair ou de manter os melhores cientistas para e no país, ver, entre outros, SOLIMAMO (2008), HEITOR *et al.* (2014), WAGNER (2009) ou HUNTER *et al.* (2009).

- FANG, Ferric C.; STEENC, R. Grant; CASADEVALLD, Arturo. *Misconduct accounts for the majority of retracted scientific publications*. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, vol. 109 no. 42, 2012 (17028-17033).
- FELT, Ulrike. *Within, Across and Beyond: Reconsidering the Role of Social Sciences and Humanities in Europe*. Science as Culture, Vol. 23, Issue 3, 2014 (p. 384-396).
- FREY, Bruno S.; ROST, Katja. *Do rankings reflect research quality?* Journal of Applied Economics, Vol. 13, Issue 1, 2010 (p. 1-38).
- GIROUX, Henry A. *The Terror of Neoliberalism: Rethinking the Significance of Cultural Politics*. College Literature, 32.1, Winter 2005 (1-19).
- HAUG, Charlotte. *The downside of open-access publishing*. New England Journal of Medicine, Vol. 368, n.9, 2013 (p. 791-793).
- HEITOR, Manuel; HORTA, Hugo; MENDONÇA, Joana. *Developing human capital and research capacity: science policies promoting brain gain*. Technological Forecasting and Social Change, vol. 82, 2014 (p. 6-22).
- HORVAT, Manfred. *Science in Europe: The New Framework for EU Research and Innovation*. Science, 25, Vol. 334 n. 6059, 2011 (p. 1066-1068).
- HUNTER, Rosalind S.; OSWALD, Andrew J.; CHARLTON, Bruce G. *The Elite Brain Drain*. The Economic Journal, vol. 119, n. 538, 2009 (p. 231-251).
- JONSEN, Albert R. *The Birth of Bioethics*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- LAAKSO, M.; et al. *The Development of Open Access*. Journal Publishing from 1993 to 2009. PLoS ONE, Vol. 6(6), 2011.
- LATHER, Patti. *The ruins of neo-liberalism and the construction of a new (scientific) subjectivity*. Cultural Studies of Science Education, 7, 2012 (p. 1021-1025).
- LATHER, Patti. *Engaging Science Policy: from the side of the messy*. New York: Peter Lang, 2010.
- LEYDESDORFF, L.; de MOYA-ANEGÓN, F.; GUERRERO-BOTE, V. P. *Journal maps on the basis of Scopus data: A comparison with the Journal Citation Reports of the ISI*. Journal of the American Society for Information Science and Technology, Vol. 61, Issue 2, 2010 (p. 352-369).
- LI, Jie; BURNHAM, Judy F.; LEMLEY, Trey; BRITTON, Robert M. *Citation Analysis: Comparison of Web of Science, Scopus, Scio Finder, and Google Scholar*. Journal of Electronic Resources in Medical Libraries, Vol. 7, 3, 2010 (p. 196-217).
- OWEN, Richard; MACNAGHTEN, Phil; STILGOE, Jack. *Responsible research and innovation: From science in society to science for society, with society*. Science and Public Policy, vol. 39 (6), 2012 (751-760).
- RODRIGUES, Eloy. *O acesso aberto (na UMinho e no mundo): onde estamos e por onde vamos?* Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, vol.8, 2, 2014.
- SANTILLÁN ALDANA, Julio Francisco. *Modelos de negócio dos periódicos científicos de acesso aberto na América Latina e Caribe*. Brasília - DF: Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Universidade de Brasília, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Boulder - London: Paradigm Publishers, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?* Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 54, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Da Sociologia da Ciência à Política Científica*. Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 1, 1978 (p.11-56).
- SCHINDLER-DANIELS, Angela. *Shaping the Horizon: social sciences and humanities in the EU framework programme "Horizon 2020"*. Zeitschrift für Erziehungswissenschaft, Volume 17, Issue 6 Supplement, November 2014 (p. 179-194).
- SOLIMANO, Andrés (ed.). *The International Mobility of Talent: Types, Causes, and Development Impact*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- STAC - Science & Technology Advisory Council. *The future of Europe is science*. Brussels: STAC, 2014.
- STEEN, R. Grant. *Retractions in the scientific literature: do authors deliberately commit research fraud?* Journal of Medical Ethics, 37.2, 2011 (p. 113-117).
- TORINO, Lígia Patrícia, TORINO, Emanuelle, PAIVA, Márcia Regina. *Acesso Aberto à Informação colaboração e disseminação científica na web*. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 2011. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/166>.
- WAGNER, Caroline S. *The new invisible college: Science for development*. Washington: Brookings Institution Press, 2009.
- WEBER, Rolf H.; WEBER, Romana. *Internet of Things: Legal Perspectives*. Berlin: Springer, 2011.
- VAN DYCK, L. *A new partnership between science and politics. European scientists ought to adapt to new research policy paradigms*. EMBO Rep. 3, 2002 (p. 1110-1113).
- VINIEGRA-VELÁZQUEZ, Leonardo. *El papel de las ideas en el conocimiento y las ciencias de la vida*. Revista de Investigación Clínica, Mar-Apr; vol. 66(2), 2014 (p. 181-93).

ARTIGO

A NECESSÁRIA DESCONSTRUÇÃO DA COLONIALIDADE NAS AMAZÔNIAS E NAS AMÉRICAS

Resumo

Como faces articuladas do longo processo de Conquista a que foram/são submetidos os povos indígenas nas Américas, “Colonização”, “Colonialismo” e “Colonialidade” são conceitos de uso corrente, muitas vezes empregados de maneiras impróprias. Desconstrução da colonialidade é o movimento necessário e urgente de desconstruir as múltiplas situações de colonialismo que ainda hoje submetem o viver de grande parte da população nas Amazôniaas e nas Américas. Desconstruir a colonialidade é reconhecer a efetividade dos povos indígenas e seus respectivos sistemas de produção de conhecimento não apenas como “resistências” à invasão-colonização dos mundos indígenas, mas também pelo aporte que podem trazer para o aprimoramento das relações interculturais desde que destituídas do ranço colonial que ainda hoje orienta as relações dos Estados e sociedades nacionais com os povos indígenas.

Palavras-chave:

Povos indígenas; colonialidades nas américas; faces do colonialismo; descolonialidade.

Abstract

As articulated faces of the long process of Conquest which were/ are submitted the indigenous folks on Americas, “Colonization”, “Colonialism” and “Coloniality” are concepts of current use that are many times used on inappropriate ways. The deconstruction of coloniality is the urgent and necessary movement of deconstructing the multiple situations of colonialism that even nowadays submit the lives of a huge part of the population in the Amazons and on the Americas. Deconstructing the coloniality is to recognize the effectivity of the indigenous peoples and their respective knowledge systems of productions not only as “resistances” to the invasion-colonization of the indigenous worlds, but also because of the contribution that can be brought to the enhancement of the intercultural relations since deprived of the colonial rancidity that even nowadays guides the States relations and national societies with the indigenous populations.

Keywords:

Indigenous peoples; colonialities in the americas; colonialism faces; decoloniality.

Introdução

Tomando como ponto central para a minha exposição o tema desta Mesa-Redonda “Sociedade, saberes e colonialidades nas Américas”, quero centrar a discussão no processo através do qual a sociedade ocidental moderna opera os saberes, o que corresponde dizer o processo colonial pelo qual a nossa sociedade, ocidental moderna eurocêntrica científica, produz e afirma aqueles saberes sobre si mesma e sobre outras sociedades, outros povos, como, pelo viés da Antropologia, prefiro expressar, no seu propósito de afirmação e reprodução do pensar ocidental, moderno, eurocêntrico e científico erigido como parâmetro e modelo do modo pensar e agir tomado como único, verdadeiro e universal¹.

Quero centrar a discussão sobre a dimensão político-epistemológica da produção, divulgação e afirmação de saberes, ou simplesmente epistemológica, uma vez que a “epistemologia” é em si mesmo, é antes de tudo, “política”.

Mais do que falar de “colonialidade”, “colonialismo” e “colonização”, processos associados, pretendo, aqui, falar da necessária desconstrução da colonialidade nas Amazônias e nas Américas, que tomo como título para esta minha exposição, ou “conversatório”, para utilizar um termo menos formal e descontraído, – que é dividida em cinco partes: 1 - Breve conceituação, 2 - Os muitos nomes da colonização, 3- As muitas faces do colonialismo, 4 - Colonização e colonialidade nas Amazônias e nas Américas e 5- Desconstruir a colonialidade.

Breve conceituação

Sendo um dos conceitos hoje em moda, “colonialidade” tem sido empregado em sentido um tanto “alargado”, e muitas vezes impreciso. Assim, falar em “desconstruir a colonialidade” exige antes falar em “colonialidade”. Portanto, faz-se conveniente pontuar, ainda que brevemente, alguns conceitos:

¹ Palestra proferida em 14 de novembro de 2014, na Mesa-Redonda “Sociedade, saberes e colonialidades nas Américas”, durante o II Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras, 4º Encontro Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia – 4SBSNORTE e II Semana de Humanidades: “Fronteiras contemporâneas: desenvolvimento, conflitos e sociabilidades nas Amazônia”, realizados em Boa Vista, Roraima, de 11 a 14 de novembro de 2014. Tanto a Palestra, como este texto são resumos de parte do Capítulo I da minha Tese de Doutorado, *Volta ao Começo: demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil*, defendida na Universidade de Coimbra em junho de 2013.

“Colonialidade”

Anibal Quijano (2005, p. 227) conceitua “colonialidade” como as relações de dominação pautadas no capitalismo moderno/colonial, relações que são mais duradouras que o próprio colonialismo.

“Colonialidade do poder”

Ainda segundo Anibal Quijano, “colonialidade de poder” deve ser entendida como a concentração hegemônica de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento, o que significa dizer, dos sistemas de produção de conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 236).

Walter Mignolo (2005, p. 74) assinala que a “colonialidade do poder” é “o eixo que organizou e continua organizando a diferença colonial, a periferia como natureza”, como consequência do capitalismo e da modernidade, que aparecem como fenômenos europeus, e não planetário, do qual todo o mundo é partícipe, mas com distintas posições de poder.

“Colonialismo”

Para Boaventura de Sousa Santos (2009, p. 351) “colonialismo” pode ser entendido como “o conjunto de intercâmbios extremamente desiguais que estabelecem uma privação da humanidade em sua parte mais frágil como condição para sobreexplorá-la ou para excluí-la como descartável”.

“Colonização”

No contexto da discussão que aqui nos motiva, “colonização” talvez seja o conceito que é mais inapropriadamente empregado, e que deve ser entendido como o processo múltiplo, e articulado, de invasão, conquista, dominação, subordinação, subalternização, agressão, destruição, discriminação étnica, intolerância, epistemicídio, extermínio etc. a que são historicamente submetidos os povos indígenas nas Américas (OLIVEIRA NEVES, 2013, p. 127).

Assim, numa brevíssima síntese conceitual: Walter Mignolo (2005, p. 73) utiliza “o conceito de ‘colonialidade’, como o outro lado da modernidade”; um outro lado

a que o próprio Walter Mignolo sugere que nos perguntemos se não seria esse o “lado escuro” da modernidade; enquanto para Enrique Dussel (1993) a relação “colonialismo/imperialismo” é aquela que melhor expressa o verdadeiro sentido do processo colonial.

E para introduzir a discussão sobre os processos sempre associados da “Conquista”² vou, nesta parte da minha exposição, me permitir um falar que, talvez, venha a ser tomado mais como “literário” e “poético” (ao menos em forma!) do que propriamente “sociológico”.

Os muitos nomes da colonização

“Tudo isso que não tem nome chama-se já de tantas maneiras” (CORTÁZAR, 1972, p. 21). A colonização tem muitas faces, e muitos nomes, genocídio, extermínio, epistemicídio, violência, agressão, violação, invasão, destruição, escravidão, evangelização, aculturação, assimilação, integração, subordinação, subalternização, discriminação, dizimação, anulação da expressão cultural, desestruturação social, desestruturação política, desestruturação étnica, perda de identidade, perda de integridade, perda de território, sofrimento sem fim, preconceitos sempre renovados. São muitos os nomes da colonização, e, na Amazônia, ou nas Amazônias, assim como em toda a América Latina, todos “estes nomes” estão, ainda hoje, atuantes em toda a sua força e crueldade.

As muitas faces do colonialismo

“Achamos com eles grande número de livros dessas suas letras, e porque não tinham coisa em que não houvesse superstição e falsidades do Demônio, queimamos todos” (GALEANO, 2009, p. 124). Mesmo após a era dos grandes impérios coloniais, o colonialismo continuou, e continua, de outras muitas e diferentes formas. E essas formas são as formas da discriminação étnica, do racismo, do machismo, da intolerância religiosa, da depredação ambiental, da contaminação dos solos, da diminuição dos estoques mundiais de água potável, do elevado número de desempregados em todo o mundo, das restrições às políticas migratórias e de acolhimento em diversos países etc. etc. etc.

² Uma “Conquista” eufemisticamente chamada de “Descobrimento”, como assinala criticamente Enrique Dussel (1993).

Um colonialismo que está em toda a parte, com toda a força. Que mostra a sua cara visível através da homofobia *versus* um falso liberalismo sexual difundindo em *merchandising*; da persistência das guerras religiosas *versus* o respeito à liberdade de culto; do recrudescimento do ódio racial *versus* o reconhecimento do direito à autoidentificação e autodeterminação; da escassez de alimentos que provoca a desnutrição em todas as partes do mundo *versus* a alta produtividade do agronegócio global; da “catástrofe ecológica cada vez menos remota”³ *versus* a construção de oásis de prosperidade em áreas restritas do planeta; das “zonas selvagens das megacidades”,⁴ guetos de “campos de morte”⁵, em número cada vez mais crescente *versus* as cidades privadas condomínios fechados, “castelos neofeudais” que em número sempre crescente dividem a sociabilidade⁶; da aviltante concentração de renda *versus* os baixos índices de qualidade geral de vida; da exclusão a que está submetida a maioria da população mundial social *versus* a formação de pequenos paraísos de emancipação; da enorme concentração de autoridade decisória em um grupo reduzido de países centrais “do Norte” *versus* o enfraquecimento da soberania por parte dos países periféricos “do Sul”; da crescente concentração de poder (econômico, político, simbólico e de todos os tipos) em mãos de reduzidos grupos empresariais/financeiros *versus* a vertiginosa perda de poder por parte dos Estados e das populações submetidas ao capitalismo global.

Mesmo após a era dos grandes impérios coloniais, dos quais Portugal foi, não sem traumas, o último a abdicar, o colonialismo continuou. E o Brasil, qual filho pródigo, continua a sua triste faina colonial, impondo de muitas e diferentes formas a “colonialidade do poder” não apenas sobre os povos indígenas, mas principalmente

3 “[...] Não existirá alternativa para um mundo em que 500 dos indivíduos mais ricos detêm um rendimento semelhante ao rendimento somado dos 40 países mais pobres, com uma população de 416 milhões de pessoas (PNUD, 2005: 30) e onde a catástrofe ecológica é uma possibilidade cada vez menos remota? [...]” (SANTOS, 2008: 16).

4 “[...] Mais do que isso, existem milhões de Guantánamos nas discriminações sexuais e raciais quer na esfera pública, quer na privada, nas zonas selvagens das megacidades, nos guetos, nas *sweatshops*, nas prisões, nas novas formas de escravatura, no tráfico ilegal de órgãos humanos, no trabalho infantil e na exploração da prostituição. [...]” (SANTOS, 2007a: 10-11).

5 “[...] No sentido literal, estas são as linhas que definem as fronteiras como vedações e campos de morte, dividindo as cidades em zonas civilizadas (*gated communities*, em número sempre crescente) e zonas selvagens, e prisões entre locais de detenção legal e locais de destruição brutal e sem lei da vida. [...]” (SANTOS, 2007a: 15).

6 “[...] Para se defenderem, transformam-se em castelos neofeudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (cidades privadas, condomínios fechados, *gated communities*, como mencionei acima). A divisão entre zonas selvagens e zonas civilizadas está a transformar-se num critério geral de sociabilidade, um novo espaço-tempo hegemônico que atravessa todas as relações sociais, económicas, políticas e culturais e que, por isso, é comum à ação estatal e à ação não-estatal. [...]” (SANTOS, 2007a: 16).

sobre estes, que são, por excelência, o “outro” a ser colonizado, imagem distorcida de uma nação que se pensa moderna.

Na Amazônia e em todas as Américas, ainda hoje tratadas como províncias do mundo a serem conquistadas pela dita modernidade, todas as formas de colonialismo estão, em menor ou maior escala, presentes.

Colonização e colonialidade nas Américas e nas Américas

Os muitos nomes e as muitas faces do colonialismo são nuances do todo que se manifesta “sob formas infinitamente diferentes” (SANTOS, 2007a, p. 12) e que, portanto, devem ser vistas como expressões particulares de um mesmo processo de dominação imposta por estratégias e mecanismos, ora violentos, ora subtis, à todas as partes das Américas e à todos os povos desta parte do mundo.

Como observa Edgardo Lander: “O eurocentrismo e o colonialismo são como cebolas de múltiplas camadas. Em diferentes momentos históricos do pensamento social crítico latino-americano levantam-se algumas destas camadas. Posteriormente, sempre foi possível reconhecer aspectos e dimensões (novas camadas de ocultamento) que não tinham sido identificadas pelas críticas anteriores” (LANDER, 2005, p. 19).

João Arriscado Nunes, um grandíssimo cientista social do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, se calhar pouco conhecido da maior parte dos brasileiros, observa que “Colonialismo, neocolonialismo, pós-colonialismo são os nomes dados aos sucessivos momentos históricos em que essa relação de dominação foi forjada através de uma diversidade de meios e de processos” (NUNES, 1999, p. 70).

A “Colonização”, não foi/não é apenas a “ocupação de terras”, como por vezes é simploriamente pensada; foi/é a apropriação do universo simbólico e material dos povos colonizados, a subordinação do presente e futuro de vida de sociedades diferenciadas, a dominação dos corpos e do pensamento de populações originárias que desde muito antes do “Descobrimento”/“Chegada”/“Invasão” do mundo europeu já ocupavam/colonizavam estas terras.

A “colonização” foi/é um longo processo responsável por um verdadeiro “epistemicídio” provocado pela “vastíssima destruição de conhecimentos próprios dos povos causada pelo colonialismo europeu” (SANTOS, 2010, p. 8), que resultou, por um lado, em uma imensa perda de conhecimentos e na eliminação de muitas formas distintas de produção autônoma de conhecimento, e, por outro, na afirmação

no imaginário do mundo moderno do mito da superioridade epistemológica do pensamento europeu (OLIVEIRA NEVES, 2007a).

Um processo tão violento quanto sistemático, que faz da “colonialidade” a marca característica do pensamento latino-americano, tanto da América Latina indígena como daquela América Latina herdeira do pensamento colonial, que, nos termos de Guillermo Bonfil Batalla (1990), poderíamos chamar de “América profunda” e “América imaginária”.⁷

Uma colonialidade sempre presente, muitas vezes de modo subliminar, conformando o pensamento colonizado a partir do projeto colonizador. Pensamento colonizado, e mais grave, condenado pela força do colonialismo a se sentir inferior ao Norte, desenvolvido, erudito, educado, o Sul vê a si mesmo apenas como “terceiro mundo global do homem sem margens, chapinhador da história, véspera de si mesmo” (CORTÁZAR, 1972, p. 53).

Vítimas desse destino trágico, nós, latino-americanos, pensamos que pensamos “menos” porque o nosso pensamento é hoje resultado de um longo processo de colonização que resultou em um profundo sentimento de inferioridade, responsável pela colonialidade do nosso pensamento que por não mais pensar hoje como pensou em tempos ancestrais, pensa que pensa “menos” (OLIVEIRA NEVES, 2008).

Para a colonialidade só há lugar para dois tipos de índios: o índio civilizado, integrado, aculturado, submetido, institucionalizado, o índio negado, o índio que se nega a ser índio; e o “índio brabo”, aquele índio que insiste em ser índio, que resiste à colonialidade que lhe nega a possibilidade de existência diferenciada, e que, por isso mesmo é excluído da sociedade nacional, é inviabilizada a sua continuidade étnica em espaço multicultural, que é condenado à condição de reminiscência cultural folclorizada e exotizada, como testemunho histórico de um tempo civilizacional superado.

7 “O índio: a persistência da civilização mesoamericana que encarna hoje em povos definidos (os chamados comumente grupos indígenas), mas que se expressa também, de diversas maneiras, em outros âmbitos, majoritários da sociedade nacional que forma, junto com aqueles, o que aqui chamo o México profundo” (BONFIL BATALLA, 1990: 9). “A história recente do México, a dos últimos 500 anos, é a história do enfrentamento permanente entre quem pretende atrelar o país no projeto da civilização ocidental e quem resiste apegado em formas de vida de estirpe mesoamericana. O primeiro projeto chegou com os invasores europeus mas não foi abandonado com a independência: os novos grupos que tomaram o poder [...] nunca renunciaram ao projeto ocidental. [...] A adoção desse projeto deu lugar a que se crie, dentro do conjunto da sociedade mexicana, um país minoritário que se organiza segundo normas, aspirações e propósitos da civilização ocidental que não são compartilhados (ou o são desde outra perspectiva) pelo resto da população nacional; a esse setor, que encarna e impulsiona o projeto dominante em nosso país, chamo aqui o México imaginário” (BONFIL BATALLA, 1990: 10).

Sendo o índio a um só tempo a antítese da modernidade e o símbolo da América primitiva, para a colonialidade só há lugar para essas duas Américas: a América europeizada que reflete no espelho distorcido da colonização a herança colonial e o saudosismo de uma Europa distante; e a América resistente que ao afirmar a sua originalidade é excluída do horizonte civilizacional da modernidade.

Sempre revigorada, a “colonialidade do poder” só abre aos povos indígenas a porta da assimilação, da aculturação, da desintegração, da dissolução étnica, da exclusão, da regulação, do aniquilamento, do epistemicídio. Portas da negação ou do desaparecimento, portas apenas de saída, nunca de acesso e convivência num mundo compartilhado.

Desde 1500, ser índio no Brasil e em todas as Américas continua a ser um ato de teimosia, de obstinação, de perseverança, de desafios e riscos constantes na luta sempre presente de afirmação de identidades étnicas no contexto preconceituoso e discriminatório da sociedade nacional monocultural para a qual “índio bom é índio morto”, como diz um ditado popular desavergonhadamente racista, para a qual a presença indígena é sinônimo de obstáculo ao desenvolvimento nacional e à constituição de uma sociedade “civilizada” e “moderna”.

Desconstruir a colonialidade

“É tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (QUIJANO, 2005, p. 274). Por muito tempo, por séculos, nós – índios e brancos – acreditamos não somente na superioridade do pensamento europeu/cristão/científico/moderno como também, e muito mais grave que isto, na ineficácia, na impropriedade, na não-qualificação e na não-validade dos pensamentos indígenas (OLIVEIRA NEVES, 2007b), muitos deles ainda hoje operando com toda a força, orientando a vida de muitos povos indígenas. Por isso mesmo é um erro supor que a América indígena está morta.

Em toda parte das Américas numerosas mobilizações, ações, programas e projetos de iniciativa dos próprios povos indígenas desencadearam o questionamento da colonialidade em todas as suas dimensões. Em uma clara e inquestionável demonstração de força, validade e vitalidade dos sofisticados sistemas de produção de pensamentos indígenas, as iniciativas étnicas de superação/desconstrução da colonialidade impulsionam a partir dos anos 1970 um vigoroso processo de reflexão crítica não apenas sobre o mundo das relações interétnicas como também da

necessidade do “mundo branco” refletir sobre si mesmo e sobre seus projetos, seus planos, seus objetivos e seus interesses como sociedade, ao mesmo tempo em que abrem aos povos indígenas a possibilidade concreta de ocuparem o cenário político e social latino-americano com suas presenças ativas, rompendo definitivamente com a visão de índio submetido e subalternizado construída pela modernidade eurocêntrica.

Falar do processo de colonialidade imposto nas Amazônias – e por extensão na América Latina – pela colonização hispânica e portuguesa é falar da necessidade de desconstruir a perspectiva colonial de produção do conhecimento, e, assim, questionar a colonialidade em todas as suas dimensões. E falar da necessidade de superação da perspectiva colonialista de produção do conhecimento, implica na necessidade de construção de redes e relacionamentos voltados para a superação de perspectivas teórico-conceituais e de orientações práticas ainda hoje reproduzidas não apenas pelos programas e ações de governo, mas, também, pelas instituições de pesquisa e ensino herdeiras na América Latina de concepções eurocêntricas que afirmam a distância entre o *nós* colonizado, no qual são jogados os índios e as populações tradicionais, e o *outro* colonizador, com o qual se identificam as elites nacionais, um *outro* “imaginário que tem o poder e se assume como o portador do único projeto nacional válido” (BONFIL BATALLA, 1990, p. 244), “irreal, dominante, mas sem raiz, carne nem sangue” (BONFIL BATALLA, 1990, p. II).

Como atores políticos comprometidos com o destino da Amazônia, e da América Latina, e de suas populações, é necessário romper com a postura confortável de intelectuais acadêmicos (que em si mesmo traz impregnado a arrogância do pensamento cientificista elitista), e não mais reproduzirmos a colonialidade do pensamento. Em termos da produção de conhecimentos, vale dizer que é chegado o momento de superar a conceitualização que estabelece o falso antagonismo entre conhecimento científico/saberes tradicionais⁸ que reafirma distâncias epistemológicas e impõe aos diferentes sistemas culturais de produção do conhecimento uma incomunicabilidade social historicamente construída pela colonização.

8 “Saberes tradicionais” como são vulgarmente chamados não apenas os conhecimentos indígenas, mas todos os conhecimentos populares.

Conclusão

Para a construção de um pensamento que supere a colonialidade, devemos olhar para os exemplos. E os exemplos que acenam para a desconstrução da colonialidade, os temos muitos, e muito próximos de nós mesmos. Desconstruir a colonialidade é apagar os muitos nomes da colonização e eliminar as muitas faces do colonialismo que ainda marcam o viver subalterno de uma enorme parte da população amazônica/latino-americana. E não permitir que eles – os muitos nomes da colonização e as muitas faces do colonialismo – voltem a ser manifestar sob outros nomes, em outras faces renovadas. Desconstruir a colonialidade é abandonar a arrogância do pensamento moderno plenipotente e começar a aprender com os povos indígenas e as populações tradicionais que há outras forma/outros ângulos de ver o mundo e os fenômenos sociais e naturais que dão sentido aos diferentes mundos e modos de ser.

Aprender com os indígenas e com os movimentos sociais, inclusive ao nível da nossa organização como cientistas sociais e de nossas Ciências Sociais, para que não mais continuemos cada um de nós a pensar apenas em nós mesmos, para que não mais sigamos de costas hispânicos e brasileiros, para não mais continuarem de costas as nossas Ciências Sociais, nós e nossas Ciências Sociais, olhando, a partir de um olhar eurocêntrico imposto pela colonialidade de nossos pensamentos (disciplinados pelos cânones de nossas disciplinas acadêmicas), os nossos mundos divididos (América Latina/Amazônia, ou Andes/Amazônia) interpretados por uma Ciência Social distante, ainda que com boas intenções, ainda que tendo abdicado de suas práticas coloniais, mas que continua ver as Amazônias e as Américas a partir da visão da Europa e/ou da América do Norte.

Aprender com os indígenas e com os movimentos sociais parece ser o caminho mais direto capaz de reorientar as discussões sobre o exercício da investigação/intervenção social e sobre os desafios colocados à Antropologia, à Sociologia e à Ciência Política a favor da sua inserção crítica na realidade sócio-política amazônica-andina e latino-americana.

Aprender com os indígenas e com os movimentos sociais para a necessária construção de redes e relacionamentos entre nós, cientistas sociais, e os nossos fazeres acadêmicos e ativistas, fundamentais – o fazer ativista e acadêmico – para a superação da colonialidade responsável pela produção de um conhecimento social acanhado e de uma intervenção social envergonha que tristemente tem marcado muitas de nossas intuições e muitos de nós mesmos.

Referências

- BONFIL BATALLA, Guillermo. **México Profundo: Una civilización negada**. México: Grijalbo, 1990.
- CORTÁZAR, Julio. **Prosa do Observatório**. Lisboa: Quetzal Editores, 1972.
- DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GALEANO, Eduardo. **Espelhos. Uma história quase universal**. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005, (p. 19-20).
- MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**, in Edgardo Lander (Org.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005, (p. 71-103).
- NUNES, João Arriscado. **“Encontro de culturas na submissão do Outro”**. in **Notícias do Milênio**. Diário de Notícias, 08 de julho, 1999.
- OLIVEIRA NEVES, Lino João de. **La Colonialidad y la Historia de las Culturas/Pueblos de la Cuenca Amazónica (un acercamiento)**. Palestra proferida na Vídeo-conferência inaugural do 12 Congreso de Antropología em Colombia. Manaus, 16 de maio, 2007a.
- OLIVEIRA NEVES, Lino João de. **La Colonialidad y la Historia de las Culturas/Pueblos de la Cuenca Amazónica (un acercamiento critico)**. Comunicação apresentada no Simposio “La deconstrucción de la colonialidad: iniciativas indígenas y antropológicas”. Santafé de Bogotá, 10 a 14 de outubro, 2007b.
- OLIVEIRA NEVES, Lino João de. **Desconstrução da colonialidade: Iniciativas indígenas na Amazônia**. Comunicação apresentada na Sessão III “Interculturalidade e Pós-Colonialismos. É possível a Igualdade na Diferença?”, no Workshop Pré-Colóquio “Os jovens e os caminhos do futuro”, do Colóquio Caminhos do Futuro: Novos Mapas para as Ciências Sociais e Humanas”. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 18 de junho.
- OLIVEIRA NEVES, Lino João de. **Volta ao Começo: demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil**. Tese de doutoramento. Universidade de Coimbra, Portugal, 2013 (p.119-134).
- QUIJANO, Aníbal. **“Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”**, in Edgardo Lander (Org.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais, 2005 (p.227-278).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **“Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”**, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 78, outubro, 2007a, (p. 3-46).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **“Orador-ninguém”**, in Escrita INKZ. **Manifesto para uma arte incapaz**. Porto: Edições Afrontamento, 2007b, (p.220-245).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **“A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal”**, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 80, março, 2008, (p.11-43).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Una epistemología del sur: la reinención del conocimiento y la emancipación social**. México: Siglo XXI; CLACSO, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reventar el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce-Extención, Universidad de la República, 2010.

ARTIGO

EMANCIPAÇÃO, SUL E PÓS-COLONIALISMO¹

Resumo

Neste texto abordo as assimetrias que dividem o Norte do Sul através de uma perspectiva que largamente remete para o âmbito da crítica pós-colonial da modernidade. O passado colonial emerge, pois, como período histórico que em muito condiciona e determina as relações de poder no presente. Negando qualquer fatalismo ou determinismo histórico que obscureça as múltiplas possibilidades sempre abertas a cada presente sucessivo, dou centralidade ao modo como as configurações do mundo contemporâneo estão indelevelmente marcadas pelas linhas de desigualdade que se sulcaram na relação colonial.

Palavras-chave:

Emancipação; pós-colonialismo; sul; desigualdades.

Resumen

Neste texto abordo as assimetrias que dividem o Norte do Sul através de uma perspectiva que largamente remete para o âmbito da crítica pós-colonial da modernidade. O passado colonial emerge, pois, como período histórico que em muito condiciona e determina as relações de poder no presente. Negando qualquer fatalismo ou determinismo histórico que obscureça as múltiplas possibilidades sempre abertas a cada presente sucessivo, dou centralidade ao modo como as configurações do mundo contemporâneo estão indelevelmente marcadas pelas linhas de desigualdade que se sulcaram na relação colonial.

Palavras-chave:

Emancipação; pós-colonialismo; sul; desigualdades.

¹ Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação “ALICE, espelhos estranhos, lições imprevistas”, coordenado por Boaventura de Sousa Santos (www.alice.ces.uc.pt) no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Portugal. O projeto recebe fundos do Conselho Europeu de Investigação, 7.º Programa Quadro da União Europeia (FP/2007-2013); ERC Grant Agreement n. 269807.

Introdução

O longo tempo colonial que definiu o sistema-mundo moderno (WALLERSTEIN, 1974) encetado pela expansão europeia, permanece até hoje, bem vivo, apesar dos processos independentistas anticoloniais que marcaram os séculos XIX e XX. Essa persistência manifesta-se mormente em duas dimensões: primeiro, na continuada situação de subalternidade e precariedade das populações outrora colonizadas; segundo, na relação de interdependência econômica que, bem ao contrário do que as teorias desenvolvimentistas alegam, faz da existência de uma oposição entre Norte e Sul, o local e o global, uma condição para as lógicas de acumulação do neoliberalismo.

Tanto a subalternidade como a interdependência econômica promovem um quadro epistemológico que continuamente desqualifica as experiências e saberes das populações que foram objeto da dominação colonial. Podemos falar, assim, de pujantes legados coloniais ou, usando a linguagem de Ann Laura Stoller (2008), “de formações imperiais”:

As formações imperiais são relações de força. Elas abrigam formas políticas que perduram além das exclusões formais que legislam contra a igualdade de oportunidades, dignidades comensuráveis e direitos iguais. Ao trabalhar com o conceito de formações imperiais em vez de império, a ênfase desloca-se das formas fixas de soberania e suas negações, para formas gradativas de soberania e para o que tem marcado longamente as tecnologias de domínio imperial – escalas deslizantes e contestadas de direitos diferenciados. As formações imperiais são definidas por razões racializadas de alocações e apropriações (STOLLER, 2008, p. 193).

A noção de formações imperiais pretende colocar o enfoque seja nos matizes que a dominação imperial sempre assume, seja nas muitas ruínas - heranças coloniais - que permanecem vivas no presente, assombrando o futuro Stoller (2008, p. 194). As formações imperiais sintonizam-nos para uma disposição epistemológica bem captada na ideia de Boaventura de Sousa Santos, quando preconiza a necessidade de se “aprender com o sul” como forma de superação da razão metonímica que a modernidade ocidental abraçou “a razão metonímica, [é aquela] que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria prima” (SANTOS, 2002, p. 240).

Trata-se, no fundo, de confrontar criticamente a sobrançeria civilizadora em que assentou muito do discurso colonial e que ainda define muito da relação do Ocidente com o resto do mundo. Nisto reside o imenso desafio colocado às ciên-

cias sociais no confronto com as experiências, conhecimentos e valores de sujeitos e populações oprimidos, desqualificados e silenciados à luz das relações coloniais: historicizar percursos sem os congelar no passado; reconhecer saberes e identidades sem negligenciar o quanto foi erradicado pelo colonialismo, o quanto foi constituído ora como resistência anticolonial e o quanto se hibridou com a cultura do colonizador; e, finalmente, assumir que as ciências sociais precisam de ser descolonizadas na medida em que assentam nos privilégios e nas prerrogativas científicas fundados na hegemonia global do paradigma económico e cultural da modernidade ocidental.

Descolonizar saberes

Nascida em funda relação com o estudo dos ditos “povos primitivos”, a antropologia, no quadro das ciências sociais, cedo se confrontou com um matricial paradoxo: ao mesmo tempo que fui dando a conhecer valores e culturas passíveis de questionarem o ímpeto monocultural e civilizatório da modernidade, tomou partido das relações que, através do colonialismo, criaram a “proximidade tóxica” através da qual essa mesma alteridade pôde ser conhecida. Como refere James Clifford,

De fato, o trabalho etnográfico tem estado enredado num mundo de duradouras e mutáveis desigualdades de poder, e continua a estar nele implicado. Mas o seu papel nessas relações de poder é complexo, frequentemente ambivalente, potencialmente contra-hegémico. (CLIFFORD, 1986, p. 9)

Numa importante obra organizada por Talal Asad, *Antropology and the Colonial Encounter* (1973a), produz-se uma instigante reflexão sobre as ligações entre antropologia (nomeadamente a antropologia estrutural-funcionalista produzida no contexto britânico) e o colonialismo. Vivía-se a ressaca das independências dos territórios coloniais e vivia-se uma crise disciplinar que passou por críticas tão demolidoras como aquela que Peter Worsley apresentou, em 1966, numa comunicação significativamente intitulada “*The End of Anthropology / O fim da Antropologia*” (1970). Em causa estava o modo como a prática da etnografia antropológica, quase sempre realizada em contextos não europeus, se encostou a relações coloniais de tal modo que pôde parecer lícito a Worsley questionar se o fim do colonialismo não acarretaria o fim da antropologia. Conforme reflete Talal Asad:

É indiscutível que a antropologia social surgiu como uma disciplina distinta no início da era colonial, que se tornou uma profissão académica próspera perto do final dessa era, ou que durante esse período se dedicou a uma descrição e análise — levada a cabo por euro-

peus, para uma audiência europeia — de sociedades não europeias dominadas pelo poder europeu (ASAD, 1973b, p. 15).

A crítica emerge primeiro, porque a Antropologia se desenvolveu na relação de poder entre a cultura europeia (dominante) e as culturas não europeias (dominadas), relação que desde logo estruturou as condições de possibilidade de pesquisa. Em segundo, porque apesar da omnipresença das relações coloniais essa dimensão da vida social esteve frequentemente omissa dos textos produzidos pelos antropólogos. Ausente enquanto questão atinente aos temas em análise: era possível analisar as estruturas de poder de determinado grupo social ignorando como a dominação colonial aí se entroncava. E ausente como um elemento social, político e económico que estrutura as próprias condições de pesquisa: a omissão de uma reflexividade sobre o papel das relações coloniais na pesquisa etnográfica ia de par em par com uma conceção positivista do conhecimento.

Num sentido paralelo à reflexão que Talal Asad produz, defendo que hoje a realização de pesquisa em contextos pós-coloniais, ao silenciar as condições estruturais que decorrem dessa mesma situação pós-colonial, arrisca produzir uma omissão não menos gravosa daquela que foi apontada ao período colonial. A preocupação com o pós-colonial adquire assim um sentido próximo ao que Robert Young descreve:

O pós-colonial não privilegia o colonial. Está interessado na história colonial apenas na medida em que em essa história tem determinado as configurações e estruturas de poder do presente, na medida em que grande parte do mundo ainda vive as violentas erupções do seu despertar, e na medida em que os movimentos de libertação anticolonial permanecem fonte de inspiração da sua política (YOUNG, 2001, p. 4).

A questão candente prende-se, pois, não só com marca histórica deixada pelo encontro colonial, mas com uma relação de dominação cultural, económica e política que se perpetuou noutros termos no período pós-colonial:

Atualmente, o mundo inteiro opera dentro do sistema económico primordialmente desenvolvido e controlado pelo Ocidente, e é o continuado domínio do Ocidente, em termos do poder económico, político e militar, que dá a esta história uma relevância contínua. A libertação política não trouxe a libertação económica — e sem libertação económica não pode haver libertação política (YOUNG, 2001, p. 5).

O passado colonial emerge, pois, como período histórico que em muito condiciona e determina as relações de poder no presente. Recolhendo destas estruturas lavradas entre o colonialismo e as lógicas de desigualdade planetária em que se veio a sustentar o capitalismo contemporâneo, a proposta pós-colonial adquire pertinência como uma questão que se cruza de modo incontornável com a análise de contextos

marcados pelos despojos da exploração económica e pela demarcação racial, perpetradas pelos regimes coloniais.

Epistemologias do Sul

Um conhecimento que confronte as “formações imperiais” vigentes no mundo e nas ciências sociais tem toda a possibilidade de se constituir como emancipador. Trata-se de situar o conhecimento produzido pela ciência moderna. Por um lado, assumindo que o olhar do investigador vem sempre de algum lugar e jamais é um “olhar triunfal vindo de nenhures” (HARAWAY, 1998, p. 192). Na verdade, esse olhar de nenhures que Haraway denuncia é o olhar apadrinhado por uma conceção positivista, a partir da qual se nega a localização do sujeito que conhece, sendo este investido da autoridade de uma espécie de “olhar de Deus” (ibidem). Em segundo lugar, cabe questionar a neutralidade axiológica do pesquisador o que, como Boaventura de Sousa Santos defende, não implica que se abandonem as prerrogativas de busca de objetividade:

As ciências sociais críticas têm, pois, de refundar uma das reivindicações originais da teoria crítica moderna: *a distinção entre objectividade e neutralidade*. A objectividade decorre da aplicação rigorosa e honesta dos métodos de investigação que nos permitem fazer análises que não se reduzem à reprodução antecipada das preferências ideológicas daqueles que a levam a cabo. A objectividade decorre ainda da aplicação sistemática de métodos que permitam identificar os pressupostos, os preconceitos, os valores e os interesses que subjazem à investigação científica supostamente desprovida deles (SANTOS, 1999, p. 207).

O caminho a ser feito por ciências sociais que reconheçam as origens imperiais e positivistas da ciência moderna pode, sem sentido contrário ao das suas condições de origem e florescimento, romper com as “províncias finitas do significado” (SCHUTZ, 1970, p. 262) da sociedade de partida. Este é o momento em que é possível conceber a *desfamiliarização* trazida pela antropologia como uma extensão das possibilidades críticas da cultura ocidental. Isto mesmo enfatiza Michel Foucault quando fazia notar os momentos em que a etnologia “suspende o longo discurso ‘cronológico’ pelo qual tentamos refletir a nossa própria cultura no interior dela, para fazer surgir comparações sincrónicas com outras formas culturais” (1998, p. 412). Embora denuncie, justamente, que o nascimento da etnologia/antropologia se encontra profundamente inscrito na historicidade ocidental moderna de onde emergiu, Foucault frisa o modo como a etnologia, longe de se enredar nos jogos circulares desse historicismo, acabou por romper com eles, assim invertendo o movimento que a fez nascer (1998, p. 409-421). Recorrendo ao idioma pelo qual Johanes Fabian versou

as relações entre etnocentrismo e imperialismo na crítica a antropologia em *Time and the Other* (1983), as “comparações sincrônicas” de que fala Foucault são aquilo que se apõe à “negação da coevidade”: o processo pelo qual as sociedades tradicionalmente estudadas pela antropologia são tiradas do tempo presente e remetidas a um passado primitivo, imemorial. Quer porque a evidência da copresença etnográfica tornasse insustentável a manutenção desse paradoxo fundador, quer porque a crítica ao imperialismo e às suas traves metodológicas viesse a ganhar justo lugar, o momento que aqui se explana é, pois, o da aceitação da coevidade e o aprender com o Sul.¹

A ideia e o imperativo de aprender com o Sul constitui-se como uma poderosa metáfora, em tudo congruente na invocação que Boaventura de Sousa Santos faz de uma “epistemologia das ausências” que nos permita aceder a conhecimentos alternativos que não chegaram a ocorrer porque foram impedidos de surgir, e a alternativas que foram marginalizadas e desqualificadas (SANTOS, 2000, p. 225). Nesta linha, investida em valorizar e reconhecer saberes que foram subjugados pelos dispositivos de poder da modernidade ocidental, podemos dizer, concordando com Boaventura de Sousa Santos, que aquilo “que melhor identifica o Sul é o facto de ter sido silenciado” (SANTOS, 2000, p. 344).

Ganham assim consistência analítica as “epistemologias do sul” propostas por Boaventura de Sousa Santos em obra recente² (2014). Este autor propõe uma reflexão sobre os desafios da emancipação num tempo em que “um sentido de exaustão assombra tradição crítica ocidental, eurocêntrica.” (ibidem, p. 19). Nesse sentido, propõe-se uma crítica da modernidade ocidental com base numa “teoria de retaguarda” (ibidem, p. 11, 44) capaz de apreender a diversidade inesgotável “diversidade do mundo” (ibidem, p. 108). As Epistemologias do Sul constituem um “conjunto de investigações sobre a construção e validação de conhecimentos nascido na luta, de formas de conhecimento desenvolvidas por grupos sociais como parte de sua resistência contra as injustiças e opressões sistemáticas causadas pelo capitalismo, colonialismo, e do patriarcado (ibidem, p. 108). Assim, produz um argumento convincente para a “valorização de concepções não eurocêntricas de emancipação e para a proposta de entendimentos e usos contra-hegemônicos de conceitos eurocêntricos” (ibidem, p. 108). O autor identifica quatro estratégias analíticas para a constituição das epistemologias do sul. Em primeiro lugar, a “sociologia das ausências” propõe a visibilização de conhecimentos que foram tornados irrelevantes ou não existentes pelas ciências sociais *mainstream*.

2 Epistemologies of the South: justice against epistemicide (2014).

Em segundo lugar, a “sociologia das emergências” é “a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas”, forjando um futuro de possibilidades plurais e de expectativas mais amplas (ibidem, p. 184)

Em terceiro lugar, a ecologia de saberes “confronta a lógica da monocultura do saber científico e do rigor identificando outros conhecimentos e outros critérios de rigor e validade que operam de forma credível nas práticas sociais (ibidem, p. 188). A “ecologia” sublinha a coexistência de diferentes formas de conhecimento como uma relação complexa baseada no reconhecimento mútuo. Em linha com a “ecologia dos saberes, a quarta forma de pesquisa é a tradução intercultural, através da qual se constituem “novas formas híbridas de entendimento cultural e intercomunicação” (ibidem, p. 212).

Vozes subalternas

A proposta das “epistemologias do Sul” dão, no meu entender, justa réplica à questão que Gayatri Spivak (1999) celebrou: “*Can the subaltern speak?* / Pode o subalterno falar?” Ou seja, as vozes subalternizadas pelo imperialismo da razão metonímica, moderna ocidental, falam na medida em que possam determinar os seus destinos e, simultaneamente, possam desafiar as premissas das lógicas opressoras.

Este tema é excelentemente elaborado por Gayatri Spivak, dimanando da reflexão da autora uma questão deveras radical: “*Can the subaltern speak?*” A pertinência desta questão nutre-se da análise que Spivak realiza da situação das mulheres hindus no seio da luta anti-colonial. A reflexão de Spivak parte das questões colocadas em torno do ritual de auto-imolação das viúvas (*Sati*), para mostrar como a situação das mulheres fica ali irónica e tragicamente epitomizada: “Entre o a formação patriarcal do sujeito e a constituição imperialista do objeto, é o espaço de livre arbítrio dos sujeitos constituídos como mulheres que é apagado com sucesso” (1999, p. 235)

O *Sati* era um ritual que conduzia à morte pelo fogo das viúvas e que era mormente praticado na zona de Bengala. Esta prática, embora não constituísse uma inequívoca obrigatoriedade, era frequentemente levada a cabo pelas viúvas, uma vez que a sua performance era socialmente sancionada pela lógica patriarcal dominante. O governo colonial britânico entendeu proibir esta prática como forma de libertar as mulheres da tirania indígena. Ao ser interdita a prática do *Sati*, este ritual adquiriu um pendor de transgressão congruente com a resistência anticolonial. Deste modo, na tomada de decisão das viúvas perante a opção de se autoimolarem ou não, surge uma nova descrição possível para a sua ação, o *Sati* constitui-se como um “signifi-

cante excepcional” contra-hegemónico. Portanto, as mulheres viúvas viam-se perante a possibilidade de se suicidarem ritualmente, num ato que passa a ser mormente entendido como uma forma de dissidência, ou de persistirem a viver cumprindo a proibição imposta pelas autoridades coloniais. No seio desta situação dilemática, qualquer possibilidade encetada nega a subjetividade das mulheres, ou porque se ratifica um patriarcado investido numa luta contra a potência ocupante, ou porque se assente na aspiração colonialista de domesticar a alteridade do outro colonizado. Portanto, há aqui duas narrativas possíveis em que as mulheres hindus poderão tomar parte na luta pelo significado, mas onde a representação das suas vozes fracassa em encontrar lugar. A morte enquanto significante excepcional e porta de acesso a uma narrativa disruptiva é a mais poderosa imagem dessa negação.

A leitura de Spivak, reificada na análise do *Sati*, expressa bem em que medida determinados ensejos de transformação social contra-hegemónica produzem, também eles, formas de silenciamento e desqualificação. Assim, a questão colocada por Spivak, “*Can the Subaltern Speak?*” procura problematizar o subalterno, enquanto diferente do oprimido, como aquele que não pode/consegue falar. Sendo que o “falar”, nos termos em que Spivak reflete, implica ser ouvido, e dirige-se para a eventual diferença que a enunciação de uma voz pode ou não fazer. A formulação de Spivak não permite distinguir silêncio de silenciamento. Na verdade esta questão não é suficientemente problematizada pela autora. Mas, ao construir o subalterno na ambiguidade entre aquele a quem não deixam falar e aquele que não detém as condições de possibilidade para a enunciação da sua voz, a autora expressa uma sensibilidade pós-estruturalista que nos envia para esse duplo momento das relações de poder. Por um lado, a autoridade para silenciar e desqualificar vozes e, por outro, a sempre debatível capacidade para definir que enunciações podem ser articuladas num determinado momento sócio-histórico.

Nesse sentido, a valorização das vozes subalternizadas concilia-se com o projeto de “provincializar a Europa”, proposta enunciada por Dipesh Chakrabarty (2000) para referir a necessidade de se reverter o nexu universalista e imperialista do Ocidente, “Chamemos-lhe o Projeto de provincializar a “Europa”, a Europa que o imperialismo moderno e que o nacionalismo (do terceiro-mundo), pela sua empresa e violência, tornaram universal” (CHAKRABARTY, 2000, p. 42).

A formulação de Dipesh Chakrabarty não sustenta a recusa apriorística dos produtos epistemológicos de origem europeia (no caso relacionados com a História), à luz de um relativismo ingénuo, defende sim o pernicioso efeito hegemónico das prerrogativas de verdade alcançadas pelos cânones da razão iluminista:

Porque o argumento não é que o racionalismo do Iluminismo seja sempre irrazoável em si, mas antes uma questão de documentar como — através de que processo histórico — a sua “razão,” que não foi sempre autoevidente para toda a gente, se tornou óbvia muito para além do campo onde teve origem. Se uma língua, como tem sido dito, não é senão um dialeto sustentado por um exército, o mesmo pode ser dito das narrativas da modernidade que, hoje quase universalmente, apontam para uma certa “Europa” como o *habitus* primordial do moderno (CHAKRABARTY, 2000, p. 43).

Culturas: encontros e fronteiras

Afirma Boaventura Sousa Santos que todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas conceções de dignidade humana, e que a ideia de completude é um excesso de sentido de que parecem enfermar todas as culturas, sendo que a necessária consciência da incompletude poderá ser incrementada quando se acede à perspectiva de outras culturas por via de uma retórica dialógica (terceira premissa) (SANTOS, 1997, p. 22).

Partindo desta ideia parece-me importante percebermos que o processo histórico de constituição de formações culturais que reivindicam a sua completude, e elaboram o seu fechamento, acontece já no próprio processo de interação com outras culturas, ou seja, há que considerar o “desejo” de diferenciação na génese da construção cultural. Assim investidos, damos atenção ao modo como as identidades são constituídas relacionalmente e formadas no processo de elaboração da diferença

Para esta sedimentada persuasão conduz-nos a influente análise que Frederik Barth produz em “*Ethnic groups and boundaries*” (1981). Embora a visão do autor enferme ainda de uma perspectiva ancorada das culturas pouco sensível aos processos de interpenetração, numa imaginação territorial onde se consagra a fronteira como quase-exclusiva zona de contacto, o seu questionamento não deixa de ser pertinente ao denunciar a insustentabilidade de noções de diversidade cultural que persistem em pensar os grupos na ignorância com os seus vizinhos. Assim, afirma o autor que “as distinções étnicas não dependem da ausência de interação social e aceitação, mas muito ao contrário, são frequentemente as fundações em que os sistemas sociais se constroem.” (1981, p. 199). No fundo, defende-se que toda a identidade está fora dela própria, emergindo as culturas na sua relação com os “Outros significativos”. Leitura que desde logo permite um distanciamento em relação a uma determinada visão sedutora e romântica que tendia a colocar a emergência da criatividade cultural num prístino isolamento das culturas. Daqui decorre que ao pensarmos as culturas investidas numa “hermenêutica diatópica” (SANTOS, 1997) ou numa tradução in-

tercultural (SANTOS, 2104), teremos que reconhecer em que medida as culturas e as formações culturais são já produtos de hermenêuticas dialógicas, muitas vezes constituídas sob o espectro do antagonismo.

Este modo de pensar a constituição de formações culturais deverá ter como virtualidade forte o centrar da nossa atenção menos no acréscimo da consciência de incompletude a advir da relação diatópica com o Outro, do que na transformação do carácter da relação com o outro num sentido diatópico. Ou seja, tradução intercultural deverá ser incentivada menos como a inauguração de uma relação de aprendizagem, do que como a proposta de uma relação que se quer nova, no sentido de um outro modo de produção de conhecimento.

Mas se a análise de Barth nos conduz para um enfoque no carácter constitutivo das vizinhanças históricas e geográficas das formações culturais que precedem necessariamente à exortação a uma nova relação de abertura epistemológica, importa que nos libertemos da sua visão territorial para acompanharmos o fluxo da cultura num tempo e globalização. E se é verdade, como afirma Boaventura Sousa Santos, que vivemos num tempo de porosidades (SANTOS, 2000, p. 224), parece igualmente evidente que vivemos num tempo de recolocação dinâmica de fronteiras, onde as comunidades de troca e aprendizagem intercultural ocupam ainda um lugar residual. Aparente paradoxo, ilustrativamente concretizado nas situações de desigualdade e impermeabilização mútua que marcam os processos migratórios contemporâneos³.

Na realidade, o carácter relacional das culturas recebe hoje merecida atenção perante um mundo crescentemente pautado por profundas interpenetrações a níveis diversos, sob a égide do colonialismo das práticas capitalistas globais. Portanto, o momento contemporâneo faz crescer a importância de uma sensibilidade capaz de entender as culturas, não só por relação ao papel constitutivo das vizinhanças históricas e geográficas, mas também por referência à atual vigência de uma hegemonia global, estabelecida na intensificação da expansão económica e cultural do Ocidente. E se é verdade que as profecias de homogeneização cultural e elisão da diferença no mundo estão longe de se cumprir, o que parece igualmente incontornável é o facto de a persistência das constelações de diferenças se definir na intimidade com a globalização promovida pelas práticas do capitalismo global. Para esta questão se dirige Wallerstein, quando procura afirmar em que medida a intensificação de relações da economia-mundo se deu em concomitância com a constituição de diferencia-

3 É neste sentido que se dirige questão pertinentemente colocada Sassia Sasken (1999, p.156): “*Have we created a frontier zone in the heart of our advanced economies, especially our large cities in the United States and in Western Europe?*”

ções culturais, profundamente inscritas nas relações de poder da modernidade. De acordo com Wallerstein (1991, p. 99) que é espantoso acerca da história política do sistema-mundo moderno, no modo como se desenvolveu historicamente, é a cada vez mais frequente e eficaz utilização pelos elementos oprimidos daquilo a que genericamente se poderiam chamar culturas de resistência.

Pertinentemente, o autor dá conta do modo como se inscreve enquanto característica da formação do sistema-mundo moderno a definição de fronteiras, fronteiras adstritas à definição de culturas em processos eminentemente políticos e econômicos de opressão e resistência à opressão.

No mesmo sentido se dirige a análise de Arjun Appadurai (1998, p. 15,16) quando aborda as estratégias discursivas do que ele designa por *culturalismos*, estratégias que segundo o autor permeiam os processos de constituição de diferença cultural na modernidade. Nos termos em que Appadurai a coloca, a noção de *culturalismo* compreende a mobilização consciente de diferenças culturais ao serviço de afirmações identitárias no seio das formações nacionais e transnacionais. Ao pensar nos modos de produção e reprodução da diferença na modernidade, Appadurai procura captar com a noção de *culturalismo*, a medida em que estes ocorrem no seio de construções, deliberadas, estratégicas, populistas, evocando o autor singular o paradoxo do “primordialismo construído” como uma das suas expressões. Neste sentido, mais enfático não poderia ser o autor quando afirma: “culturalismo é a forma que as diferenças culturais tendem a tomar na era dos media de massas, migrações e globalização” (APPADURAI, 1998, p. 16).

Embora se deva reconhecer que muitos dos valores culturais inscritos nas identidades de grupos particulares têm profundas raízes históricas e que nem tudo é sujeito à negociação imposta por “imperativos adaptativos”, creio estar em jogo toda uma complexidade que só é possível contemplar, se acedermos ao carácter crescentemente dinâmico das narrativas identitárias e à tensão resultante das relações de poder numa globalização promovida pela capacidade que um determinado localismo adquiriu na globalização da sua influência (SANTOS, 2001). Nesse mesmo sentido, James Clifford propõe um descentramento de uma perspectiva investida em escavar as raízes (*roots*) culturais dos grupos na busca de uma natividade, para uma análise compreensiva capaz de captar aquilo que são rotas (*routes*) das culturas que afinal viajam, tocam-se e transformam-se nesses mesmos percursos.

Conclusão

Uma conceção viajada de dignidade humana terá que se constituir em traduções cientes das longas desigualdades estabelecidas pela história colonial e pela arrogância monumental dos edifícios da ciência moderna. A busca do subalterno é tanto a possibilidade de reconhecer voz a sujeitos existentes, atualmente marginalizados e despossessados, como a constituição de novos sujeitos através da tradução intercultural, seja para transformar o lugar e o ser aqueles recusam a abandonar as posições de privilégio, seja para construir novas possibilidades de autoria social entre aqueles que há muito reclamam pela urgência de outros mundos possíveis. A necessidade de construção de linguagens de dignidade humana entre culturas deverá conduzir à produção de culturas viajadas em viagem para lugares da emancipação social; na verdade, precisamos de novas viagens que possam atravessar as fronteiras há muito implantadas pelas esquinas das ruas do mundo colonial em que vivemos.

Referências

- APPADURAI, A. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- ASAD, T., Ed. **Anthropology & the Colonial Encounter** Nova Iorque: Humanity Booksed, 1973.
- ASAD, T. **Introduction**. In: ASAD, T. (Ed.). **Anthropology & The Colonial Encounter**. Nova Iorque: Humanity Books, 1973.
- BARTH, F. **Process and Social Form in Social Life**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000.
- HARAWAY, D. **The Persistence of Vision**. In: ROUTLEDGE, Nicholas Mirzoeff (Ed.). Londres: The Visual Culture Reader, 1998.
- CLIFFORD, J. **Introduction: Partial truths**. In: CLIFFORD, J. (Ed.). **Writing Culture: The poetics and politics of ethnography**. Berkeley: University of California Press, 1986.
- SANTOS, B. D. S. **Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. Porto: Afrontamento, 2000.
- SANTOS, B. D. S. **Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide**. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.
- SANTOS, B. D. S. **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** Porto: Afrontamento, 2001.
- SANTOS, B. D. S. **Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, 2002 (p. 237-280).
- SANTOS, B. D. S. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. Porto: Afrontamento, 1999.

SANTOS, B. D. S. **Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 48, 1997 (p. 11-32).

SCHUTZ, A. **On Phenomenology and Social Relations: Selected Writings**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

SPIVAK, G. **A Critique of Postcolonial Reason: toward a history of the vanishing present**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

STOLER, A. L. **Imperial Debris: Reflections on ruins and ruination**. Cultural Anthropology, v. 23, n. 2, 2008 (p. p. 191-219).

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System**. Nova Iorque: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. **The National and the Universal: Can There be such a thing as World Culture?** In: KING, A. (Ed.). **Culture Globalization and the World System**. Londres: Macmillan, 1991.

WORSLEY, P. **The End of Anthropology**. Transactions of the Sixth World Congress of Sociology, v., 1970 (p. p. 121-129).

YOUNG, R. **Postcolonialism: an Historical Introduction**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

ARTIGO

TERRITÓRIO, PODER E DINÂMICA ESPACIAL: DIFERENÇAS E COMPLEMENTARIDADES ENTRE GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA

Resumo

O presente texto tem como objectivo debater criticamente o conteúdo e os propósitos da Geografia Política, procurando estabelecer o quadro de elementos que diferenciam esta área disciplinar da Geopolítica. Partindo de uma breve síntese da evolução e da estrutura interna da Geografia, posiciona-se a área da Geografia Política neste quadro, contrapondo-se à linha clássica estatista iniciada por Ratzel em finais do século XIX, ideias alternativas como as de Reclus e mais recentemente Lacoste ou O' Tuathail. Esta análise crítica serve de base para uma leitura comparativa e dinâmica, bastante apoiada em autores portugueses, das características da Geografia Política e da Geopolítica que permite estabelecer um quadro final de diferenças e complementaridades. A partir deste, é possível constatar a pertinência dos dois saberes, os limites, por vezes difusos, que os separam e, sobretudo, a sua utilidade social nos dias de hoje.

Palavras-chave:

Geografia, geopolítica, geopolítica clássica, geopolítica crítica, relação política-território

Abstract

This paper aims to critically discuss the contents and purposes of Political Geography, identifying the elements that differentiate this research subject from Geopolitics. Starting with a brief overview of the development and internal structure of Geography, the Political Geography area takes position on this context, contrasting the classical statist orientation initiated by Ratzel in the late nineteenth century, with alternative ideas such as the ones of Reclus and more recently Lacoste and O'Tuathail. This critical analysis of the epistemological foundations, objectives, scale(s) and subjects of research is the basis for a comparative and dynamic reading, highly supported by Portuguese authors, of the characteristics of Political Geography and Geopolitics in order to establish a framework summarizing differences and complementarities. With the reading of this instrument, it is possible to verify the relevance of the two forms of knowledge, the sometimes diffuse limits separating them and, above all, its social usefulness in our days.

Keywords:

Geography, geopolitics, classical geopolitics, critical geopolitics, relationship policy-territory

Introdução

De alguma forma, pode-se afirmar que as preocupações geográficas acompanham os grupos humanos desde que estes existem no planeta. Suporte dos elementos essenciais à vida (solo, água, recursos minerais...) e à organização social, mesmo nestes inícios do 3º milénio DC quando se atingem níveis de artificialização e de mobilidade sem precedentes, o espaço terrestre e o seu conhecimento têm-se revelado essenciais para satisfazer necessidades e mesmo para garantir a sobrevivência dos habitantes do planeta. Escolher os melhores percursos, limitando os riscos e potenciando os acessos mais fáceis, perceber quais os locais mais apropriados para instalar um povoado ou praticar agricultura, ou saber como se posicionar para tirar partido do vento ou da água para produzir energia, são processos essenciais para sustentar a vida dos grupos humanos, inicialmente no período recolector e, depois, como forma de apoio ao processo de sedentarização iniciado há cerca de 12 000 anos.

Naturalmente, este tipo de saber geográfico associado ao senso comum, que se prolongou ao longo dos tempos, deve ser distinguido do conhecimento geográfico de carácter científico (MAUREL; ALBA, 1995), que tem fundamentos nos trabalhos de Eratóstenes, Estrabão ou Ptolomeu no período clássico Grego e Romano, percorre um longo caminho e acaba por se institucionalizar no século XIX, após as contribuições analíticas e conceptuais de Humboldt e Ritter na Alemanha (RIBEIRO, 1987; ARNAL, 2003), com o surgimento do ensino formal da disciplina em cátedras universitárias – associado à realização de trabalhos de investigação baseados em princípios e métodos rigorosos - e a inclusão do conhecimento geográfico no ensino básico geral.

A propósito de Geografia – breves notas disciplinares

Entre finais do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, aparecem as primeiras propostas sistematizadas de pensamento geográfico, que vão ser difundidas e discutidas em textos, congressos e sessões académicas, e cujos princípios epistemológicos e metodológicos vão ser adoptados por diversos geógrafos em todos os países do mundo ocidental. Estas primeiras escolas de pensamento geográfico assumem como preocupação central as relações entre os grupos humanos e o meio natural, cabendo ao último uma função explicativa primordial. No entanto, enquanto o determinismo ecológico, inicialmente explicitado pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel nas suas obras dos anos 80 do século XIX, e adoptado e difundido nas décadas seguintes por

autores como Ellen Sample e Huntington nos Estados Unidos ou Oliveira Boléo (1935) e mesmo Amorim Girão¹ (1936/2000) em Portugal, enfatiza a forte dependência dos grupos humanos em relação ao meio natural, possuindo este um carácter determinante, já a corrente de pensamento possibilista privilegia uma perspectiva distinta. Neste último caso, evidencia-se uma abordagem de carácter regional, marcada pela análise da homogeneidade da paisagem, produto da acção dos indivíduos e da civilização que os caracteriza sobre o meio e as suas condicionantes. Esta perspectiva afirmou-se no início do século XX, tendo sido sistematizada por Vidal de la Blache e adoptada por um conjunto de geógrafos, franceses e de outras origens, que implementaram os estudos de Geografia Regional, tipicamente sob a forma de monografias que, posteriormente, poderiam dar origem às grandes sínteses geográficas. Estas permitiam identificar as principais características geográficas presentes em unidades territoriais mais vastas, como países ou macro-regiões (a Península Ibérica, o Mediterrâneo, a América do Norte...), possibilitando a elaboração de sínteses que ajudavam a compreender, quer a unidade interna nelas existente, quer os eventuais traços de diversidade. Em Portugal, os estudos de Geografia Regional fizeram escola entre os anos 40 e os anos 60, cabendo a Orlando Ribeiro um papel chave na afirmação desta forma de fazer Geografia. Para além dos seus trabalhos monográficos, como a *Ilha da Madeira*, elaborou obras de síntese fundamentais (*Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico* ou *O Mediterrâneo – Ambiente e Tradição*) e preocupou-se com a reflexão teórica e metodológica acerca da disciplina, tendo ainda fundado, em 1943, na Universidade de Lisboa, o Centro de Estudos Geográficos. Esta unidade de investigação, que permitiu dar corpo à futura Escola Geográfica de Lisboa, produziu, entre os anos 40 e 70 do século XX, inúmeros trabalhos enquadrados na perspectiva da Geografia Regional Tradicional, não apenas sobre parcelas do território do continente, mas também sobre as antigas colónias portuguesas e, em particular, as Ilhas Atlânticas: Madeira, São Miguel, Corvo, Graciosa, São Tomé, Santiago de Cabo Verde, o que justificou uma tradição de investigação sobre estes últimos territórios.

A partir dos anos 50 do século XX, no plano internacional, a Geografia efectua uma ruptura face à tradição ecológica das correntes anteriores, afirmando-se uma

¹ Amorim Girão (1936/2000: 14-15) não pode ser considerado um adepto do determinismo geográfico, como demonstram os seus trabalhos de Geografia Regional e, também, algumas críticas ao pendor demasiado naturalista de Ratzel e a sua admiração por geógrafos da Escola Regional Francesa como Jean Brunhes. Contudo, nas suas *Lições de Geografia Humana* (1936, 2000), as referências que vai buscar a Ellen Sample relativamente aos efeitos determinantes sobre os traços fenotípicos e psicológicos dos grupos humanos, bem como à sua organização cultural e social não deixam de demonstrar algum fascínio pelo determinismo, se bem que mitigado pelas referências à acção do homem sobre o ambiente, em cada contexto civilizacional.

“nova” disciplina virada para a análise dos processos espaciais e preocupada com as decisões locativas. Esta corrente, frequentemente designada como Nova Geografia ou Geografia Teórica e Quantitativa, apoia-se em princípios neopositivistas clamando pela cientificidade da geografia (SCHAEFER, 1953/1977) e enfatiza a objectividade associada à quantificação e aos modelos, onde o espaço geográfico, isotrópico e abstracto, se assume como conceito fundamental. A identificação de padrões espaciais, cuja natureza se pode aproximar das leis científicas, é outra das características desta perspectiva geográfica que, para além da renovação da orientação metodológica e conceptual, valoriza a aplicação, designadamente através do planeamento territorial. Note-se que ao romper com a tradição ecológica, isto é, com a centralidade analítica do estudo das “relações e conexões entre factos físicos e humanos” (ARNAL, 2003: 34), a Nova Geografia abriu caminho para a especialização sectorial, o que teve como consequência a emergência de uma clivagem entre Geografia Física e Geografia Humana e a afirmação, dentro de cada um destes grandes ramos, de áreas temáticas que, no último caso, incluem, por exemplo, a Geografia Económica, a Geografia Social, a Geografia da População e, claro, a Geografia Política.

De qualquer forma, após a emergência da Nova Geografia nos anos 50 do século passado, as formas de pensamento geográfico, designadamente no âmbito da Geografia Humana, conheceram um processo de diversificação e complexificação (PEET, 1998; ARNAL, 2003). Logo nos decénio de 60, uma geografia Radical que se apoiava no pensamento marxista e que foi buscar inspiração a geógrafos anarquistas de finais do século XIX, como Elisée Reclus e Kropotkin (vincent, 2010), apresentou-se como alternativa à Nova Geografia, salientando processos como a produção social do espaço e a exploração de umas regiões por outras e afirmando temáticas de investigação como a desigualdade sócio-espacial, a segregação residencial, a expressão espacial das classes sociais ou o colonialismo e o neocolonialismo. Em Portugal, se o trabalho de Jorge Gaspar *A área de influência de Évora, sistema de funções e lugares centrais*, publicado inicialmente em 1972, emerge como o primeiro e mais emblemático estudo enquadrado pela corrente neopositivista, os 10 anos subsequentes à Revolução de Abril de 1974 assistiram a um crescimento dos trabalhos de inspiração marxista, de que são exemplo as análises sobre a distribuição regional das classes sociais ou sobre a indústria de João Ferrão (1992a e 1992b) e, também, os estudos sobre a habitação degradada e o mercado habitacional de Teresa Barata Salgueiro (e.g. BARATA SALGUEIRO, 1983).

Uma outra linha de pensamento associada ao trabalho geográfico corresponde às denominadas correntes humanistas que se desenvolveram a partir dos anos 70

do século XX que, ao reagirem contra os excessos de quantificação e à ideia de um “comportamento humano médio” associado à racionalidade económica muito preconizado pela Nova Geografia, permitiram afirmar uma Geografia dos lugares (*places*) assente nas experiências específicas dos indivíduos e no modo como estes percebem, representam e vivenciam esses lugares. Estas correntes, em si mesmas muito diversas, uma vez que incluem desde uma linha behaviorista que adopta métodos essencialmente quantitativos e procura identificar padrões nas representações que determinados grupos de indivíduos fazem do espaço até linhas fenomenológicas e existencialistas que valorizam as análises individuais profundas apoiadas em metodologias qualitativas, chamaram a atenção para a importância da percepção do espaço e da imagem que os indivíduos têm deste na formação de decisões geográficas, como as que se referem às opções de deslocação ou de localização de uma residência ou mesmo de uma unidade funcional.

Mais recentemente, desenvolveram-se correntes geográficas críticas apoiadas, por exemplo, nas perspectivas feminista e pós-colonial que partilham com o Marxismo a preocupação com as injustiças espaciais e as desigualdades, mas se afastam deste ao recusar a relação entre capital e trabalho, e portanto a luta de classes, como o organizador praticamente exclusivo dos processos de exploração. Para estas correntes, o patriarcado, o racismo ou a exotização dos grupos étnicos não europeus emergem como processos produtores de desigualdade, discriminação e exploração fundamentais que, frequentemente, se cruzam entre si. Também o realismo crítico, baseado nas ideias expressas originalmente pelo filósofo britânico Roy Bhaskar nos anos 70 e que foram de algum modo explicitadas como suporte à investigação científica por Andrew Sayer (1992, 1994, 2000) nos anos 80 e 90, deve ser enquadrado no âmbito das correntes geográficas alternativas que apresentam um fundamento marxista mitigado. Distanciando-se do marxismo por recusar o determinismo das estruturas económicas e sociais associadas à propriedade e aos conflitos de classe, o realismo assume a existência de uma realidade externa aos sujeitos que, apesar de condicionados por estruturas políticas, económicas e sociais, apresentam um grau de autonomia e também são capazes de transformar estas estruturas. Por sua vez, a realidade aparece estruturada em três níveis, correspondendo o primeiro aos factos apreensíveis empiricamente, o segundo aos mecanismos que geram estes factos e o terceiro às estruturas fundamentais que estão por trás dos mecanismos e que só são compreensíveis do ponto de vista teórico. Neste âmbito, a preocupação da ciência centra-se na identificação das causas profundas que explicam os factos e as suas consequências, devendo recorrer-se a uma combinação metodológica que utiliza a

análise extensiva para identificar padrões e dimensão dos fenómenos e análise qualitativa para identificar causas e explicar. Não aderindo à ideia da existência de leis universais em ciências sociais, a perspectiva realista não nega a existência de padrões, nem rejeita os estudos comparativos.

Em síntese, este breve percurso pela evolução da Ciência Geográfica tem como objectivo mostrar que, apesar da importância das geografias temáticas, entre as quais a Geografia Política, e da diversidade de perspectivas que marcam a disciplina na actualidade, há um *corpus* comum que lhe confere unidade. Efectivamente, se tivéssemos que eleger, na tradição geográfica, duas questões-chave transversais capazes de caracterizar as inquietações da Geografia, estas continuariam a ser “onde?” e “porquê aí?”

O que dá um lugar próprio à Geografia no contexto das ciências é a centralidade que atribui aos processos espaciais e às influências recíprocas que se estabelecem entre estes e as sociedades. No fundo, trata-se de perceber como é que o espaço, nas suas diferentes componentes, influencia os processos sociais, económicos e políticos. Para as respostas que constrói, utiliza conceitos geográficos como região, lugar ou escala e convoca, frequentemente, elementos de outras disciplinas científicas, cuja articulação se materializa nos territórios, verdadeiras plataformas de encontro de distintos saberes. *Como dizia Orlando Ribeiro, “A Geografia é a ciência da Terra, no conjunto e na diversidade”.*

Geografia, Geografia Política e Geopolítica – diferenças, semelhanças e ligações

A Geografia Política afirmou-se como um dos sub-ramos da Geografia Humana, podendo de algum modo assumir-se que Friedrich Ratzel terá sido o geógrafo que delimitou e especificou o conceito na sua *Geografia Política* de 1897, resumindo-o, na sua definição mais simples, como “o estudo das relações entre o Estado e o solo”.

O conceito ratzeliano de Geografia Política vai-se afirmar no início do século XX, consistindo numa perspectiva de teor naturalista e estatista que concebe o Estado – a grande realização das civilizações, segundo o próprio Ratzel - como um organismo, necessariamente relacionado com o seu território², que possui um ciclo de vida e um conjunto de funções necessárias para a sua sobrevivência e desenvolvimento (EVA, 1997; LASSERRE E GONON, 2008), o que legitima os processos de expansão, conquista e colonização. Ao adoptar este racional organicista, que assume

² E, portanto, dependente e determinado por este.

que os estados, tal como os indivíduos, têm na competição entre si um processo essencial, Ratzel vai enfatizar uma ideia de ciclo de vida dos Estados, assumindo que ao alargarem o seu território, estes estão a afirmar o seu poder e o da sua civilização (estados pequenos são básicos, enquanto estados maiores estão numa fase de evolução mais avançada) e que esta é característica dos povos europeus. Em suma, como refere Eva (1997: 5), o estado, que nasce da inter-relação entre uma população e um determinado território que, largamente, possui um efeito determinista, pois “representa os interesses vitais colectivos da população, deve, portanto, prosseguir determinados objectivos: uma relação equilibrada e natural com o solo no âmbito dos seus limites naturais, a expansão do território para satisfazer as necessidades de uma população crescente, e a manutenção de uma coesão interna orgânica como uma fonte de estabilidade e de permanência”.

Esta perspectiva de Geografia Política, que aparece enquadrada no movimento científico de base positivista que toma a biologia evolucionista e dinâmica de Darwin como referência e a lei científica como princípio e se ajusta bem aos interesses do Estado-nação europeu (ou de matriz europeia) e colonial que atingiu o seu apogeu no 1º quartel do século XX, prevaleceu e fez escola, influenciando muitos dos principais pensadores da geopolítica dos decénios subsequentes, como Kjellen, Haushofer ou o próprio Mackinder.

De resto, a transição da Geografia Política para a Geopolítica e o esforço de delimitação dos “centros de interesse de investigação” (NUNES, 1977) de cada uma destas disciplinas, inicia-se com Kjellen, um jurista sueco que ensinou História, Geografia e Ciência Política, no início do século XX. Ao propor, logo nos primeiros anos de 1900, o termo Geopolítica (LASSERRE E GONON, 2007), posteriormente clarificado e sistematizado na sua obra de 1916 “*Staten som Lifform*” (O Estado como forma de vida), como aquele que define uma das 5 disciplinas constitutivas da Ciência do Estado, Kjellen contribuiu, não só para autonomizar a disciplina e efectuar a sua diferenciação face à Geografia Política, mas sobretudo para a deslocar para a esfera da Ciência Política (BESSA; DIAS, 2007) e afirmar uma linha estatocêntrica de génese organicista e positivista, que deixou uma marca fortíssima em toda a Geopolítica clássica. Na verdade, Kjellen, na esteira de Ratzel, vai definir Geopolítica como “a ciência do Estado enquanto organismo geográfico, tal como se manifesta no espaço” (KJELLEN, 1917 *apud* BESSA E DIAS, 2007: 46), isto é, “Estado como país, território, região, reino ou império” (LASSERRE; GONON, 2008: 126), emergindo o território como uma base para a dinâmica e o poder dos Estados. Desta forma, podemos compreender melhor o

papel fundamental da Geopolítica enquanto parte da Política, entendida, de uma forma restrita, enquanto estratégia e acção da governação e do exercício do poder de um determinado Estado.

Contudo, quer a Geografia Política que está “na ponta para a Geopolítica”, na expressão feliz de Bessa e Dias (2007: 38), quer a própria Geopolítica podiam, praticamente desde a origem, ter seguido um percurso distinto.

Elisée Reclus, geógrafo anarquista francês, foi contemporâneo de Ratzel, (embora um pouco mais velho do que este), tendo ambos vivido os acontecimentos da Comuna de Paris e do cerco do exército prussiano à cidade em 1870-1871, embora em posições claramente distintas: Ratzel era oficial do exército alemão que sitiou Paris e efectuou uma parada vencedora na cidade no início de 1871 e Reclus, apesar da ausência de preparação militar, combateu pela Comuna (Março a Maio de 1871), ainda que de forma episódica, uma vez que foi feito prisioneiro logo a 5 de Abril, o que limitou a sua acção político-militar neste período (Eva, 1997; Vincent, 2010). As funções que desempenharam e as organizações em que participaram ajudam a compreender as suas perspectivas de Geografia Política e de Geopolítica. Efectivamente, Reclus, considerado por Lacoste o pai da Geopolítica francesa (VINCENT, 2010), vai ter desta uma perspectiva substancialmente diferente da defendida por Ratzel (e Kjellen), recusando o papel central do Estado e a perspectiva organicista deste. De facto, vai contrapor um racional marcado pela relação entre o espaço e os indivíduos, valorizando a acção colectiva e altruísta em detrimento da competição, a decisão consciente e soberana das pessoas em alternativa ao determinismo dos factores naturais e a identificação de elementos constantes e variáveis relativamente à enunciação de “leis científicas” (EVA, 1997; VINCENT, 2010). Evidenciando também preocupações que hoje situaríamos no âmbito da Geografia Social crítica, como a luta de classes e as desigualdades, Reclus vai, na linha crítica do anarquismo, rejeitar o papel de sujeito activo, central e autónomo que é atribuído ao Estado por Ratzel, e enfatizar a capacidade criativa e de construção do espaço dos grupos humanos, associados em função de estratégias de ajuda mútua. Relativamente aos conflitos, a sua natureza não radica na necessidade de expansão territorial dos estados, mas sobretudo nas desigualdades sociais que geram insatisfação, crise e conflito, mais ou menos violento (EVA, 1997).

Contudo, apesar da existência de propostas alternativas, a Geopolítica, que evoluiu e se diversificou ao longo de todo o século XX, ficou sobretudo marcada pela linha original ratzeliana (e de Kjellen) que, mesmo hoje, serve muito mais os interesses dos Estados-nação, com destaque para os mais poderosos do Ocidente que,

inclusive, dominam as próprias organizações supranacionais. Efectivamente, desde os atentados de 11 de Setembro de 2001 nos EUA e, no plano da denominada Geopolítica económica, por vezes também designada por Geoeconomia na esteira de autores como Vicens Vives (1950), desde que os estrategas financeiros neoliberais se recompuseram do choque económico associado ao problema do *subprime* nos EUA e ao descontrolo dos mercados especulativos bolsista e imobiliário que deram origem à crise financeira espoletada no Outono de 2008 e de que grande parte do mundo ainda não se refez, que se vêm “legitimando”, de modo diverso, formas de intervenção militar, política e económica que violam o princípio da soberania dos Estados e subvertem qualquer lógica democrática. São exemplo do primeiro caso, a 2ª Guerra do Iraque em 2003 e, do segundo, a pressão externa, nomeadamente da UE e da Alemanha que levou à mudança de governos em 2011 em Itália e na Grécia. Do ponto de vista económico, podem citar-se as imposições em termos de política económica e financeira a Portugal e à Grécia por parte do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, no contexto das operações de resgate financeiro destes países, levadas a cabo também em 2011.

Se esta “viagem” pelas origens nos permite situar melhor a génese da Geografia Política e da Geopolítica e, também, o tipo de percurso dominante desta última, falta esclarecer quais são as diferenças actuais entre as duas disciplinas. Em primeiro lugar, convém referir que a expressão “Geografia Política” que chegou a ser quase equivalente a Geografia Humana, como afirma Orlando Ribeiro na sua *Introdução ao Estudo da Geografia Regional* (1987: 14) conheceu uma razoável rejeição científica e académica entre as Ciências Sociais no período que vai dos anos 40 aos anos 70 do século XX (BESSA; DIAS, 2007; Lasserre e Gonon, 2008), não obstante a produção de algumas teses³ e a sobrevivência da Geopolítica no contexto do ensino da Ciência Política e das Relações Internacionais. Este “apagamento” da *Geografia Política*, que, como vimos, facilitou a afirmação do termo *Geografia Humana*, é o resultado da relevância que Haushofer e a Escola Geopolítica de Munique tiveram enquanto suporte teórico e estratégico da ideologia expansionista e racista do nazismo alemão, derrotado na 2ª Guerra Mundial. Neste período, em que os regimes coloniais europeus chegam ao fim, os princípios da emancipação dos povos se afirmam e novas potências (EUA e URSS) substituem o velho núcleo dominante europeu, a Geografia Política e a Geopolítica eram frequentemente vistas como disciplinas doutrinárias

3 São exemplo a tese de doutoramento de Suzanne Daveau (1959), geógrafa francesa radicada em Lisboa desde os anos 60 do século XX, sobre as regiões fronteiriças das montanhas do Jura que foi defendida em Paris em 1959 ou o trabalho de Prescott (1965) sobre a Geografia das Fronteiras.

que funcionavam como suporte científico da velha ordem eurocêntrica, colonial e imperialista, tendo ainda o anátema de terem servido de suporte à Alemanha nazi derrotada na 2ª Guerra.

A partir dos anos 70, a Geopolítica e a Geografia Política vão recuperar a sua posição no contexto das ciências sociais, experimentando um processo de diversificação de perspectivas que abre o leque para além das linhas evolutivas que se desenvolvem a partir dos clássicos, aparecendo trabalhos sobre outras escalas e actores que não apenas o Estado, de que são exemplo os estudos de Cox (1973) sobre conflitos e movimentos urbanos, as preocupações de Yves Lacoste com a utilização política e militar das variáveis e das representações geográficas, as investigações de Foucher (1988) sobre a problemática das fronteiras nos anos 70 e 80 e, mais recentemente, as linhas de Geopolítica crítica de O'Tuathail (1996). Mas regressemos, à questão-chave – o que diferencia, afinal, as duas disciplinas na actualidade?

Partindo de uma primeira definição contemporânea de Geopolítica, esta aparece como “*a análise das características geográficas dos fenómenos políticos; a espacialidade dos diferentes fenómenos políticos*” (LACOSTE *apud* LASSERRE; GONON, 2008: 12), o que nos remete para o quadro espacial em que ocorrem os vários fenómenos políticos. Esta perspectiva é, de algum modo, reafirmada por Bessa e Dias (2007: 51-52) que reconhecem “a suma importância do quadro geográfico” e definem a Geografia Política como a disciplina que se “ocupa das condições dos Estados, como seja do meio, do factor humano, da distribuição do território, para melhor estudar as relações existentes no seio das entidades políticas e a relação destas com outras entidades políticas” (BESSA; DIAS, 2007: 27). Contudo, estas definições não são unânimes, havendo alguns geógrafos que enfatizam a centralidade do poder na essência da Geografia Política, como acontece como Sánchez (1992) que refere que o campo de actuação da disciplina consiste na análise das relações de poder no espaço. Trata-se da articulação política entre a sociedade e o espaço.

Curiosamente, esta última noção de Geografia Política tem alguns elementos de paralelismo com a definição de Geopolítica avançada por Dawson (2005: 360-361), baseado nas palavras de Osmo Tuomi:

Theoretical Geopolitics studies the relation between physical space and international politics, develops models for the spatial division of the world into cooperating and competing parts for historical, economic and political reasons, and analyses how the participants interpret the political, economic and military consequences of this division (...) The Geopolitics of a state or other territorially defined society means its pursuit of geographically dimensioned aims that are connected with its economic and political position, security and culture.

Contudo, no último caso, é enfatizada a ideia de “espaço físico”, o que aponta para uma desvalorização da dimensão social do espaço, apesar da importância conferida à representação que os actores têm das divisões espaciais do mundo. Em contrapartida, o termo *poder* aparece ausente, de forma explícita, na definição de Tuomi de Geopolítica, sendo de algum modo substituído pelas noções de *política* e de *segurança* e das relações destas com o espaço.

Já Lasserre e Gonon (2008) apresentam uma interessante discussão sobre o que distingue Geografia Política e Geopolítica, sempre no contexto do trabalho dos geógrafos, ainda que realcem a convergência dos conteúdos de diversas disciplinas no último tipo de saber científico. Neste âmbito, mencionam uma definição genérica de Geopolítica que enfatiza a relação entre poder+identidade e território, bem como a representação desta relação: “Geopolítica define-se como o estudo dos diferentes tipos de relações de poder e de identidade associadas aos territórios, bem como das representações que lhes estão associadas” (LASSERRE; GONON, 2008: 14).

De algum modo, podemos sintetizar as diferenças afirmando que ambas as disciplinas têm como objecto as relações entre política e território, ainda que a Geografia Política parta da segunda componente e acentue e a Geopolítica enfatize a primeira (interpretada frequentemente como *poder*), deslocando-se para a esfera da Ciência Política (Quadro 1). A Geopolítica debruça-se, assim, essencialmente sobre as relações entre a política (internacional, na maioria dos casos) e o espaço físico, numa acepção mais estrita centrada no quadro *do exercício do poder* (sistemas de controlo, distribuição geográfica do poder) e na sua articulação com o espaço (no modo como este as influencia e como contribuem para a sua organização). O Estado emerge como actor fundamental, mas não é o único, como evidenciam os textos mais recentes.

Aceitando que a orientação para a aplicação é outro traço distintivo das duas disciplinas, estando presente de modo bem mais explícito no caso da Geopolítica, que incorpora uma dimensão “especulativa” (BESSA; DIAS, 2007) e frequentemente de projecção para o futuro, já não estamos de acordo com o traçar uma distinção baseada numa pretensa lógica “descritiva” da Geografia face ao carácter “programático” da Geopolítica, conforme mencionado por Sousa Lara (*apud* Dias, 2010: 64). Mesmo aceitando que o termo “programático” se aproxima das ideias de disciplina especulativa e aplicada associadas à Geopolítica, não é possível classificar a Geografia contemporânea (e dentro desta, o ramo da Geografia Política) como “descritiva”, conforme evidenciam todos os estudos de carácter operativo e aplicado desenvol-

vidos após a 2ª Guerra Mundial no âmbito da Nova Geografia ou as perspectivas profundamente analíticas do Realismo Crítico utilizadas nos estudos geográficos dos anos 80 e 90.

Adicionalmente, opor o pretenso carácter sincrónico da Geografia Política à perspectiva diacrónica e, portanto, dinâmica, da Geopolítica, como acentua, uma vez mais, Sousa Lara (*apud* DIAS, 2010: 64), parece também excessivo. Na verdade, a análise dinâmica vem sendo um apanágio da Geografia, nem sendo necessário recorrer à tradição da análise dos processos de difusão de Hagerstrand iniciada nos anos 50⁴ e da sua *time-space geography*, para evidenciar como as questões temporais estão presentes nos estudos, desde a evolução dos padrões regionais do comportamento eleitoral até às alterações de fronteiras, passando pela análise dos lugares de memória e identidade e da sua produção e evolução.

Dito isto, parece-nos que as diferenças fundamentais entre as duas disciplinas, que claramente se complementam, se situam ao nível do ponto de partida para o objecto (mais *território* na Geografia Política, mais *política* na Geopolítica), à maior valorização da componente prospectiva e especulativa na Geopolítica (o que não significa que a Geografia Política seja descritiva), à orientação mais *normativa* (e *programática*, estando nós, neste caso, de acordo com o termo empregue por Sousa Lara) da Geopolítica e, finalmente, à centralidade da questão do poder (e da sua prática, o que remete para a análise do comportamento dos actores em conflito ou cooperação) no caso da Geopolítica. Assumindo nós que esta questão não está ausente na Geografia Política, nesta última é o “quadro geográfico”, muitas vezes dinâmico, composto pelas unidades territoriais e as suas fronteiras, as redes, as cidades, os comportamentos eleitorais regionais, etc... que emerge enquanto foco de análise fundamental.

4 Ver, por exemplo, *The propagation of innovation wave*, publicado em Lund em 1952.

QUADRO 1

Geografia Política e Geopolítica: síntese de semelhanças e diferenças

	Geografia Política	Geopolítica
Objecto Geral	Relações entre Território e Política	Relações entre Política e Território
Sujeitos de investigação	Vários actores, com um enfoque inicial no Estado	Estado, com uma inclusão tímida de outros actores
Perspectivas e Métodos	Diversificados, recorrendo a métodos de várias disciplinas. Análise estática e dinâmica.	Diversificados, recorrendo a métodos de várias disciplinas, com destaque para a Política, a Geografia e a História. Análise dinâmica e especulativa.
Intencionalidade	Perspectiva aplicada menos presente, que se cruza com outras áreas da Geografia em domínios com o Ordenamento e a Gestão do Território	Perspectiva aplicada mais presente ligada às relações internacionais e à (geo) estratégia. Carácter mais normativo.
Objectivos ou fins	Análise das características geográficas dos fenómenos políticos	Relações de poder (e identidade) associadas ao território

Nota conclusiva

Partindo de uma perspectiva da Geografia, procurámos avançar, num quadro comparado, elementos do processo evolutivo e das características presentes da Geografia Política e da Geopolítica de modo a clarificar os aspectos centrais de distinção das duas disciplinas, bem como as suas margens de sobreposição. Esta tarefa, para além de necessariamente incompleta, assume um posicionamento crítico, quer no que respeita à matriz clássica da Geopolítica (e da Geografia Política), quer em relação à afirmação de uma eventual divergência significativa entre estas duas áreas do conhecimento.

Em nosso entender, embora se trate de campos do conhecimento distintos, não só existe uma base original comum (uma preocupação com o Estado e uma perspectiva organicista deste e das suas relações com o território, como evidenciam as propostas de Ratzel e Kjellen), como ainda hoje assentam numa mesma inter-relação básica (a relação entre política e território que, nalguns casos, sobretudo no âmbito da Geopolítica, é interpretada como relação entre poder e território) e nos factores que a condicionam. Contudo, enquanto o território e as suas características são o ponto de partida da perspectiva da Geografia Política, já a Geopolítica se centra na política e no exercício do poder, aparecendo as características geográficas como elemento supletivo de explicação. Pode assumir-se também que a Geopolítica assume uma orientação mais especulativa e aplicada, implicando isto análises concretas das estratégias de actores e dos seus objectivos. É por este motivo que a Geopolítica é por vezes interpretada como uma espécie de Geografia Política Aplicada, perspectiva que nos parece claramente redutora. Efectivamente, se o contributo da Geopolítica, remete para a construção do discurso político (DIAS, 2010: 64) e para a definição de estratégias de equilíbrio, controlo e conquista do poder, mais ou menos concretas, a disciplina apresenta também fundamentos teóricos como evidenciam as teses clássicas de Mackinder ou os contributos mais recentes de Samuel Cohen ou de O' Tuathail, o que assegura o seu suporte científico.

Em contrapartida, perspectivas que enfatizam a dicotomia *perspectiva estática* (que seria da Geografia Política) – *perspectiva dinâmica* (supostamente da Geopolítica) como um dos fundamentos de separação também nos parecem, igualmente, enviesadas. Mesmo que a Geografia Política confira mais atenção ao “quadro geográfico” que configura o território, este é interpretado, na maioria das vezes, enquanto fenómeno dinâmico, enquanto processo, o que aproxima o sub-ramo disciplinar do carácter diacrónico da Geopolítica.

Em suma, uma mesma relação base (*política-território*) interpretada tomando pontos de partida distintos e bases conceptuais diferenciadas (Ciência Política vs. Geografia), bem como objectivos não coincidentes, mas complementares (perspectiva mais aplicada e centrada no poder no caso da Geopolítica; perspectiva orientada para o significado do quadro geográfico para a análise dos processos políticos), constituem o “caldo” que permite diferenciar Geografia Política e Geopolítica.

Referências

- ARNAL, A. M. H. *Teoria y Método de la Geografía. Introducción al análisis geográfico regional*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2003.
- BARATA SALGUEIRO, T. *Mercado de Habitação e Estrutura Urbana na Área Suburbana de Lisboa*. Assembleia Distrital de Lisboa: Boletim Cultural nº 89, Lisboa, 1983.
- BESSA, A. M. e Dias, C. M. M. *O Salto do Tigre. Geopolítica Aplicada*. Lisboa: Prefácio, 2007.
- BOLÉO, J. O. *O Determinismo Antropogeográfico: o meio e a raça*. Lisboa: Imprensa Beleza, 1935.
- COX, K. *Conflict, Power and Politics in the City*. Nova Iorque: Mc Graw-Hill, 1973.
- DAVEAU, S. *Les Régions Frontalières de la Montagne Jurassienne. Étude de Géographie humaine*. Trevaux, Mémoires et Documents, Institut de Études Rhodaniennes de l'Université de Lyon, 1959.
- DAWSON, R. "Geopolitics" in Mc Coll, R. W. (ed.), *Encyclopedia of World Geography* (vol.1). Nova Iorque: Facts on File Inc., 2005 (p. 360-366).
- DIAS, C. M. M. *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*. Lisboa: Prefácio, 2010.
- EVA, F. *Back to the Future. Reclus versus Ratzel: from State Geopolitics to Human Geopolitics*. International Geographical Union International Congress, Trieste, 10-14 Dezembro 1997.
- FERRÃO, J. *Indústria e Valorização do Capital. Uma Análise Geográfica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1992a.
- FERRÃO, J. *Serviços e Inovação: novos caminhos para o desenvolvimento regional*. Oeiras: Celta Editora, 1992b.
- FOUCHER, M. *Fronts et frontières. Un tour du monde géopolitique*. Paris, Fayard, 1988.
- GASPAR, J. *A área de influência de Évora, sistema de funções e lugares centrais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1981.
- GIRÃO, A. A. *Lições de Geografia Humana*. Coimbra: Coimbra Editora (ed. *fac simile* realizada pela Câmara Municipal de Vouzela), 1936/2000.
- HÄGERSTRAND, T. *The propagation of innovation waves*. Lund Studies in Geography, Série B, nº 4, 1952.
- LASSERRE, F. ; e GONON, E. *Manuel de Géopolitique – Enjeux de pouvoir sur des territoires*. Paris : Armand Colin, 2008.
- MAUREL, J. B. e ALBA, F. O. *Comentário de textos geográficos (Historia y crítica del pensamiento geográfico)*. Barcelona: Oikos-Tau, 1995.
- NUNES, A. S. *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença/GIS, 1977.
- ÓTHUATAIL, G. *Critical Geopolitics*. Londres: Routledge, 1996.
- PEET, R. *Modern Geographical Thought*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.
- RIBEIRO, O. *Introdução ao estudo da geografia regional*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1987.
- RIBEIRO, O. *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1986.
- RIBEIRO, O. *O Mediterrâneo – Ambiente e Tradição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- SÁNCHEZ, J.-E. *Geografía Política*. Madrid: Editorial Synthesis, 1992.

- SAYER, A. **Method in Social Science: a Realist Approach**. Londres: Routledge, 1992.
- SAYER, A. **Realism and Space: a reply to Ron Johnston**. *Political Geography*, 13(2), pp.107-109, 1994.
- SAYER, A. **Realism and Social Science**. Londres: Sage Publications, 1953/1977.
- SCHAEFER. **O excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico**. *Boletim de Geografia Teorética*, vol.17 (13), 1953/1977 (p.5-37).
- VINCENT, J.-D. *Élisée Reclus, Géographe, anarchiste, écologiste*. Paris: Robert Laffont, 2010.
- VIVES, J. V. **Tratado General de Geopolítica**. Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1950/1981.

ARTIGO

COMUNIDADES DE COMUNICAÇÃO.
NAÇÃO E FRONTEIRAS DO (DES) ENCONTRO

Resumo

O texto origina-se de uma proposta de estudo comparado das comunidades de comunicação das fronteiras internacionais brasileiras. O artigo registra uma aproximação inicial sobre a realidade comunicacional e midiática do denominado Arco Norte do Brasil. Os elementos estruturantes da reflexão apontam as condições de fronteira e sua exposição no cenário da globalização, a presença das matrizes de cultura autóctones e a espaciotemporalidade própria da região Norte do Brasil. Reconhecendo alguns elementos históricos, oriundos de bibliografia documental, pesquisa acadêmica, entrevistas e trabalho de campo, encaminha-se uma reflexão acerca do desafio que as sociedades do Arco Norte enfrentam em sua atividade comunicacional. O texto aponta a dificuldade de atualização das comunidades de comunicação frente à midiaticização.

Palavras-chave:

Fronteira; midiaticização; comunicação.

Abstract

The text originates from a proposal of a comparative study of the communities of communication of Brazilian international borders. The Article records an initial approach about the communicational and mediatic reality of the so-called Northern Arch of Brazil. The structural elements of reflection point out border conditions and its exposure in the globalization scenario, the presence of autochthonous cultural matrices and the spatial temporality of Northern Brazil. Recognizing some historical elements, coming from documental bibliography, academic research, interviews and fieldwork, directs a reflection about the challenge that (the) societies from Northern Arch face in their communication activity. The text points out the difficulty of updating communication across communities facing the mediaticization .

Keywords:

Border; mediaticization; communication.

Introdução

A fronteira está igualmente na abertura e no fechamento. É na fronteira que tomam lugar a distinção e a ligação com o ambiente. Todas fronteiras, incluindo as membranas dos seres vivos e as fronteiras das nações são, ao mesmo tempo, barreiras, lugares de comunicação e intercâmbio. Elas são lugares de dissociação e associação, de separação e articulação.
Edgar Morin

O texto origina-se de uma proposta de estudo comparado das comunidades de comunicação presentes nas fronteiras internacionais brasileiras. Registra-se uma aproximação inicial sobre a realidade comunicacional e midiática do denominado Arco Norte do Brasil. Reconhecendo alguns elementos históricos, oriundos de bibliografia documental, pesquisa acadêmica, entrevistas e trabalho de campo, encaminha-se uma reflexão a cerca do desafio que as sociedades do Arco Norte enfrentam em sua atividade comunicacional em tempos de midiatização.

As comunidades de comunicação apontam a precedência do que atualmente se denomina por “midiático”, ou seja, práticas comunicacionais compreendidas através, especialmente, de mediações tecnológicas. A expressão “comunidades de comunicação” alude a “comunidades imaginadas”, expressão cunhada por Benedict Anderson (2008) e que ganhou notoriedade. Elas apontam a necessidade de animar narrativas pertinentes ao nacionalismo e nossa adaptação para os fenômenos comunicacionais indica a importância que tais processos ganham na contemporaneidade.

Assim, o texto aponta a dificuldade de atualização das comunidades de comunicação por via midiática, ainda que se reconheça sua precedência por outras vias.

Estruturado em quatro partes, o texto atenta inicialmente para a midiatização das sociedades de fronteira e sua visibilidade no cenário da globalização, bem como a exposição das matrizes de cultura e a espaciotemporalidade das sociedades do Arco Norte do Brasil. Por fim, registram-se breves considerações a cerca dos desafios que as sociedades enfrentam na consolidação de sua comunidade de comunicação em tempos de midiatização.

Da perspectiva da comunicação, interessa refletir sobre como a globalização pode ser tomada em seu potencial destrutivo da diversidade cultural. Consoante à crítica frankfurtiana à cultura de massas e à indústria cultural, a globalização contém

ameaças à compreensão mútua entre as nações e ao diálogo entre culturas. Um contexto no qual a midiaticização concorre tanto quanto dispositivo regulador da atividade comunicacional, como um agente do neo-colonialismo.

A abordagem construída em termos de midiaticização relaciona-se à perspectiva de Stig Hjarvard (2012) quando aponta que essa abordagem surgiu como quadro teórico que orienta a reflexão sobre a mídia em suas relações com a sociedade e a cultura. O autor aponta que, ao integrar-se nas rotinas de instituições e da vida social, a mídia compromete-se com o amplo domínio das interações sociais. Entre nós, justifica-se a preocupação com as duas dimensões referidas por Antônio Fausto Neto (2008) quando enfatizou a passagem da “sociedade dos meios” para a “sociedade midiaticizada”, especialmente quando consideramos a riqueza brasileira, capaz de dar cabida aos dois estágios simultaneamente.

Ao invocar a noção de midiaticização permite-se tensionar o horizonte de expectativas presente na sociedade brasileira, especialmente quando se considera que as condições históricas que a presidem falam antes da midiaticização de discursos privados no espaço público. Mais que favorecer o direito à informação e a livre expressão do pensamento, a experiência brasileira aponta para o impacto da homogeneização do massivo frente aos reclamos das heterogeneidades.

A atividade comunicacional midiática enfrenta entraves estruturantes e que não devem ser entendidos apenas enquanto processos tecnológicos detidos no funcionamento de eletro-eletrônicos e, principalmente, na apropriação social e desenvolvimento de linguagens atinentes a eles:

Por midiaticização, entenda-se [...] o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais com a mídia. A midiaticização não nos diz o que é a comunicação e, no entanto, ela é o objeto por excelência de um pensamento da comunicação social na contemporaneidade, precisamente por sustentar a hipótese de uma mutação sócio-cultural centrada no funcionamento atual das tecnologias da comunicação (SODRÉ, 2007, p.17).

Por outro lado, é importante esclarecer que compreendemos “fronteira” longe da noção de tropo, uso figurativo de linguagem tão corrente em tempos de globalização. Trabalhamos a condição fronteira despida de metáforas e concreta em sua aceção de limites que se comunicam conforme a epígrafe de Morin.

Antecedentes da midiaticização da região Norte

A atenção à midiaticização e conseqüente visibilidade das sociedades de fronteira no cenário da globalização permite estudar o contato sistemático e assimétrico com

elementos provenientes de distintas procedências. O cenário globalizado requer considerar a importância das noções pré-formadas de comunidade de comunicação em que a midiaticização vem a incidir.

Ao problematizar as experiências de mídia na região Norte do Brasil, faz-se importante considerar os esforços de criação de veículos próprios. O primeiro jornal na região foi editado no então Estado do Grão Pará, fundado em 1º de abril de 1822 por Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente; a edição inaugural foi publicada 22 de maio de 1822. Desde então dezenas de veículos apareceram e desapareceram. Em levantamento de fontes primárias realizado por Ferreira (2005), é possível estimar que em 2005 existam cerca de meia centena de diários, semanários, quinzenários e revistas mensais na Amazônia Legal. Sua avaliação crítica da linha editorial aponta o enfoque metropolitano dos conteúdos:

A maioria dos jornais não valoriza as pautas estruturais, com ênfase na economia, nas finanças públicas. E o material publicado ainda se restringe aos centros urbanos. Poucos retratam o interior da Amazônia. Polícia, esporte, vida urbana e fragmentos da política partidária ainda são os assuntos mais pautados. As colunas sociais têm grande espaço nesses periódicos (FERREIRA, 2005, p. 10).

Um outro levantamento realizado por Almeida (2003) aponta que na virada do século XX, a localização das empresas de mídia predomina nas capitais dos Estados nordestinos estudados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima – no estudo não figura o Tocantins), onde se concentram em torno de 20 jornais impressos, 20 emissoras de Rádio (AM/FM) e 30 emissoras de televisão de sinal aberto (VHF/UHF).

Mesmo sendo a mídia mais antiga na região, o jornal impresso ainda é o menos estável, visto que poucos periódicos se mantêm em circulação por um tempo mais longo. Quase a metade dos jornais e revistas da atualidade surgiu a partir da década de 90. A instabilidade é agravada pela baixa e limitada circulação. Diariamente circulam nos Estados referidos, principalmente nas capitais do Amazonas e do Pará, quase 150 mil exemplares, com crescimento de 20% no final de semana (ALMEIDA, 2003).

No contexto de amplitude territorial, desponta a importância das emissoras de rádio, a mídia mais abrangente na região Amazônica, dado que os impressos e a televisão permanecem limitados e de baixa penetração.

Ainda conforme levantamento de Almeida (2003), Manaus passou a ouvir a Voz de Manaus em 1927, a primeira experiência radiofônica na região. A mais antiga emissora ainda em operação, desde agosto de 1944, é a Rádio Difusora AM, de Rio Branco. Mais de 80% das emissoras da região entraram em operação na década de

1980 e começo de 1990, justamente no período em que ocorreu o maior número de concessões de canais de rádio e TV no Brasil. Os critérios para tais concessões, mais políticos do que técnicos, beneficiaram vários parlamentares e pessoas ligadas a políticos da região, que até hoje se mantêm no poder com o apoio do próprio sistema de mídia. Entretanto, apenas a programação de algumas emissoras AM chega a todos os municípios. Graças à facilidade tecnológica que permite sua penetração, o rádio é o segundo veículo de maior alcance na Amazônia brasileira e tem assumido o papel de destaque na vida do caboclo amazônida, tendo desenvolvido capilaridade e função social ao contemplar aspectos do direito à informação.

Nas comunidades mais distantes dos centros urbanos, principalmente as que não dispõem de luz elétrica, o rádio é companheiro inseparável no dia-a-dia. A capacidade de longo alcance permite às emissoras AM chegar a centenas de pequenas comunidades espalhadas por toda a Amazônia Brasileira. As emissoras FM em sua maioria absoluta estão concentradas nas capitais; devido ao alcance restrito e baixa potência, conseguem no máximo atender o perímetro urbano.

A televisão chegou à região três anos depois de ter sido instalada a primeira emissora no Brasil. Os Diários Associados implantaram a primeira emissora da região na cidade de Belém (Pará), em setembro de 1953, sendo ainda hoje a mais antiga emissora de TV em atividade no país; ela retransmite atualmente a Rede Record. Em Manaus, a novidade da tecnológica foi instalada em 1965, a TV a cabo Manauara. No início da década de 70 foi a vez dos demais Estados da região criarem suas emissoras. Somente a partir de meados da década de 1980 a região experimentou um aumento acelerado no número de novos canais (ALMEIDA, 2003).

Faz-se impraticável discutir televisão na região Norte sem destacar a presença da Rede Amazônica de Televisão, um conglomerado edificado nos últimos 50 anos, controlador da maior cadeia de televisão da Amazônia Brasileira e que reina quase absoluto em cinco Estados, uma vez que apresenta altos índices de audiência nas três faixas de horário. Controladora de emissoras geradoras da Rede Globo, a Rede Amazônica controla também algumas emissoras de rádio e empresas de publicidade. Seus interesses diversificam-se em outras atividades econômicas como a produção de painéis solares e produtos de limpeza.

Juntas, as cinco emissoras são as únicas que chegam a 130 dos 166 municípios dos cinco Estados, através de geradoras localizadas nas capitais (Manaus, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco e Macapá), 10 minigeradoras e 115 transmissoras. Esta estrutura permite à rede estar presente num raio superior a dois milhões de Km², o equivalente a 27,5% do território brasileiro e 12.342.627 habitantes (IBGE, 2014).

Segundo Taveira (2000), a sociedade que deu origem à Rede Amazônica teve início em setembro de 1968, com os jornalistas Phelippe Doau e Milton Magalhães Cordeiros e o propagandista Joaquim Margarido, fundadores de uma agência de propaganda em Manaus. Na época, a Amazônia experimentava mais um surto de desenvolvimento, patrocinado pelo regime militar. De carona, os três sócios vislumbraram a oportunidade de ter um canal de TV na região, onde já atuavam. De acordo com a autora, a oportunidade surgiu em julho 1969, quando o Ministério das Comunicações abriu edital de concorrência de canal de televisão para Manaus, que até então tinha apenas uma emissora, a TV Ajuricaba.

O Ministério das Comunicações concedeu dois anos de prazo para a emissora entrar em operação. A TV Amazonas passou quase 20 meses sendo construída e equipada; em 1º de fevereiro de 1972, após um mês de testes experimentais, para ajustes dos equipamentos, a TV Amazonas entrou oficialmente em operação.

Devido ao isolamento físico da região e à falta de equipamentos de geração e captação, a programação da TV Amazonas era composta de forma irregular e precária com os denominados enlatados, programas como filmes e desenhos de produção estrangeira, comprados da TVE do Rio de Janeiro e da TV Tupi de São Paulo e até diretamente dos estúdios produtores. A emissora também apresenta, desde a sua inauguração, dois telejornais locais exibidos ao meio-dia e no início da noite. A programação mesclada perdura até 1973, quando a TV Amazonas foi convidada a retransmitir a programação da recém-inaugurada TV Bandeirantes, de São Paulo.

A TV Amazonas, em 1974, trocava sua denominação, passando a chamar-se Rede Amazônica de Rádio e Televisão. Conforme Almeida (1998, p. 22), “no início de setembro daquele ano já era possível ver os primeiros resultados desta ousadia. Num prazo recorde de quatro meses a TV se expande. Novos canais vão sendo implantados e a rede alcança, na ordem, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá”. Em menos de sete anos, a tímida agência de publicidade passa a dominar as emissoras de TV da região, acumulando cinco emissoras de televisão: a TV Amazonas, em 1972; a TV Rondônia, em 1974; a TV Acre, em 1974 e a TV Roraima, também em 1974 e, por fim, a TV Amapá, em 1975.

A Rede Amazônica continuou comprando programação em grandes pacotes e, em 1983, com a consolidação da presença da Embratel na região Norte, a rede conquistou o monopólio do sinal da TV Globo em quatro Estados: Amapá, Acre, Rondônia e Roraima. Almeida (1998, p. 22) levantaria que, em 1986, “com as dificuldades enfrentadas pela TV Ajuricaba, canal 8, a concessão da TV Globo em Manaus foi entregue à TV Amazonas, canal 5”. A partir de então consolidou-

se o monopólio do sinal e explicitava-se o poder da Rede Amazônica de Rádio e Televisão.

Para facilitar o tráfego de sinal simultâneo entre os diferentes Estados, a Rede Amazônica passou a utilizar no Brasilsat um transponder denominado de RAM-Sat. Em Manaus, a TV Amazonas capta o sinal da TV Globo e, através do RAM-Sat, reenvia para as outras emissoras. Ela inclui nos espaços cedidos pela cabeça de rede (Globo) os programas e comerciais de veiculação regional, deixando em aberto os espaços a serem ocupados pelos programas e comerciais locais de interesse de cada Estado.

A Rede Amazônica domina a cena no campo da mídia regional, tanto em penetração quanto em popularidade, considerando que controlar uma concessionária da Rede Globo é sempre um bom negócio, já que o poder de barganha e de negociação é infinitamente superior. Diariamente, o sinal das emissoras Globo chega a 130 dos 166 municípios dos Estados federados da região Norte. Nenhuma outra rede ou veículo de comunicação da região se aproxima de um poder irradiador semelhante.

Em 2006, aproveitando-se de todo o potencial instalado, a Rede Globo de Televisão instaura o seu serviço de conteúdos mais articulado, o portal eletrônico G1. A estrutura foi, progressivamente, instalando-se em toda a rede de emissoras afiliadas na região Norte, ademais de outras regiões brasileiras. É também com ele que o noticiário regional do Norte ganha corpo em termos de conteúdo propriamente regionalizado, aproximando-se da perspectiva localizada, algo que representa uma grande vantagem em termos de legitimação de suas fontes e agendamento de seus acontecimentos. A atividade do G1 destina-se a articular a estrutura noticiosa a partir da nucleação da rede de TV do conglomerado Globo, funcionando como uma agência de notícias no sentido consagrado que outrora desfrutava a mídia impressa, de desenvolvimento marcadamente inviável na região.

A midiatização na faixa de fronteira do Arco Norte

Após abordar aspectos da estrutura regionalizada de mídia, atenta-se para a condição fronteiriça do Arco Norte do Brasil.

O estudo da exposição das matrizes de cultura autóctones, praticando diferentes idiomas e considerando-se a espaciotemporalidade própria do Arco Norte, solicita atentar para a riqueza de suas idiosincrasias. Esse aspecto, ademais, requer considerar o exercício de diferentes fusos horários, com impacto na recepção e apropriação da atividade audiovisual televisiva e, agora, das mídias sociais.

A faixa de fronteira na Amazônia, com exceção do litígio entre Venezuela e Guiana pelo território de Essequibo ou *Guiana Esequiba* – uma área com 159,5 Km² administrada pelos guianenses e reivindicada pelos venezuelanos, desde 1966 –, estão definidas desde o início do século XX.

A faixa fronteira do denominado Arco Norte possui limites que se estendem por quatro Estados sul-americanos: República Cooperativa da Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru, ademais de duas colônias europeias: Suriname (da Holanda) e Guiana (da França). Começando na fronteira franco-brasileira, na foz do rio Oiapoque (Amapá), atenta-se que ela se estende até o vale do Alto Juruá (Acre), na fronteira do Brasil com o Peru. A faixa de fronteira perpassa assim cinco Estados da região Norte, à exceção do Tocantins. (MIN, s.d.).

Na fronteira entre o Brasil e a República Cooperativa da Guiana (ex-colônia britânica), um segmento estabelecido com o Estado do Pará conta com predominante presença indígena. Um segundo segmento no Estado de Roraima conta com fronteira fluvial de margens unidas por uma ponte sobre o rio Tacutu, na fronteira com a Guiana. Na margem brasileira há colonização europeia antiga, ademais de migrações de nordestinos e sulistas convivendo com populações indígenas. Na Guiana, o mosaico está composto por africanos e indianos que convivem com o afluxo recente de chineses. Trata-se de uma região capilar que abriga as cidades gêmeas de Bonfim (Roraima), do lado brasileiro, com quase 11 mil habitantes (IBGE, 2014) e de Lethem, do lado guianense, com aproximadamente três mil habitantes. Tais características contam com explorações midiáticas que apontam para o exotismo da região, enfatizando um olhar exterior para seus problemas, como o fez a National Geographic Brasil (<http://viajaqui.abril.com.br...>).

Na fronteira com a Guiana, a presença da mídia é restrita a uma emissora de rádio e outra de televisão do lado brasileiro. Até 2012 circulou na região as edições impressas do Jornal da Fronteira, com reportagens em inglês, português e espanhol. Entretanto, após o falecimento do repórter e editor-chefe Jorge Afonso Ramos, o semanário saíria de circulação. Conhecido pela alcunha de Jorjão da Fronteira, o editor foi colhido em sua bicicleta, considerado vítima de atropelamento, falecendo depois de prolongado período em hospital de Boa Vista (Cf. <http://www.fronteiranews.blogspot.com.br/>).

No primeiro segmento da fronteira seca entre Brasil e Venezuela estão situadas as cidades gêmeas de Pacaraima (Roraima), com mais de 10 mil habitantes, e Santa Elena de Uairén (província venezuelana de Bolívar), com mais de 30 mil habitantes. Trata-se de uma zona-tampão, região estratégica em que o Estado restringe ou

interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira (parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva – terras indígenas). As redes de comunicação estão em território da Venezuela, com a presença de uma emissora de rádio com programação bilíngue. Uma característica que permeia todo esse segmento que começa no planalto das Guianas e segue até a densa floresta amazônica é a presença uniforme e estável dos indígenas, com destaque para reservas Raposa/Serra do Sol, São Marcos e dos Ianomamis, do lado brasileiro. Também é intensa e a presença não-indígena de contingente militar brasileiro. Faz-se igualmente predominante a presença de indígenas no segundo segmento de fronteira da Venezuela com o Estado brasileiro do Amazonas.¹

A 1ª. Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), ocorrida em dezembro de 2009 em Brasília, mobilizou a realização de conferências municipais e estaduais. A 1ª. Conferência Estadual de Comunicação de Roraima foi convocada pelo Poder Legislativo Estadual sob o tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. Ela contou com expressiva participação de profissionais e professores de jornalismo e mídia. Estruturada em três eixos, dispôs-se a debater a produção de conteúdo (constante de 25 propostas), os meios de distribuição (16 propostas) e o tema de cidadania: direitos e deveres (28 propostas).

Uma das mesas de debate abordou especificamente “A ausência de mídia na Região de Fronteira”, registrando a situação do município fronteiriço de Pacaraima, onde não existe nenhum veículo de comunicação brasileiro. A situação daquele município proporcionou a veiculação de um documento de sua conferência municipal, constante de 12 pontos, dentre os quais se registram a reclamação por políticas públicas destinadas a democratizar os meios de comunicação e a promoção do direito à informação. Também constaram do documento a proposta de radiodifusão comunitária e telefonia pública, especialmente em áreas indígenas, a não cobrança de taxa de telefonia em discagem direta internacional (DDI) em áreas fronteiriças, o livre trânsito de profissionais de comunicação, a veiculação de conteúdos educativos em canal aberto em horário acessível à população (<http://confecomrr.blogspot.com.br/2009/11...>).

Traçado esse breve panorama, avançamos, a seguir, numa avaliação de alguns aspectos da comunidade de comunicação específica da região Norte.

¹ Uma viagem de campo dos autores em maio de 2014 permitiu confrontar algumas das informações aqui referidas.

Midiatização e comunidades de comunicação

A dependência de iniciativas privadas revela aspectos marcantes da midiatização de práticas comunicacionais na região. No entanto, para estudar as comunidades de comunicação faz-se necessário distinguir práticas de comunicação de proximidade ou de comunicação comunitária da ação das indústrias culturais. Enquanto as primeiras expressam valores locais, as indústrias culturais dependem de agentes estruturados com base em amplas audiências conformadas em valores de vocação universalizante, de regulação vigente ao nível da nacionalidade e cujo mercado de expansão está orientado pelo horizonte da globalização. Existe um contraponto, do ponto de vista da produção e consumo de conteúdos, entre a realidade da região Norte frente à cultura midiática própria das produções metropolitanas, o que corresponde a distinguir os espaços tópicos dos espaços heterotópicos (SILVEIRA, GUIMARÃES, 2014).

É neste particular aspecto que os reclamos pela democratização e controle social da mídia coincidem, no Brasil, com a aprovação das leis de meios como, por exemplo, no Uruguai e na Argentina. Embora os reclamos pela capilaridade da comunicação permitam emergir distintas vozes, foi o enfoque jurídico que se impôs.

O reconhecimento de línguas, dialetos e expressões regionais ainda é novidade no Brasil que possui um único idioma oficial, embora seja preceito constitucional a regionalização da produção de conteúdos. Assim, a necessidade de avanço é diretamente proporcional à estigmatização da alteridade. Um exemplo consiste em recordar que a legislação somente seria flexibilizada no primeiro governo eleito democraticamente na Nova República. O Governo Collor modificou em agosto de 1990 o Decreto No.52.795, de 1963, permitindo que as emissoras de rádio e televisão transmitam programas em outros idiomas, o que favoreceu a expansão tecnológica do mercado de TV a cabo.

Conforme apontam os Anais da 1ª. Confecom de Roraima, as práticas comunicacionais desvinculadas do marco do Estado-nação configuram-se num passo importante para as comunidades fronteiriças. Há necessidade de superar a ideologia da cultura brasileira que credita valor apenas às manifestações identitárias que expressem valores vinculados à exportação de conteúdos (fonografia, teledramaturgia, agendamento de *hard news*) que conhecem um profundo esgotamento em amplas regiões brasileiras, especialmente as fronteiriças.

A análise desses poucos elementos empíricos aponta para aqueles aspectos distinguidos por Martinez (2013), quando abordou a questão da democracia, bilateralidade e desenvolvimento fronteiriço:

[...] em escala nacional e em alguns casos para os âmbitos fronteiriços mostraram seus efeitos positivos sobretudo em setores como o viário e abriu os caminhos para os acordos de fornecimento de energia elétrica em localidades fronteiriças do Brasil. Os esforços bilaterais se concentraram no eixo fronteiro Santa Elena de Uairén-Vila Pacaraima-Boa Vista e Manaus, estes últimos serão os beneficiários diretos destas negociações, explicável ademais pelas crescentes dinâmicas sócio-espaciais (MARTINEZ, 2013, p. 129)².

A utilização da energia elétrica na implementação de um sistema de comunicação constitui-se em elemento primordial na expansão da sociedade industrial. A colaboração entre Venezuela e Brasil mostra, no caso da energia elétrica, a importância fundamental das relações internacionais para a consolidação da atividade midiática que, embora seja um elemento ainda pouco atentado nos estudos que envolvem as relações internacionais, para os estudiosos de comunicação e mídia apresentam-se como centrais na estruturação das comunidades de comunicação na atualidade.

Considerações finais

Fazem-se flagrantes os avanços das mídias sociais franqueadas pela apropriação social da digitalização de conteúdos. Questionando o modelo favorecedor dos oligopólios de mídia e promoção do desenvolvimento econômico que, em paralelo ao subdesenvolvimento democrático, consagra-se como responsável histórico de nosso *apartheid* social. Paradoxalmente, o cansaço das velhas fórmulas informativas converteu os brasileiros em “campeões de redes sociais” (CHAO, 2013).

O contexto histórico de estruturação das emissoras de mídia na região Norte sinteticamente exposto no texto encaminha, por fim, ao reconhecimento da institucionalização da atividade midiática. Trata-se de um conjunto de aspectos que reclama nossa atenção para estudo e, especialmente, registro da importância de políticas públicas que atendam as especificidades requeridas pela comunidade de comunicação existente no Norte brasileiro.

A interdependência de infraestrutura e os laços culturais evidenciam o potencial que a comunidade de comunicação transnacional conhece. No entanto, o interesse das estruturas de mídia expressos especialmente nos oligopólios ameaçam o incremento dessas relações ao buscar articulações com o contexto midiático brasileiro. Uma

2 No original:” [...] a escala nacional y en algunos casos para los ámbitos fronterizos mostraron sus efectos positivos sobre todo en sectores como la vialidad y abrió los caminos para los acuerdos de suministro de energía eléctrica en localidades fronterizas de Brasil. Los esfuerzos bilaterales se concentraron en el eje fronterizo Santa Elena de Uairén-Villa Pacaraima-Boa Vista y Manaus, estos últimos serán los beneficiarios directos de estas negociaciones, explicable además por las crecientes dinámicas socio-espaciales ” (MARTINEZ, 2013, p. 129).

contradição que expõe a população local que se vê presa tanto de fluxos globalizantes quanto de grandes grupos de mídia nacionais.

Referências

A CRÍTICA. Manaus-AM, 1 set 1972.

ALMEIDA, E. S. **A integração regional através da Rede Amazônica de Televisão**. Roraima: Monografia (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal de Roraima, 1998.

ALMEIDA, E. S. **Imagens da selva: Televisão e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira**. São Paulo: Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 2003.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.

BAZE, A. (Org.). **História Rede Amazônica**. Manaus: Valer / Instituto Cultural Fundação Rede Amazônica, 2002.

CHAO, L. **Brasileiros reinam nas redes sociais**. Valor Econômico, 17 (733). Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed733_> Acesso em 8 março 2013.

FERREIRA, P. R. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. 3º. Encontro da Rede Alcar. Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2005. Anais .do evento Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/3o-encontro-2005-1?b_startint=100 Acesso em 2jan 2015.

FAUSTO NETO, A. **Fragments de uma analítica da midiaticização**. São Paulo: Matrizes, Ano 1, No. 2, abril, 2008. p. 53-91.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. SRI/PR. **Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração na Faixa de Fronteira**. Brasília, SRI/PR, 2010.

HJAVARD, S. **Midiaticização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultura**. São Paulo: Matrizes, Ano 5, No. 2, jan./jun. 2012 (p. 53-91).

IBGE. **Indicadores**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>> Acesso em 15 jan 2015.

MACHADO, L. O. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

MARTINEZ, L. V. Venezuela y Brasil: cronologias fronteiras. In: PORTO, J,;

MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL. **Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDF**. Brasília: MIN, s.d. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=cd8c9e6a-a096-449b-826e-6ecb49744364> Acesso em: 08 ago 2014.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Bonfim e Lethem: povo sem fronteiras**. 29 set 2012. Disponível em: <http://viajeaquibrasil.com.br/materias/bonfim-lethem-povo-sem-fronteiras>> Acesso em 15 jan 2015.

NASCIMENTO, D. M. (Orgs.) **Dinâmicas periférico-estratégicas da fronteira da Amazônia Setentrional: das políticas públicas e redes institucionais à integração espacial**. Rio de Janeiro: Publit, 2013.p. 11-142.

SILVEIRA, A. C. M.; GUIMARAES, I. P. **O nome do outro. Heterotopias e interações fronteiriças.** V Colóquio Brasil-Estados Unidos. Anais do XXVII Congresso da Intercom. Foz do Iguaçu, 2014. Disponível em:<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1719-1.pdf>> Acesso em 20 out 2014.

SODRÉ, M. **Sobre a episteme comunicacional.** MATRIZES, nº 1, outubro 2007, (p. 15-26).

TAVEIRA, E. D. **Rede Amazônica de Rádio e Televisão e seu processo de regionalização (1968 - 1998).** São Bernardo do Campo: Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, 2000.

ARTIGO

AS FRONTEIRAS DO NORTE DO BRASIL E O ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS

Resumo

Fruto das percepções e análises obtidas durante a pesquisa de campo para o projeto “Pensando o Direito: Desafios à efetividade dos direitos fundamentais” – “Mapeamento institucional, normativo e estrutural e análise dos obstáculos para efetivação do atendimento e acesso dos migrantes, apátridas e refugiados aos serviços públicos no Brasil: subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas” em algumas áreas de fronteira da Região Norte do Brasil, o texto procura refletir sobre a realidade encontrada e os impactos que o viés não pautado nos Direitos Humanos e na recepção dos imigrantes, seja em termos de Normas e de Políticas Públicas, colabora para um quadro de dificuldade de acesso aos Direitos Sociais por parte dos grupos selecionados pelo projeto.

Palavras-chave:

Migração internacional; pesquisa pensando o direito; direitos sociais; fronteiras; região norte.

Abstract

Based on perceptions and analysis obtained during the research for the Project “Pensando o Direito: Desafios à efetividade dos direitos fundamentais” – “Mapeamento institucional, normativo e estrutural e análise dos obstáculos para efetivação do atendimento e acesso dos migrantes, apátridas e refugiados aos serviços públicos no Brasil: subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas” in some border areas in North Region of Brasil, the article aims to analyze the reality found and the impacts of a perspective not based in Human Rights and on the reception of immigrants be in terms of norms and in public politics collaborates to a difficulty frame of access to Social Rights by the groups chosen by the project.

Keywords:

International migration; research “pensando o direito”; social rights; frontiers; north region of brasil.

Introdução

Uma das características mais marcantes da Globalização Contemporânea são os fluxos migratórios (BAUMAN, 1999). Há um número bastante expressivo de pessoas circulando pelo mundo: os dados mais confiáveis trabalham com números que variam entre 3% a 3,5% da população mundial como imigrantes¹. Vale destacar que, além de não serem precisos, esses dados só analisam os indivíduos que atravessam fronteiras estatais, isto é, dirigem-se de um país para outro, portanto, aqueles que migram dentro da área de uma mesma soberania estatal não são contados entre esses dados, apesar de serem um número mais expressivo que o de imigrantes².

Bauman (1999), destaca que esse aumento na circulação de pessoas decorre da melhoria na circulação das informações. Tais informações possibilitam novos movimentos e relações entre origem e destino que antes eram impraticáveis.

Dentre todos os fatores técnicos da mobilidade, um papel particularmente importante foi desempenhado pelo transporte da informação – o tipo de comunicação que não envolve o movimento de corpos físicos ou só o faz secundária e marginalmente. Desenvolveram-se de forma consistente meios técnicos que também permitiram à informação viajar independente dos seus portadores físicos – e independente também dos objetos sobre os quais informava: meios que libertaram os “significantes” do controle dos “significados”. A separação dos movimentos da informação em relação aos movimentos dos seus portadores e objetos permitiu por sua vez a diferenciação de suas velocidades; o movimento da informação ganhava velocidade num ritmo muito mais rápido que a viagem dos corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava. Afinal, o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim – no que diz respeito à informação – à própria noção de “viagem” (e de “distância” a ser percorrida), tornando a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática (BAUMAN, 1999, p. 21-22).

Conforme pontua Mota (2011, p. 6), as migrações são formas encontradas pelas pessoas nos reajustamentos dos desequilíbrios crescentes entre as regiões, em termos de rendimento por habitante, expectativa de vida, nível educacional e de exposição a todo o tipo de risco relacionado com a conjuntura econômica, política e social. A questão econômica é o fator relevante nas migrações internacionais, pois acaba funcionando como o principal estímulo, em termos de números de pessoas, que partem para outras localidades.

1 Disponível em: <<http://sites.uepb.edu.br/nepda/2013/09/21/mundo-tem-232-milhoes-de-migrantes-internacionais-calcula-onu-2/>>, acesso em 28/04/2015.

2 Para facilitar a leitura do artigo, faremos uso dos termos *imigrante* (aquele que chega a um país) e *emigrante* (aquele que deixa um país).

Desenvolvimento

O Brasil, país que recebeu diversas levas migratórias desde o período colonial, se insere atualmente nesse quadro de grande fluxo de pessoas, seja de brasileiros circulando pelo país, seja de estrangeiros que adentram ao território brasileiro. Os dados ofertados pelos órgãos oficiais, como o Ministério da Justiça ou pelo IBGE destacam nos últimos anos o aumento de imigrantes e de brasileiros circulando pelo território nacional³.

A partir dessa constatação, destaca-se que o objeto de interesse deste artigo são os imigrantes, pois, por conta da diferença de estatuto jurídico entre os nacionais e estrangeiros no Brasil, estabelece-se uma distinção fática no sentido de acesso a direitos. Vale lembrar que a entrada de estrangeiros no país, regulada ainda pela lei 6815/80, denominada Estatuto do Estrangeiro, possui uma perspectiva de imigração pautada apenas nos interesses nacionais com base securitária, oferecendo uma gama não completa de direitos aos imigrantes, pois prioriza as garantias aos direitos individuais⁴, os chamados direitos humanos de primeira dimensão ou geração.

As expressões contidas na Lei sobre o acesso a direitos sociais por parte dos estrangeiros é muito pobre.⁵ Vale lembrar que a Constituição Federal de 1988 trouxe uma série de avanços no sentido de universalizar direitos, principalmente no acesso aos direitos sociais⁶, porém, o que se vê na prática é que a ausência de uma política pública específica para o atendimento das necessidades desses grupos imigrantes faz com que os acessos destes aos direitos sociais seja bastante complicado e ineficiente.

Entretanto, mas complexo que a própria perspectiva de ser estrangeiro no Brasil, é ser estrangeiro pobre, pois, além das dificuldades de acesso aos direitos,

3 <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/numero-de-imigrantes-cresceu-867-em-dez-anos-no-brasil-diz-ibge.html>>. Acesso em 29/04/2015.

4 Apesar do art. 95 do Estatuto do Estrangeiro estabelecer que: “O estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis.”, podemos destacar que isso não é cumprido, como por exemplo, o acesso a benefícios sociais como o Bolsa Família é recente, como o destaque dado pela imprensa para o fato de a Prefeitura de São Paulo começar a cadastrar essas pessoas para terem o benefício revela. (Cf. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1557643-estrangeiros-va-o-poder-receber-bolsa-familia-em-sao-paulo.shtml>>). Acesso em 22/04/2015)

5 O artigo 2º do Estatuto traz a única menção ao termo sócio-econômicos e, mesmo assim, no destaque da defesa do trabalhador e do interesse nacional. “Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.” Além disso, há o famoso § 1º do artigo 21 que trata dos casos dos municípios limítrofes e o acesso ao sistema de Previdência Social.

6 Só o artigo 6º da Constituição Federal traz uma série de Direitos, como o próprio texto explicita: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

esses imigrantes, por conta de sua condição econômica, acabam necessitando da ação do Estado brasileiro, o qual, em boa parte das vezes, mostra-se insuficiente para atender a demanda dos nacionais e, por consequência, dos estrangeiros, ainda mais com a falta de compreensão de suas demandas específicas.

Porém, em termos de Brasil, não há como se pensar na ação estatal e no desenvolvimento social e econômico sem termos em conta elementos da trajetória histórica brasileira, que reflete diretamente na estrutura organizacional e geográfica do país. Há que se destacar que o país, ao longo de sua história, teve sua ocupação e desenvolvimento vinculado à proximidade do litoral. Nesse sentido, a região do interior do país, mesmo sendo alvo de uma série de projetos de desenvolvimento, ainda se encontra com uma população pequena em comparação com a da costa brasileira, além de possuir um desenvolvimento econômico muito menos expressivo que as áreas que se localizam a uma distância máxima de 600 km do mar.

O resultado disso é que as fronteiras terrestres do Brasil se encontram nas áreas menos desenvolvidas do país, trazendo um quadro bastante peculiar para a análise do quadro migratório e das formas como se pode pensar o oferecimento de direitos sociais. A despeito disso, Foucher pontua que:

As fronteiras são descontinuidades territoriais, com a função de marcação política. Nesse sentido, trata-se de instituições estabelecidas por decisões políticas, projetadas ou impostas, e administradas por textos jurídicos: as leis de um Estado soberano em seu interior, o direito internacional público como lei comum da coexistência dos Estados, mesmo quando estes se desfazem, porque os tratados territoriais são os únicos pelos quais a sucessão de Estado é automática. Linhas de separação entre soberanias, elas agregam – por uma delimitação seguida de uma demarcação no terreno por meio de pedras ou outros utensílios físicos ou eletrônicos de separação – territórios governados por uma soberania estatal e que formam o quadro da atribuição e da transmissão de uma nacionalidade, de uma cidadania como ligação jurídica de um Estado à sua população constituinte. Não há identidade sem fronteiras. A ordem política moderna implica o reconhecimento, pelos outros, de fronteiras de Estado demarcadas, com base territorial e soberana (FOUCHER, 2009. p. 22).

Somando-se a isso, tem-se que boa parte dessas fronteiras terrestres, localiza-se na região Norte do país, a qual possui níveis de desenvolvimento muito menores que as outras regiões do país⁷. E, justamente por essas fronteiras, é que tem chegado as principais levadas migratórias por via terrestre, trazendo um quadro de oferta de direitos para esses imigrantes bastante preocupante, haja vista a incapacidade do diversos níveis federais em atender a essas demandas.

7 Os dados ofertados pelo IBGE e pelo Atlas Brasil que comparou 16 regiões metropolitanas atestam para essa desigualdade.

O primeiro elemento que chama a atenção é que nenhuma capital de Estado é limítrofe com países vizinhos, fazendo com que a melhor oferta de serviços, direitos e trabalho se localize distante das localidades que são muitas vezes a porta de entrada do país. Vale destacar que esse tipo de dificuldade não atinge apenas a população migrante, mas mesmo os habitantes locais enfrentam esse tipo de dificuldade para terem acesso a certos serviços.

A questão se torna mais complicada, quando se tem, como é característico, um quadro de atendimento aos brasileiros bastante precário, pois, a partir da entrada de estrangeiros, os brasileiros, já insatisfeitos com o tipo de atendimento que recebem, colocam esses estrangeiros como aproveitadores dos serviços da região. Um exemplo claro disso foi trazido pela entrevista com o grupo de estudos presente na Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Campus de Benjamin Constant - AM, ao relatar as dificuldades dos estrangeiros, principalmente das peruanas, de terem acesso ao pré-natal no hospital de Benjamin Constant – AM, pois os segmentos que atendiam no hospital possuem a ideia de que esses estrangeiros só desejavam utilizar os serviços ali prestados por conta do interesse na regularização e para obterem outros benefícios sociais⁸.

A vida na região fronteira amazônica não é fácil nem para brasileiros, nem para peruanos. Há inúmeras demandas por serviços, por uma presença mais efetiva do Estado, tanto o brasileiro como o peruano. A ideia de controle da circulação, pautada em uma “função política está vinculada à circulação de pessoas, por meio da política de vistos no caso da ausência de reciprocidade. Regimes específicos de facilitação podem ser concedidos às populações fronteiriças” (FOUCHER, 2009. p. 24). As tradicionais trocas entre os dois países e a existência de relações entre as cidades limítrofes, além de políticas de recepção específicas para os países da América do Sul tornam a situação de recusa do atendimento médico ainda mais inaceitável.

Nitidamente, o discurso de xenofobia que se estabelece surge por conta de um quadro de competição pelos serviços, notadamente, os de natureza médico-hospitalar⁹. Porém, ele é sintomático de um quadro que pode se tornar mais grave

8 Os dados empíricos apresentados no texto derivam das percepções e análises coletadas durante pesquisa de campo para o projeto “Pensando o Direito: Desafios à efetividade dos direitos fundamentais” – “Mapeamento institucional, normativo e estrutural e análise dos obstáculos para efetivação do atendimento e acesso dos migrantes, apátridas e refugiados aos serviços públicos no Brasil: subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas”

9 Dado obtido em entrevistas realizadas nas localidades durante pesquisa de campo para o projeto “Pensando o Direito: Desafios à efetividade dos direitos fundamentais” – “Mapeamento institucional, normativo e estrutural e análise dos obstáculos para efetivação do atendimento e acesso dos migrantes, apátridas e refugiados aos serviços públicos no Brasil: subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas”

se o número de imigrantes aumentar nessas localidades, seja em termos de fixação, seja em termos de passagem, pois, de certa forma, o intenso fluxo de pessoas já gera demanda por serviços, que aliado ao quadro de desinformação, produz um quadro de tensão que pode provocar xenofobia. É o quadro do Acre, onde o próprio Secretário do Governo Estadual ressaltou que sofre pressão por parte da população acreana para o fechamento das fronteiras e dos serviços do abrigo, pois além da competição pelos serviços, as pessoas realçam o risco de doenças e o gasto de recursos governamentais com esses estrangeiros¹⁰.

O que se tem visto no Acre é a entrada de estrangeiros e a sua ida para outras regiões do país, notadamente Rondônia, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Não há fixação dos imigrantes nessas localidades, basicamente o serviço de atendimento prestado é o abrigo, com acomodação e alimentação, além da facilitação da documentação para que os imigrantes possam seguir viagem regularizados. Os dados hoje já falam em mais de 32 mil imigrantes entraram no país pela fronteira acreana¹¹, a grande maioria deles haitianos, para os quais o Brasil possui um sistema de facilitação de entrada e permanência por conta da tragédia do terremoto de 2010 em Porto Príncipe,¹² mas há outros grupos, cada vez mais presentes, demonstrando a inserção do Brasil na lógica de circulação mundial no qual há o crescimento do número de nacionalidades imigrando, o que cria novas necessidades, como a questão cultural e linguística na recepção. No caso do Acre, senegaleses e dominicanos são outras nacionalidades que têm se destacado.

Baganha e Marques (2001, p. 8) destacam que “qualquer política migratória tem que começar por resolver duas questões de natureza totalmente diversa, uma vez que uma é quantitativa, isto é, quantos imigrantes deve o país receber, e a outra que é de carácter qualitativo, ou seja qual deve ser o perfil dessas pessoas”. Com o crescimento econômico do país, existe uma forte tendência de aumento do número de entradas, muitas das quais, pelas vias terrestres, e, portanto, pela região Norte.

Apesar do baixo número de entradas no Brasil em termos estatísticos quando comparada com a realidade internacional, com cerca de apenas 1% da população

10 Dado obtido em entrevista realizada na cidade de Rio Branco no Acre durante pesquisa de campo para o projeto “Pensando o Direito: Desafios à efetividade dos direitos fundamentais” – “Mapeamento institucional, normativo e estrutural e análise dos obstáculos para efetivação do atendimento e acesso dos migrantes, apátridas e refugiados aos serviços públicos no Brasil: subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas”

11 Cf. <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/02/acre-pede-ajuda-federal-para-evitar-entrada-de-haitianos-durante-cheia.html>>. Acesso em 05/04/2015.

12 A Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012 que trata especificamente dos haitianos ainda está em vigor com duas prorrogações.

sendo composta por imigrantes, essa realidade já é sentida, a ponto de se repensar as políticas migratórias internacionais do país¹³.

Conforme as duas questões acima pontuadas destacam, a nova política migratória depende da tentativa de bem-estar que se pretenda promover “– o dos nacionais, o dos imigrantes, o do resto do mundo, ou uma das possíveis combinações destes três”¹⁴. Por conta do cenário constitucional brasileiro e dos compromissos internacionais, não resta dúvida de que o Brasil tem o compromisso de combinar o melhor tipo de bem-estar para nacionais e estrangeiros.

Os direitos humanos não são uma questão de escolha, mas uma obrigação legal decorrente de tratados internacionais, que obrigam todos os governos que lhes ratificaram. Os direitos humanos deveriam, portanto, ser uma dimensão integral do desenho, implementação, monitoramento e avaliação das políticas e programas migratórios. Além disso, o respeito dos direitos humanos dos migrantes é essencial para maximizar os benefícios potenciais e as contribuições positivas dos migrantes para o desenvolvimento. De fato, o respeito pelos direitos humanos dos migrantes contribui para o desenvolvimento econômico e social em ambos os países de origem e de recepção¹⁵.

Nesse cenário, é fundamental que os municípios fronteiriços, assim como os Estados limítrofes, recebam uma atenção especial, que permita o oferecimento de condições de receptividade adequadas aos acordos que o Brasil é signatário e aos preceitos estabelecidos na estrutura normativa brasileira.

Destaca-se que as vias terrestres têm sido mais utilizadas, tendo em vista um cenário no qual os países vizinhos estabelecem políticas migratórias mais receptivas, como o caso do Equador, que apesar de não fazer limite com o Brasil, tem em sua política de recepção universal um fator que alterou a lógica de entrada de imigrantes pelas vias terrestres, pois o país, apesar de não ser um grande receptor de imigrantes, é muito utilizado como início da rota pela América do Sul dos que desejam chegar ao Brasil, acabando por adentrar no Brasil pela região Norte, o que significa um aporte grande de pessoas em regiões do país que possuíam uma pequena estrutura de recepção¹⁶.

13 Os dados do Ministério da Justiça de 2012 falam de aproximadamente 1,5 milhão de imigrantes regularizados no Brasil. Contando os irregulares e a tendência de crescimento desse número que ainda não arrefeceu, estabelecemos o padrão de dois milhões, valor próximo a 1% da população brasileira. Já segundo OIM são 1,5 milhão. Disponível em: <<http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/where-we-work/americas/south-america/brazil.default.html?displayTab=facts-and-figures>>.

14 BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos. Op. cit.

15 GRUPO GLOBAL DE MIGRAÇÕES. *International migration and human rights: challenges and opportunities on the threshold of the 60th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights*, 2008. p. 99. Tradução livre.

16 O próprio site do Senado Federal destaca essas rotas, conforme pode ser visto em: <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/infos/rotas_de_haitianos_para_o_brasil/rotas_de_haitianos_para_o_brasil.html>, acesso em 25/04/2015.

Portanto, como as previsões são de que esse fluxo de imigrantes para o Brasil permaneça, torna-se fundamental que os municípios sejam dotados de estruturas mais adequadas para a recepção, não estabelecendo entre a população dessas localidades a ideia de que há uma competição pelo atendimento dos serviços estatais. Para isso, há que se preparar políticas públicas que capacitem e melhorem os serviços prestados.

Por exemplo, a interessante iniciativa acreana para a recepção dos imigrantes, o abrigo, apesar das enormes dificuldades que ainda sofre, possuía um quadro ainda mais desolador quando se localizava em Brasília, seja pela qualidade dos serviços prestados nessa primeira fase, pois faltavam atendimentos fundamentais para os imigrantes e também um preparo para que a população local se sentisse mais informada sobre o que ocorria no atendimento do abrigo, o que melhoraria sua relação com a intensa presença imigrante na localidade. Há que se ressaltar que a iniciativa acreana não ocorria na principal cidade de entrada dos imigrantes, Assis Brasil, mas no município de Brasília, a mais de 100 km de distância, pois era uma cidade maior e com maior capacidade de estabelecer o abrigo. Entretanto, mesmo em Brasília, a situação continuou precária, a ponto de o governo estadual estabelecer o abrigo em Rio Branco, a capital do Estado.

A mudança, sem dúvida, melhorou as condições de atendimento, mas gerou uma distância a ser vencida pelos imigrantes de mais de 300 km para um contato mais humanizado com as autoridades brasileiras. Houve uma melhora no atendimento, mas foram criadas dificuldades para o atendimento, como a distância. Essa enorme dificuldade ocorre no Acre, um local onde a fronteira de entrada não é tão distante, onde o percurso é realizado em vias pavimentadas, algo que seria impensável em um Estado como o Amazonas, onde a capital está muito distante da fronteira e as condições para se percorrer as distâncias são mais complexa. Mesmo assim, a recepção em Tabatinga, no Estado do Amazonas, é quase toda realizada pela sociedade civil organizada, notadamente pela Pastoral da Mobilidade Humana, que passa enormes dificuldades em oferecer o mínimo de dignidade a esses imigrantes, que também chegam em grande número. Segundo dados da Pastoral, passaram por eles mais de seis mil migrantes desde 2010.

Quando a pesquisa do Projeto Pensando o Direito esteve em Tabatinga, viu poucas iniciativas e incentivos por parte do governo federal, estadual e municipal, no sentido de receber imigrantes, os quais já chegavam na localidade buscando as pessoas responsáveis pela Pastoral. Esse tipo de atitude, compreensível por parte do imigrante, que busca quem possa lhe oferecer auxílio, deve ser minimizada pelo

Estado com ações próprias de recepção, de acordo com os compromissos assumidos, ofertando serviços de qualidade e acesso a direitos.

Parte-se da premissa de que quanto mais próximo do controle fronteiriço for o atendimento, ou seja, a recepção dos imigrantes, maiores são as possibilidades de um atendimento mais bem sucedido, tanto para os imigrantes, quanto para o Estado receptor e a população do local de acolhida.

O Estado brasileiro se faz presente nas fronteiras, porém, não tem como foco o atendimento aos imigrantes. A atuação nas fronteiras terrestres brasileiras tem como foco a questão da segurança. As Forças Armadas e a Polícia Federal são os órgãos estatais que se encontram de forma consistente pelas fronteiras, desempenhando um papel relevante em relação à segurança, mas que muitas vezes se mostra conflitante com uma abordagem do fenômeno migratório pautado nos Direitos Humanos. Esse viés securitário estabelece, na maioria das ocasiões, a visão de que o elemento externo ou estrangeiro, representa uma ameaça para o Brasil, dificultando a implementação de políticas pautadas na recepção das pessoas. Em Tabatinga, apesar da existência de outros órgãos governamentais, praticamente só a Polícia Federal atua com os imigrantes, em uma cidade localizada em uma tríplice fronteira, o que é bastante inadequado, pois se privilegia, dessa forma, o viés securitário na interação com o estrangeiro.

Porém, o mais significativo é que uma abordagem pautada na segurança com os imigrantes, sugere uma série de riscos para essas pessoas. Primeiro, diferentemente dos aeroportos, o eventual impedimento de entrada significa que, em muitos casos, após longas jornadas, nas quais, muitas vezes são vítimas de uma série de ações que vão, conforme narrado pelos próprios migrantes e por quem os atende, desde o pagamento de propinas à violência sexual, o imigrante não poderá adentrar regularmente e, nem mesmo, assegura-se o seu retorno em condições adequadas a sua localidade de origem. Esse tipo de ação, por si só, representa uma enorme violência.

Outro ponto, é o fato de as autoridades policiais estabelecerem, por si só, um certo receio nos que pretendem adentrar, pois o serviço de natureza policial estabelece o receio da parte dos imigrantes, o que faz com que muitos evitem o contato com essas autoridades e acabem se tornando migrantes em situação irregular, o que é prejudicial para a sua situação e para o próprio Estado receptor, no caso, o Brasil.

Portanto, há que se vislumbrar o contexto das fronteiras terrestres, pois, mesmo entre elas, há diferenças abissais, como uma cidade como Tabatinga-AM, dotada de aeroporto e de uma vinculação intensa com as cidades vizinhas, como Letícia na

Colômbia, ao mesmo tempo em que há localidades como Bonfim – RR, no qual os imigrantes devem, necessariamente, dirigir-se até Boa Vista para obterem algum tipo de atendimento mais especializado.

Além desses elementos, as fronteiras se estabelecem enquanto espaços de trocas, sejam econômicas, sejam culturais, estabelecendo uma interculturalidade que não permite que o atendimento ao imigrante se dê sem se levar em consideração os elementos específicos daquela localidade. Portanto, além do reforço nos atendimentos de fronteira, há que se vislumbrar as especificidades dessas, o que impõe que a Política Pública para o acesso a direitos sociais pelos migrantes seja reforçado nos níveis municipal e estadual, seja pelos maiores incentivos de recurso acima citados, mas também, por um quadro em que se conheçam a realidade local para o atendimento adequado das pessoas e a implementação de seus direitos.

Por exemplo, a maioria das autoridades consultadas nas fronteiras durante a o Projeto Pensando o Direito, apesar do enorme contato com imigrantes vindos do Haiti, pouco destacaram sobre a necessidade de conhecimento do *Creole*, a maioria deles citou o francês como a língua dos haitianos, quando, na verdade, não são todos que conseguem se comunicar em francês, mas todos os haitianos dominam o *Creole*. Isso demonstra a ausência de conhecimento sobre o outro, sobre aquele que está a entrar e o despreparo das autoridades em adotar uma abordagem pautada em direitos humanos que prima pelo respeito à alteridade.

Atualmente, há uma grande distinção na forma como os Estados fronteiriços cuidam da entrada, o que gera dificuldades para as localidades com um atendimento mais adequado, pois precisam empregar recursos a mais, pois se tornam rotas dos imigrantes, que as buscam em função desse atendimento. O Acre é um exemplo disso, pois emprega altos recursos com o objetivo de fazer um receptivo minimamente aceitável, apesar de ter várias situações em que ficou bem distante disso.

Falamos de Estados, pois, no geral, os municípios quase não possuem ações nessa área, algo que deve ser alterado para que se estabeleça um atendimento condizente, pois o município é o órgão mais próximo da população e com melhor condição de perceber as especificidades do local e dos grupos ali presentes ou que estão de passagem.

Outro ponto relevante com o fortalecimento dos municípios é que os órgãos da sociedade civil dos imigrantes e de organizações que prestam auxílio aos imigrantes nessas localidades, teriam condições de melhorarem a sua atuação, pois, em localidades como Tabatinga, por exemplo, a articulação dos responsáveis pelo receptivo fica a

cargo da Pastoral da Mobilidade Humana, com pouco apoio e presença do governo municipal e recursos escassos.

A capacidade de ação dessas organizações e de responsabilidade legal pelos migrantes é limitada, necessitando de uma intervenção mais forte dos órgãos públicos, além de poderem auxiliar os órgãos mais próximos da localidade onde atuam. Vale ressaltar que, tradicionalmente, nos órgãos federais presentes na fronteira, a rotatividade de pessoal é muito grande, o que impede a construção de uma cultura de receptivo e atendimento. Por esse motivo, o fortalecimento municipal se faz tão necessário, pois esses funcionários, em tese, permaneceriam mais tempo no local e teriam condições de estabelecer parâmetros mais duradouros.

Conclusão

A pesquisa realizada no Projeto Pensando o Direito detectou a necessidade de que as localidades fronteiriças recebam por parte dos órgãos estaduais e federais uma maior condição de estabelecer os padrões de recepção para que o Estado brasileiro consiga cumprir os seus compromissos e ofertar uma recepção pautada nos Direitos Humanos, sejam eles de primeira ou segunda dimensão.

O relatório da Organização Internacional para as Migrações de 2013, sobre o estado da migração no mundo, foi dedicado ao bem-estar dos migrantes e ao desenvolvimento, confirmando esta tendência¹⁷. Este relatório é baseado nas conclusões do *Gallup Word Poll*, utilizando dados recolhidos no período 2009-2011 junto a 25 000 migrantes da primeira geração e mais de 440 000 pessoas nascidas no país de destino em mais de 150 países, para avaliar pela primeira vez o bem-estar dos migrantes no mundo. O relatório constata a vulnerabilidade dos migrantes no que concerne à realização de seus direitos básicos ligados ao acesso aos serviços públicos essenciais, que têm menos chances do que as pessoas nascidas no país de satisfazer suas necessidades essenciais, tais como alimentação e moradia adequada, e mais chances de se encontrar nos grupos de baixa renda, constatando-se um nível de bem-estar inferior aos nacionais. Em consequência, reforça-se a necessidade de desenvolvimento de Políticas Públicas no âmbito nacional, e de uma governança das migrações no contexto internacional, capazes de estimular a realização de direitos econômicos, sociais e culturais essenciais ao bem-estar dos migrantes e assim fazer das migrações um catalizador do desenvolvimento humano¹⁸.

17 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA AS MIGRAÇÕES. *Estado da migração no mundo 2013: o bem-estar dos migrantes e o desenvolvimento*, 2013.

18 Plano de Trabalho da Pesquisa “Pensando o Direito: Desafios à efetividade dos direitos fundamentais” – “Mapeamento institucional, normativo e estrutural e análise dos obstáculos para efetivação do atendimento e acesso dos migrantes, apátridas e refugiados aos serviços públicos no Brasil: subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas”, p. 6, Documento Interno.

Há que se atacar a vulnerabilidade que cerca os imigrantes que adentram pelas fronteiras terrestres do norte do Brasil, por meio de ações efetivas do Estado. O Brasil não pode estabelecer um padrão migratório no qual é permitido entrar em seu território, mas não que não dá condições mínimas para a permanência das pessoas, além de não se oferecer acesso a elementos básicos como saúde, moradia, educação e trabalho regido pelas regras trabalhistas.

A ausência da atuação estatal faz com que esses imigrantes, que já são vítimas a ponto de terem que utilizar rotas terrestres, fora dos padrões convencionais de circulação, que pagam mais caro para fazer uma viagem muito mais perigosa, com o uso de coiotes, pois objetivam chegar a uma localidade, tornem-se, novamente, vítimas no território brasileiro, pois a eles a possibilidade de acesso ao Estado são limitadas, o que facilita seu processo de marginalização.

Conforme a análise de Bauman (1999, p. 19-20), a realidade das fronteiras brasileiras deve deixar de ser um fenômeno estratificado de classe, onde o desprezo marca este como o local das classes inferiores, mas que é ainda mais cruel com os imigrantes, pois confina-os a essas opções de entrada que não prestam o atendimento e a recepção adequada.

Por fim, não se pode permitir que um menor preparo ou atenção com as fronteiras terrestres façam com que essas localidades se tornem uma espécie de porta dos fundos para a entrada de imigrantes. Há que se procurar igualar o receptivo e a prestação de serviços como os grandes centros, detentores de aeroportos de grande circulação, pois, caso contrário, a localidade de entrada já demonstrará certa distinção entre os ingressantes no país, o que leva a uma quadro de maior vulnerabilidade por parte dos ingressantes, vulnerabilidade essa em decorrência da atuação brasileira, o que é inadmissível.

Referências

- BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos. **Imigração e Política – O caso português**. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização – As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- FOUCHER, Michel. **Obsessão por Fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.
- GRUPO GLOBAL DE MIGRAÇÕES. **International migration and human rights**. Hallenges and opportunities on the threshold of the 60th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights, 2008.
- JUBILUT, Liliانا Lyra et al. **Mapeamento institucional, normativo e estrutural e análise dos obstáculos para efetivação do atendimento e acesso dos migrantes, apátridas e refugiados aos serviços públicos**

no Brasil: subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas. Brasil: Ministério da Justiça - Plano de Trabalho do “Pensando o Direito: Desafios à efetividade dos direitos fundamentais”, 2014.

MOTA, Isabel. *Apresentação*. In: IORIO, Juliana; PEIXOTO, João. **Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Retorno, Regulação ou Resistência**. Portugal: Princípia, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Estado da migração no mundo 2013: o bem-estar dos migrantes e o desenvolvimento**, 2013.

ARTIGO

TRÁFICO HUMANO E CONTRABANDO DE MIGRANTES EM REGIÕES DE FRONTEIRAS

Resumo

São vários os motivos que levam as pessoas a migrar na atual conjuntura dos deslocamentos humanos. Os mecanismos de condução dos deslocamentos, cada vez mais controversos vêm sendo apropriados pelo mercado ou por redes especializadas no tráfico de pessoas e no contrabando de migrantes. Esses mecanismos vêm ganhando espaço no debate e nas abordagens contemporâneas dos Estudos Migratórios, especialmente no que se refere aos contextos de fronteiras. Há bases conceituais distintas para se lidar com as duas categorias de análise. Porém, a economia política das migrações ou a exploração comercial dos migrantes tornam-se elementos convergentes tanto no contrabando, que prevê a obtenção de benefício financeiro ou material pela entrada ilegal de uma pessoa numa fronteira determinada, quanto no tráfico humano.

Palavras-chave:

Contrabando; fronteira; migrantes; tráfico humano.

Abstract

There are many reasons lead people to migrate in nowadays conjuncture of human dislocation. The mechanisms of conduction of the dislocations, more and more controversial, are being used by the market and some nets that are specialized in smuggling of migrants. These mechanisms are getting space in debates and in the Migratory Studies approach, especially when it treats to borders context. There are different approaches to deal with these categories of analysis. However, the migration political economy or the commercial exploration of migrants are convergent elements as much in the smuggling, which gain with the illegal entrance of people in borders, as in human traffic.

Keywords:

Smuggling; border; migrants; human trafficking.

Introdução

Escrever sobre tráfico humano e contrabando de migrantes em região de fronteiras não é uma prática comum nas Ciências Sociais. De acordo com Bourdieu (1997, p.735) “é preciso atravessar a tela das projeções geralmente absurdas, às vezes odiosas, atrás das quais o mal-estar ou o sofrimento se escondem tanto quanto se expressam”. Nesse sentido, acredita-se que se trata de um exercício que nos exige a fuga de estereótipos e imagens midiáticas, nos estimulando a pensar o processo de ampliação da circulação de trabalhadores migrantes e a feminização da migração no final do século XX.

Desse modo, a partir do aumento do tráfico de pessoas em todas as partes do mundo, em especial em regiões de fronteira, o presente artigo possui a finalidade de apresentar algumas reflexões teóricas sobre o cotidiano nas fronteiras e as práticas de tráfico internacional, marcado pela demanda por pessoas de localidade e grupos étnicos diferentes.

Conforme informações fornecidas pelo Plano Estratégico de Fronteiras e da Estratégia Nacional de Segurança Pública na Fronteira (ENAFRON, 2012, p.20), “falar sobre tráfico de pessoas no Brasil e no mundo, é ter como referencial conceitual e legal o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, conhecido como o Protocolo de Palermo”¹. O referido protocolo define tráfico de pessoas como:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (ENAFRON, 2012, p.20).

Nesse embate de idéias, percebemos que, embora o tráfico de pessoas esteja na agenda de discussões internacionais contemporânea de governos, organizações não governamentais (ONG's) e nos debates feito por alguns pesquisadores, o problema do tráfico ainda nos exige muitos esclarecimentos por transcender temáticas bastante similares como, por exemplo, os fluxos migratórios contemporâneos, a cooperação

¹ Foi aprovado no Brasil por intermédio do Decreto nº 5.017 de 2004, e adotado, com seus devidos ajustes, pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que por sua vez foi aprovada pelo Decreto nº 5.948 de 26 de outubro de 2006 (ENAFRON, 2012, p.20).

entre países vizinhos para a segurança das fronteiras, o fortalecimento da legislação migratória e o combate à imigração irregular, a proteção das pessoas traficadas e a efetivação dos direitos humanos.

Dentro dessa lógica, não podemos esquecer que em muitas ocasiões ocorrem confusões, propositadas ou não, no entendimento do tráfico de pessoas com outros fenômenos no qual o referido conceito se relaciona. Nessa mesma linha de raciocínio, Chapkis (2003) e Kapur (2005 *apud* SALES; ALENCAR, 2008, p.30) argumentam que “em muitas situações governos tratam pessoas traficadas como imigrantes ilegais, deportando-as aos seus Estados de origem, sem dispensar o tratamento adequado a pessoas que sofreram exploração”. Isso também acontece com casos de trabalhadores sexuais que migram voluntariamente para outros Estados para exercerem suas atividades e, estando em situação irregular, são capturados e apresentados como tendo sido vítimas de tráfico de pessoas.

Os mesmos autores consideram o tráfico de pessoas uma atividade que, por ter uma ligação com o crime organizado, nacional ou transnacional, deve ser vista como questão de segurança e como grave violação de direitos humanos. Dentro desse contexto, Gallagher (2002) esclarece que o tráfico de pessoas é realizado com diferentes propósitos. Além da exploração na indústria do sexo, que é considerada a forma mais disseminada, existem outros destinos para as vítimas, como por exemplo, o trabalho sob condições abusivas, a mendicância forçada, a servidão doméstica e doação involuntária de órgãos para transplante. É importante lembrar que embora a maioria das pessoas traficadas seja formada por mulheres adultas, crianças e adolescentes, os homens, embora ainda em menor número, passaram a ser visados pelos traficantes.

Essa problemática é reforçada por Kapur (2005, p.115), ao dispor que o tráfico de seres humanos está relacionado, no discurso contemporâneo, à migração, especialmente à irregular, e ao contrabando de migrantes. Paralelamente, existe ainda o tráfico de mulheres e de crianças que está associado à sua venda e ao envio forçado a bordéis como trabalhadoras sexuais. Para a mesma autora, esta associação do tráfico de pessoas com várias formas de migração e mobilidade, de um lado, e com a prostituição e o trabalho sexual, de outro lado, está no centro do discurso atual sobre o tráfico global de pessoas.

Diante desse quadro, é importante ressaltar que as vítimas são oriundas de classes economicamente desfavorecidas. Entretanto, é equivocado apontar a pobreza como principal causa do tráfico de pessoas. A pobreza é, na verdade, um dos fatores circunstanciais que favorecem o tráfico. Como destacam Ditmore e Wijers (2003), as

raízes do problema encontram-se muito mais nas forças que permitem a existência da demanda pela exploração de seres humanos do que nas características das vítimas. Essa demanda surge, na verdade, a partir dos seguintes grupos: os traficantes, que são atraídos pela perspectiva de lucros milionários; os empregadores, que querem tirar proveito de mão de obra aviltada e, por fim, os consumidores do trabalho produzido pelas vítimas.

Supostamente, o tráfico de pessoas, em decorrência das várias dinâmicas que o marcam, não é um fenômeno simples de ser compreendido e, muito menos, identificado. Apesar dessa complexidade, possui características que lhe são próprias e o diferenciam de outros fenômenos que com ele podem vir a se confundir, como, por exemplo, os processos migratórios, o contrabando de migrantes, a prostituição e o turismo sexual. Dessa maneira, torna-se necessário saber o que é e como ocorre o tráfico de pessoas.

Em decorrência disto, este trabalho se propõe, inicialmente, em entender os conceitos de migração, fronteira, tráfico e contrabando de pessoas, de acordo com os conceitos apresentados pelo último documento das Nações Unidas a tratar desse tema. Em seguida, após a etapa de conceituação, busca apresentar algumas questões sobre o cenário global do tráfico de pessoas. No momento seguinte, expõe algumas informações acerca do diagnóstico sobre o tráfico de pessoas nas áreas de fronteiras. Por fim, nas considerações finais, apresenta as formas de enfrentamento do problema.

Migração, fronteira, tráfico e contrabando de pessoas: algumas diferenciações conceituais

Migração, fronteira, tráfico e contrabando de pessoas são fenômenos constituídos da experiência contemporânea. Nas palavras de Marandola Júnior e Dal Gallo (2009, p.407), “estar no mundo, hoje, é conviver com a mobilidade e a migração, e todas as suas implicações”. Para refletir sobre as implicações existenciais das migrações consideramos importante analisar as motivações dos processos migratórios. Isso implica compreender que o ser humano, por estar em constante movimento, tem a especificidade de buscar a satisfação das suas necessidades pessoais.

Compartilhando deste pensamento, Cresswell e Kellerman (2006) reconhecem a migração como uma mobilidade em si. É, na verdade, é um fenômeno que envolve tanto a materialidade quanto a produção social e a corporeidade, que pode ser classificada em migração interna e internacional. Para Borjas (1994, p. 13), a

migração interna representa a mudança geográfica de um determinado sujeito para uma unidade distinta como município, áreas metropolitanas, estados ou províncias, permanecendo dentro de um mesmo país. Já a migração internacional ocorre quando o migrante se move para além das fronteiras nacionais.

Nessa perspectiva, Zamberlam (2004, p.97) aborda a migração mundial como o “novo rosto da questão social”. Muitos migrantes vivem em condições de exclusão: sem documentos, educação, sem direito à reivindicação, ao trabalho, à saúde, enfim, sem cidadania. Neste caso, as tensões surgidas no mundo levam a considerar a realidade migratória como o ambiente mais propício para se esconderem “subversivos”.

Em vista disso, Rocha-Trindade (1995, p. 11) conceitua migração numa perspectiva internacional. Para ela, emigrar significa deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em um país distinto. Logo, os protagonistas dessa ação são designados, por quem os considere como ausentes e enquanto essa situação se mantiver, como emigrantes.

Rocha-Trindade (1995, p.31) também realiza uma interpretação sociológica sobre a distinção entre imigrantes e emigrantes:

À diferença de designações [imigrantes e emigrantes], atribuídas afinal aos mesmos indivíduos, correspondem também diferentes estatutos sociais: o emigrante é um nacional ausente, com perda pouco significativa de direitos no país de onde provém e, talvez até, uma certa diminuição dos deveres e obrigações inerentes à sua qualidade de cidadão. Em contrapartida, como imigrante, é um estranho vindo de fora, encontrando uma sociedade que provavelmente desconhece e onde terá de inserir-se, sujeitando-se às leis que a administram.

Ainda sobre os movimentos migratórios internacionais, Patarra (1996, p.07) argumenta que estes “reassumem, sobretudo no final dos anos 1980, importância crescente no cenário mundial”. Cenário este que caracteriza-se por desigualdades regionais acentuadas e pela manifestação crescente de conflitos diversos.

Além dessas questões, de acordo com Teresi & Healy (2012), uma grande problemática que ainda se enfrenta no contexto migratório é referente a imigração regular/ilegal, que se dá quando uma pessoa acede a um país diferente daquele o de sua cidadania ou residência regular sem a devida permissão legal ou um visto, ou quando uma pessoa permanece ilegalmente no país de destino, tendo sua permissão ou visto expirado ou quando trabalha no país de destino não estando autorizado para tanto.

Como destaca Sales e Alencar (2008, p.35), “na atualidade, têm-se intensificado os fluxos migratórios pelo mundo, especialmente de migração ilegal”. Segundo as autoras, este fato, somado aos ataques terroristas dos últimos anos, especialmente após o episódio de 11 de setembro de 2001, e às políticas antiterrorismo, está

provocando o enrijecimento das políticas e das legislações migratórias em diversos Estados, especialmente naqueles considerados receptores de imigrantes. Dessa maneira, migrar de forma legal está se tornando cada vez mais difícil, visto que as fronteiras dos Estados estão se fechando. Contudo, ainda continua crescendo a demanda por trabalho de imigrantes a baixo custo e, além do mais, o desejo de emigrar de pessoas de diversas partes do mundo ainda não diminuiu. Porém, não podemos esquecer que estas pessoas procuram meios marginais para entrar nos Estados.

Em face dessa realidade, consideramos de fundamental importância apresentar algumas definições sobre fronteira a partir de algumas perspectivas teóricas que fundamentam a pesquisa sociológica e que permanecem essenciais para a análise de indivíduos e grupos em deslocamento espacial. Começaremos por Deleuze (1992), que define fronteiras como construções, isto é, como processos social e historicamente produzidos que devem ser concebidas mais como abertura e atualidade, do que como dado ou acabamento. Dito em outras palavras, são locais de mutação e subversão, regidos por princípios de relatividade, multiplicidade, reciprocidade e reversibilidade.

Martins (1997, p.150), por sua vez, define a fronteira como o lugar da alteridade. É isso que faz dela um lugar singular: “À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro”. Entretanto, o mesmo autor lembra que o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

Nessa mesma perspectiva, Castells (1999) esclarece que as fronteiras dão lugar as transformações simultâneas que podem ser influenciadas pelos sistemas de redes interligados. É importante ressaltar, dentro dessa discussão, que a fronteira pode ser pensada como dado natural ou cultural, e constituir-se objeto de estudo para distintas áreas do conhecimento. Também pode ser pensada numa perspectiva geográfica e simbólica.

A fronteira geográfica refere-se à territorialidade, ao território real ocupado e construído pelo grupo e em função do grupo, como, por exemplo, a aquisição de um terreno, a construção de uma igreja, de uma capela, de uma escola ou de um clube. Refere-se também a um território individual, particular ou familiar, como, por exemplo, uma casa ou uma propriedade. São espaços distintivos e classificadores que impõem limites para circulação e movimentação de pessoas.

Já a fronteira simbólica é uma noção vaga, mas importante e refere-se ao mundo cultural, religioso e ético-moral do grupo. Os contornos da fronteira simbólica são imprecisos, incertos e indefinidos e se constituem em espaço de tensões e conflitos voltados tanto para o interior quanto para o exterior do grupo. Segundo Bauman (2001, p.44), a fronteira simbólica é o lugar onde se vive as tradições culturais e religiosas, onde se procura reconstruir, preservar e dar continuidade à memória histórica da comunidade. Por ser imprecisa e indefinida, ela é permeável, elástica, flexível, fluída, líquida.

Dentro dessa discussão, associar a fronteira ao tráfico de pessoas torna-se bastante comum, pois segundo alguns estudos já realizados é possível comprovar, em regiões de fronteira, a existência do tráfico interno e externo de pessoas, seja para a exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres adultas, como para o trabalho escravo ou semi-escravo, mantidos em cárcere privado.

O “Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira no Brasil”, fruto de uma pesquisa inédita realizada pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ), em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e o Centro Internacional de Desenvolvimento de Políticas de Migração (ICMPD), divulgou pela primeira vez algumas informações sobre tráfico de pessoas nos 11 estados de fronteira do Brasil. Mostrou, por exemplo, que pelo menos 475 pessoas, no período de 2005 a 2011, foram identificadas como vítimas do tráfico de pessoas. A maioria delas é de mulheres entre 18 e 29 anos e adolescentes.

Assim, gostaríamos de abordar, de modo inicial, a diferença entre tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. Acreditamos que esta diferenciação é necessária para esclarecermos, primeiramente, que tráfico de pessoas pode ocorrer tanto internacionalmente quanto dentro do próprio país, enquanto contrabando de migrantes é sempre transnacional.

Como enfatiza Gallagher (2002), apesar de ambos serem considerados meios de migração, o tráfico de pessoas apresenta como uma de suas características o deslocamento de alguém, utilizando-se de coação, engano ou outros meios, com a finalidade da exploração do seu trabalho em vários setores da economia. Por sua vez, o contrabando de migrantes caracteriza-se pela facilitação da travessia ilegal de fronteiras, mas não tem, necessariamente, ligação com o trabalho.

Nas palavras de Ditmore e Wijers (2003, p.80), “os processos migratórios são, atualmente, o coração do tráfico internacional de seres humanos, eis que pessoas traficadas são migrantes, geralmente ilegais, procurando trabalho em outros locais, e que se encontram em condições laborais insustentáveis”. Podemos

verificar que são essas condições que nos ajudam distinguir pessoas traficadas de contrabandeadas.

Verificamos também, dentro dessa linha de raciocínio que, diferente do tráfico, o contrabando de migrantes não está necessariamente vinculado a trabalho. Sales e Alencar (2008, p.32) compartilham deste pensamento ao considerarem que a travessia ilegal de fronteiras é o objetivo do contrabando de imigrantes. Isso significa que, para essas autoras, a finalidade do tráfico é a exploração do trabalho de alguém. “Em outras palavras, o tema do contrabando de imigrantes se refere à proteção do Estado contra imigrantes ilegais, enquanto que o tema do tráfico se refere à proteção das pessoas contra violência e abuso”.

Assim, tendo em vista a necessidade de conhecer um pouco mais essa problemática, identificamos o tráfico de seres humanos como um fenômeno cada vez mais preocupante por ser uma forma grave de crime organizado e por constituir uma grave violação aos direitos humanos. Pascual (2007) nos mostra que dentre as suas causas estão a pobreza, o desemprego, a falta de educação e de acesso ao conhecimento.

Dentro desse contexto, é imprescindível que o Estado assuma a promoção efetiva da igualdade real, de tal modo que se opere uma verdadeira transformação de comportamento nas relações sociais. Nesse sentido, o Estado tem o dever de atuar ativamente, criando meios para suavizar as desigualdades sociais e, de modo preferencial, daqueles que mais precisam, isto é, as minorias raciais, étnicas e sexuais.

Cenário mundial do tráfico de pessoas

O tráfico de pessoas acontece em todas as partes do mundo, seja dentro de um mesmo país, entre países fronteiriços e até entre diferentes continentes. Apesar desta característica, reconhecemos que o tráfico de pessoas não pode ser associado como problema restrito ao contexto da imigração irregular, haja vista que para Geronimi (2002, p.04)

essa espécie de tráfico origina-se dos remotos períodos dos impérios gregos e romanos, quando se buscava a utilização de prisioneiros de guerra como uma mão de obra escrava, passando pelo período em que os africanos foram traficados e designados como força de trabalho gratuita e passível de uso irrestrito e desumano, havendo adquirido apenas no século passado traços semelhantes à sua caracterização atual, em virtude do surgimento do fenômeno de se traficar mulheres para serem usadas na prostituição.

Atualmente, o tráfico de pessoas, considerado como forma moderna de escravidão. Segundo o “Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas”, cuja

consolidação dos dados foi entre 2005 e 2011, o tráfico de pessoas é uma das atividades mais rentáveis do crime organizado no mundo, perdendo em lucratividade apenas para o tráfico de drogas e de armas. Estima-se que da totalidade de vítimas, quase a metade seja subjugada para exploração sexual.

Do ponto de vista conceitual, Ramina e Raimundo (2013) reconhecem que o aumento de tráfico de pessoas é reflexo dos efeitos da globalização, fenômeno considerado um dos responsáveis pela desigualdade no plano internacional. A globalização alcançou o seu auge a partir da segunda metade do século XX, quando os Estados se defrontaram com uma nova realidade, em que os desafios que lhes são impostos deixam de encontrar solução no direito interno, motivando-os a buscar a cooperação e a regulamentação internacionais para problemas que passam a ser globais. Entre estes problemas, destaca-se o desenvolvimento da criminalidade transnacional, a exemplo dos vários tipos de tráficos internacionais, como o tráfico de drogas, de armas e o tráfico de pessoas para diversos fins.

Como ressalta Santos (2006), o fenômeno da globalização é designado como a comunhão de processos interligados em escala global que agregam comunidades e organizações e transformam o mundo num ambiente coeso e interconectado, integra esse ambiente internacional, e propiciou inúmeras modificações no parâmetro espaço temporal entre continentes, havendo promovido, assim, um redimensionamento dos deslocamentos humanos no globo. Por este motivo, o padrão das migrações internacionais foi transformado pela introdução de novas dimensões relativas ao espaço e ao tempo, possibilitando a atual facilidade de percorrer distâncias e transpassar fronteiras em poucas frações de tempo.

Dentro dessa ótica, Ary (2009) complementa que esse contexto, além de ter modificado o cenário migratório, também facilitou a atuação de grupos criminosos, os quais exploram objetos variados e utilizam essa permeabilidade fronteiriça para a consecução de seus objetos, inserindo-se, nesse espaço, o tráfico de pessoas.

O tráfico de pessoas, considerado o novo objeto de criminalidade internacional, se incorpora a um rol de problemas que afetam a ordem internacional, juntando-se à questão do narcotráfico, do terrorismo, das catástrofes ambientais, entre outros. Dessa maneira, o tráfico de pessoas adquiriu uma estruturação delineada por um mundo globalizado, onde atuam redes organizadas de criminosos internacionais. Sem dúvida, este cenário amplia o viés do tráfico de pessoas, que agora possui destinações de exploração diversas, passando a pertencer a uma teia na qual interagem temas contemporâneos de inúmeras naturezas.

Portanto, entender o tráfico de pessoas, a partir do fenômeno da globalização, significa revitalizar o debate acerca da prática de traficar pessoas para diversos fins, já não mais apresentando o escopo de um crime que se destinava exclusivamente para a exploração da prostituição. Devemos ressaltar nessa discussão alguns dados que a Organização das Nações Unidas (ONU, 2004) considera importante no que diz respeito ao tráfico de pessoas. Uma dessas informações é que o governo dos Estados Unidos calcula que, a cada ano, entre 600 mil e 800 mil pessoas são tiradas dos seus locais de origens para serem exploradas em outros países, sendo que 80% são mulheres e 70% delas acabam na indústria do sexo. Na Europa, por sua vez, o tráfico aumentou consideravelmente desde a queda do Muro de Berlim, em 1989.

De acordo com estimativas do Instituto Europeu para o Controle e Prevenção do Crime (2006), aproximadamente 500 mil pessoas são levadas por traficantes todo ano para o continente europeu. Os principais destinos são Espanha, Suíça, Alemanha, Países Baixos, Itália, Reino Unido, Portugal, Suécia, Noruega e Dinamarca. É importante acrescentar também que a maioria das mulheres traficadas são originárias de regiões do Leste Europeu, como Rússia, Ucrânia, Albânia, República Tcheca e Polônia; do Sudeste Europeu, como Gana, Nigéria e Marrocos, e da América Latina, principalmente Brasil, Colômbia e República Dominicana.

Como pode ser percebido, várias agências da Organização das Nações Unidas (ONU, 2004) empreendem esforços para realizar uma conscientização social dos perigos do tráfico de pessoas, bem como uma prevenção e o seu enfrentamento. Conforme pesquisas de organismos internacionais e de estudiosos sobre a questão, o tráfico de pessoas é, atualmente, a terceira maior fonte de lucro do crime organizado, precedida somente pelo tráfico de drogas e armas. Ainda nesse contexto, o “Relatório global contra o trabalho forçado”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), expõe que o lucro total anual produzido com o tráfico de seres humanos chega a 31,6 bilhões de dólares. Estima-se que para cada pessoa transportada ilegalmente de um país para o outro, o lucro das redes criminosas chegue a 13 mil dólares ao ano.

Acerca da questão, também vale sublinhar que o tráfico de pessoas é uma atividade de baixos riscos e lucros altos. Isso acontece porque as pessoas traficadas podem entrar nos países de destino com visto de turista. Além disso, as atividades ilícitas são facilmente ocultadas em atividades legais, como, por exemplo, o agenciamento de modelos, babás, dançarinas, entre outras. Outro fator que faz com que o tráfico de pessoas seja reconhecido como uma atividade de baixo risco é que as leis nem sempre são aplicadas e, muitas vezes, são ultrapassadas ou inadequadas diante da dinâmica do crime. Além do mais, as sentenças, inúmeras vezes, não são proporcionais aos crimes.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2004) reconhece que o baixo risco que o tráfico de pessoas representa para os criminosos também pode ser ilustrado pelo número de condenações que são aplicadas. Segundo o governo norte-americano, em 2003, por exemplo, 8 mil traficantes de seres humanos foram levados a justiça em todo o mundo. Porém, apenas 2 mil e 800 traficantes foram sentenciados.

Essa explicação é fácil de ser entendida, uma vez que parte do crime organizado está mudando seu foco de atuação das drogas e armas para o comércio de seres humanos ou então, passando a atuar também nessa área. A respeito deste fenômeno ter sido embasado na dinâmica do funcionamento das organizações criminosas que provem o tráfico de pessoas, Derks (2000) mostra que, uma vez estabelecida dentro de um país, ela se expande e oferece inúmeros riscos ao Estado. Entre estes riscos estão a expansão e diversificação do crime organizado, a corrupção do setor público, desestabilização econômica dos mercados de trabalhos ilegais e desestabilização demográfica.

A expansão e diversificação do crime organizado acontece devido as redes de tráfico, uma vez estabelecidas, expandirem suas áreas de atuação, estabelecendo associações com organizações de outras esferas como tráfico de drogas e armas. No que diz respeito a corrupção do setor público, é importante mencionar que as altas somas de dinheiro envolvidas nas organizações criminosas criam inúmeras oportunidades para a corrupção de autoridades públicas, podendo também minar todas os esforços dos agentes da lei que combatem o tráfico, o que, sem dúvida, contribui para que a sociedade civil deixe de confiar nos sistemas policial e judiciário.

Outra característica resultante da prática do tráfico de pessoas é que a grande rentabilidade financeira da prostituição organizada possibilita sofisticadas formas de lavagem de dinheiro. A partir desse contexto, Villalba (2003) destaca que as técnicas de lavagem de dinheiro são desenvolvidas tanto nacional quanto internacionalmente, causando grande impacto na economia de um determinado país.

Não podemos esquecer também que os traficantes, ao buscarem proteção para os seus negócios, podem se associar a políticas, obtendo favores e influência por meio de suborno. Ainda nesse contexto, destacamos também que a introdução das vítimas na indústria ilegal do sexo e nos setores que desrespeitam as leis trabalhistas, tem o potencial de gerar guerras territoriais entre traficantes e os chefes que controlam a exploração humana. Não podemos esquecer ainda que o tráfico de pessoas em larga escala pode causar efeitos negativos no equilíbrio populacional de regiões, tanto no local de origem das vítimas quanto no país que passa a receber membros de determinado grupo étnico ou nacional.

Paralelamente a temática do tráfico de tráfico de pessoas, a menção a globalização

e à prática do crime organizado transnacional se faz importante para ressaltar que a globalização apresenta o acirramento das desigualdades sociais como um de seus aspectos negativos. São as desigualdades sociais causadas pela globalização que contribuem para a existência de alguns fatores que favorecem o tráfico de pessoas. Assim, Held (1999) enfatiza que as raízes das principais causas do tráfico de seres humanos encontram-se muito mais nas forças que possibilitam a existência da demanda do que na característica das vítimas.

É certo que as vítimas geralmente são oriundas de classes desfavorecidas. Entretanto, para Held (1999) é equivocado apontar a vulnerabilidade social como causa exclusiva do tráfico de pessoas. Este é apenas um dos fatores circunstanciais que favorecem o tráfico. Cepeda (2004) salienta que as forças que possibilitam a demanda do tráfico de pessoas estão relacionadas a três diferentes grupos: os traficantes – que são atraídos pela perspectiva de lucros milionários; os empreendedores – que tiram proveito da mão de obra ativada; e os consumidores – que consomem os produtos e os serviços realizados pelas vítimas.

Nessa ótica, para Stalker (2000), a pretensa ideia gerada pelo ambiente globalizante de que as fronteiras de tornaram completamente permeáveis ao livre deslocamento de pessoas, está sendo freada por ações internacionalistas dos Estados. Isso tem acontecido porque mesmo que os Estados visem facilitar e promover a liberalização dos fluxos de mercadorias e capitais, estes também demonstram atitude restritiva quando se trata de pessoas.

Rodas (2007, p.234) reforça o pensamento de Stalker (2000) ao afirmar que a globalização é grande facilitadora da ativação das redes criminosas internacionais, que traficam seres humanos, em escala global. “São estabelecidas novas relações de poder e competitividade, da mesma forma que novas dinâmicas relativas aos atores estatais, identidades, espaços, e processos eivados do transnacionalismo e marcado deste processo globalizador”.

Assim sendo, não podemos esquecer que o tráfico de pessoas está inserido no contexto de dinâmicas diversas, as quais abrangem muitos temas correlatos. Dessa maneira, percebemos que a presença de migrantes nas áreas de fronteiras é intrinsecamente relacionada com a questão do tráfico, visto que muitos dos fatores determinantes que induzem uma pessoa a migrar voluntariamente para outro país, também são os mesmos que facilita a captação por engano das vítimas de tráfico. Logo, Cepeda (2004, p.60) partilha que o fenômeno migratório precisa ser reconhecido como pertencente “a uma abordagem global que inclua múltiplos fatores, como a situação de vulnerabilidade nos países de origem, as redes criminosas que atuam neste cenário, etc.”.

Diagnóstico do tráfico humano e contrabando de migrantes nas áreas de fronteiras

A dinâmica do movimento migratório em regiões de fronteira é considerada, por muitos estudiosos desta temática, diferente em relação ao movimento migratório em outras localidades geográficas. No que diz respeito as situações de tráfico humano e contrabando de migrantes em regiões de fronteira, Teresi e Healy (2012) destacam que identificar ou reconhecer as situações de contrabando e tráfico de pessoas é ainda mais difícil neste contexto. Segundo as autoras, a fronteira é o lugar onde se iniciam as possibilidades de saída de libertação e de conscientização da migração.

Diante disto, a fronteira também pode ser reconhecida como “lugar de passagem” marcado pelos encontros e desencontros de ordem cultural e social. Como reflexo desta realidade, Machado (2007) aponta que as populações de fronteiras manifestam culturas próprias, visto que o cotidiano de quem vive na fronteira é marcado pela experiência de viver entre dois países. Tal experiência estimula as populações de fronteiras a fazerem parte de ambos os países, sendo que ao mesmo tempo esta experiência torna-se algo diferente em função da combinação de influências.

Em geral, para Dorfman (2009, p.72), em regiões de fronteiras, “a cidadania e a nacionalidade são elementos negociáveis, indo além do critério de status outorgado pelos Estados-Nação”. Dentro desta lógica, segundo o Plano Estratégico de Fronteiras e da Estratégia Nacional de Segurança Pública na Fronteira (ENAFRON, 2012, p.37), a clandestinidade também é um elemento comum em regiões de fronteiras, “tendo em vista as condições que facilitam a migração irregular, tais como a ausência ou ineficiência do controle de entrada e saída e a presença de espaços geográficos que facilitam o acesso, como os sistemas fluviais e lacustres, as cidades-gêmeas e as áreas de preservação ambiental”.

Em situações sociais sujeitas à formalidade estatal-nacional, as fronteiras terrestres, também conhecidas como fronteiras secas, estão sujeitas às mais diversas atividades, sejam elas lícitas, tais como as trocas de serviços, as trocas comerciais, as trocas culturais e de conhecimento, e as relações de amizade ou entre familiares, mas também ilícitas, dada a facilidade de transporte e a relativa ausência do Estado por questões políticas e até mesmo geográficas, favorecendo crimes transnacionais, frequentemente praticados por grupos organizados, tais como o tráfico de drogas, de armas, o contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas.

Entre as atividades ilícitas, o contrabando e o tráfico de pessoas é para, Gallacher (2002), uma das formas de violação de direitos humanos que acontece, por exemplo, na “fronteira seca” brasileira. No que diz respeito ao tráfico de pessoas, a autora defende que esta prática implica na mobilidade e no transporte

de pessoas de um local para outro com fins específicos de exploração. O Plano Estratégico de Fronteiras e da Estratégia Nacional de Segurança Pública na Fronteira (ENAFRON, 2012) reforça que este processo “de um local para outro” pode ocorrer de um estado da Federação para outro dentro do território nacional, dentro do mesmo estado, ou entre países distintos. Nessa perspectiva, o cruzar de “fronteiras” ou divisas internacionais faz parte da própria definição de tráfico internacional e nacional, sendo a facilitação desta mobilidade elemento do crime de tráfico de pessoas.

Cabe citar Kapur (2005) para compreender que dado o progresso e o desenvolvimento local nas áreas de fronteira, a preocupação que era inicialmente e com a segurança nacional e a soberania do território passa a ser com a integração regional e com a segurança humana. Isto requer o entendimento de que a fronteira assume várias formas e que, por isso, devem ser tomadas medidas que englobem não somente ações para o desenvolvimento regional, mas também ações para a promoção da integração entre os povos e a integração entre as instituições públicas brasileiras e dos países fronteiriços.

Diante dessa discussão, um problema a ser sublinhado é a dificuldade na obtenção de dados, acerca do contrabando e tráfico de pessoas, mediante relatos das pessoas contrabandeadas e traficadas. Em relação ao tráfico, um percentual considerável de pessoas negam haverem sido vítimas do tráfico, principalmente em decorrência da situação humilhante a qual foram submetidas.

Nesse contexto, as agências de proteção as vítimas desempenham um importante papel nas medidas de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Desta forma, o Ministério da Justiça (2007, p.12-13) defende que “o Estado procura intervir de maneira preliminar ao fortalecer os supostos grupos suscetíveis à tornarem-se vítimas do tráfico, objetivando combater as causas estruturais deste problema nas localidades apresentadas como foco de aliciamento”. Logo, dificulta a ação das redes de criminosos que trabalham na captura de pessoas para serem traficadas, as quais focam na questão da vulnerabilidade de certos grupos.

Para aceder o debate acerca do enfrentamento do tráfico de pessoas, Marrey e Ribeiro (2010, p.02) destacam que o enfrentamento ao tráfico de pessoas deve ter o foco na garantia dos direitos humanos, desde a prevenção à repressão, como pode ser visto a seguir:

Como o crime organizado do Tráfico de Seres Humanos simplesmente ignora a máxima da dignidade humana, resta à sociedade e ao poder público prevenir e enfrentar esse tipo de prática criminosa, pautando suas condutas e decisões pela concretização do princípio

da dignidade humana, verdadeiro progênio de todos os princípios – desde o momento da persecução investigatória, no contato com as vítimas, até o momento da aplicação da pena aos infratores.

Obviamente, não podemos deixar de destacar que os principais fluxos migratórios identificados nas áreas de fronteira não são fixos e se modificam em razão de inúmeros motivos como mudanças na economia do Estado ou da região, por razões humanitárias ou ambientais, ou em decorrência de mudanças nos meios de transporte e vias de deslocamento. Particularmente, no caso da migração irregular e do tráfico de pessoas, Grimberg e Dorfman (2012) observam que as rotas mudam em decorrência do aumento da fiscalização por parte das forças públicas, tais como as polícias e o próprio Ministério Público, ou até mesmo em decorrência de mudanças nos meios de transporte e vias de deslocamento.

É evidente que o tráfico de pessoas na área de fronteira é um tema dinâmico, que ainda experimenta alternativas em termos de definições conceituais e seus entendimentos. Para Machado (1998), estes conflitos acontecem, especialmente, em situações referentes a formulação de políticas públicas. Ainda conforme a autora existe também certa dificuldade dos atores estratégicos em diferenciar o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual da exploração sexual sem tráfico.

Nessa mesma linha de raciocínio, Hazeu (2011), em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, reforça o pensamento de Machado (1998) ao sintetizar que no processo de confusão de compreensão sobre o mercado de sexo, tráfico de pessoas e exploração sexual, a população em geral não reprime a busca de oportunidades de mulheres através do mercado de sexo. Existe ao mesmo tempo um pacto silencioso de reprovação moral e aceitação prática. As pessoas se pronunciam, de fato, somente em casos concretos de denúncias de escravidão e assassinato vinculados ao mercado de sexo.

Compartilhando essas inquietações, o Plano Estratégico de Fronteiras e da Estratégia Nacional de Segurança Pública na Fronteira (ENAFRON, 2012, p.134) explana que “enquanto a violência e a exploração não ficam claramente caracterizadas, é provável que a população em geral, e até mesmo as autoridades, não consigam enxergar o fenômeno do tráfico de pessoas nas idas e vindas destas mulheres, homens, adolescentes e crianças na área de fronteira”.

Nesse debate, também é importante reconhecermos que o tráfico de pessoas é uma forma de violação que não está necessariamente na agenda política, e em alguns estados nem na da sociedade civil. Nessas perspectivas, é um fenômeno que está sendo secundarizado por outras questões que também preocupam as autoridades,

como, por exemplo, o tráfico de drogas ou o homicídio. Por fim, não podemos esquecer que diversos autores assinalam que os perfis das pessoas traficadas, em áreas de fronteira, não são muito distintos dos perfis das pessoas traficadas em outras regiões. A situação de vulnerabilidade - como a condição financeira precária, o pouco grau de instrução e de qualificação profissional - é uma característica comum no que diz respeito às pessoas traficadas.

Considerações Finais

Nesse artigo situamos o debate sobre o contrabando de migrantes e tráfico humano em regiões de fronteiras e apresentamos questões que refletem na produção do conhecimento no contexto das Ciências Sociais. Nossa pretensão não foi, de forma alguma, relativizar a gravidade do contrabando de migrantes e do tráfico de pessoas. Nossa intenção foi, na verdade, desenvolver um debate sobre esta problemática e compreender o discurso de alguns estudiosos e do Estado sobre esta situação.

Nesse cenário, cabe destacar que a escolha por desenvolvermos uma discussão sobre a temática em questão se justifica em virtude da relevância social da mesma. Dessa forma, a relevância de se estudar o contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas em regiões de fronteiras é evidenciada por números alarmantes que aponta o contrabando e o tráfico como um negócio extremamente lucrativo.

Outro motivo para desenvolvermos um debate sobre contrabando de migrantes e tráfico de pessoas em regiões de fronteiras é que esta temática proporciona importantes contribuições acadêmicas às Ciências Sociais, visto que existe uma escassez de pesquisas que vinculam o contrabando e tráfico de pessoas a esta área do conhecimento. Conforme aponta Ary (2009), a maior parte das pesquisas já desenvolvidas em universidades brasileiras apresenta, sobretudo, discussões direcionadas às esferas jurídicas. No entanto, não podemos esquecer que este tema é extremamente importante para o campo de conhecimento relativo às Ciências Sociais, já que incorpora discussões sobre direitos humanos, migrações internacionais, cooperação internacional, globalização, entre outros.

Neste primeiro momento, a falta de ilustração baseadas em situações concretas de contrabando de migrantes e tráfico de pessoas pode ser explicada pela dificuldade em se identificar as vítimas, as quais, na maioria das vezes, buscam ocultar o rótulo de pessoa contrabandeada ou traficada, em razão, principalmente, dos traumas gerados por esses crimes.

Dentro dessa ótica, Munro (2008), evidencia que o cenário internacional do período pós - Guerra Fria corroborou para que o crime de contrabando de migrantes e tráfico de pessoas em regiões de fronteiras fossem inseridos na ambiência pautada pela globalização e incorporados, posteriormente, na linha de ação de organismos criminosos transnacionais.

Notamos ainda que o contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas são fenômenos complexos, que exigem o envolvimento de várias esferas estatais da sociedade civil para serem prevenidos e punidos adequadamente. Desse modo, concluímos reconhecendo que de acordo com as análises das Ciências Sociais, a única forma de minimizar a prática do contrabando e tráfico de pessoas seria através de um maior acesso a educação, saúde e trabalho. Outra ação importante seria investir nos mecanismos de enfrentamentos ao contrabando e tráfico de pessoas, suas diferentes dimensões, causas e conseqüências, bem como difundir informações sobre o que pode ser feito para fortalecer os mecanismos de prevenção e atendimento às vítimas. Isso pode trazer uma contribuição importante ao enfrentamento desta grave violação dos direitos humanos não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Referências

- ARY, Thalita Carneiro. **O tráfico de pessoas em três dimensões: Evolução, globalização e a rota Brasil-Europa**. Dissertação de mestrado. Brasília: UNB, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORJAS, George J. **The economic immigration**. Journal of economic literature, vol. XXXII, Dezembro, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEPEDA, Ana Isabel Pérez. **Globalización, tráfico internacional ilícito de personas y derecho penal**. Granada: Comares, 2004.
- CHAPKIS, Wendy. **Trafficking, migration, and the law. Protecting innocents, punishing immigrants**. Gender & Society. v. 17, n. 6, December, 2003 (p. 923-937).
- CRESSWELL, T. **On the move: mobility in the modern western world**. New York: Routledge, 2006.
- DELEUZE, Gilles. **O que é a filosofia?** Lisboa: Presença, 1992.
- DERKS, Anuska. **From write slaves to trafficking survivors: Notes on the trafficking debate**. Princeton University: 2000 - Conference on migration and development.
- DITMORE, Melissa; WIJERS, Marjan. **The negotiations on the UM Protocol on Trafficking in Person**. Nemesis, n. 4, 2003 (p. 79 – 88).
- DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: Estados geográficos e representações textuais**. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2009.

- ENAFRON. **Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira**. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. Disponível em: <http://www.curtanaeducacao.org.br/sGs/arquivos/diagnostico-sobre-trafico-de-pessoas-nas-areas-de-fronteira.pdf>. Acesso em: 09/12/2014.
- GALLAGHER, Anne. *Trafficking, smuggling and human rights: tricks and treaties*. Forced Migration Review, n. 12, 2002 (p. 25 – 28).
- GERONIMI, Eduardo. **Aspectos jurídicos del tráfico y la trata de trabajadores migrantes**. Ginebra: OIT, 2002.
- GRIMBERG, Daniela Seixas; DORFMAN, Adriana. **Uma geografia da informação das apreensões de agrotóxicos na região Sul do Brasil**. Anais do Encontro Internacional Fronteiras e Identidade. Pelotas, 2012.
- HAZEU, Marcel. **Tráfico sexual na Amazônia: um pacto silencioso de reprovação moral e aceitação prática**. Instituto Humanitas Unisinos: Entrevista em 22 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.uhu.unisinos.br/entrevistas/45548-trafico-sexual-na-amazonia-um-pacto-silencioso-de-reprovacao-moral-e-aceitacao-pratica-entrevista-especial-com-marcel-hazeu>. Acesso em: 14/10/2014.
- HELD, David. *Global transformations*. Califórnia: Standford University, 1999.
- KAPUR, Ratna. **Travel plans: border crossings e the rights of transnational migrants**. Harvard Human Rights Journal, v. 8, 2005 (pp. 107 – 138).
- MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e Redes. In: STROHAECKER, T. M. et all (Orgs.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998.
- MACHADO, Lia Osório. **Região, fronteiras e redes ilegais: estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana**. Revista Italiana di Geopolitica - Quaderni Speciali, Suplemento al n.3, 2007.
- MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração**. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, jul./dez, 2010 (p. 407-424).
- MARREY, Antonio Guimarães; RIBEIRO, Anália Belisa. **O enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil**. Revista Internacional de Direito e Cidadania, v. 6, 2010, (pp.47-66).
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MINISTÉRIO da Justiça. **O que é o plano nacional de enfrentamento tráfico de pessoas?** Brasília - DF: Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, 2007.
- MUNRO, Vanessa. *Of rights and Rhetoric: Discourses of Degradation and Exploitation in the Context of Sex Trafficking*. Journal of Law and Society, vol. 35, n° 2, June 2008, pp.240-264.
- ONU. **Convención de las naciones unidas contra la delincuencia organizada transnacional y SUS protocolos**. Nueva York: Naciones Unidas, 2004.
- OIT. **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Brasília: OIT, 2006.
- PASCUAL, Alejandra. **Mulheres Vítimas de Tráfico para fins de exploração sexual: entre o discurso da lei e a realidade de violência contra as mulheres**. In: LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (orgs.). **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: UNB, 2007.
- PATARRA, Neide (Coord.). **Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI**. São Paulo: FNUAP, 1996.
- RAMINA, Larissa; LOISE, Raimundo. **Tráfico internacional de mulheres para fins de exploração**

sexual: Dificuldades conceituais, caracterização das vítimas e operacionalização. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 14, n. 14, julho/dezembro de 2013 (p. 162-180).

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das migrações.** Universidade Aberta: Lisboa, 1995.

SALES, Lília Maria de Moraes; ALENCAR, Emanuela Cardoso Onofre de. **Tráfico de seres humanos, migração, contrabando de migrantes, turismo sexual e prostituição: Algumas diferenciações.** NEJ - Vol. 13 - n. 1 - jan-jun. 2008 (p. 29-42).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

STALKER, Peter. ***Workers without frontiers: The impact of globalization on international migration.*** Geneva: ILO, 2000.

TERESI, Verônica M.; HEALY, Claire. **Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012.

VILLALBA, Francisco Javier de León. **Tráfico de personas e inmigración ilegal.** Valencia: Tirant lo blanch, 2003.

ZAMBERLAM, Jurandir. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização.** Porto Alegre: Pallotti, 2004.

ARTIGO

VOZES DA MIGRAÇÃO: RELATOS DAS GUIANENSES EM RORAIMA

Resumo

Aborda-se neste artigo a temática do deslocamento internacional de populações de países pertencentes à Pan-Amazônia, em especial as implicações desse fenômeno nas relações familiares enfocando a perspectiva das mulheres guianenses. Buscou-se identificar arranjos familiares, vivências transnacionais e demais estratégias que permeiam os vínculos familiares durante o processo migratório. Utilizou-se a metodologia qualitativa, com ênfase na observação participante, entrevistas abertas e conversas informais. As narrativas dos interlocutores sobre as mulheres guianenses demonstram a existência de vulnerabilidades relacionadas à cor da pele, etnia e classe social. O processo migratório lhes demanda a construção de atitudes e comportamentos considerados adequados para lidar com as novas dinâmicas encontradas na localidade hospedeira, a possibilidade de quebra de modelos ideais, a ressignificação dos papéis familiares e o estabelecimento de novos arranjos na família.

Palavras-chave:

Boa Vista; guianenses; mulheres; migração internacional.

Abstract

It is approached in this article the issue of international displacement of populations from countries belonging to the Pan-Amazon, especially the implications of this phenomenon in family relationships focusing on the perspective of Guyanese women. We sought to identify living arrangements, transnational experiences and other strategies that permeate family ties during the migratory process. We used a qualitative methodology, with an emphasis on participant observation, open interviews and informal conversations. The narratives of the interlocutors about the Guyanese women demonstrate the existence of vulnerabilities related to skin color, ethnicity and class. The migratory process requires them to build attitudes and behaviors considered appropriate to deal with the new dynamics found in the host location, the possibility of breaking ideal models, the resignification of family roles and the establishment of new arrangements in the family.

Keywords:

Boa Vista; guyanese; women; international migration.

Introdução

Os autores que discutem ou teorizam a migração, apontam como fundamentais as dimensões demográfica, econômica, política, sociológica e psicossocial (FAZITO, 2002; HALL, 2003; PEIXOTO, 2004); sua caracterização como um “fato social completo” (SAYAD, 1998) que tem motivações que vão pra além das questões econômicas (SINGER, 1980). Na migração os processos sociais estão associados à etnicidade, às redes que fortalecem os fluxos migratórios e às peculiaridades de ordem psicossociais que são encontradas entre os motivadores para os deslocamentos internacionais. Com relação às múltiplas possibilidades de pesquisa na migração Sayad (1998, p. 15) destaca que:

[...] o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião) etc. Cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular.

A experiência da migração pode representar significativas mudanças dos papéis sociais tradicionais de homens e mulheres; de pais, mães e filh(a)s e, ainda, na relação com outros membros da família, como avós, tios, tias, entre outros. Geralmente, a mulher adquire uma maior emancipação por meio do trabalho remunerado; o homem, com o aumento da autonomia, se depara com mudanças no relacionamento devido demandas por maior participação no âmbito doméstico; os jovens podem desafiar as estruturas tradicionais estabelecidas pelo seu grupo social e adotar novas perspectivas acarretando, assim, transformações na organização da família, na relação geracional e entre os gêneros (PNUD, 2009; ROSAS, 2010).

Thurler (2011) destaca que é importante fazer uma análise das narrativas dos migrantes sem se deixar levar por binarismos que separam e distinguem a localidade de origem e de destino, alimentando estereótipos e preconceitos, principalmente relacionando o local de origem que acaba por se interpretado como *atrasado, limitado e tradicional*, hierarquizando assim culturas e grupos. Analisa-se que este binarismo desconsidera a complexidade dinâmica das relações sociais, tais como as que envolvem homens e mulheres do lugar de origem, cristalizando-as em modelos e ocultando a ação de fenômenos como os da migração nas transformações sociais e culturais nas sociedades de origem.

A dinâmica migratória, por um lado, pode proporcionar relações mais igualitárias, a diminuição da violência ou coerção, por outro, pode agravar conflitos familiares que estavam até então latentes. Blanchette (2005, p. 140) informa que:

O indivíduo que se desloca internacionalmente para uma terra nova terá de aprender novos hábitos e *habitus*. Talvez precise lidar com uma língua estrangeira. De qualquer maneira, ele se afastará de sua família, parcial ou completamente, e, mais importante, como detalhamos acima, muito provavelmente terá de aceitar uma nova classificação frente ao Estado. De cidadão, passará a ser súdito – um ser que é legalmente classificado como apenas parcialmente em posse dos direitos que seus novos conterrâneos entendem como naturais.

Assim, a migração realoca conceitos e perspectivas nos mais diversos parâmetros, sendo a realidade guianense permeada pela vivência de relacionamentos desfeitos, o recomeço da vida conjugal ou a escolha por permanecer sem o laço do casamento é algo que faz parte da vida cotidiana das guianenses com e sem a experiência da migração internacional.

Este artigo é um recorte da dissertação *Migração e família: a dinâmica familiar de guianenses na cidade de Boa Vista-RR*, as informações aqui contidas foram obtidas através de pesquisa de campo entre o período de maio de 2012 a dezembro de 2013. Para abordar o tema estudado, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, que possibilita múltiplos olhares sobre um mesmo objeto preocupando-se com aspectos profundos, descrevendo fenômenos sociais e abarcando instrumentos sensíveis às realidades encontradas, ampliando assim o campo de análise (MINAYO, 2010).

Utilizou-se como instrumentos para coleta de dados a observação participante, a elaboração de diários de campo, a entrevista do tipo aberta e genogramas. Os interlocutores da pesquisa foram sete guianenses, destes quatro eram mulheres e três homens, que começaram a ser acompanhados a partir de fevereiro de 2013. Guber (2001) considera que os interlocutores são atores privilegiados, uma vez que apenas eles podem narrar (pensar, sentir, dizer, associar) como o acontecimento foi vivenciado.

Trata-se de memórias, recordações e de experiências que foram obtidas dos atores sociais sobre seu passado por meio da oralidade, estas permitem mostrar aspectos profundos e afetivamente complexos das pessoas, além de proporcionar uma reflexão crítica e qualitativa de processos histórico-sociais (MEIHY, 2005).

As narrativas como as dos interlocutores da pesquisa remetem a um passado de violências macroestruturais e psicossociais desde a tenra infância, instigam a reflexão sobre a ação destes fenômenos para fomentar a busca pelo deslocamento regional e internacional, e a construção de atitudes e comportamentos considerados adequados para lidar com a demanda imposta por diversos setores de suas vidas.

Migração internacional e as experiências familiares

Influenciada principalmente pelo desenvolvimento tecnológico e pela globalização, a migração passa a apresentar novas características e a fomentar estudos que tentam dar visibilidade para questões relacionadas às identidades nacionais, identidades híbridas, redes migratórias e à transnacionalidade (HALL, 2003; FAZITO, 2002; SOARES, 2002; SASAKI E ASSIS, 2000).

Nesse contexto, transmigrante é a pessoa que possui laços simultâneos no país de origem e de destino, principalmente referente aos aspectos socioculturais, econômicos e políticos (VALDERRAMA, 2007). Neste sentido, destacam-se a manutenção de relações contínuas com a família e/ou amigos na localidade de origem, a participação cívica através do voto e da inserção em políticas públicas na comunidade hospedeira e de origem, assim como a dinâmica que ocorre a partir da entrada do migrante no mercado de trabalho e os investimentos financeiros na localidade de origem (SASAKI E ASSIS, 2000).

A transnacionalidade figura como uma das características principais da atual migração internacional e revela a compressão espaço-tempo por meio do advento globalização e do avanço tecnológico, que reduzem distâncias físicas e simbólicas no cotidiano dos migrantes (MITCHELL, 2003). De acordo com Hall (2006), os tópicos que envolvem o encolhimento do mundo trazem como base as categorias simultaneidade e velocidade, a compressão do espaço-tempo é central para compreender as transformações nas identidades culturais, principalmente por elas serem responsáveis pelo compartilhamento de elementos socioculturais entre os mais diversos povos.

Os deslocamentos e a constituição de famílias transnacionais por meio da migração, por um lado, conduz a família a uma maior integração, através da necessidade de proximidade, de partilhar as lembranças do país de origem, de preservar costumes e tradições; e, por outro lado, à desagregação, com a vivência de realidades que são contrárias ao que se almejava, o enfrentamento de problemas econômicos como o desemprego, a dispersão dos membros da família em diferentes localidades e, conseqüentemente, à perda ou manutenção do contato, tanto físico como emocional (HELMAN, 2009).

A ausência do migrante vai, em maior ou menor grau, afetar negativamente os integrantes da família, principalmente quando o deslocamento envolve a separação entre cônjuges e entre pais e filhos. Com relação a este assunto, o PNUD (2009) constata que os impactos são complexos, modificam-se com o passar do tempo,

dependem dos atores envolvidos na migração, das condições de vida na localidade de destino, dos vínculos, que se dão através das remessas sociais, contato contínuo e projetos de reunificação familiar.

Haydar, Vélez e López (2011), Parella (2007) e Villamizar e Moreno (2011) dizem que, com a experiência migratória, a família se reconfigura por meio de estratégias que asseguram a manutenção das suas bases durante o viver transnacional. Estas estratégias de conservação da relação familiar são possíveis, principalmente, devido às remessas financeiras, ao sistema de transporte e a evolução tecnológica que permitem a comunicação frequente. Todos estes elementos geram a percepção de proximidade, mediante negociações e reorganizações constantes entre os familiares, transcendendo o plano físico e os pressupostos tradicionais, reafirmando os laços afetivos, construindo planos comuns, estratégias de cuidado e projeto de reunificação, que faz estas famílias permanecer entrelaçadas (RINCÓN E PINEDA, 2010; VILLAMIZAR E MORENO, 2011).

Assim, ao dar destaque à *família transnacional*, pretende-se realçar a ideia de que o vínculo e as experiências familiares não estão circunscritas a proximidade territorial, mas compõem-se entre diferentes ambientes e temporalidades, podendo articular a “redefinição, rearticulação, reconfiguração dos papéis sociais e de parentesco” (PAES, 2011, p. 167). Compreende-se que as famílias são grupos heterogêneos, com as suas conexões influenciadas pelas características socioculturais (origem nacional, etnia, classe social, gênero) do grupo estudado, abarcando aos diversos arranjos familiares possíveis, onde comumente se exerce a *parentalidade e conjugalidade transnacional*, quanto à rede de outros membros que a compõe (SOLÉ, PARELLA E CAVALCANTI, 2007).

Com isso, há uma reconstrução das relações familiares e de gênero, os novos rearranjos familiares implicam em combinação de mudanças e permanências que não podem ser caracterizados apenas pela passagem dos costumes da localidade de origem para a de destino (ASSIS, 2011). Constata-se que a presença de mulheres na localidade hospedeira é identificada como elemento de estabilidade do migrante, de existência de projetos de fixação de residência, formação de grupos de contato onde se possa reforçar os valores tradicionais dos migrantes, fato que costuma causar temor como em países como os da Europa que formulam leis que barram a reunificação familiar (GREEN, 2011; PARELLA, 2007; PEDONE, 2008).

Siqueira et al. (2011) destacam que ao discutir relações de gênero procura-se analisar as relações de assimetria instituídas no plano simbólico e social que têm relação direta com a história e a ideia de desconstrução dos papéis até então oferecidos.

Faz-se importante reconhecer a existência de um binômio dominação/subordinação que dá suporte para perspectiva patriarcal e que em maior ou menor grau faz com que a interface entre papéis de gênero e outros papéis alocados a homens e mulheres seja imposta ou negociada.

O conjunto das narrativas dos guianenses participantes da pesquisa indica a existência de relações negociadas entre a localidade de origem e de destino tanto no que diz respeito à percepção de cada um quanto no diálogo familiar cotidiano. Sem dúvida encontrou-se alguns campos de negociação difíceis, principalmente entre aqueles que vieram para o Brasil quando adultos jovens e os que estavam há pouco tempo na localidade hospedeira.

A República Cooperativa da Guiana destaca-se como um país constituído pela dinâmica migratória, envolve-se tanto na recepção como na circulação e emissão de migrantes, os idiomas mais comuns no país são o inglês, os dialetos ameríndios, o *creole*, o hindu caribenho (um dialeto do hindi) e o urdu (OMI, 2013). A distribuição étnica da população ocorre da seguinte forma: os indo-guianenses constituem o maior contingente étnico com 43,45% da população, os afro-guianenses 30,2%, os *mixed* 16,73%, os ameríndios 9,16%, de descendência chinesa 0,19%, os brancos 0,06%, os de descendência portuguesa 0,20% e outros com 0,01% (BUREAU OF STATISTICS GUYANA, 2013).

Dentre os migrantes internacionais, os guianenses são os que mais se deslocam para Roraima, tanto motivados pela crise econômica quanto política vivida pela Guiana nos anos 1960, 1980 e 1990 (RODRIGUES, 2009; NETO, 2005; SADER E JINKINGS, 2007), bem como pela existência de um imaginário relacionado à possibilidade de melhoria socioeconômica e acesso a uma gama de serviços públicos acessíveis no Brasil (SANTOS, 2008).

Além dos aspectos políticos e econômicos, outro fator que favorece o deslocamento de guianenses para Roraima é a existência de comunidades indígenas Wapixana e Macuxi localizadas ao longo da fronteira, que mantém fortes redes de parentesco nos dois Estados nacionais, além da existência de um tipo de identidade contextualizada vivenciada pelos que se denominam como *guy-braz* (BAINES, 2004; CORBIN, 2009; PEREIRA, 2007).

A Guiana foi referenciada como um país com cultura e povo admirável, no entanto, as condições socioeconômicas do local foram enunciadas em diversas narrativas como limitadoras do retorno, e a volta à pátria é reinventada pelas frequentes visitas àquele país e ao morar na região de fronteira e/ou estar em contato contínuo com os territórios guianenses na cidade de Boa Vista.

Os migrantes contam histórias de dificuldade, separação dos relacionamentos com os companheiros e até de abandono. Foi mencionado de forma constante o encontro entre os costumes aprendidos na Guiana, os modos de *ser* brasileiro e a tentativa de mediação das várias situações sociais que abrem espaço para novas possibilidades de viver no Brasil.

Quanto ao estabelecimento dos interlocutores em Boa Vista, aos papéis sociais no grupo familiar e a dinâmica de relacional após a migração, e em conformidade com os análises de autores como Rost (2009), Parella (2007), Pedone (2008), verifica-se ser suma importância discorrer sobre a obtenção de emprego e o impacto nos relacionamentos amorosos, sobre a manutenção de relacionamentos conjugais à distância, a criação dos filhos em um novo espaço sociocultural, sobre os relacionamentos conjugais estabelecidos no contexto migratório e a criação dos filhos, muitas vezes em um lar monoparental.

Mulheres migrantes em Boa Vista: lutas e conquistas no processo migratório

Sobre a participação feminina na migração é possível falar de uma “feminização das migrações” que mostra cada vez mais a participação das mulheres nos deslocamentos internacionais e os consequentes processos que ocorrem no âmbito doméstico e público, uma vez que, este fenômeno faz crescer a importância das mulheres na migração devido inúmeros papéis que ocupam tanto na localidade de origem como na de destino (SCHULER, 2010; SASAKI E ASSIS, 2000).

Wall, Nunes e Matias (2008) destacam que geralmente o perfil das mulheres migrantes está associado às trajetórias de vida de pobreza, muitas vezes, extrema durante a infância, entrada precoce no mercado de trabalho, a elevada mobilidade geográfica em função da busca por trabalho próprio ou de familiares, contextos em que a sobrevivência ocorre de forma individual já desde pequenos, o que faz com que a criação de crianças e adolescentes seja realizada por diferentes integrantes do grupo familiar. Nesta conjuntura as autoras destacam que a migração pode ocorrer de forma regional e internacional sendo realizado um percurso que envolve idas e voltas e que tem como um dos motivos a busca por estratégias para sobreviver diante de violências e dos abusos, de refazer a vida em outras bases, adquirindo melhores condições de trabalho e de vida.

As experiências de vida dos guianenses participantes do estudo, além das necessidades socioeconômicas, os conflitos familiares que se relacionavam a gravidez, “ser mãe solteira”, violência doméstica e relações matrimoniais recentes, tiveram um

papel importante como motivadores dos deslocamentos das interlocutoras, assim como das mães, tias e primas dos migrantes guianenses ouvidos.

No país de origem das interlocutoras, o cotidiano familiar se estrutura de forma que as condições de pobreza e ausência de qualidade mínima de vida interdita as práticas sociais que propiciem relações igualitárias e *empoderadas*¹ entre os diversos grupos sociais, e, nas relações entre homens e mulheres, se perpetua a mesma lógica de diferença e rebaixamento do outro.

Diversos grupos guianenses possuem um modelo de família idealizado com características patriarcais e tendências conservadoras na sua essência, não se pode deixar de indicar a participação das ideias religiosas que contribuem para a manutenção deste arquétipo que se defronta com uma série de contradições existentes não só nos limites das unidades familiares, mas que os transcendem, como são as questões econômicas, afetivas, sexuais, raciais e de poder. Há um distanciamento entre a norma e a prática, que se faz presente principalmente nas narrativas sobre as mulheres guianenses que em diversos momentos foram identificadas como participante ativa seja na família seja na sociedade, assumindo a chefia da família e trabalhando para a sobrevivência da sua prole.

Averigua-se existir a ideia de um modelo familiar conservador, mas onde situações díspares do modelo idealizado ocorrem constantemente, tais como ser “mãe solteira”, ser “mulher abandonada”, ser mulher que “tem que sustentar a casa”. Constata-se que é crescente o número de mulheres, que assumem nos dias atuais a chefia da família; muitas vezes vivendo sem a presença de um companheiro, porém mantendo uma rede de relações extensa entre através de vínculos e consanguíneos e afetivos (MOTTA, 1998).

O controle moral da mulher é intenso, ao longo dos contatos estabelecidos identificou-se um “duplo padrão”, que preconiza comportamentos distintos para homens e mulheres, ou seja, atitudes permissivas para os homens e repressivas para as mulheres, caracterizando a forte diferenciação de gênero. Discursos diversos demonstraram uma ideologia impregnada de controle social feminino, que vai desde a escolha de vestimentas até a autoridade sobre a sua locomoção nos papéis tradicionais, as diferenças aparecem sob muitos ângulos ao se comparar com a realidade vivida após chegar ao Brasil.

¹ Krmpotic (2012) descreve o *empoderamento* como a possibilidade de uma pessoa ou grupo realizar efetivamente escolhas (políticas, sociais, culturais, econômicas) sobre si. Para a autora está diretamente ligado a existência de oportunidades e a possibilidade de analisar e eleger os caminhos a percorrer, ao mesmo tempo em que demanda a existência de recursos psicológicos, materiais, informacionais e humanos.

Assim, era muito rígido: você mocinha é pra ficar dentro de casa. Não podia sair sozinha. Mãe te leva, pai te leva, irmãos não levavam! Um primo que chegava convencia a minha mãe pra levar a gente pra sair. Sair assim, sem nenhuma. Assim, no comércio, né? Aí pra festa, se ela não tá lá, ele que levava e dizia: Olha, tal hora tem que tá de volta! e olha lá. Se passa daquela hora, vem a mãe com o facão! É. É passou certa hora e ela vê vocês voltando, ela saía com o facão. Pra mim quando você é mocinha né você não tem que se expor, tu expor pra teu marido, mulher tem que se expor pra teu marido e não pro vizinha né, você usa uma saia que abaixa vê lá no China, é feio, mas é claro que tem pessoas que gosta, mas usa dentro de casa né, na Guiana você usa esse tipo de coisa na rua é porque você é da vida, aqui todo mundo aceita como normal né, mas até hoje pra mim coloca um bermuda pra andar na rua sente tão nu, mas nu envergonhado. Quem tá me olhando? Quem? Se eu usa saia, eu tô com short embaixo, se usa vestida tenho uma short embaixo, claro que calça comprida né. Tem que usa um short embaixo porque vem um vento levanta tua saia, levanta tua vestido (Anne, 45 anos, entrevista realizada em 19/10/2013).

E outra coisa esquisita que eles (*guyanenses*) acham assim, por exemplo, uma mulher vai tipo aqui que andam aqui nesse *Chão de Brasa*², nesses barzinhos. É uma coisa muito esquisita! Vão ficar assim espantado vendo que arrumação é esse, sabe? As mulheres sentadas tomando uma cerveja! Não! Eles acham estranho, eles ficam dizendo que a mulher é baixa, não tem respeito! Eles pensam assim (Mary, 44 anos, entrevista realizada em 28/10/2013).

Nota-se a partir das narrativas que a participação das mulheres guianenses no espaço público é mediada por profundas assimetrias e preconceitos. Há um forte controle do agir que chega a permear inclusive as relações estabelecidas na localidade hospedeira. Em inúmeras ocasiões, constata-se que o poder formal é destituído das mulheres e legitimado aos homens. As mulheres, nesse caso, as interlocutoras guianenses desenvolvem meios de resistência pelo protagonismo social construindo armas para lutar contra estruturas de poder e instrumentalizar as limitações que lhe são demandadas.

Wall, Nunes e Matias (2008) informam que as diversas trajetórias femininas nas localidades de origem e de destino têm como impacto a existência de mudanças na vida familiar, identificando-se um aumento de divórcios e de famílias monoparentais após o estabelecimento em outro país. Observa-se que o modelo em que o homem é o principal provedor e onde há uma forte diferenciação de gênero no casal é suplantado por novos padrões que se relacionam ao desejo por maior igualdade, companheirismo e partilha de responsabilidades. Tratam as experiências vivenciadas na localidade de origem como elementos de reflexão e melhoria nas relações estabelecidas na comunidade de destino.

Ao longo de seu percurso migratório, essas mães-migrantes se situaram/situam

2 Espetaria e Choperia localizada no centro da cidade de Boa Vista (RR) e que costuma reunir um grande número de pessoas durante a semana e finais de semana.

entre a busca de autonomia e as restrições de diversas ordens, pois, em uma e outra sociedade, não escapam às relações de dominação e às normas sexistas. Compreende-se, portanto, que “[...] relações sociais de sexo são estruturantes e referenciadoras do funcionamento da sociedade de partida e da sociedade de chegada” (THURLER, 2011, p. 214).

As relações familiares das mulheres guianenses, na localidade de origem, remetem à dependência familiar e/ou conjugal e a migração torna-se um meio para adquirir autonomia (ROST E RODRIGUES, 2008). Ainda como aspectos do processo migratório, observam-se nos relatos desta pesquisa e de outras como a de Rodrigues e Vasconcelos (2012) o *empoderamento* das mulheres na localidade de destino, a resolução ou ampliação dos conflitos relacionados aos padrões patriarcais de relacionamento conjugal, além de reunificação familiar na localidade de destino.

Os entrevistados relataram sobre o percurso feminino sujeito a dificuldades e conquistas na construção do lar e cuidado dos filhos. Constata-se quanto aos arranjos familiares dos migrantes guianenses que a maioria dos interlocutores viveu, em algum momento da sua trajetória de vida, a circunstância de ter sido cuidado por uma mulher chefe do lar monoparental ou ter sido (e continuar sendo) a única responsável pelo cuidado dos filhos e provimento do lar.

Durante pesquisa com mulheres migrantes e mães solteiras Thurler (2011) observou que os relatos traziam histórias sobre companheiros que tendiam a ignorar as responsabilidades com a paternidade e interpretar este vínculo como algo dissociado da incumbência de cuidado e ligação afetiva intensa.

Em consonância com estas informações, indica-se que segundo a percepção dos interlocutores, os relacionamentos têm como padrão companheiros que não são confiáveis e paternidades que não são identificadas como positivas, fatores que acabam tornando o convívio conjugal bastante desgastante e muitas vezes uma fonte de crise ao invés de ser uma fonte de suporte na rotina diária. Pode-se visualizar um recorte desta situação nos comentários abaixo:

Olha, o pai do meu primeiro filho era lá na Guiana, minha mãe não queria sabe, porque ele não podia ver um rabo de saia né, e eu tive que separar por causa dela dizer que, se eu quiser ficar na Guiana, na família, eu tinha que fazer aborto; porque eu fiquei grávida ou se não, vinha pro Brasil com meu pai. Então, escolhi meu filho e tive que vim pro Brasil. Os outros não (pais de seus filhos). Conheci aqui, mas acho que não prestavam não, entre aspas. Eu me juntei com o pai da mais velha. Eu tive três filhos com ele. E ele saiu pra Guiana de volta, atrás dos documentos dele e nunca voltou. Isso aconteceu em noventa e sete. [...] E o outro, eu conheci ele realmente, ele, eu vou te ser franca: drogado! Que eu queria tirar do caminho das drogas, só que não deu certo, então eu tive que dar ponta pé nele. Porque esse daí eu fiquei com raiva! Não queria largar o droga e eu fiquei com raiva

e deixei. Só que ele foi viver na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (Anne, 45 anos, entrevista realizada em 19/10/2013).

Esse meu filho não conhece. Ele chegou a conhecer o pai dele faz pouco tempo, pelo *Facebook* ano passado, ele não conhece esse menino pessoalmente, ele vê assim as fotos que a gente manda, mas quando eu separei eu estava grávida dele de uns 3 ou 4 meses. Então ele foi pra lá e eu fui com meus pais, aí, depois que voltei pro Brasil, aí eu botei ele na escolinha e criei ele até certa idade. Foi quando conheci o pai da minha filha mais nova (Mary, 44 anos, entrevista realizada em 28/10/2013).

A maternidade é vivenciada, em geral, com parceiros que após algum tempo distanciam-se ou de relacionamentos que nunca foram concretizados com a coabitação. No processo de aprendizagem e ressignificação contínua que ocorre na localidade de destino também sucedem sentimentos de estranhamento e rejeição. Garcia (2007) revela que homens e mulheres lidam de formas diferentes com as mudanças ocasionadas pelo processo migratório.

A maior parte das mulheres atuam com maior resiliência nos momentos em que é necessário pedir ajuda, ao se depararem com situações de desamparo e ao tentar sobrepujá-las. Já para os homens, o sentimento de humilhação é mais recorrente porque não estão habituados a lidar com sentimentos associados a imagem de fracasso, sofrem ao serem vistos pela companheira, pelos filhos e por aqueles que estão em contato direto, como seres frágeis e que demandam amparo também.

Um fator intensificador deste processo é a busca pela inserção laboral após a chegada ao Brasil e a estruturação da estabilidade socioeconômica. A mulher obtém subempregos com maior facilidade e os mantém durante meses ou até anos, em geral trabalham no serviço doméstico. Enquanto o homem migrante encontra maior dificuldade para conseguir trabalhar, na maioria das vezes, resta-lhe o desemprego ou, com ajuda da família e amigos, o trabalho autônomo como camelô, feirante, vendedor de bebidas em festas, etc.

Verifica-se, por conseguinte, na mudança necessária para se organizar no espaço público boa-vistense, o exercício contínuo que é exigido deste homem que não aprendeu a depender financeiramente de sua companheira e a exercer com maior intensidade os papéis de cuidado doméstico, fato que pode acabar lhe fragilizando, pois fere os modelos ideais de estruturação relacional no ambiente familiar. Muitas vezes, os relacionamentos se quebram, vive-se novas relações conjugais e os filhos dos relacionamentos interrompidos acabam estabelecendo laços afetivos mais intensos com os que lhe estão próximos, mas guardando recordações dos que estão distantes, seja pelo que foi experienciado ou pela lacuna de algumas memórias.

O início de um relacionamento com pessoa de outra nacionalidade também é um fator de destaque na avaliação deste fenômeno, a união conjugal entre pessoas que já é naturalmente negociada em função das diferenças de família, região, nível educacional e classe social, pode se tornar mais complexa quando envolve um casal proveniente de países com diferenças culturais; até se compartilha conceitos básicos, entretanto, a forma de interpretar e reagir diante de inúmeras situações pode ser considerada irracional ou apenas corriqueira diante dos elementos socioculturais reproduzidos por cada um (SCHULER, 2010). Esta autora destaca que:

Quando estamos fora do nosso equilíbrio cultural passamos mais tempo entendendo o que está acontecendo do que participando do acontecimento e essa é exatamente a experiência de muitas pessoas que se encontram em meio a uma cultura estrangeira. Elas sentem que as estratégias para lidar com o dia a dia não funcionam mais. Em uma situação de choque cultural, nós não nos sentimos seguros, não sabemos o que é esperado de nós, nem o que esperar das pessoas que estão ao nosso redor (SCHULER, 2010, p. 62).

A distância linguística é uma das grandes diferenças entre os povos dos dois países e de acordo com Melman (1992) dos principais fatores de impacto no estabelecimento de um relacionamento intercultural. Para Schuler (2010) a diferença da língua materna num relacionamento que envolve intimidade, cria um desequilíbrio entre os envolvidos, desde a transmissão de humor e emoções no diálogo até a participação do casal nos espaços públicos; há também a distância da família, o reduzido número de pessoas a quem recorrer diante de conflitos no relacionamento, além do desconhecimento de direitos e deveres jurídicos associados à relação conjugal, sem deixar de mencionar as diferenças étnicas, costumes morais, preferências alimentares.

São comuns, portanto, histórias de maternidades solitárias, experiências de abandono e também a necessidade de lidar, em maior ou menor medida, com preconceitos relacionados a este papel tanto no Brasil quanto (principalmente) na Guiana. García (2007) destaca ainda a existência de dimensões articuladas entre si na vivência de discriminação entre as mulheres migrantes, sendo que sexo, etnia e classe social são constantes que expõe estas mulheres a uma tripla marginalização.

No caso das guianenses as variáveis sexo, etnia e classe estão presentes e acabam potencializando a ocorrência de uma série de dificuldades que precisam ser enfrentadas cotidianamente. Como tática para lidar com as diversas limitações impostas na sua rotina diária, faz-se o uso de diversas estratégias, como por exemplo, a racionalização dos comentários e minimização do afeto negativo associado aos julgamentos dos “Outros”.

Olha, se eles olha, se eles falam a vida é minha! Aconteceu o que aconteceu comigo, podia ter acontecido com qualquer um, mas quem fala mal de mim porque sou mãe solteira, graças a Deus sou mãe solteira e não sou mãe bebedeira né? (Anne, 45 anos, entrevista realizada em 19/10/2013).

Teve a minha filha. Eu não era casada, né? E não era uma coisa que a gente estava esperando. Esses orientações que as pessoas tem, hoje, meninas: Não engravida! Tem que casar e tudo o mais. Essas informações estava oculta para nós, entendeu? Então, namorei, engravidei e... Não era uma coisa que eu queria no momento. Mas, aconteceu! Eu tava com a minha mãe e falei com a minha mãe... Tentei não ter a menina mas... Deus quis né? Não cheguei a morar com ele, nada! A gente só teve esse filho, ai, depois não deu certo, né? Eu fiquei com a minha filha e ele foi seguir a vida dele! (Marta, 44 anos, entrevista realizada em 19/10/2013).

Eu acho que assim, eu acho que as pessoas naquela época não ligavam muito pra isso (ser mãe solteira), porque eu tenho certeza que não era só ela (a avó) que tinha muitos filho pra criar e também ela teve 12 filho, então nem os 12 morava com ela, alguns moravam com ela e todo mundo ajudava como minha mãe (Steve, 22 anos, entrevista realizada em 11/10/2013).

O número de filhos e o fato de permanecerem com a mãe em Boa Vista também é um elemento diverso do que se examinou na fala acerca da vivência familiar na Guiana, muitas vezes os interlocutores experienciaram a situação de ter que ir morar na casa de outros familiares tais como tios e avós e viveram separados dos irmãos e pais. Estas experiências em inúmeros momentos foram referidas como desencadeadora de afetos negativos, principalmente devido a percepção de cuidado reduzido e contrastante com o oferecido a outros membros do grupo familiar.

Sobre esta realidade em que as relações familiares não se articulam unicamente entre as categorias de mãe, pai, filho, e aos parentes mais próximos, as possibilidades são diversificadas, tendo potencial para mobilizar tanto sentimentos positivos como negativos. E o que se visualiza é a existência de famílias “flexíveis e plurais” (VAITSMAN, 1994) contendo “mosaicos genealógicos” (SCOTT, 2011) que abrem espaço para a participação de inúmeros outros personagens na rotina familiar.

Considerando as possibilidades de arranjos e rearranjos, os dados obtidos ao longo da pesquisa revelam que mesmo com parentes morando na cidade de Boa Vista e com condições difíceis de renda, a maior parte dos filhos nascidos tanto na Guiana quando no Brasil permaneceram com as interlocutoras. A flexibilidade no compartilhamento do grupo familiar se dava em novos parâmetros que não necessariamente a coabitação, o auxílio financeiro, apoio para criação de redes sociais e assim acesso à serviços básicos como saúde, emprego e educação foram os mais referidos.

As interlocutoras narraram sobre a satisfação em conseguir manter a unidade doméstica, a quebra do paradigma de ter que se separar dos filhos em virtude de fatores fora do poder de decisão, como questões financeiras, assim como referiram a percepção de maior ganho de conhecimento como o passar do tempo e crescimento pessoal a partir da superação das crises surgidas ao longo de suas trajetórias de vida.

Eu não vou ficar dependendo de ninguém. Claro que eu não posso viver sem eles (*homens*), né? Mas eu vou dar um jeito na minha vida pra poder sobreviver. E esse daí até hoje eu tô fazendo (*diç apontando para o filho mais novo*). Mas não é assim, a melhor opção. Mas quando você está só tu raciocina mais, tu vê as coisas mais claras, porque não tem ninguém, nenhum homem chorando no teu ouvido, mas é duro, é duro. Mas você tem que ter coragem. Eu criei as minhas filhas sozinhas, nunca roubei, nunca menti, nunca enganei, nunca rodei bolsinha na esquina pra ganhar nada! Sempre trabalhando, trabalhando e trabalhando (Anne, 45 anos, entrevista realizada em 19/10/2013).

As relações de poder se reconstróem em contextos migratórios, neste sentido é necessário afastar-se de interpretações dualistas quanto à sociedade de origem e de destino (THURLER, 2011). Assim, não se trata de limitar o campo de análise e subentender a localidade de chegada unicamente como um lugar de *empoderamento*, dado que nos diversos espaços em que transitam, as mulheres enfrentarão as continuidades das relações de poder, processos reconfigurados de preconceito e direitos contingenciais.

Avalia-se que permanecer no Brasil relaciona-se a possibilidade de expressar individualidades e emancipação maior do que a encontrada na localidade de origem, envolve a busca por superar experiências dolorosas, como a de ter que se separar dos pais e dos irmãos desde a tenra idade, e construir um modo de viver diferente para as gerações posteriores. Estas mudanças e escolhas de enfrentamento dizem respeito à constituição de respostas transculturais a situações vivenciadas, a partida muitas vezes funciona como alternativa para ultrapassar sofrimentos do passado, situações subalternas e violências cotidianas intensificadas pelo status de migrante (WALL, NUNES E MATIAS, 2008).

Portanto, o estudo de categorias como migração feminina, chefia de lares monoparentais, maternidade e relacionamentos amorosos na migração devem estar aliadas à investigação acerca de estratégias, das resistências e sobre as transformações que ocorrem, enfocando as lutas pelo fortalecimento da cidadania feminina e a constituição de alianças em torno de todos os que participam do processo migratório.

Conclusão

Vários interlocutores da pesquisa narraram fatos semelhantes acerca das suas experiências de vida na Guiana. A maior parte delas se relacionava a momentos de sofrimento e luta constante pelos objetivos que se direcionavam a melhoria da qualidade de vida. As narrativas descreveram, em grande medida, as dificuldades como a falta de emprego, as questões relacionadas à pobreza, conflitos e/ou distanciamento nos vínculos familiares, a busca por oportunidades de estudo e emprego em outras regiões do país e em outros países.

As características dos arranjos familiares mostram que a família dos guianenses moradores da cidade de Boa Vista vive uma realidade de ressignificação de hierarquias de reciprocidade, de autoridade e de afetos entre os integrantes do grupo, além de que a noção de família envolve atualmente bastante complexidade, na medida em que diferentes formas de relações coexistem, representando composições diferenciadas de família.

Dentre estes novos modelos estão os relacionamentos tanto de conjugalidade como de paternidade e maternidade que são estabelecidos à distância principalmente a partir da noção de comprometimento e consubstancialidade entre os envolvidos na relação. A criação dos filhos nascidos na Guiana ou no Brasil, a ocorrência de casamentos entre migrantes de mesma nacionalidade ou de nacionalidade diversa é mediada por fatores socioculturais da localidade hospedeira que mesmo quando o migrante é impedido de atuar em espaços oficiais, não deixa de influenciar e as atitudes e comportamentos que adota no cotidiano.

Não se pode deixar de relatar a partir da análise das narrativas que a participação das mulheres guianenses no espaço público é realizada a partir de lutas e significativas conquistas em direção ao *empoderamento*, no entanto, a todo o momento, as relações são mediadas por assimetrias e preconceitos. Há um forte controle da moral que permeia inclusive as relações estabelecidas com os de mesma nacionalidade e de nacionalidade brasileira na localidade de destino.

Portanto, entende-se que os estudos envolvendo a migração entre Brasil e Guiana em suas múltiplas intersecções tem um campo vasto de possibilidades de desenvolvimento. Constatou-se que inúmeros processos sociais tornam invisíveis as demandas e cotidianos vividos por este grupo em Roraima, que a inserção nos espaços de convívio e estabelecimento de vínculos demanda tenacidade do pesquisador, mas que após vencer estes obstáculos, próprios de pesquisas que se propõe a analisar questões que vão além da superfície e que buscam elementos do âmago do interlocutor, o que se tem são a cordialidade e generosidade de pessoas que lutam a cada dia pela sua cidadania e bem-estar.

Referência

- A ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros**. Editora Mulheres, Florianópolis, 2011.
- BAINES, S. G. A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 65-98, 2004.
- BLANCHETTE, Thaddeus G. Is it a real marriage?: imigração e casamentos entre brasileiros e anglo-americanos. In: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 133-151.
- BUREAU OF STATISTICS GUYANA. Guyana Population and Housing Census, 2002. Disponível em: <<http://www.statisticsguyana.gov.gy/census.html#popcenfin>>. Acesso em: 26 fev. 2013.
- CORBIN, Hisakhana. Migração internacional e desenvolvimento: o caso da Guiana. In: ARAGÓN, Luis E. (Org). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFGA, 2009. p. 163-184.
- FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 13, 2002, Ouro Preto. Anais... Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2002. p. 1-25. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt_mig_st1_fazito_texto.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- GARCIA, Loreley. Mulheres transnacionais. **Imaginário**. USP, São Paulo, v. 13, n. 14, p. 379-398, 2007.
- GREEN, Nancy L. Mudando paradigmas em estudos de migração: de homens para mulheres para gênero. In: AREND, Silvia Maria Fávero; RIAL, Carmem Silvia de Moraes; PEDRO, Joana Maria (Org). **Diásporas, mobilidades e migrações**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. p. 35-46.
- GUBER, Rosana. **La etnografía: método, campo y reflexividad**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2001. 146 p.
- HAYDAR, María del Pilar Morad; VÉLEZ, Gloria Bonilla; LÓPEZ, Mercedes Rodriguez. Familias desde el vivir transnacional: cambios y permanencias en la cotidianidad de las formas familiares en Colombia. In: **CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE MIGRACIONES EN ANDALUCÍA**, 1, 2011, Granada. Proceedings... Granada: Instituto de Migraciones, 2011. p. 2041-2052. 129
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 páginas. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro.
- HELMAN, Cecil G. Migração, globalização e saúde. In: HELMAN, Cecil G. **Cultura, saúde e doença**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 271-295.
- KRMPOTIC, Claudia Sandra. Cultura, interculturalidad y empoderamiento en la agenda del trabajo social en Argentina. **Revista Trabajo Social**. Bogotá, n. 14, p. 29-40, jan./ dec. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/tsocial/>>. Acesso em: 18 mar. 2013
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.
- MELMAN, Charles. **Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país**. Rosane Pereira (Trad.). Contardo Calligaris (Org. e Rev.). São Paulo: Escuta, 1992.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MITCHELL, Christopher. Perspectiva comparada sobre transnacionalismo entre imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (Org.). **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 33-50.

MOTTA, Alda Britto da. Gênero, família e fases do ciclo de vida. **Caderno CRH**. Dossiê: Gênero e Família, Salvador, n. 29, p. 13-20, jul./ dez. 1998.

FERNANDES NETO, Pedro. A faixa de fronteira norte do Brasil: uma análise comparativa entre os dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil)/Lethem (Guiana). In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2005. p. 4817-4837. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/12.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION – IOM/OMI. Central and North America and the Caribbean/Guyana. Disponível em: <www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/where-we-work/americas/central-and-north-america-and-th/guyana.html>. Acesso em: 13 fev. 2013.

PAES, Vanessa Generoso. **Trânsito de identidades e estratégias de negociação familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil**. 2011. 556 p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

PARELLA, Sònia. Los vínculos afectivos y de cuidado en las familias transnacionales: Migrantes ecuatorianos y peruanos em Espana. **Revista Migraciones Internacionales**, v. 4, n. 2, p. 151-188, jul./ dez. 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/151/15140206.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

PEDONE, Claudia. “Varones aventureros” vs. “Madres que abandonan”: reconstrucción de las relaciones familiares a partir de la migración ecuatoriana. **REMHU - Re**

ARTIGO

OS FIOS DE MEMÓRIA DE ROSE: UMA IMIGRANTE GUIANENSE EM BOA VISTA – RR

Resumo

Esse trabalho tem como finalidade refletir sobre a relação entre memória, cultura e identidade de uma imigrante guianense residente há mais de vinte anos no município de Boa Vista, capital do estado de Roraima. A pesquisa entra no mundo de experiências vividas historicamente, através de um passeio pelas memórias da imigrante que são reveladas na e pela linguagem. Partimos da trajetória migratória para problematizar as questões de memória e identidade com aporte teórico na Linguística Aplicada, nos Estudos Culturais e nas Ciências Sociais. A pesquisa foi feita com uma imigrante guianense por meio de entrevista semiestruturada gravada em áudio. Concluímos com as reflexões sobre a extensão das discussões em torno da constituição identitária.

Palavras-chave:

Migração; memória; identidade.

Abstract

This work aims to reflect on the relationship between memory, culture and identity of a Guyanese immigrant who has lived for over twenty years in the city of Boa Vista, the capital of Roraima. The research enters in the world of historically lived experiences, through the immigrant memories tour that are revealed on the and through the language. We started from migration path to problematize the issues of memory and identity with the theoretical approach of Applied Linguistics, Cultural Studies and Social Sciences. The research was done with a Guyanese immigrant through a semi-structured interview, which was recorded in audio. We conclude with the reflections about the extension of the discussions around the identity constitution.

Keywords:

Migration; memory; identity.

Introdução

Neste artigo pretendemos apresentar a relação entre memória, cultura e linguagem na construção identitária de uma guianense residente no espaço urbano de Boa Vista-RR, utilizando narrativas coletadas por meio de entrevistas na residência da participante. As entrevistas foram guiadas por perguntas previamente elaboradas como um roteiro, de modo que durante a coleta pudesse garantir o encadeamento para as questões focalizadas. A primeira entrevista ocorreu de forma espontânea como uma conversa e a segunda foi gravada com a devida autorização por meio de um TCLE¹.

Boa Vista, capital do estado de Roraima, é uma cidade que presencia constantes processos migratórios tanto nacionais quanto internacionais. As pessoas vêm, seja em busca de emprego, casa própria, cargos públicos ou em busca de melhores condições de saúde e de educação.

Entendemos a migração não somente um momento na vida, um tempo de saídas e de chegadas, mas como uma experiência construída e reconstruída no dia a dia, por isso acreditamos que interpretar as narrativas de imigrantes é perceber o modo como relacionam seu presente e seu passado e até mesmo seu futuro e como esta relação presente-passado-futuro colabora na constituição de suas identidades.

Não pretendemos elaborar generalizações sobre os processos histórico-culturais da imigração, mas problematizar e refletir acerca da trajetória de Rose².

Guianenses em Boa Vista

Toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Tanto singulariza como universaliza (Ianni, 2000, p. 13).

A imigração implica mudança de moradia, de trabalho, de práticas sociais, de sonhos e perspectivas, mas segundo Silva (2009, p. 40) muitas pessoas se adaptam em outros lugares de que modo que “fica difícil voltar, mesmo reconhecendo vantagens da vida de antes”. Ainda de acordo com o autor, entra em questão a

1 Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

2 Nome fictício que assegura o anonimato da participante.

necessidade de reconstrução de valores em outros contextos, a saber, a escolha do local ou tipo de moradia, a espécie de trabalho, modos de convivência familiar, tradições religiosas.

A migração, conforme expõe Penna (1998, p. 108),

acarreta mudanças radicais no modo de vida, no nível do trabalho, da inserção comunitária (...), no acesso a bens materiais e simbólicos. (...) Tais mudanças refletem-se, sem dúvida, sobre os processos relativos à identidade social. Faz-se necessário, portanto, considerar a migração enquanto um processo dinâmico de transformação (destruição/recriação) tanto do modo de vida e das relações com o espaço, quanto dos referenciais simbólicos (as representações de identidade) que marcavam a experiência pessoal.

Assim, os processos migratórios devem ser percebidos como ricos em significados culturais, pois cada experiência é única, pode até ser dividida, uma vez que grande parte das pessoas que migram têm histórias semelhantes, por isso cada imigrante vai contar sobre a sua migração e, ao mesmo tempo, da migração de outros porque usa uma linguagem construída junto com outros.

Segundo Rodrigues (2006), em Boa Vista, “os *fronteiriços internacionais migrantes* podem ser encontrados no mercado de trabalho informal, nas ruas dos camelôs, na feira do produtor”. A autora esclarece, ainda, que os guianenses são os imigrantes internacionais de maior representatividade, principalmente a partir dos anos de 1960, em decorrência da crise política e econômica ocorrida na República Cooperativista da Guiana, estando presentes no mercado informal, no emprego doméstico e na construção civil.

Pretendemos perceber traços identitários que vêm sendo construídos a partir de memórias do cotidiano, que são reforçadas e/ou representadas por uma guianense. Neste sentido, a identidade que se revela através da rememoração e da narrativa refere-se à seleção naquilo que é dito, em uma avaliação retrospectiva da história vivida, cuja construção é exclusiva de quem narra e que, para tal objetivo, utiliza expressões culturais do presente. Trata-se de um diálogo constante entre narrativa e identidade.

As narrativas de Rose foram coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro, sem perguntas fechadas e encadeadas, mas com a liberdade dos assuntos, de modo a suscitar-lhe a escolha das memórias. É um passeio pela memória, focalizando elementos que caracterizam hábitos e práticas na experiência cotidiana, partindo da assertiva de Alberti (2004, p. 78) “as entrevistas são pistas para se conhecer o passado”.

Percebemos que as narrativas de imigrantes podem ser histórias de luta por melhores condições de vida para si e seus familiares. Ao garimpar suas memórias, é

possível notar a mistura de passado e de presente numa tensa relação de representações e ressignificações. Goffman (1975, p. 29) usa o termo “representação” para se referir a “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores que tem sobre estes alguma influência”.

Os imigrantes oferecem suas narrativas e têm formas próprias de organização que garantem a continuidade das tradições culturais que ainda são expressivas no novo lugar: como o vestuário, a religião, a língua e a alimentação. No entanto, enfrentam desafios, uma vez que a vida em outro país amplia o leque das dimensões culturais, tornando-a mais plural e diversa pela aproximação com outras pessoas.

Cada imigrante traz suas memórias e sempre há o que narrar, principalmente por meio do jogo discursivo “lá” e “aqui”, revelando um movimento das lembranças, do vivido em mescla como o “novo”.

Ressaltamos que a linguagem é uma prática social e as histórias contadas pelos imigrantes podem, inclusive, ser modificadas, considerando-se que contam e recontam as histórias que já foram ouvidas/contadas e vividas.

As narrativas são comuns nas rodas de conversas, quando geralmente os mais velhos são considerados “referências de memórias”. Contar algo sobre nossa vida é uma forma de reconstruir o passado a partir do presente. Pollak (1992, p. 203) afirma que há uma seletividade de temas ou assuntos porque a “*memória é seletiva*. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (grifo do autor). Há, inclusive, o que não pode ser revelado.

A memória é ativada por lembranças e, de acordo com Bosi (1994, p. 46 - 47),

permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

A Trajetória de Rose

Rose, 60 anos, é casada, mãe de três filhos e permite a coleta da narrativa em sua residência, situada em um bairro da zona oeste do município de Boa Vista. Nascida em Georgetown, mudou-se para Lethem aos dezoito anos. Casou-se e fez o marido optar entre o casamento e a carreira militar. Ele deixou de ser soldado e dedicou-se ao casamento. Ela trabalhava como professora e era atuante na Igreja Católica.

Rose começou a enfrentar problemas de saúde com seus filhos e o marido não

conseguia trabalho na região como eletricitista, por esta razão, em 1989, ela decidiu se mudar para Boa Vista, oferecendo melhores condições de saúde e de educação aos filhos.

A adaptação foi difícil porque não falava português. Ficava em casa cuidando das crianças enquanto o marido buscava trabalho, o que também foi complicado porque ficava pouco tempo nas firmas (no máximo três meses) em virtude da documentação de estrangeiro.

Hoje, Rose e o marido têm visto permanente, mas os filhos nasceram e foram registrados em Bonfim. Eles sempre visitam os amigos e familiares na Guiana e vice-versa.

Os filhos aprenderam português na convivência com outras crianças em ambiente escolar. O marido adquiriu a Língua Portuguesa nos diferentes ambientes de trabalho e Rose conseguiu aprender um pouco, em casa, com os filhos. Até hoje, muitas tradições guianenses são mantidas em casa como a culinária e a comunicação que se realiza na Língua Inglesa.

Entrelaçando os fios de memória das narrativas

Que leituras são possíveis da narrativa de Rose? Que significados ela produz em relação à Guiana e ao Brasil? Como ela se identifica? Como é identificada? Como deseja ser reconhecida?

Percebemos que é a narrativa de uma mulher que lutou (e ainda luta) por melhores condições de vida para si e seus familiares. Ao ouvir suas memórias, vemos a mistura de passado e de presente.

Para Rose, passado e presente atuam juntos para estabelecer comparação: “Eu gosto muito de Boa Vista, mas sinto que aqui o modo como as famílias educam os filhos é muito diferente da Guiana”.

A memória de Rose concretiza-se pela linguagem, é referenciada pela realidade, refere-se a espaços (“aqui” e “lá” ou Boa Vista/Lethem/Guiana) e a tempos determinados na relação presente-passado. Não podemos, aqui, falar de memória sem mencionar seu entrelaçamento com as relações, as vivências, as lutas, os sonhos e os traumas. A memória não está pronta porque é uma construção permanente e dependente das percepções, das experiências, do vivido.

Burke (2000, p. 70) cita Halbwachs para argumentar que as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também

como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para o grupo.

Rose revela: “Não vou mentir. um dos motivos de nossa vinda para Boa Vista foi o marido. Quase nos separamos”.

Ela elege o que pode ser dito, um fato que poderia ter sido escondido por outra pessoa se ela tivesse vergonha, por exemplo. O fato narrado é um marco para a mudança. Pollak (1992) anuncia que em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da pública vão ser ora assimiladas, ora separadas, ou mesmo vão faltar no relato ou na biografia. De alguma forma na história de vida de uma pessoa vai sempre estar presente tempo atual e um tempo passado.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata de memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da linguagem em si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204)

No relato de Rose há uma dúvida de afirmação de identidade. Quando é questionada sobre como se considera, guianense ou brasileira, ela pensa, sorri e diz: “Os duas coisas!³”. Ela complementa: “Já tive a oportunidade de me naturalizar, mas ainda não quis”.

Em relação à língua a história de Rose é curiosa. Ela, o marido e os filhas só se comunicam em inglês. Ela ficava muito triste quando na escola as professoras ensinavam “inglês errado” às crianças. Este ensinar “errado” refere-se principalmente à pronúncia. Há um fato curioso em sua vida. Ao chegar a Boa Vista fez amizade com Rebeca⁴. Esta lhe ensinava o português e Rose lhe ensinava inglês. Rebeca chegou a abrir uma escola de idiomas e convidou a amiga para ser professora, uma vez que já possuía experiência de dez anos em Lethem. Rose aceitou, mas foi por muito pouco tempo. O diretor organizou as aulas de modo que ela deveria ensinar aos alunos a seguinte expressão: “The mouse is beautiful⁵!” Ela não concordou e pediu para sair da escola: Onde já se viu um rato bonito? Não posso ensinar errado!”

3 A fala de Rose é marcada pelo sotaque e pela dificuldade com o gênero do substantivo na Língua Portuguesa.

4 Nome fictício também.

5 O rato é bonito. (tradução de Rose).

As atitudes linguísticas têm uma íntima relação com as atitudes culturais. Concordamos com Cuche (2002) quando afirma que as questões de identidade estão relacionadas com a cultura. Para este autor, a identidade é construída por meio da linguagem, no interior das relações sociais. A identidade não existe em si; ela pressupõe a alteridade, isto é, a presença do outro.

Defendemos a ideia de que Rose não apresenta duas identidades, mas identidades híbridas, pois “cada indivíduo integra múltiplas referências identitárias constituídas em sua trajetória” (CUCHE, 2002, p. 195). Hall (2005) afirma que o sujeito não apresenta uma identidade única, mas várias que são construídas e definidas historicamente, dependendo de como é representado ou interpelado.

Woodward (2000) defende que a identidade é relacional porque depende de outra para existir, sendo marcada pela diferença, aquilo que não se é e as identidades “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas” (p.8). Esta representação inclui “práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos” (p.17).

Rose faz o movimento de inclusão: inclui-se no “ser brasileira” e no “ser guianense”. Apresenta, inclusive, sua genealogia: “Meu avô paterno era português, minha avó paterna era de Madeira e meus avós maternos eram ingleses”.

Rose viu a fronteira como salvação de sua vida e de seus filhos e no processo de migração um projeto maior de vida. Devido à falta de recursos médicos e hospitalares, chegou a perder três filhos em Lethem na hora do parto, por isso nas outras gestações, providenciou, junto com o marido, para que os partos fossem realizados no Brasil.

Apesar de fazer alusão à fronteira geográfica – faixa do território situada em torno dos limites internacionais – implicitamente coloca as outras noções que o termo pode adquirir. Martins (2009, p. 11) nos traz a possibilidade de perceber o conceito polissêmico de fronteira, quando advoga que “é a fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteiras de culturas e visões de mundo, fronteiras de etnias, fronteiras da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*”.

Compreendemos que Rose, quando narra sua trajetória de vida, marcada pelo processo migratório, descreve as fronteiras que teve que respeitar, atravessar, contornar e transgredir. De fato, suas narrativas revelam o quanto foi preciso “rachar”. O modo de percepção dessas fronteiras está vinculado às trajetórias de vida, das experiências, do vivido, do que é dizível ou não. Rose busca abrir as fronteiras de

si aos outros, mas no interior do lar as fronteiras se fecham nas tradições culturais que procura manter. Ao migrar para Boa Vista, abre as fronteiras para o novo, o desejado, o “ser brasileira”.

Para Menezes (1992, apud PENNA, 1998, p. 90) a experiência – pessoal e social – do migrante, recuperada através do relato que faz de sua vida “não expressa exatamente como os fatos ocorreram, mas sim como ele os elabora e analisa”.

Hall (2005) argumenta que são as transformações da sociedade moderna que apresentam a migração como uma das consequências da globalização e que leva a uma “pluralização” de culturas.

Há muitos outros casos de migração guianense no cenário urbano de Boa Vista. São narrativas que ainda devem ser coletadas para continuar vislumbrando as memórias que ajudam a problematizar as identidades destas pessoas que na relação de fronteira articulam cultura, identidade, nacionalidade e muitos sentimentos.

Oralidade: o fio que entrelaça narrativas e memórias

As memórias são expressas por meio da linguagem, constituindo, assim, as narrativas. Para Portelli (2005, p. 44) as narrativas são “o território da confusão, da ambigüidade, do múltiplo e da desordem; são, em suma, o território de como estão realmente as coisas”.

Os imigrantes têm muito a narrar, talvez o que lhes falte é a “escuta”. No caso de imigrantes guianenses a linguagem deve ser analisada com muito cuidado, pois se trata, também, de uma mudança linguística. Oriunda de país de Língua Inglesa, Rose passou (e ainda passa) por constantes processos de aprendizagem, aquisição e assimilação de traços linguísticos. Silva, Melo e Anastácio (2009, p. 126) argumentam que as mudanças internacionais são as mais difíceis e o primeiro obstáculo é “o novo idioma que a família tem que aprender, em um curto prazo”, além de lidar com perdas, saudades dos familiares e a distância do país de origem.

Há uma tensão entre línguas: a Língua Inglesa, a Língua Portuguesa, ou seja, as situações comunicativas circulam em duas línguas. Trata-se de um jogo entre a primeira língua e a Língua Portuguesa que também colabora na constituição identitária da imigrante. Para Lane (2004, p. 32 – 33) a linguagem

como produto de uma coletividade, reproduz através dos significados das palavras articuladas em frases os conhecimentos – falsos ou verdadeiros – e os valores associados a práticas sociais que se cristalizam; ou seja, a linguagem reproduz uma visão de mundo, produto das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo.

Bosi (2003, p. 45) insiste nos termos *narrativa* e *oralidade* porque ambos “se desenvolveram no tempo, falam no tempo e do tempo, recuperando na própria voz o fluxo circular que a memória abre do presente para o passado e deste para o presente”. Acrescentamos que *narrativa* e *oralidade* se cruzam e entrecruzam no tempo, no espaço, na sociedade, mas é necessário dedicar atenção também aos tons das narrativas, aos gestos, à expressão facial do narrador, suas lágrimas, seus sorrisos e gargalhadas. Isto porque é nesse movimento do falar e expressar que podemos captar a experiência de cada imigrante, seus sentimentos e emoções.

Genetti (2009, p. 280) enriquece a discussão quando afirma que no discurso,

alguém fala, e sua situação no ato mesmo de falar é o foco das significações mais importantes; na narrativa, como o diz Benveniste com força, ninguém fala, no sentido de que em nenhum momento temos de nos perguntar quem *fala* (*onde e quando*, etc) para receber integralmente a significação do texto.

Trata-se, portanto, da forma artesanal de comunicação exposta por Benjamin (1993, p. 205) que não está

interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica.

Ouvir as histórias da migração de Rose é uma experiência ímpar, uma mescla de línguas, de fatos, de lugares, de construções, principalmente se nos embasarmos em Leite e Fernandes (2003, p. 53) para quem “toda narrativa é um ato de criação”. As histórias e fatos narrados apontam a importância do falar, do contar dores e alegrias no contexto da realidade de imigração. É o que Lane (2004, p. 34) confirma quando diz que “(...) os significados produzidos historicamente pelo grupo social adquirem, no âmbito do indivíduo, um ‘sentido pessoal’, ou seja, *a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo*”. (grifo nosso). Estes autores confirmam que a palavra que entrelaça as memórias e as narrativas.

Apontamos como relevante que a linguagem tem um papel fundamental no estabelecimento das manifestações de Rose que passou (ou ainda passa) por uma crise linguística, visto que precisa (re)estruturar o código na comunicação. Rose não se preocupou com a “forma” da língua portuguesa, tanto que em sua fala, notamos o uso de muitas expressões inglesas misturadas ao português. Para exemplificar citamos o uso de preposições *from* em inglês no lugar da preposição portuguesa **de** e *to* no lugar da preposição **para** e o uso da expressão *for instance* no lugar de **por exemplo**.

Segundo Portelli (2005, p. 53) é “um grande desafio narrativo aquele que o estranho disposto a escutar carrega, pedindo a outro para contar a sua vida, porque aquele nunca fez isso, não havia nunca ao menos colocado o problema e, então, contá-la significa ter surpresas”. No contexto desta pesquisa, estas surpresas revelam-se por expressões em outra língua, gestos, silêncios, afirmação, negação captados na observação, no “olhar curioso e atento” e na fala de Rose. Isto porque a palavra oral nunca existe num contexto puramente verbal, como ocorre com a palavra escrita. As palavras são sempre modificações de uma circunstância total, existencial, que também envolve o corpo.

A complexidade da problemática da oralidade está relacionada a outros elementos como a existência de características individuais ou grupais na manutenção e utilização dos códigos linguísticos comuns ou de vocabulários, gírias, sotaques, dialetos, fórmulas ligados a espaços comunitários, ritualísticos, a classes sociais ou grupos étnicos, em sociedades cada vez mais complexas e multiculturais como é o caso do espaço urbano boa-vistense.

Considerações Finais

Refletir sobre identidade e linguagem é, na verdade, um desafio pessoal de (re) avaliar nossos próprios (pré) conceitos de identidade e a nossa capacidade de (re) interpretar o mundo pós-moderno em que vivemos. Estas reflexões exigem de nós um olhar “múltiplo” sobre o mundo, sobre o “outro” e sobre nós mesmos.

Ousamos afirmar que a problemática da diversidade cultural e da construção de identidades e de diferenças propõe novos olhares para a valorização das identidades culturais, inclusive aquelas apagadas, invisibilizadas ou até mesmo negadas, como é o caso dos guianeses em Boa Vista. Acrescentamos que as identidades são percebidas *na e pela linguagem* que utilizamos no cotidiano e que são essenciais para compreendermos e (re) construirmos nossas identidades em relação à identidade do “outro”.

Defendemos, pois, o argumento de que a linguagem tem papel decisivo na constituição das múltiplas identidades do sujeito, partindo da noção de Hall (2005) de um sujeito histórico sócio-culturalmente construído, um *eu* fragmentado, com várias identidades definidas na negociação que se dá nas relações sociais, ou seja, em uma constante relação com o “outro”. Acreditamos que seja um constante jogo de “ser ou não ser”, que depende das situações vividas e das escolhas que fazemos.

A discussão em torno da imigração guianense em Boa Vista aborda a pluralidade dos seus modos de vida, privilegiando os aspectos culturais deste grupo, sua presença

e constituição na cidade, a fim de destacar os pontos como as relações sociais, o lazer, os desejos, o trabalho, a sociabilidade, os conflitos linguísticos, enfim, os modos de ser e de viver. A abordagem implica em relacionar dentro da temática do processo migratório, suas trajetórias, suas memórias e suas interpretações do vivido através de narrativas orais.

As entrevistas de Rose revelam a preocupação com a educação no âmbito familiar a fim de manter os valores, inclusive os linguísticos e religiosos. Rose afirma a tradição católica herdada dos pais na Guiana. São as experiências, o vivido, os traumas, os sonhos que tornam possível o enriquecimento da memória e a relação desta com cultura, migração, fronteira e linguagem.

Assim como Rose, muitos guianenses deslocam-se para Bonfim e Boa Vista a fim de vender seus produtos, de procurar empregos, buscar serviços públicos: saúde e educação.

Vale ressaltar que nosso objetivo não foi definir a identidade de Rose, mas dar-lhes voz, de modo que seja possível percebê-la no limite de suas próprias fronteiras. Observando atentamente suas narrativas podemos afirmar que ela não se considera imigrante. Rose revela, inclusive, que devido ao seu modo de falar há pessoas que acreditam que ela é venezuelana.

Ainda há muito que analisar nas situações aqui descritas, tendo em vista que globalização, cultura, linguagem, formações identitárias e fragmentação são ainda questões recentes. Nós nos detivemos em abrir um “espaço” de escuta neste ambiente polifônico que é cidade de Boa Vista, coletando as memórias de uma mulher e verificando como o presente solicita o passado em uma (re) construção permanente e movido pela necessidade do sujeito. A linguagem, parceira inseparável da memória, age como mediadora na relação presente e passado, entre “eu” e o “outro”, entre o “individual” e o “coletivo”, entre “aqui” e “lá”, não para “reviver”, mas para refazer, reelaborar, repensar as experiências vividas.

O estudo remete-nos, ainda, para uma reflexão mais ampla sobre os processos de deslocamentos populacionais para Roraima, mas não se encerra aqui. Muito há para ser debatido e proposto. Por hora fica o desafio de perceber a relação intrínseca entre *memória, oralidade e narrativa* no contexto de imigração guianense.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

- BOSI, Ecléa. Memória – sonho e memória – trabalho. In: **Memória e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURKE, Peter. **História como memória social**. In: **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- GENETTI, Gérard. **Fronteiras da narrativa**. In: BARTHES, Roland [et al.]. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- IANNI, Otávio. A metáfora da viagem. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LANE, Sílvia Tatiana Maurer. **Linguagem, pensamento e representações sociais**. In: LANE, Sílvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004, (p. 32 – 39).
- LEITE, Eudes Fernandes; FERNANDES, Frederico. **Oralidade no Pantanal: vozes e saberes na pesquisa de campo**. In: FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. **Oralidade e Literatura: manifestações e abordagens no Brasil**. Londrina, PR: EDUEL, 2003, (p. 45 – 64).
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do mundo**. São Paulo: Contexto, 2009.
- PENNA, Maura. **Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento**. In: SIGNORINI, Inês (org). **Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1998 (p. 89 – 112).
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social**. Rio de Janeiro. Estudos Históricos, v. 5, n. 10. 1992, (p. 200-2122). Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 12 de maio 2010.
- PORTELLI, Alessandro. **A lógica das narrativas e a aprendizagem da diferença na pesquisa de campo**. In: WHITAKER, Dulce C. A.; VELÓSO, Thelma M. **Oralidade e Subjetividade: os meandros infinitos da memória**. Campina Grande, PB: EDUEP, 2005, (p. 43 – 54).
- RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela**. Estudos Avançados. vol.20 no.57 São Paulo: **May/Aug. 2006. Dossiê migração**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200015&script=sci_arttext. Acesso em 29/12/2010.
- SILVA, Célia Nunes; MELO Maria das Graças Pedrosa Lacerda de; ANASTÁCIO, Sílvia Maria Guerra. **Nômades contemporâneos: famílias expatriadas e um mosaico de narrativas**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2009.
- SILVA, Rubens de Moraes. **Memórias e identidades num vai-e-vem de migrações: Bonfinópolis de Minas (MG) – Brasília (DF) (1970 – 2000)**. São Paulo: Annablume, 2009.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ARTIGO

**BONFIM (BR) E LETHEM (GY): ECONOMIA E TROCAS
SIMBÓLICAS DE ESPACIALIDADES MARCADAS
PELA DIVERSIDADE**

Resumo

Este artigo revisita os dados da pesquisa etnográfica realizada entre períodos dos anos de 2003 e 2004 e, atualizados por observação de campo em viagens subsequentes em 2009; 2011; 2014. Os desenhos espaciais das cidades fronteiriças de Bonfim e Lethem me chamaram a atenção quando ali estive e sobre este aspecto construí a hipótese de que a espacialidade reflete como operam a economia e as trocas simbólicas daquela fronteira. A economia no sentido das relações comerciais, mas, também a economia política que denuncia as relações identitárias e de poder entre os moradores das duas cidades. E as trocas simbólicas aqui entendidas como saberes e valores que circulam entre eles. A discussão das espacialidades requisita o conceito de espaço, realizando assim um diálogo com a geografia. Por fim, o artigo reflete, também, as narrativas e documentações fotográficas sobre as duas cidades e seus moradores.

Palavras-chave:

Bonfim; Lethem; espacialidades; trocas simbólicas; diversidade.

Abstract

This article revisits data from ethnographic research conducted between the periods of the years 2003 and 2004, and updated by field observation in subsequent trips in 2009; 2011; 2014. Spatial drawings of the border towns of Bonfim and Lethem caught my attention when I was there and about this aspect I built the hypothesis that the spatiality reflects how operate the economy and the symbolic trades of that border. The economy towards trade relations, but also the political economy denouncing the identity and power relations among the residents of the two cities. And the symbolic exchanges here understood as knowledges and values that circulate among them. The discussion of spatiality requests the concept of space, thus realizing a dialogue with geography. Finally, the article also reflects the narrative(s) and photographic documentation about the two cities and their residents.

Keywords:

Bonfim; Lethem; spatialities; symbolic exchanges; diversity

Introdução

O desenho espacial das cidades de fronteira Bonfim e Lethem me chamou atenção pela diferença com que se apresentam aos nossos olhos suas ruas, a disposição de suas casas, o modelo arquitetônico das casas, as informações do trânsito nas placas ou a ausência delas, as informações sobre os pontos comerciais, também, em placas e cartazes, o modelo dos prédios públicos e por fim os espaços de entretenimento. A partir daí constitui uma interpretação que alia o pensamento de autores da antropologia e da geografia para entender a construção da espacialidade das cidades de fronteiras que se apresentava a mim como duas realidades antagônicas. Porém, um olhar mais aguçado me fez perceber o quão etnocêntrico estava sendo meu olhar, daí por que reconstruí em forma de hipótese que tais antagonismos de espacialidades refletiam-se nas relações e nas trocas simbólicas que surgem nessa região de fronteira.

O artigo, portanto, foi escrito com as observações do caderno de campo produzido quando das pesquisas realizadas em 2003 e 2004, complementadas com pesquisas que se realizaram nos anos de 2009, 2011 e 2014 catalogadas através de imagens que foram registrando as mudanças e transformações da espacialidade surgidas com as relações econômicas, políticas e sociais desses últimos anos.

Ainda sobre a pesquisa de cunho etnográfico que realizei para compor a tese doutoral, do qual muito ainda tenho a explorar e revisitar em função dessas vindas a Roraima e da minha ligação com o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Fronteiras – GEIFRON, instituído na Universidade Federal de Roraima, posso situar que a pesquisa de campo ocorrida em duas permanências naquele período em Boa Vista, Bonfim e Lethem foi realizada no sentido Brasil-Guiana. Em Boa Vista lugar onde montei residência e foi o primeiro foco da observação identifiquei que ali existem alguns espaços etnicizados¹, que facilmente verifiquei no momento exploratório; também há nessa cidade órgãos administrativos do governo brasileiro e do governo guianense (o Consulado), que possibilitam a pesquisa documental e as entrevistas com as autoridades locais.

Desse modo montei como estratégia a observação nesses espaços etnicizados, nos quais pude iniciar o mapeamento das redes de relações sociais existentes, tendo

¹ Faço uso do termo espaços etnicizados como referência ao termo que Michel Agièr utilizou no texto: “Os Lugares da Negritude, Etnicidade e Identidade Social entre Trabalhadores da Moderna Indústria Baiana” (1990). Entendi que esse autor denomina de “não lugares” os espaços, como um bairro, uma rua, uma praça ou um bar, os quais os grupos étnicos costumam frequentar e ali manifestar sua identidade étnica. Desse modo preferi criar o termo espaço etnicizado.

como um dos pontos a cidade de Boa Vista. Naquele momento já me saltava aos olhos a observação sobre a espacialidade de Boa Vista o que me permitiu construir como título da tese um capítulo sobre o desenho da fronteira referindo-me mais a espacialidade com que se dispõem as relações sociais e etnicizadas que ali investigava.

Outra estratégia de trabalho constituiu-se em elaborar um roteiro de entrevistas aberto, aplicado em etapas diferentes, que devia atender às seguintes expectativas: a) descobrir pessoas que faziam o trânsito de fronteira; b) buscar informações que possibilitassem a identificação das redes (mapeá-las); c) conseguir mais informações por intermédio de autoridades dirigentes de órgãos públicos em Boa Vista; e d) coletar os dados sobre classificação étnica e nacional e sobre cultura e identidades no interior de cada espaço social.

Mas, onde estão essas duas cidades fronteiriças as quais trato neste texto? Do ponto de vista geográfico encontram-se nas regiões do Rupununi na Guiana (Lethem) e na região Norte do Brasil (Bomfim). Respectivamente duas regiões caracterizadas em ambos os Estados-nação por serem regiões de altos índices de empobrecimento e profundamente marcada por ondas migratórias uma vez que são regiões de fronteira seca (fronteira por terra) com vários países da América do Sul.

As histórias da região do Rupununi e da região Norte do Brasil se confundem através das histórias pessoais de brasileiros e guianenses regionais, em especial dos indígenas das etnias Macuxi e Wapixana, afroguianenses, brasileiros regionais e coolie, como são denominados os descendentes de indianos. A diversidade cultural retratada pela presença desses diferentes grupos étnicos apenas consolida o processo de entrelaçamento pelo qual se misturam o cotidiano dos povos dessa fronteira (PEREIRA, 2005).

Desse modo para construir esse texto resgato principalmente os estudos de Gordillo e Leguizamón (2001), sirvo-me do esquema teórico que permite abordar a região de fronteira segundo os conceitos de: *Frontier*, visto como espaço de articulação entre sistemas com dinâmicas socioeconômicas heterogêneas; e *Border*, como fronteira internacional, isto é, como limite territorial entre a jurisdição de distintos Estados-Nação. O primeiro conceito *Frontier* me permitirá articular, quando assim necessário for, o espaço fronteiriço nos significados das relações sociais e culturais que constrói o cotidiano entre os diferentes moradores da fronteira. E o segundo conceito *Border* dará sustentação para o entendimento sócio-político daquilo que é institucionalizado em cada espaço envolvido na discussão.

Sem, contudo deixar de fazer uma pequena incursão em Geertz (2000) e Cardoso de Oliveira (2000) a fim de discutir a teoria, se assim pode ser dito, do

aspecto etnográfico que compõem meus textos. Aprendi com esses dois autores que discutir teoria a partir do que dizemos sobre o “que pensam os nativos” é um excelente exercício de “olhar, ouvir e escrever”. Porém, é um exercício que só é possível dependendo do que diz nossa biografia muito mais do que diz a deles.

A espacialidade das cidades de fronteira mostra como operam a economia e as trocas simbólicas

O cenário fronteiriço que trato aqui está além das limitações geográficas, portanto, refiro-me a *frontier* por articular nessa fronteira as espacialidades nas quais se constroem as relações sociais que incluem os municípios de Boa Vista, Bonfim e Lethem. Essa região de fronteira insere-se em uma classificação definida por Peter Rivière (2001), que estuda o maciço guianense, como uma imensa ilha fluvial desenhada pelos rios que deságuam no Oceano Atlântico. Ele chama a atenção para a necessidade de se compreender essa região do ponto de vista geográfico porque isso instrumentaliza melhor os estudos sobre a origem e a classificação dos grupos indígenas dali provenientes, bem como os estudos referentes aos processos de integração destes com grupos não indígenas.

Mas, não é somente a integração entre grupos étnicos que vai moldar as espacialidades da região fronteiriça é também a política pública de fronteira que se impõe como projeto nacional. E tal política se faz presente a partir dos interesses em torno da defesa das fronteiras nacionais de ambos os Estados-nação e também através dos eventos socioculturais e políticos que ali tem lugar.

No caso do Brasil podemos aqui sugerir que essas espacialidades são marcadas pela presença militar, sendo este um dos principais agente de representação do Estado nação, sua ação é justificada em discursos de integração das nações. Em Bonfim tem um quartel do 1º Pelotão do Exército da Fronteira – PEF, este fica localizado ao final de uma das ruas que fazem o desenho horizontal no sentido de quem entra na cidade. O propósito do pelotão, de acordo com entrevistas, é procurar integrar-se na comunidade local por meio de várias atividades desde aquelas relacionadas ao lazer até as de prestação de serviços em campanhas educativas ou datas comemorativas.

Mas, também, por meio das ações de trabalhos comunitários em que visam uma aproximação local. Pude observar isso em uma das incursões de campo, no dia em que se comemora o dia do exercito. Vejamos como fiz esse registro:

O trato dos militares para com as crianças foi de muita atenção e de ensino a questão da hierarquia. Fato que ressalto pela preocupação do militar que nos acompanhou até a horta

em explicar para as crianças que eles os chamam de Sargento Ariel, pois ele não é um soldado e sim um militar de outra patente. Outro fato, quando o comandante perguntou as crianças o que tinha sido comemorado no dia de ontem dia 19/04 elas responderam em coro Dia do Índio, até que alguém (talvez um professor) lembrou Dia do Exército (caderno de campo/2004).

Há nessas ações do Pelotão de Fronteira toda uma identificação com a sociedade local, as crianças em especial ficam maravilhadas com a atuação dos militares, e de certo constroem em seu imaginário toda uma admiração posto que ali na região de fronteira eles se constituem aos olhos do senso comum em “heróis” ou “senhores de representação do poder de polícia e de proteção”.

Também há na criação das espacialidades de cidades fronteiriças o desenvolvimento e expansão comercial que são institucionalizadas através dos acordos bilaterais.

A cidade do lado do Brasil que aqui estamos tratando – Bonfim – está inserida no estado de Roraima, segundo a literatura, o nome desse estado é uma referência à maior elevação serrana e ponto turístico daquela região, o Monte Roraima, que desenha a fronteira do Brasil com a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana. É válido ressaltar, no entanto, a origem indígena do nome que, na língua do Povo Pémon *Roro + imã*, significa Monte Verde².

A cidade de Boa Vista a qual também inclui o conceito de fronteira, é a Capital do estado, concentrava 50% da população do estado. A maioria dos migrantes que povoam atualmente o estado chegou entre o período de 1996 a 2000, incentivada pela busca de melhores condições de vida e trabalho, sendo em sua maior parte, de origem nordestina. (Rodrigues, 2002). É significativo acentuar esse dado referente ao crescimento demográfico de Boa Vista, porque esta, das cidades que compõem a região de fronteira, além de ser a mais desenvolvida, é a referência nos serviços públicos e na relação comercial que envolvem os sujeitos sociais deste estudo. Portanto, a alteração em seu quadro demográfico representa dados significativos de análise para a conjuntura socioeconômica e cultural da região fronteiriça e, também, para a interpretação sobre sua espacialidade.

Há um dialético processo migratório que nos leva a perceber o quanto se torna complexo caracterizar Roraima e as cidades fronteiriças em estatísticas que revelam informações em longo prazo. O que se pode dizer é que o fluxo de deslocamentos levou a mudanças que hoje se refletem nas exigências do mercado de trabalho,

2 O povo Pémon vive na região aos pés do Monte Roraima no município de Santa Helena do Uairén, no Sul da Venezuela, fronteira com o Estado de Roraima pelo município de Pacaraima. www.roraimaemfoco.org.br.

modificando, com isso, aos poucos, as perspectivas que se apresentam para essas cidades.

Por outro lado, o objetivo da expansão comercial alimenta-se e fundamenta-se nas pretensões que se têm com a construção da Ponte Internacional do Rio Tacutu, concluída em 2002. A fronteira norte, através da ponte do Tacutu, é o caminho que viabilizará a ligação entre o Mercado e o Comércio dos Países da América do Sul (MERCOSUL) e o Comércio dos Países do Caribe (CARICOM).

Vê-se que esses interesses socioeconômicos aliados a outros é que levaram a construção da ponte intervenção significativa na espacialidade dessa fronteira. Isto produz um conjunto de novos arranjos como: estrutura de estrada da cidade de Boa Vista até a aduaneira, novas sinalizações em placas, postos de comércio à margem do rio em especial barracas para a troca da moeda local. Também ocorreu desde o início dos anos 2000 uma mudança na malha viária que dá acesso entre Boa Vista (capital de Roraima) até o lugar da travessia para Lethem/Guiana.

Entretanto, não se trata de mudanças que ocorrem na espacialidade de forma aleatória são consequências da forma como os grupos sociais e étnicos se movimentam em torno de seus objetivos cotidianos e, consequentes projetos socioeconômicos, políticos e culturais. Informado pelos estudos de Santos (1979 p.73) quando discute a diferença entre espaço, paisagem e espacialidade talvez pudéssemos dizer: “A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial”.

Nesse sentido, para dar ênfase a essa discussão de construção de espacialidades diversas faço aqui uma incursão sobre os aspectos geográficos da Guiana a fim de proporcionar um olhar mais enriquecido sobre o vizinho mais caribenho do Brasil, segundo sua própria autoidentificação em documentos e discursos de seus políticos e empresários. A República Cooperativista da Guiana, único país colonizado pelos ingleses no continente da América do Sul e banhado pelo Mar do Caribe, culturalmente assemelha-se mais às nações caribenhas que às sul-americanas. Seu território é um planalto baixo coberto de florestas, que se eleva no sul, na fronteira com o Brasil.

Entre as suas regiões aqui interessa em especial, a região nove, também denominada região do Rupununi. Localiza-se nas terras do sudoeste da Guiana que são banhadas, numa extensão de 6.000 km, pelo rio do mesmo nome. Do ponto de vista físico, trata-se de uma região de solo pobre para o cultivo, porém com ricas pastagens para o gado e uma vegetação de savanas.

Nessa região localiza-se à cidade de Lethem uma das três cidades as quais

estamos discutindo o conceito de *frontier* para falar de espacialidades. Nessa perspectiva Lethem articula suas redes de relações com maior intensidade com a cidade fronteiriça de Bonfim e Boa Vista por causa da proximidade. É a partir dessa cidade que buscamos ainda mais elementos para entender o quão são diferentes as espacialidades vividas na diversidade dos grupos étnicos transfronteiriços.

Em Lethem ocorreu o movimento de secessão mais importante da história da Guiana: a revolta do Rupununi. Por iniciativa de rancheiros/fazendeiros das savanas do Rupununi, insatisfeitos com o governo da Guiana, tentaram criar um Estado independente, com a ajuda da Venezuela. Isto colocou a cidade fronteiriça numa discussão nacional e de certo modo teve uma grande influencia política porque após esse período a cidade foi militarizada, ou seja, recebeu seu primeiro contingente do aparato policial. Elemento esse em comum com Bonfim, embora os motivos tenham sido distintos a consequência para a espacialidade é a mesma. A presença militar vai inserir na arquitetura local os lugares institucionais desse sujeito social – os militares.

No Brasil onde existe um contingente policial há sempre uma vila militar equidistante dela o quartel. Este em geral toma um lugar de destaque na arquitetura da cidade. Isso, porém, não é um fato em Lethem. O contingente policial não está associado a um setor de moradia e nem ao quartel, quando muito uma delegacia que funciona em uma casa pequena e outro cômodo em separado representando o local dos presos.

A cidade de Lethem não possui ruas paralelas entre si, o espaço geográfico daquela cidade não se assemelha aquele padronizado no Brasil, qual sejam ruas paralelas entre si, casas dispostas uma ao lado da outra, casas muradas. Apenas os prédios públicos ou aqueles prestam serviços são murados ou cercados: escolas, delegacia, igrejas, parques e mercado de frutas/verduras. A espacialidade de Lethem aos nossos olhos parece uma “desarrumação” imposta por casas que não tem um distanciamento definido entre elas, e, entre uma casa e outra há terrenos enormes vazios.

Outro elemento bastante significativo das mudanças da espacialidade de Lethem desde as primeiras observações de campo até hoje na pesquisa de campo revisitada são as informações nas placas comerciais que também dizem muito de um conceito de espaço bastante relacionado às práticas simbólicas que os moradores da fronteira trocam entre si. Por exemplo, os restaurantes que trazem na placa: “comida brasileira” associando essa informação inclusive com as cores da bandeira brasileira.

A espacialidade das cidades fronteiriças quando apresentam características que se estendem ate o espaço físico da outra, a exemplo dos restaurantes guianenses em

Bonfim e Boa Vista ou restaurantes brasileiros em Lethem me remete ao pensamento de Barth (1979) quando ele discute a “interdependência dos grupos étnicos”. Para o autor tem de haver uma relação de complementaridade em relação a vários traços das características culturais para que ocorra uma interdependência entre os grupos étnicos. Sem a complementaridade não haverá uma organização de acordo com as linhas étnicas, portanto, não haverá uma interação referente a uma identidade étnica.

As cidades fronteiriças aqui em discussão expressam no formato de suas ruas, no desenho arquitetônico de prédios e casas, bem como nas relações simbólicas entre esses espaços traduzem essa complementaridade, apontada por Barth e com isso a consequente relação de interdependência entre essas cidades. Isto pode nos levar a conhecer os traços culturais de suas relações comerciais e políticas.

Economia, relações comerciais e economia política: relações de poder

O trabalho nos garimpos, no comércio, nas residências, no setor público, na lavoura ou no setor informal quando vivido em espaço fronteiriço trazem algumas peculiaridades que desenham a estratificação social dos grupos que acessam o saber, o político e o poder. E com base nisso condiciona o lugar nessa escala de participação social. Isto impõe ao investigador transitar por diferentes espacialidades da cidade ou do lugar investigado.

No caso da pesquisa por mim desenvolvida e que segue nesses momentos de novos contatos estou diretamente envolvida com esta questão do espaço enquanto lugares fixos ou fluxos como assim define Santos (1977). E por quê? Por ter observado *in locu* na pesquisa de campo que fiz em janeiro de 2014 que a conjuntura socioeconômica em Lethem e Bonfim mudou diante do que escrevi em meu primeiro trabalho sobre a região de fronteira. E daí formulei a hipótese de que tais mudanças estão interligada com a intensificação das relações sociais, possibilitadas com a construção da ponte do Tacutu que impulsionou as relações comerciais e políticas. E, por conseguinte permitiram com maior intensidade os fluxos migratórios e o trânsito de mercadorias, matéria prima e mão de obra de diferentes setores e qualificação.

Em 2004, em uma das entrevistas que realizei com um dos moradores mais idoso que encontrei na Guiana, ele falava português, mas se autoidentificou como venezuelano, ao ser perguntado sobre esse tempo de lá para cá que movia as relações comerciais entre Guiana e Brasil, ele narrou:

Bom aí naquela tempo como entrava os Melviles e os Hort (duas família guianenses brancos que despontam financeiramente) eles traziam muita mercadoria barata. Antigamente a

mercadoria era baratinho. Você comprava dois, três metros por uma dobra. Era por metro que vendia as mercadorias [...] aí os caboclos que tinham gado vendiam em troca dessas mercadorias. Aí quem não tinha nada [...] eles traziam sal, açúcar, e trocavam por gado. Aí os fazendeiros, os mais sabidos criavam os gados deles, não matava, até aumentou. Daí que eles quiseram terreno. Eu tenho tanto cabeça de reis e eu quero tantos milhares de hectares para o meu gado. Foi assim que arrumaram os terrenos. Mas, agora está limpo aí do outro lado.

Fazendeiro mais grande não tem mais, aqui do lado da Guiana. Mulher Guianense/brasileira: Tinha mais fazendeiro, aqui. Eles criavam muito gado. Porque nesta época não tinha estrada para Georgetown e comida pra cá. E o avião vinha somente uma vez por semana (Caderno de Campo - Morador J).

Essa narrativa nos leva a entender que o conhecimento acumulado sobre o viver na fronteira pode ou não perceber criticamente a situação descrita com naturalidade. Porém, o que se ver nessa narrativa é a descrição dos sujeitos sociais que impulsionaram uma dinâmica comercial e conseguiram enriquecer com o jogo econômico diante a grupos diversificados em sua cultura, portanto em seu entendimento sobre o campo hegemônico das relações capitalista. O que pode ser observado, também, é o modo como operavam as relações de troca descrita como escambo. Nesse período a travessia sobre o rio Tacutu era bem precária, não havia interesse dos guianenses virem para o Brasil, este período, sem dúvida é anterior a independência da Guiana, em 1966.

Vejam que o econômico e o político vão se construir como parte constitutiva de uma mesma história, nessa história *frontier e border* estão interligadas pelo interesse de poucos em detrimento de muitos. Em um segundo momento, sobre a temporalidade de viver na fronteira de acordo com as entrevistas realizadas com os jovens da segunda geração dos moradores da fronteira ainda em 2004, eles apontam que para esse período ocorreu uma mudança nos aspectos comerciais. Vejamos de que modo³:

O que eu digo pra você! Os do Brasil pra cá é o ouro daqui. E dos guianenses daqui pra lá eu acho que são as mercadorias do Brasil que são mais barato do que aqui como: rede, produtos industrializados. São mais baratos então eles compram e carregam pra cá (Caderno de Campo).

E hoje, 2014 ao visitar Lethem e Bonfim as conversas informais dizem de um esquecimento sobre Bonfim depois da construção da ponte sobre o Tacutu. Por que hoje as pessoas não precisam mais entrar na cidade de Bonfim. Antes para ir até

3 Resposta às perguntas: o que você acha que mais faz as pessoas irem e virem Brasil/Guiana; Guiana/Brasil? Qual é o maior motivo em sua opinião de existir esse trânsito daqui pra lá e de lá pra cá? Incluindo todo mundo: ameríndios, guianenses, brasileiros, Cooli, descendentes de portugueses e chineses? Mulher Brasileira/Guianense

a Guiana sempre havia algo ou alguém, um motivo que fazia as pessoas entrar em Bonfim antes de se dirigir até as margens do rio.

Trocas simbólicas, saber e poder: narrativas sobre as duas cidades

Quando ouvimos as narrativas dos moradores das cidades fronteiriças informados pelo olhar antropológico da investigação etnográfica imediatamente fazemos o que, segundo Geertz (2000), tem sido o exercício da Antropologia Cultural, “...cuja ocupação principal é determinar a razão pela qual este ou aquele povo faz aquilo que faz,” daí por que todas as relações sociais que envolve o estar naquele lugar faz sentido e traz significados, o autor diz também:

[...] a antropologia sempre teve um sentido muito aguçado de que aquilo que se vê depende do lugar em que foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo. Para um etnógrafo, remexendo na maquinaria de ideias passadas, as formas do saber são sempre e inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros. Pode-se, é claro, obscurecer esta realidade com o véu de uma retórica ecumênica, ou embaça-la, *add infinitum*, com teoria. Mas não podemos fazer com que simplesmente desapareça (GEERTZ, 2000, p.11).

Foi com essa perspectiva de vivenciar e ver sentido em tudo que observei cada situação, cada amanhecer em Lethem ou em Bonfim, e que ao retornar para Boa Vista cuja espacialidade se assemelhava mais com o desenho da cidade onde moro proporcionava-me o lugar do distanciamento e da reflexão sobre as duas cidades fronteiriças e suas peculiaridades enquanto espaço e, também, quanto às relações sociais do cotidiano. Mesmo considerando Boa Vista, do modo como me referi anteriormente, também uma cidade fronteiriça eu já tinha criado uma relação de “estar em casa” e era ali o meu lugar de reflexão o que se distanciava do lugar de prospecção.

Então, assim, como Geertz explica a partir de sua experiência de pesquisa em Java, Bali ou no Marrocos, no texto sobre o desafio que nos impomos a querer entender “como pensam os nativos”, aquele autor nos chama atenção para as duas perguntas que são parte do método etnográfico com o qual tenta realizar esse exercício. E aqui retomo tais questões para discutir o modo como fui buscando o sentido das relações sociais e cotidianas no espaço transfronteiriço. Geertz refere-se ao uso de símbolos em cada micro relações que são estabelecidas e questiona se quando estamos utilizando-os se o fazemos em busca dos pontos de vistas, das percepções, dos sentimentos e das experiências, e se assim o é em que sentido isso ocorre? E ele mesmo responde quando diz que isso é um “bodejar dialético

contínuo”, entendo essa expressão como usar a fala do outro em função de uma explicação, esse para mim parece ser o sentido de bodejar. E dialético por que traz a mediação da contradição entre a percepção do intelectual e daquele que emite a fala, por fim a narrativa. Ou também, por que a realidade narrada é passível de mudança, afinal estamos falando de saber e poder, enfim de narrativas que expressam a cultura.

No recorte etnográfico de dados do caderno de campo poderia citar as narrativas sobre as cidades de fronteira expondo alguns dos problemas sociais problematizados que em último caso situam os sistemas simbólicos que o autor nos ensina a por eles tentar entender esses sujeitos sociais sobre os quais pretensamente queremos interpretar suas subjetividades.

Algumas de minhas indagações versaram sobre como os entrevistados percebem o viver naquelas cidades de fronteira, penso que desse modo investigava sobre a relação que estabeleciam com a espacialidade da qual são constituídos e constituintes, ou no dizer de Santos (1997, p. 44) formam a realidade em movimento:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.

Nesse sentido, vejo que muito dos temas que movem os moradores em travessias sobre o rio são também travessias que os movem em função de novas identidades, dos casamentos interétnicos e do jogo contra hegemônico com o Estado poder.

A exemplo da busca por tratamentos médicos quando das doenças ou acidentes que se envolvem os moradores da fronteira, suas narrativas dizem de como se movimentam na espacialidade da qual são sujeito, por conseguinte, definem o alargamento do sentido de fronteira, é o sentido de *frontier* expressando onde se articulam suas interlocuções. Na questão sobre como é o serviço médico e o tratamento em Lethem naquela época, 2003, a moradora da Guiana responde:

Mas, não presta. A gente toma remédio e não fica boa. Fica mais mal. Remédios errado. [...] Em Bonfim quando meu tio foi para o hospital é muito teste (exames) e isso é bom. Se você tem alguma coisa ou não, mas aqui? Pergunta se está doendo ou não e dá remédio infantil. Não faz teste em você não (Jovem Guianense, 22 anos).

Ainda se referindo ao modo como lidam com a questão da saúde e que movimentos migratórios os moradores fazem em busca de atendimento médico, fiz para a jovem a seguinte questão: Eles não conseguem o tratamento aí vão pra Boa Vista? Ao que a jovem respondeu: “Sim. Vão pra Boa Vista. Muitas pessoas vão pra Boa Vista”. Na sequência foi perguntado: e se os médicos de Boa Vista também, não podem atender aí vão pra Georgetown? Ao que Odete responde: “Sim”.

As espacialidades das cidades de fronteira, portanto, são vivenciadas de acordo com fluxos migratórios internos definidos por necessidades de busca de serviços e jogo de poder de seus respectivos interesses, vejamos o que nos diz um indígena Wapixana que naquela ocasião era responsável por organizar as partidas de jogo de futebol na fronteira. A pergunta que lhe coloquei foi sobre se havia um fluxo maior de indígena da Guiana para o Brasil? “Não, é porque eu acho que eles escolhem o lugar mais fácil tanto na parte da educação como em termos financeiros. Porque aqui do lado do Brasil é mais fácil. Quer dizer não é tão fácil quanto à gente pensa, mas é um pouco mais fácil. Mas, na Guiana é mais difícil” (Indígena Wapixana).

Considerações finais

O espaço é uma categoria de análise que serve a discussão de fronteira por que tal como é definido por Santos (1977) conjuga a vida social em um movimento dialético. A espacialidade sofre transformações que são incursões que o sujeito social faz em sua realidade concreta, e também é por ela resignificado nas relações sociais que ali vivencia.

As cidades fronteiriças de Boa Vista, Bonfim e Lethem são exemplos de espacialidades plurais que se resignificam em função do intenso processo migratório característico das regiões de fronteira.

Referencias

- AGIÈR, Michel. **Os Lugares da Negritude, Etnicidade e Identidade Social entre Trabalhadores da Moderna Indústria Baiana.** Caderno CRH, 13: 39-62 (1990).
- BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e Suas Fronteiras.**In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade.** Tradução de: Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo.** Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.
- GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa.**São Paulo: Vozes, 1997.
- GORDILLO, Gastón e LEGUIZAMÓN, Juan Martín. **El Río y la Frontera:mobilizacionesaborigenes, obras públicas y mercosurenel Pilcomayo.** Buenos Aires: Biblos, 2001.
- PEREIRA, Mariana Cunha. **A Ponte Imaginária: o trânsito interétnico na fronteira Brasil e Guiana.** (tese de doutorado). Brasília: UnB, 2005.
- RIVIÈRE, Peter. **O Indivíduo e a Sociedade na Guiana: um estudo comparativo sobre a sociedade ameríndia.** Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2001.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. **“Garimpando” a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sociopolítica.** Belém: Universidade Federal do Pará: Dissertação de Mestrado, 1996.

ARTIGO

**A IMIGRAÇÃO ESTUDANTIL EM REGIÕES DE
FRONTEIRA: AS EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS
DE FOZ DO IGUAÇU - PR E BOA VISTA – RR¹**

Resumo

O presente artigo pretende discutir o papel das migrações estudantis na dinâmica migratória atual nas cidades de Foz do Iguaçu – PR e Boa Vista – RR. Partindo dos casos da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila), em Foz do Iguaçu e de entrevistas realizadas com gaúchos que chegaram em Boa Vista entre 2000 e 2012, busca-se discutir a importância do ensino superior no “chamamento” de imigrantes (estudantes) para estas duas cidades. Duas cidades que experimentaram nas últimas décadas um intenso fluxo imigratório, atualmente contam com um novo elemento nesta dinâmica, a migração de estudantes para cursarem cursos de nível superior de ensino.

Palavras-chave:

Migrações estudantis; UNILA; Foz de Iguaçu

Abstract

This article discusses the role of student migration in the current migration dynamics in the cities of Foz do Iguaçu, state of Paraná, and Boa Vista, state of Roraima. Based on the cases of the Federal University of Latin American Integration (Unila) in Foz do Iguaçu and interviews with gauchos who arrived in Boa Vista between 2000 and 2012, the aim is to discuss the importance of higher education in the “call” of immigrants (students) for these two cities. Two cities that experienced in recent decades an intense migratory flow, now have a new element in this dynamic, the migration of students for higher education

Keywords:

Migration of student; UNILA; Foz de Iguaçu

1 Algumas das análises apresentadas neste artigo, já foram parcialmente abordadas em outros trabalhos, como em Staevie (2014, 2015) e Staevie e Aragón (no prelo).

Introdução

A cidade de Foz do Iguaçu, localizada no oeste paranaense, conta atualmente com uma população aproximada de 265 mil habitantes. Situa-se na tríplice fronteira com Argentina (Puerto Iguazú) e Paraguai (Ciudad Del Este), tendo completado em 2014, 100 anos de fundação. Este número confere à cidade a sétima colocação entre as mais populosas do estado do Paraná. Possui um IDH de 0,751, considerado de alto desenvolvimento humano e uma taxa de urbanização de 99%. No ano de 2014 foi considerado o município com o maior IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica) do país. A proximidade com as cidades fronteiriças paraguaias e argentina, conferem a esta área urbana uma população de aproximadamente 800 mil habitantes, na qual o deslocamento pendular de moradores/trabalhadores entre as diferentes cidades é bastante intenso, em particular entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este. Além do deslocamento pendular de trabalhadores que residem/trabalham nas duas cidades, há um intenso fluxo de turistas que diariamente se deslocam no sentido Brasil-Paraguai. Ademais, muitos empresários possuem estabelecimentos comerciais em Ciudad Del Este e moram em Foz do Iguaçu, realizando também o movimento pendular diário entre as duas cidades. Aproximadamente 50 mil pessoas atravessam esta fronteira diariamente. A ligação entre as duas cidades (e países) se intensificou a partir de 1965, quando da inauguração da Ponte da Amizade, conectando os dois países separados pelo rio Paraná.

Até a década de 1960, a população de Foz do Iguaçu era relativamente pequena, sendo incrementada apenas na década seguinte, com o início da construção da hidrelétrica de Itaipu, empreendimento binacional (brasileiro/paraguaio) que gera energia elétrica para os dois países. Cerca de 17% da demanda por energia elétrica do Brasil é suprida por Itaipu, ao passo que do lado paraguaio a hidrelétrica supre mais de 75% do total consumido pelo país.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, iniciada em 1974, causou fortes impactos em toda a região, aumentando consideravelmente o contingente populacional do município, que passa de 33.970 habitantes em 1970 para 136.320 habitantes em 1980, registrando um crescimento de 385%. O empreendimento gerou ainda um movimento emigratório, inclusive para o estado de Roraima, mas a imigração líquida² foi enormemente positiva. O Censo de 2010 indicou uma

2 Imigração líquida refere-se à diferença entre o número de imigrantes e emigrantes em um período de tempo considerado. Quando o número de imigrantes é maior que o número de emigrantes, a imigração líquida é positiva e, do contrário, é negativa.

população de 256.081 habitantes e, atualmente, a cidade conta com aproximadamente 265 mil habitantes.

Ainda em abril de 1973 foi assinado o Tratado de Itaipu, e, em maio do ano seguinte, em solenidade na fronteira dos dois países, com a presença dos dois presidentes militares Ernesto Geisel (Brasil) e Alfredo Stroessner (Paraguai), constituiu-se a Empresa Itaipu Binacional, encarregada de executar o tratado e, a *posteriori*, administrar a usina hidrelétrica. A construção e o futuro funcionamento da Usina Hidroelétrica de Itaipu resultaram num amplo crescimento dos fluxos migratórios em direção a Foz do Iguaçu. No auge da construção da hidrelétrica aproximadamente 40 mil trabalhadores (brasileiros e estrangeiros) encontravam-se trabalhando nas obras da barragem. Muitos destes trabalhadores permaneceram morando em Foz do Iguaçu. A presença dos trabalhadores de diversos setores da empresa inclusive foi fundamental na conformação urbana da cidade, pois, dentre outros pontos, a empresa construiu três vilas habitacionais (vilas A, B e C) para os seus funcionários, cada uma delas voltadas a um determinado “estamento” de seus colaboradores. Entre os anos 1980 e 1990, outro ciclo migratório, relacionado agora ao turismo de compras contribuiu para a expansão populacional daquele período. Muitos empresários se instalam no município, assim como na cidade vizinha paraguaia. Estes investimentos se tornam um chamariz para pessoas de diversas regiões do estado e do país, além de migrantes estrangeiros oriundos de distantes países, como da Síria, Líbano e Turquia, por exemplo.

Esta elevada migração estrangeira faz de Foz do Iguaçu uma das cidades mais multiétnicas/multiculturais do Brasil, visto que na cidade encontram-se pessoas de mais de 72 grupos étnicos (IBGE, 2010). Esta população é proveniente de diversas partes do mundo, como Alemanha, Itália, Espanha, Argentina e Paraguai. Destacam-se ainda os chineses, ucranianos japoneses, coreanos e taiwaneses. Entretanto, o maior destaque fica com a comunidade sírio-libanesa. Em termos proporcionais, possui a maior comunidade muçulmana do Brasil. No que tange os nascidos em outros estados brasileiros, destacam-se os gaúchos, com grande presença em toda região oeste do estado do Paraná.

Já Boa Vista, capital de Roraima conta com uma população aproximada de 315 mil habitantes, o que equivale a cerca de 63% do total do estado. A expansão na ocupação de Roraima toma impulso também a partir dos anos 1970, com os programas de colonização agrícola e pela “corrida do ouro” que leva milhares de pessoas de todo o país a exercerem a atividade garimpeira no interior do estado. Mesmo a garimpagem se realizando no interior, a população se concentrou em Boa

Vista. Ainda que o *boom* demográfico ocorra a partir desta época, a cidade passou por outros momentos que ajudam a explicar esta expansão demográfica e sua respectiva expansão urbana. Sobretudo os anos 1980 e 1990 são cruciais para a dinâmica populacional e a conformação urbana da cidade de Boa Vista atual.

A expansão populacional da cidade de Boa Vista se dá nos anos 1980, justamente o período em que o garimpo adquire maiores proporções e a economia do estado acaba se concentrando na capital roraimense. A atividade garimpeira propriamente dita ocorre no interior do estado, mas os negócios são realizados na capital. A compra e venda e manutenção de máquinas voltadas à garimpagem, a comercialização do ouro, as lojas e os mercados responsáveis pela venda de vestuário e víveres se concentram em Boa Vista, assim como as escolas e unidades de saúde existentes no estado. A capital caracterizava uma macrocefalia urbana marcante naquela unidade da federação, característica ainda marcante da cidade de Boa Vista.

Juntamente com o *boom* da atividade garimpeira, os anos 1980 são marcados por uma política de “chamamento” de população por parte do então governador, no intuito de garantir contingente populacional que pudesse justificar a intenção de transformar o então Território Federal de Roraima em Estado. Esta política de chamamento se materializou a partir de promessas de lotes de terras (rurais e urbanas), ferramentas para o cultivo, material de construção para residências, além de ajudas em dinheiro para a população que se instalasse em Roraima. Não custa lembrar que a partir da criação do Estado, a definição do novo chefe do executivo que era nomeado diretamente pelo Presidente da República, se daria através de eleições diretas. O então governador Ottomar de Souza Pinto, lança mão destes artifícios para ser o escolhido pelo povo roraimense. Assim, seu contributo para o intenso fluxo migratório em direção a Roraima compete com as “promessas” de enriquecimento possibilitado pela garimpagem do ouro. Projetos de colonização agrícola são levados a cabo pelo então governador, através do Instituto de Terras de Roraima. Desta forma, durante a década de 1980 a expansão demográfica de Roraima chega a uma taxa de mais de 10% ao ano, a mais elevada do país.

Com o fechamento dos garimpos no final dos anos 1980 pelo então presidente Fernando Collor de Melo, ocorre uma intensa emigração das áreas de garimpo, com os garimpeiros seguindo em direção à Venezuela e Guiana, ou voltando para seus locais de origem. Outros tantos vão tentar a sorte em diferentes áreas na Amazônia brasileira. Entretanto, o destaque vai para a migração em direção a cidade de Boa Vista. Muitas famílias de garimpeiros já se encontravam na capital, o que contribuiu significativamente para a ida definitiva dos mesmos para a cidade.

Muitos se deslocam para Boa Vista buscando a inserção em outras atividades econômicas, sobretudo no comércio. Entretanto, boa parte deles vão ser admitidos no setor público como funcionários da administração direta ou indireta, nos chamados cargos de confiança.

Nos anos 1990 se verifica a continuidade na expansão urbana da cidade de Boa Vista, ainda em função dos imigrantes que se dirigem para a capital roraimense diariamente. Com a transformação do Território Federal de Roraima em Estado, há um acréscimo na demanda por mão de obra para compor o quadro do funcionalismo público do novo estado. Muitos daqueles antigos garimpeiros expulsos das áreas de garimpo são incorporados ao serviço público. Também uma nova leva de imigrantes oriundos de várias partes do país, principalmente do Nordeste (maranhenses, cearenses, paraibanos, pernambucanos) vão aportar no mais novo estado da federação, fazendo com que Roraima continue a ser um dos maiores ganhadores líquidos de população durante a década de 1990. Não só continua sendo um ganhador líquido de população, mas também é o estado com a maior taxa de eficácia migratória do país, isto é, o estado consegue manter esta população migrante. Juntamente com Amazonas, Goiás e Amapá, Roraima é considerado um estado de retenção migratória, com o maior índice de (alta) retenção entre todos os estados da federação (BAENINGER, 2011). Desde os anos 1980 Roraima se torna um estado altamente receptor de imigrantes, sobretudo nacionais (ainda que receba um número importante de estrangeiros, em particular guianenses). Em termos absolutos, os números são menos expressivos, mas proporcionalmente, a quantidade de imigrantes que se deslocam para Roraima é bastante expressiva. No período 1995 – 2000 seu saldo migratório foi positivo em 33.370, com um número total de 47.750 imigrantes e 14.380 emigrantes. Oliveira, Ervatti e O'Neill (2011), usando uma tipologia baseada em Baeninger (2010) apontam Roraima ($IEM=0,54$) como o único estado de forte atração populacional.

Ainda que em patamares menores que nas décadas anteriores, o número de imigrantes se dirigindo para Roraima e, em particular, Boa Vista, permanece elevado. No ano 2000 a população da capital já chega a 200 mil habitantes e em 2013 alcança aproximadamente 315 mil habitantes. Obviamente este crescimento não está relacionado somente à continuidade das imigrações, mas vários estudos, em particular os dados do IBGE mostram que Roraima ainda é um estado que atrai população, com taxas de imigração líquidas positivas desde pelo menos os anos 1980. Mas, como dito anteriormente, o perfil dos novos migrantes tem mudado ao longo dos anos, em particular nestes primeiros anos do século XXI.

Em suma, entre 1980, início do *boom* demográfico de Boa Vista, até 2014, a população praticamente quintuplicou de tamanho, passando de 67.017 para aproximadamente 315 mil habitantes. Aproximadamente 98% deste total residem na zona urbana, um quadro distinto daquele observado em 1980, quando o tamanho da população rural ainda se aproximava da urbana. Os dados do IBGE apontam que os períodos com maiores taxas de crescimento populacional foram de 1980 a 1991 (7,22%) e de 1996 a 2000 (4,92%). Tal crescimento ocorreu principalmente na população urbana, que apresentou taxas de 9,60% e 6,99% respectivamente. A população urbana de Boa Vista, entre 1980 e 2007 (Contagem Populacional), passa de 43.854 para 246.156 habitantes, aumentando, portanto, em mais de 5 vezes de tamanho.

O ensino superior e a imigração contemporânea nas cidades de Foz do Iguaçu e Boa Vista.

As duas cidades, das quais apresentamos anteriormente uma breve explanação sobre suas experiências migratórias em décadas passadas, são objeto de análise deste ensaio, pois, mesmo com a redução nas taxas de imigração, continuam a receber um contingente significativo de imigrantes, tanto nacionais quanto estrangeiros, em particular de países sul-americanos. Entretanto, hodiernamente, tal imigração está atrelada a um elemento de menor relevância observada nos períodos anteriores, a possibilidade de ascensão ao ensino superior. A partir dos casos da Universidade Federal da Integração Latino-americana, situada em Foz do Iguaçu e de pesquisas de campo realizadas em Boa Vista nos anos de 2011 e 2012, buscamos refletir sobre este novo movimento migratório em duas regiões de fronteira do Brasil. Ainda que Boa Vista não esteja localizada na fronteira geográfica (suas distâncias para as cidades de fronteira guianense de Lethem e venezuelana de Santa Elena de Uairén são de 130 km e 250 km, respectivamente), a sua primazia urbana na região confere uma relevância econômica e um poder de atração populacional acima da média neste estado da federação, seja de brasileiros, seja de pessoas de países limítrofes ao Brasil naquela porção do país.

A cidade de Foz do Iguaçu, situada na tríplice fronteira Brasil/Argentina/Paraguai foi escolhida para receber a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), instituição de ensino superior voltada à criação de um ambiente capaz de produzir profissionais e pesquisadores preocupados com o desenvolvimento econômico, social, cultural e político da região, focados na integração multidimensional da América Latina.

Nas palavras do primeiro reitor da Universidade, professor Héglio Trindade,

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana é um projeto único na história do ensino superior na América Latina. A sua vocação é a de contribuir para o desenvolvimento e a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária entre as universidades, organismos governamentais e internacionais. Será uma universidade aberta para a América Latina e Caribe: a metade dos 10.000 alunos e dos 500 professores, previstos como meta, serão selecionados e recrutados nos vários países latino-americanos e caribenhos, sendo a outra metade formada por brasileiros.

Em 06 de março de 2008, a Comissão de implementação da Universidade iniciou seus trabalhos, definindo três pilares básicos para a estruturação da nova instituição superior de ensino (IMEA, 2009, p.10):

- a) Interação em termos nacionais e transnacionais de forma solidária e com respeito mútuo;
- b) Compromisso com o desenvolvimento econômico sustentável, tornando-o indissociável da justiça social e do equilíbrio do meio ambiente;
- c) Compartilhamento recíproco de recursos e conhecimentos científicos e tecnológicos com professores e estudantes da América Latina.

Com a sanção presidencial do então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva em 13 de janeiro de 2010, a Unila começou a se estruturar, a partir das metas definidas no projeto, dentre elas a que visava uma comunidade acadêmica (docentes e discentes) formada por pessoas oriundas dos diferentes países da América Latina. Assim, a universidade passa a se constituir num elemento importante no direcionamento de estrangeiros, em particular latino-americanos, para Foz do Iguaçu. Não obstante, nos últimos dois anos percebe-se um acréscimo no número de alunos oriundos de outros estados brasileiros. Cada vez mais a Universidade se torna um chamariz também para as migrações internas.

Atualmente, centenas de estudantes de diferentes países latino-americanos residem em Foz do Iguaçu. A maioria deles saiu diretamente de seus países de origem para estudarem na UNILA. Existem ainda alunos que realizam um movimento pendular entre Ciudad del Este (Paraguai) e Foz, com o intuito de cursarem os seus cursos superiores na Unila. Por outro lado, há um número significativo de professores oriundos destes vários países latino-americanos, que residem em Foz do Iguaçu. Atualmente são mais de 30 docentes estrangeiros, entre paraguaios, argentinos, colombianos, mexicanos, bolivianos, cubanos e até senegaleses. A tabela abaixo mostra o quantitativo de alunos estrangeiros e seus locais de origem no ano de 2013.

TABELA 1

País de origem e número de alunos por país – 2013.

País	Número de alunos
Paraguai	177
Uruguai	73
Peru	59
Equador	51
Bolívia	43
Argentina	36
Colômbia	34
Venezuela	22
Chile	13
El Salvador	05
TOTAL	513

Fonte: Ricobom (2013)

No início do primeiro semestre letivo de 2014, a situação no número de alunos estrangeiros era a seguinte:

TABELA 2

País de origem e número de alunos por país (2014)

País	Número de alunos
Paraguai	259
Uruguai	88
Equador	62
Peru	60
Colômbia	59
Bolívia	56
Argentina	49
Venezuela	19
Chile	10
El Salvador	5
Alemanha	2
França	1

Fonte: Pró-reitoria de Relações Internacionais UNILA.

Em primeiro lugar é importante destacar um número relevante de alunos oriundos de países do noroeste/norte da América do Sul, como equatorianos (62), peruanos (60) e colombianos (59). O número de estudantes destes 03 países representa 27% do total de estudantes da universidade, isto é, mais de ¼ da totalidade de matriculados na instituição. Chamamos a atenção em particular para o caso do Equador, pois é um país que não possui fronteiras com o Brasil, o país sede da instituição. Este país sozinho possui aproximadamente 10% do total de alunos que cursam a Unila. Estes estudantes realizaram uma migração de longa distância. Os equatorianos, peruanos e colombianos aparecem em terceiro, quarto e quinto lugares, respectivamente, no número de alunos estrangeiros regularmente matriculados na instituição. Entretanto, em alguns casos, particularmente dos equatorianos, há uma ajuda financeira do governo do país de origem aos estudantes que ingressam na Unila. Estes três países aparecem atrás (em número de estudantes) apenas do Paraguai (país fronteiriço à cidade sede da instituição) – do qual muitos alunos residem em Ciudad del Este, cidade gêmea de Foz do Iguaçu – e Uruguai, país relativamente próximo à Foz do Iguaçu, cidade sede da Universidade.

Outro elemento interessante, ainda a respeito destes países é que, enquanto em 2011 apenas os peruanos apareciam na lista de estudantes (3,01% do total geral), em 2012 os equatorianos já representavam 10,16% do total de alunos estrangeiros, assim como os colombianos que já eram 6,65%. Os peruanos, que no ano anterior somavam 3,01% do total, neste (2012) já perfaziam 9,77% da totalidade de alunos matriculados. O total de alunos estrangeiros na Unila no início do primeiro semestre de 2014 era de 670 indivíduos, o que representava aproximadamente 44,64% do total de alunos matriculados na Universidade. No início daquele ano, o número de alunos ingressantes por países de origem mais representativos numericamente foram:

País	Número de ingressantes em 2014
Paraguai	82
Colômbia	26
Uruguai	17
Argentina	15
Bolívia	14
Equador	11
Peru	1

Fonte: Pró-reitoria de Relações Internacionais UNILA.

Novamente se destaca um país do norte do continente, a Colômbia. No ano de 2014, foi justamente deste país o segundo maior número de alunos ingressantes na Unila, ratificando uma tendência dos três anos anteriores, atestando uma migração de longa distância visando estudar no ensino superior brasileiro.

Em levantamento realizado com estudantes que frequentavam as disciplinas por nós lecionadas, encontramos diversas regiões de origem dos estudantes: Assunção (Paraguai); Cantón Santa Clara (Equador); Departamentos Paraguari (Paraguai) e Cordillera (Paraguai), Cantón Santa Elena (Equador); Pastaza (Equador); Rio Negro (Uruguai); Canelones (Uruguai), Caaguazú (Paraguai); La Paz (Bolívia); Bogotá (Colômbia); Tala (Uruguai); Ciudad del Este (Paraguai); Puerto Iguazu (Argentina); Montevideo (Uruguai); Limpio (Paraguai); Caracas (Venezuela); Valencia (Venezuela); San Salvador (El Salvador); Lima (Peru), dentre outros. Encontramos ainda alunos oriundos de outros municípios do estado do Paraná, como Medianeira, Toledo e Entre Rios do Oeste, além de cidades de outros estados brasileiros, como Barretos, em São Paulo, Manaus, Rio de Janeiro, Belém, Parnaíba (PI) e Maceió. Mais recentemente, em 2015, ao fazermos o mesmo levantamento, encontramos alunos oriundos de São Paulo (capital), do grande ABC paulista, Porto Alegre, Caxias do Sul, Rio Grande (RS), Belo Horizonte e Ouro Preto (MG), Porto Velho (RO), dentre outras.

Questionados sobre o motivo de suas vindas para o Brasil, boa parte dos estrangeiros respondeu que era para conhecer outra cultura, outro país. Suas motivações principais eram poder viver alguns anos fora de seus países de origem, com cultura e língua distinta das suas. Também a maioria relatou que após terminarem os seus respectivos cursos na Unila, a ideia inicial é voltar para os seus países de origem, caracterizando uma mudança semi-permanente de residência.

O seguinte relato de uma estudante de origem colombiana é importante para entendermos os motivos que levam os estudantes para a Unila.

Eu já estudava em uma faculdade em Bogotá, mas por intermédio de um outro colombiano que já estudava aqui, fiquei sabendo da Unila. Decidi vir pra cá. Era uma oportunidade de conhecer um outro país, uma outra cultura e também de estudar num país como o Brasil. Um país grande, importante (Tradução nossa).

Outra estudante, desta vez da Venezuela afirmou que

Eu fiquei sabendo da Unila e soube que existiam benefícios pra gente vir estudar aqui. Esse foi o motivo que vim pra cá, os benefícios. Mas também é outro país, eu queria morar em um outro país. Está sendo muito legal. Claro, sinto falta do meu país, da minha família na Venezuela, mas estou gostando, é uma grande experiência. (Tradução nossa).

Já em 2015, foram convocados pela Unila 352 candidatos de 12 países aprovados para ingressarem na universidade – Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Haiti, Paraguai, Peru, México, Uruguai e Venezuela. Uma seleção exclusivamente voltada aos haitianos ocorreu neste ano, sendo 82 escolhidos, distribuídos em 21 dos 30 cursos existentes na Universidade. Entretanto, no caso dos haitianos, a maioria deles já residia no Brasil, alguns deles há mais de 03 anos. Existem casos de haitianos que trabalhavam em indústrias de alimentos no interior de Santa Catarina, na construção de hidroelétricas no estado de Rondônia, no comércio em Mato Grosso e até como jogadores de futebol. Ao ser perguntado por repórter do site da Unila sobre a felicidade de ter sido selecionado para estudar na Universidade, um haitiano deu a seguinte resposta: “*eu gosto de estudar. É uma possibilidade que tenho de aprender*”. Outro estudante haitiano deu a seguinte resposta: “*imagine. Foi uma felicidade, uma benção de Deus. No Haiti, não havia facilidade para fazer um curso assim. Vou aproveitar muito*”.

Os dados atuais mostram que a Unila conta no ano de 2015 com aproximadamente 2,3 mil alunos, um número 11 vezes maior do que aquele verificado no primeiro ano de funcionamento da Universidade. Em 2010 eram 206 estudantes; 669 em 2011, 1269 em 2012; 1465 em 2013. Dos 2352 estudantes atuais, cerca de 1,4 mil são brasileiros e 900 estrangeiros. Do total de brasileiros, somente 25% são oriundos da própria cidade de Foz do Iguaçu. Outros 38% são de municípios do oeste paranaense. Como já dito, existem estudantes oriundos das mais diferentes partes do Brasil, de todas as regiões do país. Quanto aos estrangeiros, os numericamente mais representativos em 2015 são: 348 paraguaios, 85 bolivianos, 76 equatorianos, 70 colombianos, 70 uruguaios e 61 argentinos, além de 73 haitianos.

Há ainda a perspectiva de incremento neste fluxo migratório entre pessoas dos diferentes países latino-americanos e Foz do Iguaçu, tendo em vista a perspectiva de crescimento e consolidação da instituição nos próximos anos. Em 2016 mais de dez cursos iniciarão suas atividades, além da possível aprovação de cursos de pós-graduação *strictu sensu* na instituição. A criação e início do curso de Medicina ainda em 2014 se torna, especificamente, um elemento importante no “chamamento” de alunos imigrantes (estrangeiros e brasileiros) para a Unila e, por conseguinte, para Foz do Iguaçu.

Já Boa Vista, capital de Roraima é marcante nos últimos anos a mudança no perfil dos migrantes que buscam diariamente a cidade. A prevalência dos fluxos ainda é de nordestinos e nortistas, entretanto, há um crescimento importante na chegada de pessoas oriundas do sul e sudeste do país na capital roraimense. Estes

novos migrantes possuem perfis distintos (em termos de escolaridade e renda, por exemplo) daqueles chegados em décadas anteriores. A partir da abordagem dos imigrantes gaúchos chegados a Roraima entre os anos 2000 e 2012 é que fazemos a reflexão contida neste ensaio.

Ainda como Território e depois como Estado (pós-1988), Roraima experimenta um intenso crescimento populacional entre 1950 e 2000 – de 17.247 para 324.397 habitantes – acompanhado por um expressivo processo de urbanização. Na década entre 1991 e 2000, a taxa média de crescimento demográfico anual foi da ordem de 4,72%, passando a população de 217.583 para 324.397 habitantes. A taxa de urbanização nesse período foi de 17,66% ao ano, passando de 64,72% para 76,15%. Esse processo de urbanização foi mais patente na capital, que concentrou grande parte dessa população. Dentre os 324.397 habitantes residentes no estado em 2000, 197.098 habitantes residiam na área urbana de Boa Vista.

Os dados da PNAD 2013 mostram uma população total em Boa Vista de 314.900 habitantes, o que equivale a 63,37% do total do Estado de Roraima que é de 496.936 habitantes. Pela primeira vez, o número de naturais do estado suplanta o número de habitantes nascidos em outras unidades da federação (54,8% nascidos em Roraima contra 45,2% nascidos em outros Estados). Estes dados ajudam a visualizar o arrefecimento do fluxo migratório em direção a Roraima, ainda que o estado permaneça sendo o segundo do país a receber pessoas oriundas de outras unidades federativas. Segundo o diretor geral do IBGE de Roraima, o sociólogo Vicente Joaquim, em entrevista ao *Jornal Folha de Boa Vista* de 06/10/2014, as pessoas que se dirigem atualmente para Boa Vista são mais qualificadas em termos educacionais. Para ele, a migração para Roraima não tem uma causa específica. Muitas pessoas vão para Roraima em busca de algo específico, como concurso público e/ou vaga no ensino superior. São jovens de faixa etária mediana que vão para Boa Vista sozinhos, sem suas respectivas famílias. A partir de entrevistas realizadas com gaúchos que haviam chegado a Boa Vista entre 2000 e 2012 (maioria havia aportado na capital roraimense a partir de 2006) para nossa Tese de Doutorado, verificamos a importância que o ingresso/permanência no ensino superior tem nos fluxos migratórios atuais destes (gaúchos) em direção à capital roraimense. A possibilidade de ingresso no ensino superior tem tido um papel fundamental no “chamamento” de gaúchos para Boa Vista, assim como a continuidade dos estudos neste nível educacional tem contribuído muito para a permanência destes migrantes na cidade. Assim, Roraima (Boa Vista) propiciou aos migrantes gaúchos darem continuidade ou iniciarem seus estudos no nível superior de ensino.

Nesta linha, Vignoli (2011, p. 62) distingue quatro tipos de migração entre cidades, sendo um deles:

La educativa, cuya motivación es la búsqueda de oportunidades de formación, normalmente de tercer ciclo o superior [...]. En tal sentido, si atributos demográficos como la cantidad, la densidad, la estructura y el crecimiento de la población de la ciudad se vinculan sistemáticamente con la oferta educativa, cabe esperar una relación entre el perfil demográfico de la ciudad y su atractivo migratorio. La hipótesis, entonces, es que el diferencial en materia de oferta de educación terciaria (universitaria o técnica) es el relevante para este tipo de migración [...].

Como afirma Vignoli, um dos principais motivos que concorrem para os movimentos migratórios entre cidades – sejam elas no mesmo país ou em países diferentes – é justamente a possibilidade de formação no ensino superior. As oportunidades de ingresso e/ou continuidade dos estudos em nível superior de ensino são elementos cruciais para o entendimento dos fluxos migratórios contemporâneos, sobretudo em função de um mercado de trabalho cada vez mais ávido por mão de obra qualificada.

Segundo o jornal Folha de Boa Vista, diário de maior circulação na capital roraimense, os dados da PNAD 2013 mostram que Boa Vista pode ser considerada uma cidade universitária. Conforme os dados, Roraima possui aproximadamente 160 mil pessoas estudando, dos quais 24 mil estão matriculados em algum curso de nível superior, em particular na capital, onde se encontram as maiores unidades de ensino superior do estado. São ao total sete (07) instituições de ensino universitário presentes fisicamente em Roraima, com destaque para a Universidade Federal de Roraima.

Dos 24 mil alunos matriculados no ensino superior em Roraima, concentrados em Boa Vista, 11 mil têm idades entre 20 a 24 anos, 11 mil entre 25 e 30 anos e 2 mil com mais de 30 anos de idade (Folha de Boa Vista). Esses dados mostram que a população universitária atual em Boa Vista concentra-se numa faixa etária relativamente baixa, se comparada a períodos anteriores. Até alguns anos atrás, percebia-se uma população universitária numa faixa etária mais elevada, dada a demanda reprimida por ensino superior no estado. Nos 03 primeiros anos em que lecionava na Universidade Federal de Roraima (2005, 2006 e 2007) percebia claramente que a maioria dos alunos estava numa faixa etária acima dos 40 anos. Mesmo não sendo objeto de análise deste ensaio, cabe destacar que este novo perfil de imigrantes que aportam atualmente em Boa Vista, em particular estes novos estudantes universitários, contribuem para diversas transformações urbanas observadas hodiernamente na cidade. São novas demandas que surgem a partir deste novo perfil migratório.

Analisando entrevistas realizadas com gaúchos que chegaram a Roraima entre 2000 e 2012, percebeu-se extrema relevância no papel do acesso/continuidade do ensino superior na imigração e permanência dos mesmos na cidade de Boa Vista. Os relatos abaixo ratificam nossa afirmação:

Quando terminei o segundo grau, como não tinha condições de fazer o curso que eu queria, eu fui fazer técnico. Técnico em prótese dentária. O nosso objetivo, o meu sonho era fazer faculdade de Odontologia. E a faculdade Ulbra nessa época era 3.000 reais de mensalidade de odontologia. Aí a gente começou a fazer uma cadeira. Aí a gente soube que a mensalidade aqui era 1.200. Aí, relatando isso, sabendo que aqui era 1.200 e a nossa faculdade era 3.000, a gente resolveu vir embora né. Hoje eu tô formado, me formei no meio do ano, montei uma sociedade com uns amigos e temos 4 consultórios. Se eu tivesse ficado no Rio Grande do Sul acho que eu tava no segundo semestre, é, no segundo semestre. Boa Vista me possibilitou realizar esse meu sonho. Aquele meu amigo se formou comigo e voltou pra Torres. Ele realizou o sonho dele também (Sr. Renato, 28 anos, odontólogo, residente em Boa Vista desde 2006).

Já outro entrevistado contou que:

Uma das coisas que me fazem permanecer em Boa Vista, além da qualidade de vida que eu tenho aqui, são os estudos. Priorizar os estudos, é o que a gente aprende lá, aqui as pessoas não pensam assim. Aqui é bom pra estudar também. Lá em Porto Alegre eu tentei o vestibular na Federal várias vezes e não consegui, só nas particulares. E lá, na Ulbra, o curso de Direito é uns 1.300 por mês, cara. Aqui, na Cathedral ou na Atual é uns 450. Se pagar adiantado ainda sai uns 400 só.

Um terceiro entrevistado afirmou que uma das coisas que o mantinham em Boa Vista era o valor das mensalidades cobradas pelas instituições privadas, mais baratos se comparados aos preços praticados no Rio Grande do Sul, seu estado de origem. Outro entrevistado também se mantinha em Boa Vista em função dos estudos. Fazia faculdade de Medicina na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e apontava a maior facilidade em ingressar nesta Universidade do que nas federais do Rio Grande do Sul. *“O vestibular aqui da Federal também é concorrido, também vem gente de fora pra fazer, mas lá na URGs ou na Federal de Santa Maria é muito mais difícil”* (Sr. Diogo, professor universitário e estudante de Medicina, residente em Roraima desde 2006). O senhor Eduardo, professor de cursinho pré-vestibular afirma que nos últimos anos tem observado uma maior profusão de alunos oriundos do Sul e Sudeste do Brasil para fazer vestibular pra Medicina na Universidade Federal. *“Não sei se ficam depois de formados, mas que tem mais gente lá de baixo vindo pra cá, eu tenbo certeza”*.

À guisa de conclusão

As duas cidades objeto deste ensaio (Foz do Iguaçu – PR e Boa Vista – RR) possuem características demográficas em comum e desta forma mereceram uma análise mais apurada sobre uma destas características: os seus fluxos migratórios, que ajudam a explicar a dinâmica demográfica (e econômica) das mesmas.

Ambas as cidades apresentam populações totais numericamente próximas, ainda que Boa Vista leve certa vantagem neste quesito. Não obstante, as duas cidades possuem trajetórias demográficas comuns, particularmente no que diz respeito à intensidade dos fluxos (i)migratórios e a importância dos mesmos para os seus respectivos crescimentos populacionais. Por razões distintas as duas cidades passam por um elevado incremento populacional a partir dos anos 1970 e, mais significativamente, desde os anos 1980. Seja pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, ou pelo incremento das oportunidades de emprego com a expansão comercial e turística na fronteira Brasil/Paraguai/Argentina, no caso iguaçuense, seja pelos projetos de colonização agrícola, a “corrida do ouro” e a farra do setor público, no caso de Boa Vista, o fato é que nas décadas de 1980 e 1990 as duas cidades receberam um incremento populacional substancial, com a chegada de imigrantes de diferentes partes do país e, mais especificamente em Foz do Iguaçu, do exterior.

Nos últimos anos, verifica-se nas duas cidades um novo elemento que tem contribuído para este fluxo migratório, a possibilidade de ingresso no nível superior de ensino. Ainda que por “instrumentos” diferentes, tanto Foz do Iguaçu como Boa Vista têm recebido nos últimos anos um número importante de pessoas para cursarem cursos superiores nas instituições de ensino presentes nestas cidades. Assim, pode-se considerar que há um novo elemento neste componente da dinâmica demográfica de início do século XXI nas duas cidades consideradas. Assim sendo, a migração estudantil tem contribuído para explicar a continuidade dos fluxos migratórios em direção às duas cidades na atualidade.

Referências

BAENINGER, Rosana. **Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais**. In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Unicamp, 2011. p. 45-70.

Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da Unila**. UNILA: consulta internacional, IMEA: 2009.

FOLHA DE BOA VISTA. **Caderno Especial Roraima 26 anos. 04 e 05 de outubro de 2014.** Boa Vista.

IBGE. **PNAD 2013.** Acesso em 21/11/2014.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de.; ERVATTI, Leila Regina; ONEILL, Maria Monica V.L. ***O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADS e Censos Demográficos.*** In: OLIVEIRA, Luiz Antônio P. de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de. **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil.** Estudos e Análises. Informação Demográfica e Socioeconômica. n.1. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

RICOBOM, Gisele. **Apresentação sobre a Unila.** S/d. E-mail recebido em 01/11/2013.

RICOBOM, Gisele. **Unila: a contribuição do ensino para a integração da América Latina.** Revista Ideação. V.12; n.1. 1º sem. 2010. Foz do Iguaçu, 2010, (p. 67-78).

STAEVIE. **As redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima.** Ed. UFRR. Boa Vista, 2014a.

STAEVIE, Pedro M. **Ensino superior, migrações e dinâmica urbana em Boa Vista, Roraima: um estudo de caso a partir da imigração contemporânea de gaúchos.** Apresentação oral no III Congresso Amazônico de Desenvolvimento Sustentável. Cuiabá, 2014.

STAEVIE, Pedro M. **Migração intra-regional e educação superior: o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil.** Anais do XII Conlab. Lisboa, 2015.

STAEVIE, Pedro M.; ARAGÓN, Luis Eduardo. **Ensino superior e migrações para a Amazônia: gaúchos em Boa Vista, Roraima.** Belém: Ed. NAEA (no prelo).

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. ***Qué definiciones, que teorías, qué fuentes e qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad?*** In: CUNHA, José Marcos Pinto da (Org). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo.** Campinas: Unicamp, 2011 (p. 45-7).

www.unila.edu.br. Acesso em 18 de maio de 2015.

www.gazeta.inf.br. Acesso em 21 de maio de 2015.

ARTIGO

**GÊNERO E RAÇA: DOMINAÇÃO, RESISTÊNCIAS
E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre estratégias de dominação, mais especificamente sobre a ideologia racista e a sexista. Para tanto, faremos uma breve revisão bibliográfica sobre a temática e sobre movimentos sociais que lutam contra essas modalidades de desigualdade política.

Palavras-chave:

racismo, sexismo, dominação, ideologia, movimento social.

Abstract

This article aims to reflect about domination strategies, more specifically about the racist ideology and the sexist one. For this, we will make a brief bibliographical review about the theme and about social movements, which fight against these forms of political inequality.

Keywords:

racism, sexism, domination, ideology, social movement.

Introdução

Expressão de dominação, as ideologias são molduras, são constantes que desempenham funções psíquicas e sociais. Estão inscritas na cultura, na política, nas instituições e perpassam os laços estabelecidos entre os sujeitos nos pequenos grupos, nas famílias, nos casais e envolvem a vida intrapsíquica do sujeito singular, que, por princípio, é um sujeito vinculado a outros e a um contexto social maior, o qual o determina, ainda que ele próprio atue no e crie esse contexto, com possibilidades de mantê-lo ou, quem sabe, modificá-lo.

No tocante às ideologias racista, de gênero ou classe, elas diferenciam, hierarquizam e subjagam grupos sociais considerados ideologicamente inferiores. Assim como proporcionam privilégios para aqueles tidos como superiores. No cume estão os homens brancos e economicamente ricos.

Sobre a ideologia racista, é preciso sinalizar que, a despeito de estudos genéticos recentes constatarem a não existência de uma demarcação biológica que diferenciaria os sujeitos em grupos raciais distintos, apesar de, do ponto de vista biológico, não existir raça, do ponto de vista político-ideológico, sociocultural e psicossocial a raça ainda é um importante componente nas relações e estruturas sociais.

No Brasil, tal como salientou Oracy Nogueira (1954/2006), o racismo pauta-se na relação entre raça e fenótipo, ou ainda, no estabelecimento de uma hierarquização em que ao grupo fenotipicamente negro (preto e pardo)¹ é atribuído o lugar mais rebaixado e ao grupo racial fenotipicamente branco (branco-europeu) o lugar de superioridade. Como se aspectos mentais, culturais, intelectuais fossem um contínuo direto das características biológicas de um determinado grupo racial, sendo o sujeito definido com base nessas características atribuídas ao grupo racial ao qual pertenceria. Como se elas fossem naturalmente diferentes e hierarquizadas, umas qualificadas como boas e outras como ruins. Assim sendo, o sujeito não é visto como sujeito singular, mas como representativo de seu grupo (MUNANGA, 2004).

O racismo tem como um de seus principais dispositivos a discriminação racial, a qual se refere a qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça/cor, origem ou etnia. Tem por objetivo ou efeito anular ou restringir os direitos dos grupos raciais tidos como inferiores em qualquer âmbito da vida (BRASIL, 1969).

Os estudos de desigualdades raciais desenvolvidos por Hasenbalg (1979), por Hasenbalg e Silva (1988), entre outros, têm como hipóteses principais que as desi-

¹ O autor discorreu sobre a população negra, mas entendemos que os indígenas, do ponto de vista do racismo, passam por processos semelhantes, ainda que não sejam idênticos aos dos negros.

gualdades encontradas entre brancos e negros (e indígenas) referem-se à diferença de oportunidade e de tratamento direcionadas cotidianamente a cada um desses grupos raciais, e não a uma herança do passado escravista. Para eles, há um ciclo cumulativo de desvantagem, o que dificulta ou impede a mobilidade social dos negros, sendo que a cada geração há o aumento das desigualdades sociais entre esses grupos.

Por assim dizer, essa modalidade de dominação é um dos principais organizadores das desigualdades materiais e simbólicas que há no Brasil. Segundo o *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil (2007/2008)*, elaborado pelo LAESER, o quadro da população negra no Brasil apresenta desvantagens relacionadas ao acesso às políticas públicas, ao poder institucional e aos marcos legais. Apresenta desvantagens no que diz respeito aos índices de mortalidade, no acesso ao sistema de ensino, na dinâmica do mercado de trabalho, entre outras condições materiais e simbólicas de vida, sendo que, de acordo com esse mesmo relatório, enquanto brasileiros brancos vivem em *um país* com IDH médio equivalente à 44ª melhor posição no mundo, os brasileiros negros (pretos e pardos) vivem *em um Brasil* em que o IDH médio é equivalente ao 104º lugar. (LAESER, 2008)

Esses dados demonstram – assim como também retratam os estudos feitos por Hasenbalg (1979/2005), Hasenbalg e Silva (1988), Guimarães (1999/2009), Bento (2002) e Telles (2003) – que os processos históricos de desigualdades vividos cotidianamente pelos negros no Brasil estão intrinsecamente associados ao racismo.

Neste país há mais negros do que não negros. No último censo realizado pelo IBGE (2010), o percentual de pessoas que se definiram como negras superou o de quem se autotranscreveu como branco: 50,7% e 47,7%, respectivamente. Trata-se, pois, da população majoritária de um país.

Igualmente, aqui, há mais mulheres do que homens. Em 2010, compunham 51,5% da população (IBGE, 2010). Elas estão expostas ao sexismo.² Para Pintassilgo, essa modalidade de dominação envolve “atitudes, práticas, hábitos e, em muitos casos, a própria legislação, que fazem das pessoas pertencentes a um sexo – **é só por esta razão** – seres humanos inferiores nos seus direitos, na sua liberdade, no seu estatuto, na sua oportunidade real de intervenção na vida social” (1981, p.12, negrito nosso).

Ou seja, a maior parte da população brasileira depara-se com mazelas cotidianas referentes ao racismo, ao sexismo e à discriminação de classe, já que, como se sabe, grande parte dos brasileiros é pobre, quando não paupérrima.

2 O sexismo envolve processos discriminatórios contra todas as categorias marcadas por sexo e gênero que se diferenciam do grupo social que se autodeclara masculino e heterossexual, o que inclui mulheres, homossexuais, bissexuais, transexuais, travesti, transgêneros, dentre outros. Neste artigo, faremos um recorte, abordaremos mais especificamente processos de desigualdade política em relação às mulheres.

Como ilustração do sexismo contra as mulheres, podemos citar o fato de que elas representam mais de 52% do eleitorado brasileiro (IBGE, 2010), mas, apesar disso, a presença feminina é sub-representada nos espaços de poder, correspondendo, por exemplo, a 11 senadoras no universo total de 81 senadores (13,6%) e 51 deputadas federais no total de 513 (9,94%).³

Esse pequeno percentual de participação das mulheres nos mecanismos formais do poder no país é um dos exemplos mais concretos da exclusão feminina. Em comparação com a participação da mulher na política formal de outros países, segundo o ranking anual elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, esse percentual indica que o Brasil ocupa a 62ª posição entre 135 países pesquisados. No contexto da América Latina e Caribe, está no 14º lugar entre os 26 países pesquisados. Vê-se como as mulheres são politicamente silenciadas nesta nação. Não por acaso, leis e ações políticas necessárias para esse segmento populacional são difíceis de ser aprovadas e, quando são, invariavelmente são frutos de muita negociação política, de muita reivindicação.

Movimentos Negro e Feminista: breve apresentação

A atuação de mulheres na fase que ficou conhecida como a primeira onda do feminismo, período correspondente ao final do século XIX e início do século XX, possibilitou que diferentes grupos de mulheres passassem a ter participação de forma mais efetiva na esfera da vida pública, seja por meio da integração da mão de obra feminina, seja pela atuação política desempenhada na luta pela ampliação de seus direitos.

O movimento sufragista foi uma dos principais expoentes nesse período. Vindicava o direito ao voto para as mulheres e foi consolidado especialmente por meio da imprensa feminina. Era composto notadamente por mulheres de classes médias e altas da sociedade, mas, no final do século XIX, com a crescente industrialização e acentuação do trabalho feminino, houve também a inserção da participação de mulheres das camadas populares, que passaram a reivindicar melhores condições de trabalho (COSTA, 2005).

A primeira fase do Movimento Feminista no Brasil foi marcada pela participação de mulheres de classes altas, médias e populares com distintas perspectivas de luta. As de classes populares tinham como centralidade a valorização do trabalho feminino, a participação nas organizações de trabalhadores e a exploração da mão de

³ Dados extraídos, <http://www.tse.jus.br/>, acesso em 13/05/2015.

obra; por sua vez, as mulheres das classes médias e altas, que em geral atuavam em trabalhos mais intelectualizados – tais como, docência, artes ou profissões liberais – pautavam suas reivindicações em torno da conquista de direitos civis, tal como, o voto, e na emancipação feminina. No entanto, a necessidade de se rediscutir os papéis de homens e mulheres na sociedade foi um elemento em comum que as uniam. Conforme sinalizou Méndez (2005), esse debate foi fundamental para o surgimento de uma prática de contestação da condição das mulheres.

Por outro lado, à medida que aumentava o crescimento da participação feminina no espaço público do trabalho assalariado, ocorria também ampliação da divisão sexual do trabalho nesse espaço, que, até então, associava a mulher à família, ao lar e aos cuidados domésticos. Essa representação social construída historicamente a respeito das atribuições de homens e mulheres servia para tornar invisível e secundário o trabalho das mulheres e para aprofundar desigualdades.

De acordo com Hirata (2002), baseada nessa ideologia sexista, em períodos de ajuste estrutural as mulheres eram as principais afetadas pelas demissões, enquanto a manutenção do trabalho dos homens tinha como principal argumento a retórica de que eram “provedores de fundos”, ou seja, eram considerados chefes de família, os principais detentores da renda familiar.

Assim, a despeito de importantes conquistas – direito ao voto, certo acesso ao trabalho etc. –, elas não significaram uma maior participação das mulheres nos espaços de poder. Além disso, a possibilidade de exercer um trabalho fora do espaço doméstico não redundou em divisão das tarefas domésticas no espaço privado, ao contrário, as mulheres passaram a desempenhar dupla função. Desse modo, compartilhando o pensamento de Simone Beauvoir (1980), podemos afirmar que a constituição de uma relação de igualdade entre homens e mulheres perpassa pela necessidade da reconfiguração da divisão sexual do trabalho⁴.

Frente a essa tensão entre o espaço público e o privado, a atuação política e a esfera doméstica, o Movimento Feminista passou a reivindicar a redefinição de espaços políticos e relações de poder marcando a sua segunda fase. As lutas feministas passaram a pautar questões antes vistas e/ou concebidas como inerentes ao espaço privado e à constituição subjetiva dos sujeitos, tais como: direito ao corpo e ao prazer. De acordo com Costa (2002), trazer à tona essas questões, possibilitou

4 Divisão sexual do trabalho é entendida neste trabalho de acordo com Saffioti (2004), para quem corresponde a incorporação diferenciada da força de trabalho com base nos sexos, ligadas a representações sociais do que é atribuição de homem e o que é atribuição de mulher, desenvolvidas no interior da divisão social e técnica. Um exemplo é o trabalho doméstico prestado eminentemente por mulheres e a construção civil por homens.

reconhecer que as condições de desigualdades vividas pelas mulheres no âmbito das relações pessoais também se refletem nas ações públicas institucionalizadas histórica e politicamente.

Obstante ao contexto internacional dos Estados Unidos e Europa, surgiu a segunda fase do feminismo, na década de 1960, em meio a movimentos contestatórios, tais como, movimentos hippie, estudantis e pacifistas. No Brasil, em virtude do cenário da ditadura militar houve uma intensa articulação do Movimento Feminista com outras organizações sociais de influência marxista na perspectiva de derrubar o regime ditatorial vigente por meio de uma reforma social mais ampla, que, ao realizar-se, transformaria também a condição de opressão feminina (COSTA, 2005).

Desse modo, foi no final da década de 1970, com o processo de anistia das feministas brasileiras e de democratização do país, que as lutas feministas passaram a ter maior visibilidade na agenda política da sociedade brasileira, inclusive, com a institucionalização do Conselho Nacional do Direito da Mulher, o qual garantiu a adesão de reivindicações específicas das mulheres na Constituição Federal de 1988 (PINTO, 2010).

Portanto, a segunda onda do feminismo chamou atenção das mulheres para as dimensões políticas das situações vivenciadas no cotidiano e no âmbito privado, cujas bases são estruturadas e estruturantes da esfera pública (COSTA, 2005). Em outras palavras, isso significa dizer que as relações de gênero foram apropriadas por outros sistemas que utilizavam dessas representações sociais para manutenção e fortalecimento e, tratando-se das questões de gênero, as mulheres são as principais afetadas por esse processo de exploração e dominação.

A expansão do sistema capitalista é um exemplo concreto dessa situação, uma vez que o processo de reestruturação produtiva ao mesmo tempo que “permitiu” a inserção das mulheres no mercado de trabalho por meio da necessidade maior mão de obra, também apropriou-se da condição “de ser mulher” para acentuar formas de exploração, ou seja, a elaboração do social fator natural sexo foi utilizado como determinante para inferiorização social das mulheres, favorecendo o aproveitamento de imensas massas feminina no trabalho industrial. As “desvantagens sociais inerentes a condição de ser mulher permitiam a sociedade capitalista extrair o máximo de mais-valia, por meio da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos” (SAFFIOTI, 2013,p.67)

O novo olhar feminista promoveu profundas transformações, tanto no cotidiano de mulheres e homens, quanto na ciência que passou a refletir sobre a mulher e seu lugar na produção do conhecimento. A partir do início do século XX a produ-

ção de conhecimento passou problematizar a “condição de opressão” das mulheres por meio dos estudos feministas. As formas de dominação das mulheres eram fundamentadas especialmente pela construção de uma ideologia alicerçada em fatores biológicos e representações sociais que justificavam a superioridade masculina em detrimento da feminina (MATOS, 2008).

O movimento feminista enquanto prática política e pensamento crítico teve uma importante contribuição para o conhecimento sobre o tema, embora com diferentes perspectivas teóricas, aponta como elemento comum a problematização das relações de poder que determinam e perpetuam desigualdades entre homens e mulheres.

A partir da década de 1970, a categoria de análise de gênero tem sido utilizada para teorizar a questão da diferença sexual. Nessa época, gênero indicava rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. De acordo com Scott (1995) os estudos de gênero em oposição aos estudos de mulheres contribuem de forma mais significativa aos parâmetros de objetividade e neutralidade impostos pela ciência nesse período, embora também tenha sido importante ferramenta analítica para criticar o modelo de ciência vigente.

A crítica feminista deu ênfase aos critérios de legitimidade da ciência, ao mesmo tempo, que também passou a reconhecer que a produção do conhecimento também é fruto das relações de poder, portanto reproduz relações de poder no campo da ciência (RAGO, 1998). Deste modo, as correntes teóricas feministas ganham legitimidade científica mesmo com a pretensão política de ação transformadora das relações de desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres, por meio da formulação de discurso crítico que contesta as relações de poder constituídas. Assim, gênero enfatiza o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir por meio de estudos que os considere totalmente separados (SCOTT, 1994).

O **gênero deve ser visto como elemento constitutivo** das relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos e como um modo básico de significar relações de poder (SCOTT, 1990). As relações de gênero são produtos de construções sociais situadas históricas e culturalmente. Neste sentido, Butler (2010) questiona a relação entre sexo e gênero definida pelo feminismo, cuja assertiva basilar é associação do sexo como elemento natural e anterior aos discursos que o criaram e **gênero** como culturalmente construído. Para Butler (2010, p.25), a consideração de que o sexo seja pré-discursivo, ou ainda, de que seja “uma superfície politicamente

neutra sobre a qual age a cultura”, deve ser considerada como um produto dos próprios discursos hegemônicos.

Assim, é necessário perceber os processos nos quais as relações sociais são constituídas e em que medida esses marcadores de diferenciação estabelecem e perpetuam desigualdades, disfarçadas muitas vezes em discursos de igualdade e valorização.

No Brasil, no início da década de 1980, sentiu-se mais fortemente a recessão internacional com os problemas causados pela crise da dívida externa, o que levou o governo brasileiro a tomar medidas limitadoras do crescimento econômico, provocando políticas de ajuste estrutural, com forte redução, por parte do Estado, de gastos com políticas sociais como educação e saúde com transferência direta de recursos para pagamento das dívidas externa e interna do país (HIRATA, 2004).

Nesse cenário, as mulheres passaram a ter um papel estratégico aos olhos do Estado, que se apropria das relações de gênero e inverte seu significado. Podemos exemplificar esse cenário com a redução ou não garantia de equipamentos sociais, tais como creches e escolas em tempo integral, os quais são bens necessários para as famílias, notadamente para famílias pobres. No entanto, ficam associados às mulheres, como se fossem recursos estritamente para elas e seus filhos. A importância desses serviços para a sustentação da vida cotidiana familiar, o que inclui os pais, é silenciada. Por isso mesmo, a não criação de um número suficiente de equipamentos como aqueles inviabiliza a liberação do tempo dela para o trabalho na esfera pública e aumenta a sua carga de trabalho, uma vez que esse trabalho é delegado às mulheres na estrutura da divisão sexual do trabalho, tendo em vista que se concentra na esfera reprodutiva, entendido aqui, segundo Ávila (2004, p.15), como “processo de procriação, manutenção e desenvolvimento dos seres humanos que é visto como parte ‘natural’ integrante do cotidiano da vida das mulheres”.

E quando fazemos uma reflexão mais profunda sobre questões como raça/etnia, percebemos também que são os negros, especialmente as mulheres negras, as mais atingidas, chegando a galgar o primeiro lugar nos índices de menor renda familiar do país⁵. Com isso, compreendemos a relevância de se analisar classe, raça/etnia e gênero como elementos fundamentais para compreensão do processo de estruturação das relações sociais e da reprodução das desigualdades no trabalho em nosso país. (SILVA, 2005, p.46).

5 Síntese dos principais resultados da pesquisa “A mulher Brasileira nos espaços público e privado”, de acordo com o Censo IBGE 2010, realizado pelo Núcleo de Opinião Pública- FPA.

Sobre o Movimento Social da Negritude, ele foi gestado na década de 1930 por intelectuais negros de Paris, que passaram a afirmar a estética negra, a história e a herança sociocultural africana. A negritude, esta que é simultaneamente um conceito, um movimento social e um reconhecimento de si como sujeito negro, pautou-se em três eixos afirmativos, o da identidade cultural negra africana; o do poder negro, como aquele que dizia respeito à luta pela liberdade dos povos africanos colonizados; o do diálogo interétnico, com o estabelecimento de contatos éticos entre os diferentes povos, em uma *civilização do universal*. De um jeito ou de outro, lutava-se internacionalmente contra o colonialismo, o imperialismo, o racismo (MUNANGA, 1986).

No Brasil, desde os primeiros tempos da República, o Movimento Negro tornou-se um dos principais protagonistas das resistências negras. Segundo Domingues (2007, p. 100), esse movimento representa “a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural”. Portanto, pelega contra a conjuntura de desigualdades vivida pelo negro e, assim, busca estratégias de superação do racismo em nossa sociedade.

Comumente, tal movimento tem sido dividido em três etapas políticas: a primeira se estende da Primeira República ao Estado Novo (1889 a 1937); a segunda, da Segunda República à ditadura militar (1945-1964); e a terceira, do final do período militar (1978) aos dias atuais. Ou seja, são etapas separadas pelas ditaduras que ocorreram no Brasil, a do Estado Novo e a militar propriamente dita. Momentos ditatoriais em que protestos foram ostensivamente coibidos.

Circunscrever três grandes períodos do movimento negro não significa dizer que tenham sido fases estanques, nem mesmo que ações isoladas que não ganharam notoriedade não tenham existido. Essa divisão em fases é didática e, de maneira geral, elucida as representações, os estudos feitos e algumas das ações realizadas em uma determinada época. Do ponto de vista do envolvimento político formal e da crítica contra a discriminação racial, cada uma delas teve e tem a sua contribuição.

A primeira tem sido nomeada de assimilacionista ou integralista. A passagem do escravismo para a vida em liberdade era recentíssima e, como se sabe, tal liberdade beirava à morte. Foi necessário o estabelecimento de campos coletivos de anteparo e, ao mesmo tempo, de denúncia. Centenas de associações, comunidades, grêmios e clubes negros foram criados e espalhados por todo o território, bem como jornais escritos por e para negros. Eventos recreativos, debates e a busca de soluções factíveis para as áreas de trabalho, habitação, saúde, educação ali já se anunciavam

(DOMINGUES, 2007). Eram negros tentando cuidar uns dos outros, em busca de um lugar de direito na nação.

Em 1931, em São Paulo, houve a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), considerada a mais importante entidade negra da época, mesmo porque conseguiu agregar uma quantidade significativa de participantes, convertendo-se em movimento nacional de massa. (DOMINGUES, 2007)

A FNB combateu a discriminação racial de diferentes modos, nas cenas cotidianas em que era vetada a presença do negro à situação educacional. Criou escolas voltadas especificamente para a população negra, pois para seus integrantes, “a educação era o que hoje se designa bem inviolável. Além da integração e ascensão social do indivíduo na sociedade, ela possibilitaria a eliminação do preconceito e, no limite, garantiria as condições para o exercício da cidadania plena.” (DOMINGUES, 2008, p. 532)

Cinco anos após sua inauguração, a FNB tornou-se um partido político de extrema direita, ultranacionalista, em consonância com o movimento nazifascista que acontecia na Europa. Era a defesa da nação e do negro integrado à nação que vinha à baila nos pronunciamentos da ocasião. Derrotada nas eleições e silenciada no Estado Novo do governo Vargas, a FNB saiu da cena política.

O discurso contra a discriminação racial voltou a ser institucionalizado em grupos e associações formais após o Estado Novo, configurando o que se convencionou chamar de segunda fase do movimento negro, que se caracterizou por um protesto negro inspirado na constatação de que a condição desse povo era a mesma anos após anos. Uma das entidades que se destacara no início dos anos de 1940 foi a União dos Homens de Cor (UHC). Fundada em Porto Alegre tinha como intuito primordial, tal como o do anterior, o de elevar o nível econômico e intelectual dos negros para que, assim, pudessem ingressar na vida social e administrativa do país. O anseio de concorrer a cargos eleitorais persistia.

Nessa mesma época, no Rio de Janeiro, nasceu o Teatro Experimental do Negro (TEN), sendo sua principal liderança Abdias do Nascimento. Tal qual entidades anteriores, investiu em ações de denúncia, educacionais e, sobretudo, artísticas, como o próprio nome apregoava. Esse viés artístico-político recebeu influências do Movimento Internacional da Negritude.

Com a ditadura militar, houve a perseguição dos militantes, que só voltaram a atuar publicamente no final dos anos de 1970, momento em que passou a fazer parte do campo acadêmico e militante o conceito de racismo, o qual engloba o de estereótipo, preconceito e discriminação racial, mas vai além da perspectiva de percepções

estereotipadas, preconceituosas e discriminatórias por considerar que a ideologia racista estrutura o país. Nesse período, novas organizações partidárias de esquerda também começaram a aflorar.⁶

Em 1978 surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU), que assumiu um discurso radicalmente contra o racismo, o que também significava condenar o imperialismo capitalista. Naquele momento, o movimento negro alicerçou-se no pensamento de esquerda, e atos públicos passaram a fazer parte da ordem do dia.

Uma Carta Aberta, distribuída à população, concitava os negros a formarem “Centros de Luta” nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé e umbanda, nos locais de trabalho e nas escolas, a fim de organizar a peleja contra a opressão racial, a violência policial, o desemprego, o subemprego e a marginalização da população negra. Na 1ª Assembleia Nacional de Organização e Estruturação da entidade, no dia 23 de julho, foi adicionada a palavra Negro ao nome do movimento, passando, assim, a ser chamado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCD). No programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem com a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114)

Assim com o Movimento Feminista, e com os debates sobre os direitos humanos, foi no período pós-militarismo que se compôs um Movimento Negro com uma agenda mais combativa, mais voltada para reivindicações contra o racismo e a favor de uma melhor qualidade de vida para a população negra, visando o estabelecimento de uma identidade étnico-racial específica do negro, afrocentrada, “*candomblenizada*”, não miscigenada, seja no tocante aos aspectos culturais, seja em relação aos laços de casamento, filiação e amizade. A propósito, nos moldes do Movimento da Negritu-

6 Estereótipos são generalizações – positivas ou negativas – socialmente construídas. São fruto de uma percepção social falsa, referem-se à submissão ao poder, a um estreitamento do campo mental, a uma adoção acrítica de normas e valores; portanto, são o avesso do conhecimento (Bosi, 2003). Levam à fixação de características a todos os indivíduos de um mesmo grupo, como se um sujeito representasse todo o coletivo ao qual estaria vinculado, seja de raça, de classe, de gênero, de nação etc. O preconceito é uma apropriação pessoal de estereótipos, uma valoração negativa atribuída ao outro. “Implica a negação do outro diferente e, no mesmo movimento, a afirmação da própria identidade como superior/dominante. Mas isso indica que o preconceito é possível onde existe uma relação social hierárquica, onde existem comando e subordinação e racionalização do outro” (Bandeira & Batista, 2002, p. 138). Além da percepção reducionista e do julgamento negativo, o afeto também é um elemento do preconceito (Crochík, 1996). Afeto como o medo, o ódio, o desprezo. Preconceitos e estereótipos compõem todas as modalidades de *dominação* (Gonçalves Filho, 2004), todas as formas de discriminação. Discriminação é a ação efetivada a partir de preconceitos. Estereótipos, preconceitos e discriminação são elementos das diferentes modalidades de dominação.

de, os termos negro e raça negra passaram, então, do ponto de vista da militância, a ter uma conotação positiva, designando todos os descendentes de africanos escravizados no país; ou seja, pretos e pardos. Tal como observou Ayres (2007, p. 520):

Ocorre que, por essas voltas que a história dá, a ideia de raça acabou por assumir no movimento social, em escala global, especialmente entre populações negras, um sentido diametralmente oposto àquele que predominou nas abordagens eugenistas do início do século passado: em vez de característica biológica determinada por herança genética, a raça passou a constituir um traço identitário voluntariamente assumido e ativamente construído; no lugar de um conceito opressor e negativamente discriminatório, um conceito voltado para a emancipação e para a afirmação positiva de resistência à iniquidade. O que sustenta a nova “conceitualidade” da raça é, de um lado, a crescente produção de evidências de que, entre os fundamentos da distribuição desigual de poder, riqueza, bem-estar e desenvolvimento humano em nossas sociedades, a distinção racial vem ocupando historicamente um lugar destacado. De outro lado, essa nova conceitualidade expressa e constrói a aposta em que a organização de respostas sociais em torno à identidade racial poderá levar à superação da “inclusão excludente” dos negros nas sociedades tarso-modernas, por razões que vão dos efeitos fortalecedores dessa ação afirmativa sobre a autoestima dos indivíduos até a produção de dispositivos formais que possibilitem produzir na contratualidade jurídica garantias de uma integração não lograda (ainda que também procurada) nas regulações informais das interações sociais – pelas vias da interação cultural, do debate político, da educação etc. (AYRES, 2007, p. 520).

O conceito de raça social é a ferramenta de negociação dos negros, é o que possibilita essa população reconhecer-se grupalmente e reivindicar mudanças (GUILMARÃES, 2009). Medidas universalistas voltadas para a redução da desigualdade entre todos os brasileiros devem existir, mas os princípios da universalidade não são suficientes para desarmar a discriminação com base na ideia de raça biológica ainda cotidianamente presente entre os brasileiros. Como exemplo, podemos citar a constatação feita por Telles de que, mesmo entre os pobres, os brancos possuem vantagens. Nas palavras do autor:

Em meus estudos, mostro que as taxas de mobilidade social brasileiras revelam que crianças pobres, porém brancas, têm maior chance de chegar a posições de classe média do que crianças igualmente pobres, mas negras... Não podemos ignorar a raça na construção de uma democracia inclusiva, posto que ela é critério da exclusão (TELLES, 2006, p.11)

O MNU tem criado estratégias das mais variadas possíveis para manter vivas a memória, a vida e a esperança dos negros, e para combater as desigualdades raciais. Trata-se de considerar recursos diferentes para se alcançar equidade entre povos da terra e da cidade, entre negros e brancos, entre homens e mulheres. No entanto, é possível dizer que, nos primórdios da institucionalização desse movimento, não se abarcava de forma potente e com a devida relevância a temática de

gênero. Da mesma forma, após anos de pesquisas e trabalhos desenvolvimentos com grupos feministas e de lideranças do movimento sindical de São Paulo, Bento (2002) constatou que a intersecção entre raça e gênero nem sempre é feita, ao contrário. Como apontou, há um silenciamento em relação às mazelas vividas pela mulher negra.

Interseccionalidade de gênero e raça:

Para além das categorias raça e gênero, a intersecção entre elas é fundamental para a compreensão dos processos discriminatórios. Há intersecção, sobreposição entre essas modalidades de dominação.

Nesta perspectiva, a opressão de gênero ou de raça, cada uma delas, tem bases estruturais e constrói-se adquirindo relativa interdependência, passando a interagir umas com as outras, assim como com a discriminação de classe.

O debate contra a dominação insere-se, portanto, com a reflexão entre elos de opressão e pela conquista de uma sociedade radicalmente nova, sem qualquer tipo de discriminação.

Assim, concernente à discriminação de gênero, Harding (1993) contestou a perspectiva da mulher universal. Com isso, foi possível pensar no quanto as teorias feministas não estavam sendo produzidas por/para mulheres com marcas específicas de raça/cor, classe social, etnia. Portanto, devemos ser desafiados(as) a ficar atentos(as) aos aspectos do poder que são naturalizados nas nossas experiências pessoais, marginalizando determinados segmentos sociais do acesso a direitos concebidos como universais.

Frente à tensão entre o contexto universal dos direitos humanos e os casos particulares de desigualdades e opressões, a teoria da interseccionalidade se apresenta como uma importante ferramenta analítica para o entendimento das “consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Além de refletir sobre as formas como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”⁷ (CRENSHAW, 2002,p.177)

7 Cabe assim, afirmar, que, o processo de *empoderamento* das trabalhadoras aqui é entendido como “o processo pelo qual aquelas (es) a quem se negou a habilidade de escolha adquirem tal habilidade” (CORTEZ, 2008 apud KABEER, 2005) trilha seu caminho. Corroborando como pensamento dessas autoras, vale destacar que, para tal façanha, é necessário vencer os obstáculos das relações de poder já estabelecidas, sem romper a capacidade de escolha do ‘outro’, o que exige acesso à direitos, como as condições dignas de trabalho.

A teoria da interseccionalidade ganhou visibilidade notadamente a partir da década de 1980 (CRENSHAW, 2002). Essa teoria destaca as formas pelas quais homens e mulheres são diferentemente afetados pela discriminação racial e de gênero, dentre outras.

Para a autora, quando o olhar centra-se unicamente no racismo, no sexismo ou na discriminação de classe de forma estanque em detrimento da articulação entre todas essas categorias ocorre a superinclusão da categoria valorizada e a **não inclusão ou subinclusão daquelas** que não foram devidamente consideradas. Por exemplo, sabe-se que, no Brasil, de maneira geral, as empregadas domésticas são pobres e negras. No entanto, comumente, discute-se as desigualdades relacionadas a esse segmento de trabalho com base principalmente no viés de classe e, quando muito, do de gênero, mas, de maneira geral, desconsidera-se a temática racial.

Em situação de guerra, mulheres são invariavelmente violentadas. Quase sempre fundamenta-se a situação a partir do prisma de conflitos inter-étnicos ou raciais, mas não necessariamente leva-se em consideração a questão de gênero.

Da mesma forma, é notório que a maioria dos espaços de poder no Brasil é ocupada por homens brancos. Entretanto, essa temática não é discutida. Ela é tida como natural e, quando é problematizada, ela tem como lastro mais uma vez a temática de classe, sendo silenciadas as perspectivas de gênero e raça. Ou seja, é preciso também considerar que, não apenas os grupos sociais tidos como inferiores são afetados pela dominação, como também aqueles que têm privilégio o tem em função principalmente dos diferentes arranjos que a dominação lhes proporcionam.

Isso posto, gênero, raça e classe são construções sociais que por meio de aspectos biológicos/ fisiológicos definem marcadores de diferenças que criam hierarquias baseadas no sexo e na raça/cor. Por outro lado, também são categorias analíticas que suscitam a reflexão sobre formas de dominação alicerçada em um discurso hierarquizante que legitima e reforça desigualdades. Raça e gênero são, pois, conceitos dinâmicos que, ainda que lentamente, vem sofrendo transformações ao longo da história.

Considerações finais

Práticas políticas cotidianas contra o racismo e o sexismo existem há longa data. No entanto, e como já mencionado, nacional e internacionalmente foi no período pós-segunda guerra mundial que, de maneira geral, se desencadeou de forma articulada uma série de transformações sociais fundamentadas no debate contra o

sexismo e o racismo, ou ainda, na ampliação dos direitos humanos. Foi somente com a Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, promulgada em meio a Guerra Fria, que esses direitos tornaram-se positivos, regulamentados formalmente.

Com base nas contribuições de Marshall, eles têm sido subdivididos em três âmbitos. São eles: direitos civis, sociais e políticos. Os civis dizem respeito ao direito à vida, à liberdade de pensamento e de movimento (ir e vir) e à propriedade. Os sociais referem-se ao direito à partilha dos bens construídos sócio-historicamente, os quais possibilitam melhorias na qualidade de vida, é o caso do direito ao trabalho, à educação, saúde, lazer etc. Os políticos voltam-se para a participação política, ou seja, para o direito à organização de associações e partidos, assim como o direito de votar. Vale dizer que esses direitos são fruto de lutas sociais, sendo, pois, todos eles sociais (COUTINHO, 2000).

Em função do racismo e do sexismo, assim como da discriminação e classe, negros e mulheres, sobretudo, mulheres negras e pobres não têm em suas vidas esses direitos garantidos. Se os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa deram esteio para o campo dos Direitos Humanos, se, como mencionou Coimbra (2000), essas palavras de ordem da burguesia francesa do século XVIII tornaram-se extensões dos chamados Direitos Humanos, tornando-se sinônimo de direitos inalienáveis do homem, eles (os direitos humanos) foram delineados no bojo da ascensão do capitalismo. Como ressaltou a autora (2000, p. 142) “esses direitos humanos têm apontado para quais direitos devem ser garantidos e para quem eles devem ser estendidos”. Há direitos específicos que são defendidos e o são dentro de certos territórios e dentro de certos parâmetros traçados pela elite. Ai reside a importância dos movimentos sociais, pois possibilitam fissuras nesse cenário que parece sem saída.

Como se sabe, o Brasil é signatário da referida Declaração e esses direitos tornaram positivos pela Constituição Federal de 1988. Assim sendo, do ponto de vista jurídico, este país pode ser considerado democrático; contudo, do ponto de vista sócio-cultural, político-ideológico, trata-se de uma nação eminentemente desigual. Há, portanto, lacuna entre aquilo que foi prescrito juridicamente e a sua devida implantação sociopolítica. Essa conjuntura é capciosa, diz ao mesmo tempo de um engodo e de uma esperança de que um dia a lei será um fato. Novamente: ai está a importância dos movimentos sociais, eles são os principais protagonistas na luta pela criação das leis, assim como na busca pela sua devida implantação.

Portanto, a necessidade de uma constante vigilância sobre as formas de subordinação interseccional de raça e gênero, bem como, a criação de mecanismo

que combatam tais discriminações é condição *sine qua non* para construção de uma sociedade justa igualitária. Acreditamos que ampliação do debate e a visibilidade do tema entre estudiosos e sujeitos políticos é uma importante ferramenta de transformação social, neste sentido esse artigo é uma tentativa de problematizar tais questões e chamar a sociedade a refletir sobre a perpetuação das assimetrias de poder fruto de um contexto histórico, político e cultural.

Referências

- ABRAMO, Laís. **Evolução do emprego feminino e equidade de gênero na América Latina: Avanços e permanências nos anos 90.** COSTA, E. et al.(orgs). In: **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva e gênero.** São Paulo: CUT, 2002, (p.79-97).
- AYRES, J. R. de C. M. **Raça como conceito emancipador e vulnerabilidade como norte para políticas de equidade em saúde.** Cadernos de Saúde Pública,23(3), 2007, (p.497-523).
- BENTO,M. A. S. **Branqueamento e branquitude no Brasil.** In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002, (p. 25-57)
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUTLER , Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- COIMBRA, C. **Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo.** Revista Psicologia Política, 2000, (p. 139-148).
- COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2000.
- CORTEZ, Mirian Béccheri e SOUZA, Lídio de. **Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal.** Psic.: Teoria e Pesquisa, vol.24, n.2, 2008, (p. 171-180).
- TA, Ana Alice A. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** Gênero, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista Estudos Feministas, vol. 10, núm. 1, jan., 2002, (p. 171-188).
- DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, 12(23), 2007, (p.100-122).
- DOMINGUES, P. **Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação.** Revista Brasileira de Educação, vol.13 (39), dezembro de 2009.
- FERREIRA, Verônica. **O novo e velho no trabalho das mulheres.** In. SILVA, Carmem; AVILA, Maria B.; FERREIRA (Orgs). **Mulher e trabalho.** Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a mulher trabalhadora da CUT, 2004, (p. 31- 38).
- GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, Fundação Ford, 2009.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HARDING, Sandra. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista**. Estudos Feministas vol.1 n.1, (p. 7-31).

HASENBALG, C. A. & Silva, N. do V. **Industrialização e estrutura de emprego no Brasil: 1960-80**. In C. A. Hasenbalg & N. do V. Silva (Orgs.), **Estrutura social, mobilidade e raça** (pp. 13-60). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

HASENBALG, C. A. **Desigualdades raciais no Brasil**. In C. A. Hasenbalg & N. do V. Silva (Orgs.), **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LAESER. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: BASSANEZI, C. (Org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

MAIO, Marcos Chor. **“O projeto UNESCO e agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50”**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.14, nº 41 outubro /99.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo**. In: Mulher e trabalho. Rio Grande do Sul, 2005.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **Afeminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem – sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. Tempo social – Revista de Sociologia da USP. São Paulo, 19(1), novembro, 2006, (p.287-308).

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010 (p. 15-23)

PINTASSILGO, Maria de Lourdes. **Feminismo e Discurso do Gênero na Psicologia Social**. In. NOGUEIRA, Conceição. **Psicologia & Sociedade**. São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. Vol. 13, n. 01, Jan/jun 2001.

RAGO, Margaret. **Epistemologia feminista, gênero e historia**. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinarietà**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica?** Educ. e Realid. v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Carmem. **Raízes das desigualdades**. In. SILVA, Carmem; AVILA, Maria B.; FERREIRA (Orgs.). **Mulher e trabalho**. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a mulher trabalhadora da CUT, 2005, (p.39- 47).

TELLES, E. **Racismo à brasileira**. Rio de Janeiro: Lumará, 2003.

TELLES, E. **Políticas raciais: pelo debate franco e plural**. Folha de São Paulo – **Tendências e Debate**, São Paulo, quarta-feira, 12 de julho de 2006.

ARTIGO

ECOS DO LUSO-TROPICALISMO: A PRESENÇA
DO PENSAMENTO DE GILBERTO FREYRE NO
DISCURSO DA LUSOFONIA

Resumo

Nas décadas de 1980 e 1990, em Portugal, procurou-se construir uma espécie de consenso nacional em torno da ideia da lusofonia, uma releitura, em novos parâmetros, do discurso secular da originalidade da cultura portuguesa e das marcas que ela deixou no mundo, a partir das grandes navegações dos séculos XV e XVI. Para legitimar tal ideia, amplos setores das elites culturais e políticas lusitanas procuraram em experiências passadas ou em escritos de intelectuais e pensadores portugueses e estrangeiros as bases discursivas que lhe dessem sustentação. Dentre esses pensadores, destaca-se o brasileiro Gilberto Freyre, com as suas teses sobre o lusotropicalismo e sobre a especificidade do “modo português de estar no mundo”, que se acabariam se tornando o principal arcabouço intelectual da lusofonia, ao serem ressignificadas em um contexto pós-colonial.

Palavras-chave:

Lusofonia, lusotropicalismo, Gilberto Freyre, CPLP.

Abstract

In the 1980's and 1990's, in Portugal, was sought to build a kind of "national consensus" around the idea of "lusofonia" – a rereading, in new parameters, of the secular discourse of the originality of the Portuguese culture and of the marks that it left on the world, through the great voyages of the 15th and 16th Centuries. To legitimize this idea, broad sectors of the Lusitanian cultural and political elites sought on passed experiences or writings of Portuguese and foreign intellectuals and thinkers discursive bases to give him support. Among these thinkers, one of the most important was the Brazilian Gilberto Freyre, with his theses on the lusotropicalism and (about) the specificity of the "Portuguese way of being in the world", which would eventually become the main intellectual framework of "lusofonia", after being re-signified in a post-colonial context.

Keywords:

Lusofonia, lusotropicalism, Gilberto Freyre, Community of Portuguese-speaking Countries.

Introdução

Em 1998, o então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e o ex-presidente de Portugal, Mário Soares, publicaram “O mundo em português”, livro que registra uma série de conversas informais entre os dois chefes de Estado, amigos de longa data, sobre temas diversos. Em determinada altura, Cardoso e Soares começam a trocar ideias sobre a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e o mundo lusófono e ao ser provocado por seu colega português a falar sobre Gilberto Freyre e o luso-tropicalismo, Fernando Henrique afirma que:

Na especificidade cultural brasileira, há uma parte que é também portuguesa: a plasticidade, a capacidade de absorção de fatores culturais exógenos. Por que digo isso? Por causa do livro de Gilberto Freyre, “O mundo que o português criou”, que talvez, como já dissemos, tenha sido mal percebido na época por causa da proximidade de Freyre com o regime salazarista. Mas, a despeito disso tudo, mostra que o português criou um mundo diferente. Claro que há um pouco de ideologia conservadora, sabemos que há. Mas há na cultura lusa uma percepção do “outro” e a capacidade de aceitar o “outro” (CARDOSO e SOARES, 1998, p.309-310).

Em várias outras ocasiões, Mário Soares também demonstraria o seu interesse e o seu apreço pela obra do sociólogo pernambucano. Uma delas é narrada pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva no prefácio à 3ª edição de “Aventura e Rotina”. Segundo ele, numa das viagens oficiais do então presidente português ao Brasil, ele teria feito questão de se encontrar com Gilberto Freyre, a quem sempre combatera por suas ligações com o regime salazarista:

O primeiro gesto de reconciliação veio de Mário Soares, quando de uma de suas visitas presidenciais ao Brasil. Eu o acompanhava, na qualidade de embaixador em Lisboa. Ao organizar-se o programa, ele insistiu: “No Recife, quero ir a Apipucos, homenagear Gilberto Freyre. Já é tempo de fazermos as pazes com quem é um dos maiores escritores de nossa língua e tanto ama Portugal”. E lá foi abraçá-lo, num encontro em que estávamos todos comovidos (SILVA, 2001, p. 14).

O filósofo e cientista político pernambucano, Vamireh Chacon, em “O futuro político da lusofonia”, obra publicada somente em Portugal, também registra episódio similar:

Mas o próprio Mário Soares, em entrevista ao Jornal de Brasília, de 30 de janeiro de 2000, durante uma visita ao Brasil, declarou, com palavras merecedoras de transcrição na íntegra, ter encontrado casualmente Gilberto Freyre em Lisboa e haver-lhe pessoalmente declarado: “Li seus livros. Agora, não lhe perdoe. Desculpe que lhe diga, o senhor ter apoiado Salazar. Um homem da sua categorial”. Em seguida Mário Soares reconhece: “Agora, passados os anos e lendo novamente Gilberto Freyre, abstraindo Salazar e as

guerras coloniais, aquilo que ele disse é verdadeiro. Aquilo que ele disse sobre luso-tropicalismo é verdadeiro, é uma cultura própria e temos que desenvolvê-la no futuro” (CHACON, 2002, p. 49).

É interessante notar que tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Mário Soares haviam sido ferozes críticos do pensamento freyriano algumas décadas antes. O primeiro como um dos mais destacados representantes da chamada escola paulista de sociologia, que criticava o caráter conservador das ideias do pensador pernambucano, identificando-as com a nostalgia de uma sociedade patriarcal e pré-moderna e com a apologia às elites latifundiárias que impediam o progresso e a emancipação econômica e social do Brasil. O segundo, na condição de principal líder da esquerda democrática portuguesa, no período em que o luso-tropicalismo havia se tornado a ideologia oficial do regime salazarista e a justificativa teórica para o decadente colonialismo luso. Como explicar então essa mudança de posição?

Para compreendermos isto, é necessário que retornemos aos anos 80 e 90 do século passado quando começou a ganhar força, principalmente em Portugal, a ideia de lusofonia. Tal ideia serviria de base para a formação da CPLP, organização internacional criada oficialmente em 1996, em uma cimeira realizada em Lisboa, com a presença de chefes de Estado e de governo dos sete Estados independentes que, naquele momento, adotavam o português como língua oficial¹.

A construção da ideia da lusofonia em Portugal

Nos primeiros anos após a Revolução dos Cravos (1974), que pôs fim a uma das mais longas ditaduras da história europeia, e a subsequente dissolução do império português (1974-75), a sociedade lusa pareceu querer esquecer o seu passado de nação colonial e voltou-se quase que inteiramente para o processo de integração à Europa que então se iniciava. Assim, foi somente no final da década de 1980, com o “sonho europeu” já concretizado, que Portugal ensaiou o retorno a uma “política atlântica”, a partir de novos parâmetros, procurando então estabelecer com suas ex-colônias uma nova relação baseada na língua, na civilização e na cultura. Retomava-

¹ Os membros fundadores da CPLP são Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Em 2002, após sua independência em relação à Indonésia, o Timor Leste foi aceito como oitavo membro pleno e, em 2014, a organização ganhou o seu nono membro, a Guiné Equatorial, que adotou o português como uma de suas línguas oficiais em 2007, utilizando como argumento a presença de línguas crioulas derivadas do português em algumas regiões de seu território.

se, desta forma, a antiga ideia de constituição de um espaço comunitário luso-afro-brasileiro, que integrasse o “mundo que o português criou”².

Esta política de articulação do mundo lusófono e de fortalecimento da língua portuguesa – a partir do discurso da “herança cultural comum” – atendia a um objetivo estratégico de consolidar a língua portuguesa como uma das línguas mundiais da cultura, impedindo que o castelhano se impusesse, assim, como o único representante da cultura ibérica. Esta releitura da velha rivalidade com a Espanha e do medo de ser absorvido, de alguma forma, pela vizinha mais poderosa apareceu, com certa intensidade, nesse período em que a integração à União Europeia caminhava a passos largos. Adriano Moreira³, por exemplo, um dos principais protagonistas dos debates intelectuais sobre tais questões, afirma que a língua deve ser avaliada como um “elemento fundamental do patrimônio imaterial português”, por isto se tratar,

[...] da parcela portuguesa de um problema europeu, da Europa em evolução institucional, composta de Estados-nações cada um deles correspondendo a um espaço público com história, procurando uma identidade que se articula com a identidade das dezenas de patrimônios imateriais em que se apoia o projeto da unidade política europeia (MOREIRA, 2010, p.161).

Há que se ressaltar, também, que a ideia de uma comunidade de países de língua portuguesa como a tradução política do “espaço da lusofonia” – entendido como o espaço formado por “todos os portos tocados pelos portugueses, nos quais a língua foi disseminada”, a partir da expansão marítima dos séculos XV e XVI, e aonde “os sujeitos são identitários de uma cultura ibérica que, em maior ou menor grau, formou a cidadania do Estado-nação” (FAULSTICH, 2001, p.118) – encontra suas raízes mais profundas em um conjunto de mitos políticos bastante presente no imaginário social português. Dentre estes, os mais recorrentes são o do “Quinto Império” de inspiração sebastianista⁴ e o do “destino imperial”, que tinha na ideia

2 A ideia da criação de uma “Comunidade Lusófona” (ou “Comunidade Lusíada”) remonta, pelo menos aos anos 50 do século XX, aparecendo – com maior ou menor intensidade – nas obras de intelectuais brasileiros e portugueses de diversos matizes ideológicos como Gilberto Freyre, Joaquim Barradas de Carvalho, Adriano Moreira, Agostinho da Silva e Darcy Ribeiro. O então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, em uma entrevista ao jornal português *Diário de Notícias* (12 de julho de 1995) também faz referência a Sílvio Romero (1851-1914) como um dos precursores da ideia dessa Comunidade, já na primeira década do século passado.

3 Político, Jurista e Cientista Político português. Foi Ministro do Ultramar (1961-1963) e era considerado um dos representantes da “ala liberal” do salazarismo. Destacou-se como um grande entusiasta do pensamento de Gilberto Freyre e um dos principais divulgadores da obra do sociólogo pernambucano em Portugal. Ainda hoje, é um dos principais acadêmicos portugueses nas áreas de Ciência Política, Estudos Estratégicos e Relações Internacionais.

4 A crença no advento do “Quinto Império” está habitualmente relacionada ao sebastianismo e se tornou um dos mitos-fundadores da nacionalidade portuguesa. D. Sebastião, último rei da Dinastia de Avis,

da “herança sagrada” – a crença de que a manutenção dos territórios ultramarinos era um imperativo histórico, já que os mesmos eram o testemunho da grandeza da nação e a sua perda significaria a perda da própria essência da nacionalidade (ALEXANDRE, 2000: 220) – um de seus principais pilares. Neste sentido, as ideias de “nação portuguesa” e “império colonial” seriam indissociáveis.

Foi desta forma, que, a partir dos últimos anos da década de 1980, construiu-se em Portugal um quase consenso em torno da ideia da lusofonia, que obteve entusiastas de quase todas as matizes do espectro político-ideológico:

É neste momento que se concretiza a CPLP: num processo de reconhecer uma história que, evidentemente percorre outros territórios e continentes, mas, sobretudo, num processo marcado pelo **esquecimento** (como aquele da construção das nações) e pelo ressurgimento de um conjunto de **mitos** que procuram aferir uma **singularidade** lusitana nos trópicos marcada pela ausência de racismo, pela generosidade, pela assimilação e pela “identidade” entre os portugueses e aqueles que foram objeto da expansão colonial (THOMAZ, 2002: 57).

Assim, foi nesse período que as ideias freyrianas começaram a ser resgatadas, recebendo novas leituras e adquirindo novos significados. Com o fim da ditadura civil-militar brasileira - que teve no sociólogo pernambucano um de seus apoiadores - e do colonialismo português na África, processo análogo ocorreu no Brasil, nos EUA e no restante da Europa. Se antes, durante o período das lutas de libertação nacional das antigas colônias portuguesas, o luso-tropicalismo era violentamente questionado e as ideias de Freyre, em sua totalidade, criticadas e marginalizadas nos círculos acadêmicos como socialmente conservadoras e defensoras da manutenção de privilégios, a partir do final da década de 1980, a contribuição do sociólogo pernambucano para o desenvolvimento das Ciências Sociais voltou a ser valorizada

morreu em 1578 na lendária batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, lutando contra os mouros. Como decorrência desta tragédia, Portugal perde a sua independência e passa a integrar o Império de Felipe II, da Espanha, com a concretização da chamada “União Ibérica” (1580-1640). A partir daí se constrói a crença – que repercute tanto nas classes populares, quanto entre a elite letrada - no retorno do rei desaparecido que iria restaurar a independência e a grandeza de Portugal. Esta crença resulta de um amálgama de tradições messiânicas de cunho judaico – presentes nas “Trovas” do Bandarra, o sapateiro judeu de Trancoso, considerado o “profeta” do sebastianismo - com o pensamento milenarista de Joaquim de Fiore, monge calabrés, que viveu no século XII e que escreveu sobre os três períodos da História da Humanidade: a “Idade do Pai”, a época da lei mosaica anterior a Cristo; a “Idade do Filho”, o tempo do evangelho marcado pela vinda de Jesus; e a “Idade do Espírito Santo”, que estaria próxima e marcaria o triunfo da “inteligência espiritual”. No século XVII, o padre jesuíta Antonio Vieira sistematizou essas crenças em sua “História do Futuro” afirmando que Portugal fora destinado por Deus a comandar o “Quinto Império” universal e cristão – identificável com a “Idade do Espírito Santo” joaquimista – que sucederia os quatro grandes Impérios da antiguidade: egípcio, assírio, persa e romano e o seu advento se daria com a volta do Rei D. Sebastião. Sobre este tema ver o excelente trabalho de Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado: A Construção do Sebastianismo em Portugal – Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

e ele passa a ser visto, inclusive, como um dos precursores da chamada “História das Mentalidades”⁵, tão em voga naquela década.

Gilberto Freyre e o luso-tropicalismo

Entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, a convite de Sarmento Rodrigues, Ministro do Ultramar português, Gilberto Freyre realizou uma longa viagem por Portugal e por suas possessões coloniais africanas e asiáticas, da qual surgiram dois livros publicados em 1953: “Aventura e Rotina” e “Um Brasileiro em Terras Portuguesas”. Nelas, o sociólogo pernambucano lançaria as bases do que considerava ser uma nova ciência, a luso-tropicologia, aprofundando reflexões feitas em algumas de suas obras anteriores, notadamente em “O mundo que o português criou” (1940).

De forma sintética, para Freyre, a colonização portuguesa seria um exemplo de colonização bem-sucedida devido ao alto grau de adaptabilidade do português ao trópico, visto que ele, ao invés de deseuropeizar-se, teria se transformado em um “intermediário” entre os trópicos e a Europa. Ou seja, o português teria se “tropicalizado” sem deixar de ser europeu.

Já na introdução de *Casa-grande e Senzala*, ele afirmava que o sucesso do português nos trópicos deveu-se a alguns traços que ele traria consigo como a ausência de orgulho racial, a versatilidade, o pragmatismo, um caráter contemporizador e uma propensão à miscigenação que, de certa forma, originar-se-ia no passado étnico e cultural português, de povo indefinido entre a Europa e a África, e que se formou pela miscigenação de vários outros povos – celtas, romanos, visigodos, fenícios, judeus e árabes.

Na concepção luso-tropicalista, o mundo “criado” pelos portugueses - que engloba vastos territórios nos cinco continentes – constituir-se-ia em uma unidade de sentimentos e cultura, onde a miscigenação seria o símbolo de uma forte tendência à “democratização social”. Sob este prisma, para Freyre, “o amor do homem pela mulher e do pai pelos filhos, acima dos preconceitos de cor, de raça e de classe,

5 Na perspectiva de reavaliação da obra freyriana, que tem ocorrido no Brasil e no exterior nos últimos anos, destacam-se os seguintes trabalhos de: CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre: Uma Biografia Intelectual*. Recife/São Paulo, Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana/Ed. Nacional, 1993, onde o autor, velho defensor das ideias do sociólogo pernambucano, traça um amplo painel sobre sua obra; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, que faz uma excelente análise do pensamento freyriano e PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um Vitoriano nos Trópicos*. São Paulo, Ed. da UNESP, 2005, que traça uma biografia intelectual da juventude de Freyre buscando rastrear as influências presentes em sua obra.

conferiu à mestiçagem, nas áreas de colonização lusitana, um pendor mais humano e mais cristão, tendo permitido uma intensa mobilidade e adoçado as durezas do sistema de trabalho escravo” (CASTELO, 2000, p. 85). Neste sentido, haveria uma “escravidão à portuguesa”, com características distintas daquela praticada por britânicos, belgas ou franceses:

Escravidão de estilo português que foi um prolongamento do estilo maometano: o de associar o cativo à cultura dominante em vez de utilizá-lo apenas economicamente. A de torná-lo por vezes português e não apenas subportuguês: ou africano ou asiático ou americano a serviço do português. Daí a naturalidade com que o preto assimilado – ou apenas em começo de assimilação – diz-se, em terra portuguesa, português e não bântu ou mandinga ou iorubano. Português é o que ele é e se sente. E, sendo português, não se revolta tanto contra Portugal como o preto das colônias inglesas contra o inglês. O do Congo Belga contra os belgas, o da África do Sul contra os “boers”, até mesmo os indígenas de colônias francesas contra a França (FREYRE, 2001, p. 363).

Logo, nesse universo cultural, a língua portuguesa seria o elemento identitário fundamental, através do qual as populações das terras colonizadas pelos portugueses se exprimiriam em toda a plenitude, ainda que, nas décadas de 1950 e 1960, os demais povos afro-asiáticos já tivessem iniciado a luta pela descolonização e pelo rompimento definitivo dos laços que os ligavam às metrópoles europeias:

Uma língua de tal amplitude não pode deixar de ser a expressão de vasta cultura transnacional. Não pode deixar de ser o veículo da civilização que denomino luso-tropical, para a distinguir daquelas que são apenas projeções imperiais de Estado, ou de nações européias nos trópicos ou no Oriente. Para estas já não há futuro nem perspectivas. O imperialismo europeu já não encontra nos trópicos, populações inermes dispostas a ser dominadas e exploradas por brancos que se supõem superiores a gentes de cor [...] O tempo é das populações de cor e da afirmação ou da restauração dos seus valores da cultura. O português, por ter sabido sempre ligar a estes valores os da Europa, ao sangue das mulheres de cor seu sangue de brancos desde a Europa misturados a mouros, judeus, berberes, criou culturas luso-tropicais [...] Daí o amor com que a língua portuguesa é falada nos trópicos por pretos, pardos, amarelos, vermelhos, morenos que nessa língua exprimem seus sentimentos mais íntimos e não apenas suas ideias convencionais (FREYRE, 1953, p. 141-142).

Assim, em meio àquele agitado período que se seguiu ao término da Segunda Grande Guerra, em que as antigas colônias europeias viviam um momento de intensa efervescência política, Gilberto Freyre enfatizava a especificidade da colonização portuguesa, que teria estabelecido relações com os “povos de cor” distintas daquelas estabelecidas pelas demais metrópoles europeias. Assim, apesar dessa conjuntura turbulenta, o colonizador português estaria:

[...] apto para começar a colher o que semeou tão amorosa e às vezes tão boemiamente, mais através de suas aventuras que de política calculada ou sistemática – de “sistema” que

se possa rigorosamente chamar de “sistema português” de colonização – no Oriente, na África, na América, nas ilhas do Atlântico. De modo que, enquanto ingleses e holandeses, calculistas e metódicos, tendo semeado ventos de furor, e ao mesmo tempo de sistemática imperial por esses mesmos espaços, colhem hoje tempestades na Ásia e na África, o português é no Oriente, em Moçambique, na Angola, na Guiné, em São Tomé, em Cabo Verde, na América, menos um povo imperialmente europeu que uma gente já ligada pelo sangue, pela cultura e pela vida a povos mestiços e extra-europeus (FREYRE, 1953, p. 25).

Não é de se estranhar, portanto, que tenha sido justamente na década de 1950, quando as pressões internacionais pela descolonização começam a isolar politicamente Portugal, que o Estado português começa a se apropriar de algumas das ideias centrais do luso-tropicalismo, transformando-o em na ideologia oficial do colonialismo luso. Neste sentido, a propaganda salazarista foi bastante eficiente em propagá-la dentro e fora de Portugal, fazendo com que mesmo setores envolvidos com a luta anticolonial assimilassem-na

Isto fica claro em um episódio ocorrido com Amílcar Cabral, principal líder do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que, ao participar da Conferência Pan Africana de Túnis (1960), ouviu de outro delegado presente ao encontro, a afirmação de que com eles a situação era diferente, pois “estavam bem com os portugueses” (MACQUEEN, 1998, p. 32). Portanto, pode-se dizer que o luso-tropicalismo forneceu ao regime salazarista “uma doutrina que o justificava, arrimando cientificamente alguns de seus mais caros pressupostos e fornecendo-lhe a inspiração para outros tantos”, ajudando assim na tentativa de contenção dos Movimentos de Libertação Nacional na África Portuguesa (LEME, 2011, p. 148).

Mas não foi somente entre os próceres do regime salazarista que as ideias freyrianas tiveram repercussão: muitas delas também encontraram eco entre os setores progressistas que faziam oposição ao Estado Novo português. Não se pode esquecer que Gilberto Freyre, desde a década de 1930, mantinha intensas relações pessoais e intelectuais com nomes de destaque da intelectualidade progressista portuguesa como Jaime Cortesão, Agostinho da Silva e António Sérgio, tendo este último, inclusive, prefaciado “O mundo que o português criou”. Pode-se dizer que, em essência, tais setores concordavam com os princípios básicos do pensamento freyriano, em seu viés cultural, mas distanciavam-se do uso político que dele era feito pela ditadura estadonovista. Nas palavras de Mário Soares, em discurso proferido em Recife, em 1987:

Essa teoria [o luso-tropicalismo] foi mal aproveitada no tempo do antigo regime, mas, justamente eu quis demonstrar que a obra de Gilberto Freyre era admirada por Portugal, não

só por aqueles que eram partidários do colonialismo, como pelo Portugal livre, moderno e democrático que eu represento (*apud* CASTELO, 1999, p.14).

Portanto, nos anos 80 e 90 do século passado, quando se estruturaram e ganharam força em Portugal o discurso da lusofonia e a ideia do “retorno ao Atlântico”, não foi tarefa difícil despir o pensamento do sociólogo pernambucano da carga negativa que lhe havia sido dada pelo Estado Novo. O luso-tropicalismo havia penetrado de tal forma no imaginário político e cultural português, que teve forças para superar as diferenças político-partidárias e ideológicas existentes entre “conservadores” e “progressistas” e fez com que Freyre, no discurso lusófono oficial, fosse alçado à condição de um dos “pais-fundadores” da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que então se articulava.

A lusofonia e os ecos do luso-tropicalismo

Em vários dos ensaios presentes no livro “A Nau de Ícaro” (2001), Eduardo Lourenço, um dos maiores “intérpretes” de Portugal, afirma seguidamente que o sonho da CPLP tem sido um sonho essencialmente lusitano e que a mitologia cultural lusófona – e o próprio *discurso da lusofonia* – sobre a qual se sustentaria essa Comunidade também é, acima de tudo, portuguesa. Isto porque, para os portugueses, a ideia de lusofonia estaria intimamente ligada ao processo das grandes navegações, em que Portugal “abriu as portas do mundo” para a Europa, ao mesmo tempo em que espalhou sua língua e sua cultura pelas terras onde aportou.

Neste sentido, não é tarefa difícil perceber no discurso cultural português as fortes conexões existentes entre “luso-tropicalismo” e “lusofonia”, muitas vezes de forma explícita, com esta última possibilitando, via de regra, releituras multiculturalistas das teses freyrianas:

A figura da lusofonia deriva dessa raiz luso-tropicalista, de que é, no essencial, a meu ver, uma recomposição. Num contexto pós-colonial, mas uma vez liberta do componente colonialista em que o Estado Novo português enredou o luso-tropicalismo, a figura da lusofonia convoca hoje uma comunidade transnacional com propósitos políticos culturais. O “Novo Mundo dos Trópicos”, afinal “O mundo que o português criou” [...] não concebe mais na lusofonia novas combinações de raças e de culturas que tendam, na essência, “a conservar-se lusitanas”, como o formulou o luso-tropicalismo nos anos cinquenta e sessenta”. O “Novo Mundo dos Trópicos” é convocado hoje a exprimir-se em multiculturalismos com o denominador comum de uma mesma língua (MARTINS, 2006, p.59).

O grande problema é que tais releituras não conseguem apagar as tragédias da história e a crueldade do processo de colonização. E são justamente estas feridas

ainda não cicatrizadas do colonialismo que têm contribuído sobremaneira para a posição reticente em desinteressada de alguns dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em relação à construção da CPLP:

Durante todo o período que antecedeu a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (“inocentemente” chamada por várias vezes Comunidade lusófona, lusofonia ou, pelos saudosistas do império, Comunidade lusiada), a par de posições mais esclarecidas, foram inúmeras as declarações que explícita ou camufladamente ressuscitaram o luso-tropicalismo, aparentemente sem sequer se darem conta do choque provocado em alguns de seus parceiros africanos (CONCEIÇÃO NETO, 1997, p. 329).

Tal percepção fez com que mesmo entre a intelectualidade portuguesa surgissem algumas vozes dissonantes, que procuraram quebrar o consenso nacional que se construiu em torno da ideia da lusofonia, nas últimas décadas do século XX. Dentre elas, sobressai-se a do ensaísta Alfredo Margarido⁶, um dos mais contundentes críticos dos ecos do colonialismo presentes no discurso lusófono e para quem a lusofonia constituir-se-ia como o principal dentre aqueles que ele denomina de os “novos mitos portugueses”. Tais mitos, que manteriam Portugal preso à ideia de um passado idílico, têm na crença no “destino imperial” e na “vocação atlântica” de Portugal os seus elementos essenciais.

Para Alfredo Margarido, o rompimento de Portugal com o Atlântico teria se dado a partir da década de 1960, momento marcado pelas guerras coloniais, pela emigração e pelo nacionalismo racista e arcaico do regime salazarista (MARGARIDO, 2000, p. 6). A *lusofonia* teria surgido, então, no contexto pós-colonial, como um novo mecanismo ideológico para retomar a antiga “política atlântica” tentando, através do discurso da “língua comum”, apagar as marcas do passado colonial e as relações ainda traumáticas com as ex-col nias. Ao mesmo tempo, por conta da ausência de uma reflexão anticolonialista em Portugal antes das independências africanas, ela supriria a necessidade de uma “ideologia explicativa” que d  sentido   existência nacional ((MARGARIDO, 2000, p. 57). Sendo assim, ele a associa – bem como o consenso nacional que se forma em torno dela - com a revitalização de uma nostalgia do império, resultante do vazio ideológico decorrente do processo de descolonização e da amputação do componente imperial da nação portuguesa.

6 Alfredo Margarido nasceu em 1928 e faleceu em 2010. Foi aluno da Escola de Belas-Artes do Porto, tendo chegado a fazer exposições de seus trabalhos como artista plástico. Depois de passar um bom período na África como funcionário da administração colonial, regressou a Portugal e, logo depois, seguiu para Paris, onde completou seus estudos e começ o a atuar como professor universitário. Poeta – com uma escrita próxima do surrealismo, romancista, ensaista e crítico literário possui uma extensa produção intelectual e literária. Reconhecido como um dos mais importantes intelectuais portugueses das últimas décadas, atuou como professor universitário em Portugal, na França e no Brasil.

Tendo na “francofonia”, implementada pelos franceses, a partir de 1962, com a dissolução de seu império – a sua matriz inspiradora, a lusofonia teria sido formulada “respeitando um velho modelo de submissão cultural” (MARGARIDO, 2000, p. 15). Tal projeto estaria então ligado ao velho ideal missionário de “civilizar” os povos das colônias, só que, a partir da descolonização, o seu foco discursivo seria direcionado para a valorização da língua e da história comuns, mesmo que esta história seja a das relações entre dominadores e dominados.

No bojo das comemorações dos descobrimentos, por exemplo, haveria a percepção portuguesa – não assumida - de que o “outro” só passou a existir após o contato com os portugueses. Isto seria duramente criticado por Margarido, que desnuda esta percepção mostrando que ela oculta a outra face do “encontro”: a da invasão e da conquista dos povos nativos. Nesta perspectiva, ele discute o significado do luso-tropicalismo como ideologia justificadora do colonialismo português e a sua permanência, através da lusofonia, naquilo que ele chama de “a longa duração do espírito colonial”. Com isto, a lusofonia é por ele denunciada como sendo nada mais do que o “doce paraíso da dominação linguística que constitui agora uma arma onde se podem medir as pulsões neocolonialistas que caracterizam aqueles que não conseguiram ainda renunciar à certeza de que os africanos só podem ser inferiores” (Idem, p.71).

A partir das análises de Margarido, com as quais concordamos em grande parte, conclui-se que foi sob o espectro do, não assumido, saudosismo do império perdido, que ecoa através das releituras das teses luso-tropicalistas no contexto pós-colonial, que se estruturou o discurso da lusofonia em Portugal. Neste sentido, foi por trabalhar com questões que marcam profundamente a consciência e a imagem que a nação portuguesa tem de si mesma, como o mito da vocação ecumênica dos portugueses e o da existência de uma relação especial com os povos do ultramar (ALEXANDRE, 2000, p. 219-229), que o projeto lusófono, apesar de algumas vozes divergentes, conseguiu construir em torno de si um quase consenso nacional. No entanto, se essas são as razões, no plano simbólico, da força e da vitalidade de tal projeto em Portugal, também se constituem, ao mesmo tempo, em uma das explicações possíveis para a sua debilidade nos demais países de língua portuguesa.

Considerações Finais

A constituição oficial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, em 1996, deu a impressão que iria se abrir uma nova página nas relações entre os

seus Estados-Membros. No entanto, em seus quase 20 anos de existência, essa Comunidade apresentou poucos resultados concretos em seu objetivo de aproximar os povos de língua portuguesa e de “consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, refletindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação”, conforme está colocado em sua declaração constitutiva. Assim, se por um lado, a ideia do compartilhamento de uma língua comum - traço fundamental das comunidades e espaços linguísticos – serviu de elemento catalisador para a construção dessa organização internacional, por outro, as trajetórias históricas e as escolhas distintas de seus atores, muitas vezes, bloquearam uma maior aproximação entre eles.

A consolidação do espaço comunitário passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos laços políticos entre os Estados-membros e pela ajuda econômica, pelos investimentos e pela cooperação para o desenvolvimento com os PALOP, cujo principal interesse é o estabelecimento de parcerias internacionais que lhes permitam superar o atraso econômico e buscar a resolução de seus graves problemas sociais. Neste aspecto, tivemos vários avanços nos últimos anos, principalmente a partir da retomada da “política africana” brasileira, durante o governo Lula da Silva (2003-2010), quando diversos projetos de cooperação foram assinados entre o Brasil e os países lusófonos. No entanto, cremos que a CPLP tem que ser consolidada também no plano simbólico e isto passa necessariamente pela construção de uma “mitologia cultural compartilhada” (FREIXO, 2009), sem evocações tardias do lusotropicalismo que causam desconforto em boa parte das elites políticas e intelectuais africanas, visto que a descolonização ainda é um processo bastante recente.

A grande questão é que o discurso lusófono tem sido, até agora, um discurso essencialmente português, pois foi construído fundamentalmente a partir de elementos presentes no imaginário político da nação lusitana e não, necessariamente, no dos demais povos de língua portuguesa. Portanto, não é exagero dizer que a *lusofonia* e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa são, acima de tudo, projetos políticos portugueses, com a forte marca do nacionalismo lusitano. Por conta disto, Portugal tende a considerar a ocupação da liderança da Comunidade como seu direito natural, alegando justamente ser ele a matriz cultural de todos os demais países lusófonos, além de ser o mais empenhado na difusão da língua portuguesa pelo mundo, adotando esta, inclusive, como política de Estado.

Nesse sentido, apesar da rotatividade existente na secretaria-executiva da organização entre os Estados-membros, as pretensões hegemônicas não

assumidas de Portugal estão sempre a pairar sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Assim, no momento em que está prestes a entrar em sua terceira década de existência, são esses os problemas e desafios enfrentados pela CPLP para a sua consolidação como uma organização internacional efetivamente relevante.

Referências

- ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um Vitoriano nos Trópicos**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique e SOARES, Mário. **O Mundo em Português: Um Diálogo**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- CASTELO, Cláudia. **“O Modo Português de Estar no Mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- CASTELO, Cláudia. “A Recepção do Luso-Tropicalismo em Portugal”. In: QUINTAS, Fátima (Org). **Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000.
- CHACON, Vamireh. **Gilberto Freyre: Uma Biografia Intelectual**. Recife/São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana/Ed. Nacional, 1993.
- CHACON, Vamireh. **O Futuro Político da Lusofonia**. Lisboa: Verbo, 2002.
- FAULSTICH, Enilde. **CPLP: um lugar de falas múltiplas**. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. **Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Solidariedade e Ação Política**. Brasília: IBRI, 2001.
- FREIXO, Adriano de. **Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a Construção da Ideia da Lusofonia em Portugal**. Rio de Janeiro, Apicuri, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Um Brasileiro em Terras Portuguesas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- FREYRE, Gilberto. **Aventura e Rotina**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- HERMANN, Jacqueline. **No Reino do Desejado: A Construção do Sebastianismo em Portugal – Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- LEME, Rafael C. M. **Absurdos e Milagres: um estudo sobre política externa do luso-tropicalismo (1930-1960)**. Brasília: FUNAG, 2011.
- LOURENÇO, Eduardo. **A Nau de Ícaro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- MACQUEEN, Norrie. **A Descolonização da África Portuguesa: A Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império**. Mem Martins: Inquérito, 1998.
- MARGARIDO, Alfredo. **A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MARTINS, Moisés de Lemos. *Lusofonia e luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa: Reflexões Lusófonas*. São Paulo, EDUC, 2006.

MOREIRA, Adriano. *O Direito Português da Língua*. Revista Brasileira, vol. 63, Fase VII, Ano XVI. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Abril-Maio-Junho 2010.

CONCEIÇÃO NETO, Maria da. *Ideologias da Colonização de Angola*. In: *Lusotopie 1997 – Lusotropicalisme: Ideologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones*. Paris: Éditions Karthala, 1997.

SILVA, Alberto da Costa e. *Notas de um companheiro de viagem*. In: FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa*. In: ALMEIDA, Miguel Vale de, BASTOS, Cristiana e FELDMAN-BIANCO, Bela (Coord.). *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*. Lisboa: ICS, 2002.

MINICURRÍCULO DOS(AS) AUTORES(AS):

Ada Cristina Machado da Silveira: Possui graduação em Comunicação Social e Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É Magister en Periodisme i Ciències de la Comunicació - Universitat Autònoma de Barcelona. Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria. Doctorado en Periodismo - Universitat Autònoma de Barcelona. Coordena o grupo de pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. Membro do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora do CNPq. Email: adac.machadosilveira@gmail.com

Adriano de Freixo: Doutor em História Social (UFRJ) e professor do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF), onde coordena o curso de graduação em Relações Internacionais e o Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB, atuando também nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) e Ciência Política (PPGCP). Email: adrianofreixo@id.uff.br

Alessandra Rufino Santos: Possui licenciatura em História pela Universidade Estadual de Roraima (UERR), é Bacharel em Ciências Sociais/Habilitação em Sociologia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Está vinculada ao Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos (GEIFRON/UFRR). Email: alessandra_rufino@oi.com.br

Arieche Kitiane Silva Lima: Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Roraima. Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima. Faz parte do Grupo de Estudos Interdisciplinar em Fronteiras - GEIFRON/UFRR. Email: arieche.lima@ufr.br

Brigida Ticiane Ferreira da Silva: Possui Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará. Especialização em Psicopedagogia pela Faculdade Plínio Augusto do Amaral. Mestrado e Doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade de Franche-Comté - França. Pós-Doutorado pela Universidade de Friburgo – Suíça.

Bruno Sena Martins: Licenciado em Antropologia pela Universidade de Coimbra e Doutorado em Sociologia pela mesma instituição. Tem dedicado seu trabalho de

investigação aos temas do corpo, deficiência, conflito e memória social. É pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde é vice coordenador do Núcleo de Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE) e coordenador executivo do Programa de Doutorado “Human Rights in Contemporary Societies.”
Email: bsenamartins@gmail.com

Carla Monteiro de Souza: Possui Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É professora da Universidade Federal de Roraima-UFRR, vinculada ao curso de História, ao Programa de Pós-graduação em Letras - PPGL e ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras - PPGSOF.
Email: carlamont59@uol.com.br

Edileuson Santos Almeida: Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Ciências da Comunicação. Especialista em Docência no Ensino Superior e Bacharel em Jornalismo. Professor da Universidade Federal de Roraima. Email: edileusonalmeida@yahoo.com.br.

Eliane Silvia Costa: Psicóloga graduada pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Doutora pelo Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP. Formação em Psicanálise dos Vínculos Sociais pelo Institut de Recherche en Psychothérapie (France) e pelo Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social da USP. Atualmente é professora do curso de psicologia da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email: eliane.costa@ufr.br

Francilene dos Santos Rodrigues: Doutora em Ciências Sociais pelo CEPPAC/UnB, área de concentração Estudos Comparados sobre as Américas. Mestre em Planejamento e Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Graduada em Serviço Social. Professora do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Roraima e nos programas de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras – PPGSOF, e Recursos Naturais – PRONAT. Coordenadora do Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Fronteiras – GEIFRON.
Email: francerodrigues@yahoo.com.br

Iana dos Santos Vasconcelos: Antropóloga, graduada em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima- UFRR (2007). Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente pesquisadora do Grupo Interdisciplinar sobre Fronteiras da UFRR- GEIFRON e aluna do Curso de Doutorado Interinstitucional do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.
Email: ianasvasconcelos@yahoo.com.br

João Carlos Jarochinski Silva: Doutor em Ciências Sociais com ênfase em Relações Internacionais pela PUC/SP. Mestre em Direito Internacional pela UNISANTOS. Professor na Universidade Federal de Roraima. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Vulnerabilidades. Membro da Equipe de pesquisa do projeto “Pensando o Direito: Desafios à efetividade dos direitos fundamentais” - “Mapeamento institucional, normativo e estrutural e análise dos obstáculos para efetivação do atendimento e acesso dos migrantes, apátridas e refugiados aos serviços públicos no Brasil: subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas”. E-mail: joao.jarochinski@ufr.br.

João Paulo Dias: Investigador Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Portugal. Email: jpdias@ces.uc.pt.

Jorge da Silva Macaísta Malheiros: Licenciado em Geografia pela Universidade de Lisboa. Mestre em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de Lisboa. Atualmente é Professor do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e Coordenador do Grupo de Pesquisa NETURB do Núcleo de Estudos Urbanos. Email: jmalheiros@campus.ul.pt

Liliana Lyra Jubilut: Doutora e Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pesquisadora e professora da UNISANTOS. Membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Católica de Santos em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Vulnerabilidades. Pesquisadora do Projeto “Pensando o Direito: Desafios à efetividade dos direitos fundamentais” - “Mapeamento institucional, normativo e estrutural e análise dos obstáculos para efetivação do atendimento e acesso dos migrantes, apátridas e refugiados aos serviços públicos no Brasil: subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas”. E-mail: lljubilit@gmail.com.

Lino João de Oliveira Neves: Possui Especialização em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná. Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Atualmente é professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: linojoaokaemo@gmail.com.

Maria Lúcia da Silva Brito: Possui graduação e Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Roraima. Doutoranda em Educação pelo Convênio UFJF/UFRR. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima. Email: lucia.brito@ufr.br.

Mariana Cunha Pereira: Possui graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará. Especialização em Metodologia de Pesquisa em Educação. Especialização em Política, Planejamento e Gestão na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Mestrado em Educação e Doutorado em Antropologia - Antropologia da América Latina e Caribe. Atualmente é professora efetiva na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Realiza pesquisas na área de Antropologia, Educação e Movimentos Sociais com recortes para as discussões de relações étnico-raciais, gênero, corporeidade, fronteiras nacionais e transnacionais e políticas públicas. Contato: mcunhap@yahoo.com.br

Pedro Marcelo Staevie: Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PDTU/NAEA/UFPA. Professor dos cursos de Economia, Integração e Desenvolvimento e de Administração Pública e Políticas Públicas na Universidade Federal da Integração Latino-americana. Email: pedrostaevie@yahoo.com.br